

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

BÁRBARA M. DUARTE TEIXEIRA LIRA DA SILVA

**Cidadania cultural e Políticas culturais no Brasil: Uma
análise da participação da Comissão Nacional dos Pontos de
Cultura (CNPdC) de 2004 a 2014**

**JOÃO PESSOA
2022**

BÁRBARA M. DUARTE TEIXEIRA LIRA DA SILVA

**Cidadania cultural e Políticas culturais no Brasil:
Uma análise da participação da Comissão Nacional
dos Pontos de Cultura (CNPdC) de 2004 a 2014**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Orientador: Profº Dr. Rogério de Souza Medeiros

**JOÃO PESSOA
2022**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**

ATA Nº 16 / 2022 - PPGS (11.01.15.73)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

João Pessoa-PB, 29 de Agosto de 2022

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA BANCA EXAMINADORA COMPOSTA PARA AVALIAR A ALUNA BARBARA MICHELLE DUARTE TEIXEIRA LIRA DA SILVA

Aos 29 dias do mês de agosto de 2022, às 14 horas, por videoconferência (<https://meet.google.com/dgs-voak-bxc>), realizou-se a sessão pública de defesa de Tese, intitulada: "**CIDADANIA CULTURAL E POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL: UMA ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO DA COMISSÃO NACIONAL DOS PONTOS DE CULTURA (CNPDC) DE 2004 A 2014**" apresentada pela discente BARBARA MICHELLE DUARTE TEIXEIRA LIRA DA SILVA, estando a Comissão Examinadora composta pelos docentes: Rogério de Souza Medeiros (presidente), Simone Magalhães Brito (membro interno), Marco Antônio de Castilhos Acco (membro externo ao Programa), Nicole Louise Macedo Teles de Pontes (membro externo) e Romero Junior Venancio (membro externo). Dando início aos trabalhos, o professor Rogério de Souza Medeiros, na qualidade de Presidente da Comissão, convidou os demais integrantes da Banca Examinadora para compor a mesa. Em seguida foi concedida palavra a defendente para expor uma síntese de sua Tese que, após, foi arguida pelos membros da Comissão Examinadora. Encerrado os trabalhos de arguição, os examinadores deram o parecer final sobre a Tese, à qual foi atribuído o seguinte conceito de APROVADA, COM RECOMENDAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO. A seguir foi encerrada a reunião, devendo a Universidade Federal da Paraíba, de acordo com a Lei, expedir o respectivo Diploma de **DOUTORA EM SOCIOLOGIA**.

OBSERVAÇÕES DA BANCA EXAMINADORA

Rogério de Souza Medeiros - Presidente
Simone Magalhães Brito - PPGS/UFPB
Marco Antônio de Castilhos Acco - PGPCI/DGP/UFPB
Romero Junior Venancio - PPGF/UFS
Nicole Louise Macedo Teles de Pontes - UAST/UFRPE
Barbara Michelle Duarte Teixeira Lira da Silva - Defendente

(Assinado digitalmente em 03/09/2022 13:21)
ROGERIO DE SOUZA MEDEIROS
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
Matrícula: 2679192

(Assinado digitalmente em 07/09/2022 00:04)
SIMONE MAGALHAES BRITO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
Matrícula: 1363922

Processo Associado: 23074.081002/2022-69

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufpb.br/documentos/> informando seu número: **16**, ano: **2022**, documento (espécie): **ATA**, data de emissão: **29/08/2022** e o código de verificação: **1c0672c18b**

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586c Silva, Bárbara Michelle Duarte Teixeira Lira da.
Cidadania cultural e políticas culturais no Brasil :
uma análise da participação da Comissão Nacional dos
Pontos de Cultura (CNPdC) de 2004 a 2014 / Bárbara
Michelle Duarte Teixeira Lira da Silva. - João Pessoa,
2022.

254 f. : il.

Orientação: Rogério de Souza Medeiros.
Tese (Doutorado) - UFPB/CCHLA.

1. Sociologia da cultura. 2. Cidadania cultural. 3.
Políticas culturais. 4. Pontos de cultura. I. Medeiros,
Rogério de Souza. II. Título.

UFPB/BC

CDU 316.7(043)

À memória do meu pai João Duarte e
da minha Avó Maria Duarte.

AGRADECIMENTOS

Essa Tese de Doutorado só foi possível de ser realizada devido ao carinho e confiança e suporte dispendido por inúmeras pessoas que se fizeram presentes na minha jornada de vida e colaboraram enquanto parceiras das minhas conquistas acadêmicas e pessoais.

Agradecer, em primeiro lugar, a disponibilidade e a leitura dedicada de todos os professores avaliadores que aceitaram compor esta banca de defesa de tese.

Gostaria de agradecer a pessoa que mais tem me ensinado muitas lições, nos últimos anos, sobre o amor incondicional por meio de sorrisos, gestos, palavras e momentos de infinita beleza e plenitude, obrigada Leonardo pela nossa eterna parceria de vida, meu filho.

Ao Governo Lula e Dilma pelo seu olhar enquanto gestão para as transformações sociais por meio de elaboração de políticas educacionais para os jovens de origem popular, as quais foram determinantes para meu acesso e permanência numa universidade pública, gratuita e de qualidade.

À minha família: minha mãe, Nete Lira, pelo exemplo de mulher coragem. A minha irmã Malba Lira, por dividir essa jornada familiar de amor e proteção. A minha avó Maria Duarte (“em lembrança”) pelo seu amor e coragem em migrar com seus filhos da zona rural de Mamanguape - PB para a cidade a fim de que por meio da educação, eles pudessem ter um futuro melhor. A meu pai, João Duarte (“em lembrança”), por todos os ensinamentos e todas as brincadeiras da infância que contribuíram tanto para ser quem eu sou.

A todos os membros integrantes dos “Pontos de cultura”, com destaque, para os interlocutores que aceitaram participar dessa pesquisa, a todos os representantes da CNPq, pela força potente desse movimento cultural que vibra em cada luta e história dos fazedores de cultura do nosso Brasil profundo. Aos gestores e funcionários do MinC que contribuíram para essa pesquisa.

A Terry Mulhall pelo nosso encontro de vida que ressignificou minha trajetória, estando ao meu lado em tantas e diferentes jornadas.

Ao meu orientador, Professor Rogério Medeiros, pelos seus ensinamentos e partilhas de vivência acadêmica, em disciplinas, leituras partilhadas, estágio-docência, reuniões de discussões e o seu intenso apoio as minhas escolhas teóricas e de pesquisa, que, sempre, me deixaram livre para ser eu mesma, num equilíbrio sóbrio entre firmeza e delicadeza. Obrigada por não soltar a minha mão nessa caminhada tão longa.

A Simone Brito pela sua existência pessoal e profissional, seus conselhos tão dedicados, suas indicações teóricas e metodológicas e nossa constante troca que me apontam bons caminhos e me energizam a ser sempre uma pessoa melhor.

A Edileide Bezerra por todo o seu zelo, carinho e cuidado conosco, sem seu apoio nada disso teria sido possível. Agradeço imensamente.

A CAPES pelo financiamento da pesquisa no Brasil e pela concessão da Bolsa de pesquisa de doutorado sanduíche no exterior realizado na Cátedra UNESCO de Políticas Culturais e Cooperação da Universidade de Girona (UDG) na Espanha.

Aos funcionários do PPGS/UFPB por todo apoio e suporte dispensado durante esse doutorado que se tornou uma década.

A Valdir Santos pela parceria e pelos inúmeros aprendizados proporcionados a frente do Núcleo de Arte Contemporânea – NAC/UFPB da Paraíba. A Graça Alves, companheira de trabalho na UFPB, obrigada pela sua sensibilidade cotidiana e suas orientações de vida na nossa rotina na PROEX/UFPB.

A todos os professores que de alguma maneira contribuíram nesse itinerário acadêmico, entre eles gostaria de destacar a contribuição do Professor emérito Alfons Martinell Sempere, que me recebeu em 2015, na Cátedra UNESCO da Universitat De Girona, na Catalunya, durante estágio doutoral, e que, com muita dedicação e simplicidade, me apresentou com muito entusiasmo novas trilhas sobre as Políticas Culturais e aprendizados singulares que tive o privilégio de vivenciar durante essa experiência.

A todos os familiares e amigos que sempre torceram pelas minhas conquistas, mesmo sem muitas vezes entender o que tanto eu estudava.

Aos meus terapeutas que me acompanharam durante alguns períodos dessa jornada: Juliana Luna, Andréa Silva, Nelson Barros.

A todos os amigos que viveram essa jornada universitária, de pesquisa e/ou de amizade, e que dividiram e acompanharam esse percurso com trocas e partilhas: Isa Paula Moraes, Cybele Soares, Marcell Pessoa, Alexandre Santos, Alexandre Suassuna, Inara Amorim, Douglas Xavier, Vanessa Queiroga, Caroliane Anjos, Kérick Leite, Karla Edelweiss, Cláudio Ferreira, Antônio Fabrício, Inocência Soares, Danielle Cely, Helder Oliveira, Louise Maciel, Ana Rodrigues, Nínive Fonseca, Mara Duarte, Eliane Duarte, Michely Andrade, Marine Corde, Paulo Duarte, Carolina Batista, Lucas Bottino, Francisco Marcelo, Natassia Diniz, Aldeniza Diniz, Suely Simões, Bruna Dias, Letícia Carvalho, Bruna Belmont, Victor Lustosa, Wanderlânio Lira, Pablo Thiago, Larissa Vasconcelos, Mônica Ervolino, José Mantovani, Tia Nilda, Tia Lua (“em lembrança”), Tia Marta Suely (“em lembrança”).

Aos amigos da Universidade Federal do Ceará e da passagem por Fortaleza: Francisco Miranda, Professor Elvis, Milena Ribeiro, Jocastra Holanda, Karol Assunção, Maria Juliana, Natasha Wanderley, Álvaro Bravo, Jôsy Macedo, Thiago Rodrigues.

A todos que contribuíram direta ou indiretamente para a realização desse trabalho.

“(…) Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie. E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é tampouco, o processo de transmissão da cultura (...) O assombro com o fato de que os episódios que vivemos no século XX ‘ainda’ sejam possíveis, não é um assombro filosófico. Ele não geranenhum conhecimento, a não ser o conhecimento de que a concepção de história da qual emana semelhante assombro é insustentável (...)”. (Walter Benjamin)

RESUMO:

Este trabalho tem como objetivo analisar os processos de cidadania cultural e participação presentes na política pública de cultura intitulada “Pontos de Cultura”, implementada durante o governo do Partido dos Trabalhadores – PT (2004-2014) pelo Ministério da Cultura – MinC. Nosso foco foi analisar a relação entre a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura e o MinC investigando de que maneira o processo de “gestão compartilhada” pressuposto pelo Ministério ocorreu e fato, assim como, qual foi o papel desses representantes da sociedade civil organizada na construção e possível alteração da agenda da política pública de cultura estatal. Durante a gestão do governo do PT houve uma tentativa de desenvolver uma política pública de cultura em termos de cidadania cultural enquanto direito social básico do cidadão, em contraposição à concepção neoliberal que tratava a cultura como uma questão comercial regida pelas regras do mercado. Observamos na política cultural brasileira um conflito entre de um lado um foco na cidadania cultural e o avanço na constituição dos direitos culturais e, de outro, o centralismo estatal e a fragilidade da sociedade civil decorrente de uma cidadania incompleta ou precária nas outras esferas. Desta forma, o estudo revela os entraves e desafios a uma política cultural voltada para a cidadania cultural no contexto da cidadania incompleta ou bloqueada.

PALAVRAS - CHAVES: Cidadania cultural – Políticas culturais – “Pontos de cultura”;

ABSTRACT:

The objective of this work is to analyse the project of cultural citizenship and participation in public cultural policy entitled “Culture Points” implemented by the Ministry of Culture (MinC) during the Workers Party (PT) government (2004-2014). Our focus is on the relationship between the National Commission of Culture Points and the Ministry of Culture (MinC) investigating the manner in which the project of “administrative co-participation” presupposed by MinC occurred in fact as well as the role of civil society representatives in the construction and the possible alteration of the state culture policy agenda. During the PT administration, there was an attempt to develop a public cultural policy in terms of “cultural citizenship” as a basic social right of the citizen in opposition to a neoliberal conception that treats culture as a commercial question determined by the laws of the market. We observe in Brazilian cultural policy a conflict between on the one hand a focus on cultural citizenship and the advance in the constitution of cultural rights and on the other state centralism and fragility of civil society; the result of an incomplete or precarious citizenship in other spheres. Thus, the study reveals the obstacles and challenges for a cultural policy directed towards cultural citizenship in the context of an incomplete or blocked citizenship.

KEY-WORDS: Cultural citizenship – Cultural policy – Culture Points;

LISTA DE QUADROS E TABELAS:

Quadro comparativo de funcionários com cargos comissionados.....	pág. 113.
Fluxograma geral da gestão do MinC na relação com a organização política dos Pontos de cultura.....	pág. 117.
Gráfico da realização cronológica das Teias de Pontos de cultura de 2004 a 2014.....	pág. 131.
Gráfico da realização dos Fóruns de Pontos de cultura durante as TEIAs de 2004 a 2014.....	pág. 131.
Etapas do Programa Cultura Viva.....	pág. 154/155.
Quadro do Programa Cultura Viva seus problemas.....	pág. 162.
Quantitativo dos Pontos de cultura de 2004 a 2014.....	pág. 170.
Carta de Pirenópolis.....	pág. 178

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS:

MINC – Ministério da Cultura;

CNPdC – Comissão Nacional dos Pontos de Cultura;

CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

CONCINE - Conselho Nacional de Cinema

CNDA – Conselho Nacional do Direito Autoral

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

ONU – Organização das Nações Unidas

BID – Banco Internacional do Desenvolvimento

SDPPC - Secretaria de Desenvolvimento Programas e Projetos

SPPC - Secretaria de Programas e Projetos Culturais

CEUS – Centros Educacionais Unificados

PROGRAMA CULTURA VIVA - Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania

LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis

CGU – Controladoria Geral da União

UNE – União Nacional dos Estudantes

CPC - Centros Populares de Cultura

FUNARTE – Fundação Nacional de Artes

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

CFC Conselho Federal de Cultura

PNC – Política Nacional de Cultura

MNPC – Movimento nacional dos Pontos de Cultura

SUMÁRIO

Capítulo I – Cidadania cultural: Uma quarta etapa nos direitos de cidadania

- 1.1 A concepção de cidadania na teoria social e a contribuição de T. H. Marshall
- 1.2 Globalização, cidadania cultural e direitos culturais
- 1.3 Direitos culturais e “vida cultural” como pressupostos da cidadania cultural
- 1.4 “Pontos de cultura”: A política cultural num contexto de cidadania precarizada
 - 1.4.1 A dialética do patrimonialismo e da democratização na sociedade brasileira
 - 1.4.2 Políticas culturais participativas e os “Pontos de cultura”

Capítulo II – Políticas culturais internacionais: Trajetórias e percursos

- 2.1 Políticas culturais internacionais: Do marco inicial à influência das Agências de Cooperação Internacional
- 2.2 O papel da UNESCO na construção da agenda do debate sobre Políticas Culturais no mundo: cultura como desenvolvimento e diversidade cultural

Capítulo III - Políticas culturais no Brasil: Das artes consagradas à democratização cultural;

- 3.1 Política cultural durante o Estado novo
- 3.2 Política cultural no Regime militar
- 3.3 Ministério da cultura: Da Era Sarney a gestão de FHC
- 3.4 Um conceito ampliado de cultura: Gestão de Lula-Dilma (2004-2014)

Capítulo IV –A convergência de trajetórias pessoais e políticas no surgimento da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura

- 4.1 Trajetórias da Pesquisa
- 4.2 Por uma Etnografia Colaborativa
- 4.3 Percurso de surgimento da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura

Capítulo V –Burocracia e contra hegemonia: Disputas e resistências na constituição da política pública de cultura

- 5.1 Nuances e disputas do MinC à CNPdC
- 5.2 “Gestão compartilhada” e participativa: A dialética da democracia e do patrimonialismo
- 5.3 Burocracia x Filosofia do Programa Cultura Viva
 - 5.3.1 Redesenho dos Pontos de Cultura
- 5.4 Perspectivas sobre uma política cultural de cidadania cultural na sociedade brasileira;

6. Considerações finais

Referências bibliográficas

INTRODUÇÃO

O objetivo dessa tese é analisar quais os principais dilemas e enfrentamentos existentes na relação entre a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura (CNPdC) o Ministério da Cultura (MinC) para implementação de uma política pública de cultura com foco na cidadania cultural e no avanço dos direitos culturais numa sociedade de cidadania precarizada.

A nossa concepção sobre cidadania cultural tem a ver com um processo no qual deve ser dado ênfase não somente a fomentar o acesso aos bens culturais, nem apenas a liberdade de decidir sobre a participação na ‘vida cultural’ pelos grupos, mas, somado a esses fatores, atuar no reconhecimento da diversidade cultural dando suporte a disseminação de produções culturais de diversas minorias sociais, como forma de se contrapor a um conceito de cultura “hegemônico”, por meio da elaboração de uma pedagogia social em coletivo, capaz de estruturar a institucionalização de direitos culturais efetivos e democráticos em sociedade.

Nossa proposta foi investigar a atuação dos representantes políticos dos “Pontos de cultura” nas disputas envolvidas na construção da agenda de uma política cultural voltada de acordo com os documentos oficiais para a “cidadania cultural” e a “participação cidadã” entre Estado e sociedade civil. Os Pontos de Cultura foram a ação prioritária do Programa “Cultura Viva”, política implantada na gestão Lula/Gil em 2004 pelo MinC. Essa gestão se destacou por imprimir um conceito de cultura ampliado, que promoveu a inclusão cultural de diversos grupos e propôs uma política cultural cidadã e voltada para democratização da cultura.

No entanto, levando em conta as concepções de Schwarcz (2019) sobre a permanência do “patrimonialismo” arraigado na sociedade brasileira e ao mesmo tempo, a dialética de convivência com as tendências democratizantes de avanço da participação social, pretendemos questionar até que ponto ocorreu uma política cultural voltada para a cidadania cultural e quais os dilemas e enfrentamentos envolvidos durante esse período de 2004 a 2014 que envolveram o início da política cultural dos “Pontos de cultura” até o momento em que está se transforma em lei¹.

Sabemos que o histórico da gestão cultural no Brasil é fortemente marcado por relações de assistencialismo, no atendimento a determinada clientela artística ou no apoio

¹ O Programa Cultura Viva se transforma em Lei Cultura Viva N13018 de 22 de julho de 2014. Segue a Lei na íntegra: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113018.htm

de atividades com dificuldades de sobrevivência no mercado da “indústria cultural” (MACHADO, 1983). É verdade também que na Era Lula e Dilma² a postura da gestão pública de cultura teve um caráter mais voltado para a diversidade cultural e para a participação social na construção da política cultural.

Na perspectiva do MinC, houve um entendimento da cultura como um direito social básico do cidadão, em contraste com o modelo neoliberal que tratava a “cultura como um bom negócio” a partir das regras do mercado. Todavia, é necessário analisar de que forma ocorreu essa participação social e qual o poder de decisão da sociedade civil organizada na agenda do Estado, principalmente considerando as múltiplas influências entre Estado, mercado e sociedade civil existentes nesse processo.

No Brasil, dentre os estudos significativos sobre políticas culturais, uma das principais referências recentes é o professor Albino Rubim (2007) que caracteriza a trajetória das políticas culturais no Brasil como marcada por três tristes tradições: “ausências”, “autoritarismos” e “instabilidades”. Essas tradições estiveram representadas nos diferentes contextos políticos, seja de ditaduras ou democracias, existindo a permanência de um histórico de centralização da formulação das políticas culturais nas mãos de intelectuais representantes do Estado.

Concordamos com Rubim (2007) que a gestão do Ministro Gilberto Gil no MinC (2003-2006) representou um contraponto ao histórico das “tristes tradições”, com o Estado realizando um novo papel ativo em conexão com a sociedade civil, criando uma atmosfera de diálogo e escuta, num programa flexível que teve como objetivo a construção de uma política cultural mais democrática e cidadã.

Essa escolha por valorizar as expressões culturais da cultura popular e **“Desesconder o Brasil profundo”**³ propõe valorizar a identidade cultural do país, e estabelecer um pacto social com os representantes das classes subalternas. Desde a década de sessenta no Brasil existe um debate dentro dos movimentos de esquerda sobre a importância da valorização do “nacional-popular”⁴ enquanto representação da cultura produzida pelo “povo”. Esse debate foi amadurecido e estruturado a partir do momento no qual ocorreram algumas experiências de gestão pública de governos de esquerda. Além

² Denominamos de **Era Lula e Dilma** o período dos ciclos políticos seguidos de gestão do governo federal governados pelo Partido dos Trabalhadores. Para maiores informações, ler: **Os sentidos do Lulismo: Reforma gradual e pacto conservador**, André Singer, Editora Companhia das Letras, 2012.

³ Expressão utilizada por Célio Turino, idealizador do Programa, em documentos e discursos sobre os Pontos de cultura.

⁴ Para maiores informações sobre esse debate ler o livro: **Em busca do povo brasileiro**, Marcelo Ridenti.

disso, nos anos referidos da nossa pesquisa a política cultural do MinC levou em conta o cumprimento de uma agenda internacional determinada pela ONU⁵ e UNESCO⁶ sobre a compreensão da cultura como ferramenta para o desenvolvimento das nações e a valorização da diversidade cultural.

É importante destacar que na esfera internacional, a cultura tem sido uma ferramenta importante para o investimento público e privado. A grande distribuição de bens simbólicos no comércio mundial, como filmes, música, programas de televisão, entre outros, tem sido responsável por uma parcela considerável do crescimento econômico. De acordo com George Yúdice (2006) podemos dizer que “a cultura se tornou um pretexto para a melhoria sociopolítica e o crescimento econômico” (YÚDICE, 2006). No entanto, diversos estudos nos orientam sobre a expansão da ideia de desenvolvimento que a cultura proporciona no sentido de ressignificar os limites da economia e estar presente como um processo gerador de riquezas simbólicas.

Nesse sentido, uma preocupação constante que atravessa as agendas políticas dos países é a da cultura como estratégia de desenvolvimento nacional e internacional, que inclusive pode contribuir para a resolução de problemas sociais, como por exemplo, a erradicação da pobreza. Além disso, a celebração da diversidade cultural se alinha perfeitamente ao discurso democrático contemporâneo de plena realização dos direitos humanos (UNESCO, 2005). Essa tendência tem contribuído para o aumento do número de ações e políticas da gestão pública voltadas para o campo cultural em diversos países. Dessa maneira, observamos que o modelo de políticas culturais pautadas na diversidade cultural, que valorize a cultura de populações até então marginalizadas, com ênfase na “diferença”, tem sido um fator relevante no processo de combate da desigualdade social e na promoção da igualdade social através da valorização da autoestima das populações, acesso aos bens culturais e contribuição para a economia da cultura das classes populares.

Para além desses pontos, a ideia de “cidadania cultural” do MinC tem em vista a realização da descentralização e pluralidade da política cultural, através da inclusão e da participação das classes subalternas na construção da política pública. O ponto inicial para esse processo de alargamento da participação a nosso ver é a escolha por investir em áreas culturais e grupos até então excluídos pelo poder público e pelo mercado. Esse tipo

⁵ Sigla de abreviação de Organização das Nações Unidas - ONU.

⁶ Sigla de abreviação para Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO.

de postura avançou na proposta de contribuir para uma “gestão compartilhada” entre Estado e sociedade civil. Entretanto, nos perguntamos como ocorreu a definição e o compartilhamento de ações entre duas esferas observando que tipo de abertura foi definida pelo Estado para a participação e como essas ações impactaram diretamente na mudança da política pública? E ao mesmo tempo, como foi o contexto de formação e organização política dessa comissão de representantes dos Pontos de cultura? Que grupos e diferentes pontos de vistas compunham esse fervedouro cultural sobre os rumos da política pública de cultura e as formas de atuação e diálogo para sua construção? Quais eram as principais instâncias de participação e debate e de que maneira o MinC dialogou com essa construção implementando transformações na política cultural? São alguns dos questionamentos que nos orientam a refletir sobre o desenvolvimento da cidadania cultural pressuposta pelo MinC.

Nesse sentido, partindo da compreensão de que a estrutura da sociedade é fortemente determinada por ideias e valores, concordamos com o entendimento de que a luta de classes também pode acontecer na arena cultural. O conceito que aprimora essa relação no campo cultural é o conceito gramsciano de “hegemonia”. Acreditamos que esse conceito pode nos ajudar a compreender as diferentes disputas ideológicas que ocorrem entre as mais variadas matizes de grupos presentes na Comissão Nacional dos Pontos de Cultura (CNPdC) como representantes dos ‘Pontos de cultura’.

Nos anos 1980 e início dos anos 1990 no Brasil houve um amplo movimento político, social e cultural que buscava construir um projeto democratizante e participativo e um novo conceito de “cidadania. Esse projeto teve como grande marco a constituição cidadã de 1988, documento que falou pela primeira vez em direitos culturais, e que contribuiu para o alargamento da democracia através da participação da sociedade civil na esfera pública e nos processos de decisão. Esse amplo processo de redemocratização modificou o modo de pensar a participação e a cultura política no Brasil (Carvalho, 2002).

A partir da década de 1990 houve um crescimento exponencial no Brasil das organizações da sociedade civil. Nesse cenário de abertura democrática, as chamadas ONGs (Organizações Não-Governamentais) despontam, num primeiro momento como grupos de apoio aos movimentos sociais, e posteriormente como “entidades independentes” na articulação de políticas de financiamento e cooperação, e mais tarde como “executoras” de políticas públicas (Medeiros, 2002). Desse modo, ocorre uma estratégia do Estado em transferir parte de suas responsabilidades para a iniciativa privada, e para as ONGs em específico, pois de acordo com o discurso, político em ascensão naquele momento, estas entidades supostamente possuiriam as qualidades necessárias para o trato estatal, eficiência e burocratização aliadas à participação social.

Tendo em vista esse cenário mais amplo é importante apresentar ao leitor qual o vínculo entre o MinC e os Pontos de cultura, explicando o funcionamento da política pública dos Pontos de Cultura. Grosso modo, podemos dizer que foi um incentivo financeiro disponibilizado através de Edital público, para organizações sociais existentes há no mínimo 2 (dois) anos. Podiam concorrer ao processo ONGs, Associações, Cooperativas, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP* se demais instituições sem fim lucrativos, desde que estejam inscritas no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) há no mínimo 2 (dois) anos, e que tivessem um histórico representativo de atuação na área cultural.

É verdade que a abertura de edital público garantiu uma maior participação de uma pluralidade de grupos da sociedade civil organizada. No entanto, frente à profissionalização do chamado Terceiro Setor é necessário se questionar sobre quem são, na prática, os atores dessa construção, percebendo a heterogeneidade das relações internas nos próprios grupos, e suas ações de afirmação e disputa de poder, ou mesmo adequação a interesses da política estabelecida.

Num quadro mais geral nossa pesquisa pretende congrega por meio do debate sobre cidadania cultural e políticas culturais a convergência da relação entre as subáreas da Sociologia Política e Sociologia da Cultura. Assume-se aqui que a democratização do poder tem uma dimensão cultural, da mesma forma que a cultura tem uma dimensão política. É verdade que na maioria das vezes dentro da Sociologia esses temas cidadania e cultura vem sendo discutidos inclusive de maneira exaustiva, por cada uma das áreas, porém, na maioria das vezes de modo separado. Nosso objetivo aqui é demonstrar como essa discussão está interligada por meio do conceito de cidadania cultural, compreendendo essa ideia como algo que pretende elaborar uma mentalidade cultural que se contrapõe a cultura hegemônica, através da valorização da diversidade cultural e do respeito à dignidade humana, na qual, os governos têm um papel importante de fomento à participação na vida cultural, como também, no suporte a institucionalização de direitos culturais efetivos e elaborados democraticamente.

A nosso ver, a universalização da cidadania cultural exigiria um processo de exercer uma pedagogia social através da cultura, na qual, estaria em discussão a afirmação da cultura produzida pelas classes subalternas de um lado, e também, a mudança de questões presentes na cultura política brasileira. Portanto, acreditamos que os Pontos de

Cultura tem uma contribuição importante nesse processo que não se encerra aí, portanto, convém analisar como ocorrem as disputas políticas, processos de organização, resistências e incorporação, no nosso caso específico, dos representantes dos “Pontos de cultura”, no processo de construção de uma política pública de cultura, ao mesmo tempo, entendendo, os dilemas presentes na relação de dualidade existente entre patrimonialismo e democratização que constituem o cerne da sociedade brasileira.

Para atender aos objetivos explicitados acima, pretendemos dividir esta tese em 5 (cinco) capítulos: **O primeiro capítulo** buscou dar conta da discussão sobre as transformações da concepção clássica de cidadania, como a apresentada por T. H. Marshall atualizando o debate que relacionava a importância apenas de “classe” e “status”, para um contexto contemporâneo de refinamento do capitalismo, globalização e pluralismo identitários, no qual diferentes autores salientam a importância da expansão dos direitos sociais para diversas áreas específicas. No nosso caso, pretendemos elaborar a importância de se pensar os direitos culturais e a cidadania cultural como quarta dimensão de direitos. Apresentaremos ainda a política cultural dos “Pontos de cultura” para demonstrar como o conceito de cultura está articulado com um processo político de expansão da participação social dentro de uma lógica dialética que combina a emergência de um contexto democrático, ao passo que, carrega particularidades de uma cultura política de tradição autoritária, de centralização estatal e lógica patrimonialista. Ou seja, buscamos pensar sobre os desafios e possibilidades de transcender essa herança arcaica do patrimonialismo e de uma política de cidadania precarizada no Brasil por meio da construção da política cultural democrática.

No segundo capítulo, nos propomos a situar o debate internacional sobre as políticas culturais e as apropriações e usos da ideia de cultura pela gestão cultural. Para isso, o plano é fazer uma breve trajetória do conceito de cultura a partir da influência da discussão presente entre a França e a Inglaterra nesse debate. Por um lado, com uma visão mais elitista, a partir do Iluminismo e de sua proximidade com a ideia de civilização e progresso, e em seguida, referenciar o debate que ocorreu na Alemanha, que se caracteriza como uma visão antropológica, em função de abarcar a cultura como “modos de vida” dos diversos grupos presentes na nação, com destaque para a cultura do povo.

Para compreender ainda a mudança do debate mundial sobre cultura, é importante perceber as influências dos organismos internacionais, como ONU, UNESCO E BID na construção de um novo conceito que pretende valorizar a diversidade cultural das manifestações e dos grupos. Essa proposta foi responsável pela ideia de “cultura como

desenvolvimento” e privilegiou o investimento na economia da cultura de setores até então, excluídos socialmente pelo investimento do Estado. Concordamos com a compreensão de que o direito à cultura é um direito social básico do cidadão. Nessa perspectiva se explica o novo tom voltado para a defesa da “cidadania cultural” com que se pautam as gestões de cultura pelo mundo atualmente.

No terceiro capítulo, discutiremos a trajetória das políticas culturais no Brasil e a passagem de uma concepção voltada para as artes consagradas até o processo de democratização da cultura proposto pela gestão Lula e Dilma de 2004 a 2014 até o momento no qual a política cultural se transforma em lei. A fim de contextualizar o período seguinte mesmo não fazendo parte do nosso recorte de pesquisa, realizaremos ainda uma atualização descritiva dos acontecimentos que ocorreram posteriormente ao “golpe” contra a presidenta Dilma Rousseff. Entre eles, podemos citar o movimento “Fica MinC”, o governo Michel Temer e a destituição do Ministério que ocorreu durante a gestão presidencial de Jair Bolsonaro, no entanto, a título de contextualização apenas, sem realizar maiores aprofundamentos do que os já definidos no recorte escolhido por nós que se encerra no ano de 2014.

Continuando o percurso do terceiro capítulo, apresentamos a discussão histórica a partir do surgimento do Departamento de Cultura em São Paulo, no qual ocorreu uma gestão inovadora que com Mário de Andrade à frente resultou em posturas avançadas no sentido de desbravar a realidade do Brasil e se aproximar de uma proposta de identidade cultural do povo brasileiro. Pretendemos ainda mostrar como estiveram presentes as tristes tradições de “ausências, autoritarismos e instabilidades” denominadas por Albino Rubim, até os dias de hoje. Explicar os rumos do MinC em dois momentos principais: na gestão do ministro Francisco Weffort (1995-2002) etapa em que se entendeu a “cultura como um bom negócio”, e a ampliação do conceito a partir da gestão do ministro Gilberto Gil (2003-2008) quando ocorreu um processo de construção compactuado, numa proposta de democratizar a cultura e promover a participação da sociedade civil na construção das políticas culturais.

O quarto capítulo foi pensado, num primeiro momento, como um espaço no qual detalhamos as experiências da nossa trajetória acadêmica de pesquisa, assim como, a metodologia empregada e os caminhos de abertura junto aos interlocutores no processo de realização do campo da pesquisa. Ao mesmo tempo, em que, percebemos que seria interessante também, ser um espaço que, converge, na explanação do itinerário de formação da Comissão Nacional de Pontos de Cultura – CNPDC, a fim de compreender como surge esse corpo político constituído por agentes culturais que dialogam com o Estado na construção de políticas públicas de cultura. Iniciando assim, um processo que

se relaciona com o próximo capítulo, no qual, existe um aprofundamento maior do campo da pesquisa, por meio dos relatos das disputas políticas sobre as principais temáticas que envolveram o desenvolvimento da política pública dos Pontos de Cultura.

O **quinto e último capítulo** foi reservado para a exposição dos maiores detalhes a respeito de quais as principais disputas políticas que ocorreram entre a CNPdC e o MinC de 2004 a 2014 no sentido proposto da política pública de contribuição para a cidadania cultural, de que forma a organização em rede estimulada por essa representação política ganhou força para constituir formas de resistência e afirmação de suas reivindicações. Nossa proposta foi, aqui, perceber quais as principais instâncias de participação política, de que modo são criados mecanismos participativos que tem uma efetividade e impacto nas decisões políticas, e quais, os principais impedimentos para que as deliberações se transformem em modificações da agenda da política cultural. Estudar quais os ganhos e perdas da elaboração de um movimento social de cultura por dentro das vias estatais, quais os limites e possibilidades diante de um contexto de tradição brasileira de constituição de uma cidadania precária, entre processos de idas e vindas que mesclam a dialética entre tentativas de políticas culturais democráticas por um lado, e do outro, a permanência de lógicas estatais patrimonialistas, o que interferem diretamente num processo mais amplo de cidadania cultural em longo prazo.

Capítulo I – Cidadania cultural: Uma quarta dimensão nos direitos de cidadania

Introdução:

É um ponto comum na teoria social a existência de uma longa tradição de debate sobre a noção de cidadania, a institucionalização dos direitos sendo um dos pressupostos fundamentais na formação do estado liberal. T. H. Marshall foi o responsável pela construção de uma concepção clássica sobre cidadania que se tornou referência em todo o mundo. Segundo essa concepção a cidadania trabalha cumprindo um duplo objetivo: garantir uma maior integração social entre os indivíduos e manter a reprodução do sistema econômico.

É verdade que, precisamos considerar que as ideias de T. H. Marshall (1967) ainda mantém sua pujança e relevância no debate contemporâneo. No entanto, é importante também realizar alguns apontamentos a fim de rediscutir a temática sob o novo prisma de configuração do capitalismo atual.

O conhecido modelo do autor explicou como o conjunto de direitos de cidadania esteve ligado a uma sequência histórica de três séculos a partir da experiência do desenvolvimento do estado liberal na Inglaterra. Podemos dizer que, a concepção do Estado liberal surgiu naquele país durante o século XVII, sob a crise da sociedade feudal na Europa que exigiu uma nova forma de Estado que rompesse com uma lógica de organização sociopolítica assentada em privilégios hereditários. A burguesia cria então o Estado liberal como uma estrutura de poder político capaz de manter e ampliar suas conquistas, baseadas nos princípios de liberdade do indivíduo (MacPHERSON, 1977).

Apesar da constatação da importância da obra do autor para o debate na teoria social, inclusive na contemporaneidade, é verdade também que existem inúmeras críticas à visão marshalliana de cidadania, sob diversos prismas diferentes. As críticas mais conhecidas se referem à tendência evolucionista, à dificuldade de representar os diversos contextos específicos a partir da experiência inglesa e a omissão do debate em torno das lutas populares como referência importante para a conquista dos direitos de cidadania. (TURNER, 2002).

Baseada nesses apontamentos, nossa proposta é realizar basicamente dois percursos nesse texto: **primeiramente**, apontar a necessidade de revisão em relação aos limites do modelo proposto pelo autor tendo como foco uma perspectiva crítica à visão liberal sobre cidadania; **segundo**, propor uma nova dimensão de direitos de cidadania,

que incluía os direitos culturais, para explicar a realidade contemporânea e o atual estágio de desenvolvimento do capitalismo neoliberal e de uma sociedade multicultural.

1.1 A concepção clássica de cidadania na teoria social e a contribuição de T. H. Marshall

Antes de tudo, se faz importante explicar o percurso da concepção clássica de cidadania. É sabido que o debate sobre cidadania se apresenta como uma temática imprescindível para compreensão de contextos políticos e históricos determinados. No que se refere às origens do conceito é comum nos remetermos automaticamente ao império romano e à civilização grega. Nessa última, os valores de igualdade e liberdade ganharam relevância política notória sob o contexto da *pólis* (Reis, 2000).

No entanto, no que se refere à concepção de cidadania abordada por T. H. Marshall, existe uma clara continuidade da discussão iniciada pelo economista inglês do século XIX Alfred Marshall, cujo objetivo principal esteve baseado num cálculo econômico de que o aumento do investimento em educação poderia eliminar o “trabalho pesado” entre os homens, tornando-os “cavalheiros” ou “civilizados”. Nesse sentido, sua proposta central foi investir em educação para a construção de um mundo mais igualitário, principalmente, a partir das crianças (MARSHALL, 1967). Esse autor defendia que a cidadania era muito mais uma obrigação do Estado do que um direito legal dos indivíduos.

T. H. Marshall concordou com algumas posições afirmadas pelo autor, mas ao mesmo tempo, suas posturas teóricas se desenvolveram mais no campo da Sociologia, analisando o impacto da relação entre desenvolvimento do capitalismo e evolução da cidadania. Para ele, era possível garantir um equilíbrio social a partir de dois conceitos que a priori estariam em oposição na sociedade, a saber: desigualdade de classe e igualdade social. Nesse sentido, o autor buscou colocar em evidência o aspecto da cidadania moderna que a reveste de um conjunto de direitos garantidos pelo Estado (Marshall, 1967).

Sua perspectiva levou em consideração o fato de que os direitos de cidadania na Inglaterra foram se formando em etapas distintas: Os direitos civis no século XVIII, os direitos políticos no século XIX e os direitos sociais no século XX; As três gerações de direitos se sedimentaram ao longo desses três séculos, a descrição e período de formação de cada um ocorrendo em momentos específicos. No entanto, é importante compreender que mesmo definindo um período específico para o progresso de cada elemento de

cidadania, nada impede que posteriormente ocorra um paralelismo entre os diferentes tipos de direitos num mesmo período histórico.

Em sua proposta o autor sinalizava que o desenvolvimento dos direitos sociais dependeria da estruturação dos direitos políticos, que por sua vez também decorria da estruturação dos direitos civis. Esse é um dos motivos pelos quais a teoria de Marshall foi considerada evolucionista por muitos autores, em função da sua concepção da formação de cada tipo de direito numa sequência linear, um direito como pré-requisito para o seguinte. É uma forma de conceber a construção da cidadania como um processo de evolução natural. Como orienta Turner (1990), um “modelo evolucionário que sugere uma transição pacífica ou gradual em direção à cidadania”.

Concordamos que T. H. Marshall propõe uma visão liberal baseada na defesa dos direitos do cidadão e na valorização do individualismo. No entanto, percebemos uma tendência mais reformista se comparado ao liberalismo conservador em geral, já que ele oferece uma alternativa além da antinomia marxista e do liberalismo clássico. A ideia dele é demonstrar que o problema não estava no sistema econômico em si, mas na atuação do Estado em proporcionar mecanismos de integração social. Para isso, defendeu que o avanço da cidadania teria o objetivo de garantir certa igualdade entre os indivíduos, que poderia ser compatível com as desigualdades do capitalismo. Nas palavras do autor: “A desigualdade do sistema de classes sociais pode ser aceitável, desde que a igualdade de cidadania seja reconhecida” (Marshall, 1967, p. 62).

Nessa perspectiva, o Estado funcionaria como uma esfera independente da economia ou relativamente autônoma, na qual o seu desenvolvimento ao longo dos anos, através das etapas da cidadania, teria como papel interferir na economia diminuindo as desigualdades sociais entre os diferentes grupos por um lado, e contribuindo para o avanço da economia de mercado, por outro. Importante frisar que o pensamento do autor sobre a diminuição das desigualdades sociais teria um limite, já que considerava a pobreza como algo indispensável ao funcionamento do sistema social, com a ideia de corrigir os níveis altos de indigência, mas sem realizar processos mais amplos de transformação social, como explica:

“Mas a diminuição na influência das classes nessa forma não constituiu um ataque ao sistema de classes. Ao contrário, almejava muitas vezes conscientemente, a tornar o sistema de classes menos vulnerável ao ataque através da eliminação de suas consequências menos defensáveis. Aumentou o nível do piso no porão do edifício social, e, talvez o tornou mais higiênico do que antes. Mas, continuou sendo um porão, e os andares mais elevados do prédio não foram afetados”. (MARSHALL, 1967, p. 78-79).

Podemos dizer que a definição do conceito de cidadania em T. H. Marshall seria um direito universal ou com “intenção universalizante” garantido pelo Estado, que se aplicaria aos cidadãos deste Estado, independente das suas diferenças de classe social; Como sugere o autor: “A cidadania é um status concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade. Todos aqueles que possuem o “status” são iguais com respeito aos direitos e obrigações pertinentes ao “status” (MARSHALL, 1967, p. 76). Entretanto, nem todos os períodos históricos forneceram elementos que possibilitassem uma relação de igualdade entre os seus membros.

De acordo com T. H. Marshall (1967), só foi possível entender os problemas atuais de desenvolvimento da cidadania a partir da “escavação do subsolo da história passada”. Em outras palavras, existiria uma ligação estreita entre a formação social específica e o tipo de cidadania estabelecida em cada período histórico. No Feudalismo, o “status” era a marca da desigualdade, e não existia qualquer princípio ou código de igualdade dos cidadãos que pudesse contrastar com a desigualdade de classes (ANDERSON, 2016).

Já na primeira organização do estado capitalista, temos a Aristocracia como classe dirigente responsável por garantir através do contrato social, mecanismos de segurança e paz entre os indivíduos. A partir daí se formaram os impérios como organizações políticas que concentravam o poder e as decisões sobre a sociedade nas mãos do monarca. Com a emergência do capitalismo e a ascensão da burguesia, surgem os estados-nações que atuam na regulação e organização dos mercados em nível nacional e internacional a fim de viabilizar o desenvolvimento econômico de forma mais ampla e sistematizada (BRESSER-PEREIRA, 2008).

No âmbito político e cultural, os estados-nações tiveram um papel importante na afirmação de valores representantes de uma identidade cultural homogênea. Isso teve como resultado a formação de uma comunidade nacional integrada com partilha de valores entre os seus membros (BRESSER-PEREIRA, 2008). Foi estimulado assim, um sentido maior de obrigação por forças exteriores ao sujeito, ao mesmo tempo, em que foi possível perceber um sentimento de pertencimento a uma comunidade pelos indivíduos, através do reconhecimento dos seus deveres e da elaboração das suas garantias constitucionais através do Estado.

De acordo com Elisa Reis (1998), a concepção de cidadania esteve intimamente relacionada a dois fatores preponderantes: a consolidação do Estado-nação e o desenvolvimento do capitalismo. Sabemos que a expansão do sistema capitalista provocou um grande abismo social através da concentração de renda das elites

econômicas e políticas que proliferou a pobreza, entre outros problemas sociais que derivam dela, o que atingiu, sobretudo, a grande massa da população. Neste sentido, é importante perceber o funcionamento da cidadania de forma ambígua: De um lado, trazendo benefícios importantes de justiça social para as classes menos abastadas, e do outro, sendo fundamental para a evolução do sistema capitalista.

Do ponto de vista sociológico, porém, a questão central se refere ao mecanismo social que está por trás deste processo. Na concepção evolucionista de T. H. Marshall, a elaboração dos direitos de cidadania sob a conjuntura da formação do estado moderno na figura dos estados-nações, buscou garantir uma maior equidade social entre os seus membros e contribuir principalmente para a redução da pobreza. Essa concepção, como pretendo demonstrar mais a frente, e como E. P. Thompson mostrou, não levou em consideração a maneira em que a cidadania foi uma conquista por parte dos pobres contra o Estado (THOMPSON, 2009).

Percebemos que T. H. Marshall optou por negligenciar as tensões presentes na sociedade a partir do debate sobre classe, ao mesmo tempo em que reproduziu um papel de supervalorização das classes dominantes e da burocracia estatal no processo de construção da cidadania. Isso é algo que, em parte, compromete a sua teoria, principalmente, no que diz respeito à consideração de que os processos evolutivos uma vez estabelecidos, não podem sofrer retrocessos ao longo do tempo.

Sabemos que os estudos nas Ciências Sociais sobre o comportamento das elites em relação à pobreza e à desigualdade social ainda são escassos, apesar de alguns autores nos apontarem a relevância e importância central que essa categoria ocupa na influência da estruturação das agendas política e econômica das nações, assim como, em amplos processos decisórios (Reis, 2000). No entanto, é importante reconhecer que esses processos não ocorrem sem disputas e pressões exercidas pela diversidade de setores populares existentes na sociedade que reivindicam seus interesses a fim de que sejam pensadas estratégias de mudanças sociais que possam atender as suas demandas específicas.

Numa análise realizada sobre as políticas nacionais durante a configuração do “estado de bem estar” na Europa, De Swann (1988) nos oferece uma contribuição que destaca a importância da compreensão das elites sobre os problemas sociais como uma dimensão coletiva que afeta toda sociedade. Nesse sentido, é construído o sentido a partir das elites europeias de que o Estado nacional é um agente coletivo e que além do controle rigoroso da recepção dos tributos, deve se responsabilizar também pela solução de

problemas sociais que podem afetar o desempenho da sociedade como um todo. Essa nova mentalidade percebe vantagens em estimular e apoiar o poder público na provisão de serviços sociais e dos bens de cidadania para a população em geral.

Concordamos que, um dos fatores que contribuíram para a consolidação do “Estado de bem estar” na Europa e a institucionalização do conjunto de direitos que compõem a ideia de cidadania moderna, foi o processo de “interdependência” das elites, ou seja, uma consciência social que apoiou o investimento do Estado em políticas sociais. Os objetivos das políticas sociais eram garantir a diminuição da pobreza, melhoria dos índices sociais, e conseqüentemente, o progresso da sociedade entre os diversos grupos (Reis, 2000).

Compreendemos e valorizamos o papel dessas elites nesse processo, no entanto, questionamos a atribuição exclusiva denotada na obra de T. H. Marshall, pois consideramos que isso seria conceber a evolução da cidadania de forma unilateral, como algo passivo e imposto de cima para baixo pelas classes dominantes à população. E nesse caso, se faz importante não desmerecer o potencial de ação prática, organização e reflexividade do conjunto de setores populares e de trabalhadores organizados da sociedade.

Por isso, é imprescindível, antes de tudo, compreender a sociedade na sua multiplicidade de processos participativos e dinâmicos a serem representados por diversos atores e grupos sociais. Sendo de suma importância, considerar o poder e a intensidade na realização das pressões sociais dos ciclos revolucionários de trabalhadores e movimentos populares daqueles séculos, cuja atuação também precisa ser valorizada como relevante para conquista dos direitos de cidadania (Turner, 2002; Hobsbawm, 2009). Aliás, é importante lembrar que foi exatamente na Inglaterra daquela época, assim como na França e na Itália, onde eclodiram as principais revoluções e lutas populares para a conquista de direitos, realizadas por movimentos populares, sindicatos e organizações populares que representaram diversos segmentos das classes subalternas (Thompson, 2009).

Uma das principais críticas feitas por diversos comentadores à visão de T. H. Marshall diz respeito justamente a sua visão sobre as lutas populares. É verdade que o autor reconhece a existência dessas lutas, porém não acredita que a cidadania é resultado delas. No seu posicionamento, nos deixa a compreensão de que o desenvolvimento da cidadania se realizou em função da vontade política das elites, através de um processo de “outorga” das classes dominantes (SAES, 2000; TURNER, 2002).

Entretanto, um dos motivos que nos interpelam a questionar essa assertiva é o fato de que historicamente, sempre ocorreram disputas entre as classes sociais pela instauração de direitos, avanços e recuos das elites em alguns momentos da história, que perderam a “interdependência” como salienta Reis (2000) com os demais setores, principalmente, quando o avanço da cidadania questionou certos privilégios, ou mesmo provocou uma maior desestabilização da desigualdade social (HOBBSAWM, 2009).

Dessa maneira, mesmo compreendendo a importância clássica do seu esquema explicativo sobre as gerações de direitos de cidadania na sociedade inglesa, que posteriormente se transformou numa teoria geral sobre cidadania, acreditamos que houve um excesso de institucionalismo e burocratismo na leitura social do autor, o que a nosso ver, prejudicou uma observação mais ampla da interferência do movimento dialético da totalidade das classes e grupos sociais que compõem a sociedade, já que é importante reconhecer a atuação da sociedade civil na consolidação dos processos reais de cidadania (SAES, 2000).

É claro que precisamos considerar que o terreno escolhido pelo autor foi permeado por tensões de todos os tipos, e que de fato há uma complexidade considerável na convivência entre a estrutura econômica do capitalismo e os direitos de cidadania. Entretanto, o que fica claro para nós é que, o ponto de vista do autor se concentrou no Estado como organismo estabilizador do sistema social. Nesse sentido, seria importante perceber se houve uma teoria do Estado, junto com a sua teoria da cidadania, que pudesse deixar mais claro os seus propósitos, e ao mesmo tempo, considerar fatores que estão além do Estado e que disputam e interagem com ele, a exemplo dos grupos da sociedade civil, que em qualquer teoria sobre cidadania precisam ser pautados como referências importantes para sua construção (Turner, 2002).

Seguindo a categorização de T. H. Marshall que inicia o desenvolvimento dos direitos de cidadania a partir dos direitos civis, é importante considerar que esses direitos tiveram a intenção de garantir algumas questões primárias para a igualdade social, como o direito de ir e vir, a liberdade de expressão, o direito à propriedade e o direito a um julgamento justo através do primeiro direito civil estabelecido, o *habeas corpus* (Marshall, 1967). Assim, o mais importante nisso tudo é perceber que a condição moderna de cidadania e o surgimento do Estado democrático de direito pretendeu romper com as relações patrimonialistas e corporativistas baseadas nos interesses privados de donos de propriedade, tendo como fundamento principal a defesa do interesse público e universal (MacPHERSON, 1977).

É verdade que a instauração desses direitos foi responsável por um efeito real que investiu o indivíduo em sujeito de direito, proporcionando liberdade e poder de mobilidade às classes trabalhadoras, o que não era possível anteriormente àquele período em função dos resquícios da influência do regime feudal, assim como, pela formação dos monopólios locais e familiares. Estamos nos referindo a um contexto no qual as ocupações eram estabelecidas em função de determinadas classes sociais e do domínio de determinadas famílias, existindo inúmeras barreiras que impediam o processamento do sistema econômico de modo eficaz e sua reprodução em larga escala.

A mudança que ocorreu se referiu à quebra dos monopólios hereditários, já que a restrição ao direito de trabalho passou a significar uma ameaça à prosperidade da nação. Nesse caso específico, o reconhecimento desse direito significava uma mudança de atitude fundamental. Os monopólios locais ou grupais não estavam mais ligados ao interesse público, pelo contrário, era de interesse público a garantia da participação ampla dos indivíduos e a luta contra o clientelismo. A partir desse contexto, precisamos concordar que, os direitos civis forneceram condições para o fomento da igualdade e das liberdades individuais entre os cidadãos, que apesar de formal em função das diferenciações econômicas, contribuiu para a formação de uma sociedade mais integrada e coesa.

No momento que o indivíduo pertence a uma comunidade específica e existe um conjunto de leis que garante a ele direitos específicos e também deveres, o descumprimento dessas leis significa não apenas uma ação contra um indivíduo, mas contra o conjunto da sociedade, além de atingir os princípios estabelecidos pela constituição. Com o intuito de controlar o cumprimento dessas regras sociais são criados órgãos reguladores como os tribunais de justiça. Nesse sentido, os membros de uma sociedade por mais diferenças que possam carregar, são considerados iguais a partir da lei, como cidadãos, e dessa maneira, devem existir leis que funcionem para todos; Esse é o momento no qual a cidadania deixa de ser local para se tornar nacional.

É fato que os direitos civis tiveram um papel fundamental para o desenvolvimento da economia de mercado, já que a sua institucionalização facilitou diversas transações econômicas como foi o caso de celebração de contratos, aquisição e manutenção de propriedades privadas, assim como, a livre circulação de trabalhadores por diversas cidades em ocupações de sua vontade, o que não era possível no sistema feudal (SAES, 2000).

Sobre os direitos civis, Marshall (1967) nos explica: “... esses direitos não estavam em conflito com as desigualdades da sociedade capitalista; eram, ao contrário, necessários para a manutenção daquela determinada forma de desigualdade”. (grifos meus, Marshall, 1967, p.24). Percebemos assim que houve uma funcionalidade específica entre o desenvolvimento dos direitos civis e à reprodução do capitalismo. Ainda como nos sugere Saes (2000): “a instauração dos direitos civis teria sido indispensável à própria implantação do capitalismo, já que sem tais direitos os homens não poderiam participar livremente do mercado, seja como compradores, seja como vendedores de força de trabalho” (Saes, 2000, pág. 06).

Assim, os direitos civis corresponderiam segundo ao autor a uma “fase mais individualista” do capitalismo, prevalecendo a ideia de garantia dos direitos individuais sob a proposta de direitos coletivos. Desse modo, embora uma das consequências da expansão do capitalismo tenha sido a diminuição da desigualdade política entre aristocracia e burguesia, seria um equívoco dizer, como T. H. Marshall acreditou que o avanço da cidadania proporcionaria a diminuição da pobreza extrema e a igualdade de oportunidades a todos.

No que se refere à análise histórica dos direitos civis durante o século XVIII feita por T. H. Marshall, notamos um cenário bastante favorável para os representantes das elites econômicas, que se diversificaram e ampliaram os seus mercados, na luta contra a Aristocracia e o Clero, e na construção de um segundo estado que favoreceu uma maior estratificação social da participação econômica, através, principalmente, da atuação da burguesia (Coutinho, 1999).

Podemos concluir daí, que os direitos civis não contribuíram diretamente para a diminuição da desigualdade social, mas por outro lado, atenuaram as relações de pobreza e desigualdade principalmente entre os segmentos menos favorecidos, já que segundo nos explica o próprio autor, apesar de existir uma igualdade formal perante a lei, a própria lei convivia com barreiras específicas que dificultavam o seu pleno desenvolvimento, ou o desenvolvimento de uma cidadania plena, entre esses impedimentos citados por ele estão o preconceito de classe e a distribuição desigual das rendas (Marshall, 1967).

Apesar de ser indiscutível a importância da contribuição de T. H. Marshall na formação da concepção clássica de cidadania, relacionando sua proposta de sequência de direitos a uma dimensão histórica ligada há séculos específicos, percebemos alguns empecilhos na sua teoria que comprometem uma leitura mais realista de como os

momentos históricos influenciaram a conquista por direitos de cidadania e sua lógica processual.

Fez parte do projeto do autor demonstrar que a cidadania seria uma possibilidade de equilibrar as tensões existentes entre o desenvolvimento do capitalismo e a desigualdade de classe, pois o desenvolvimento dos direitos de cidadania seria responsável por gerar um processo de harmonização social, ou de maneira mais simples, evitar o conflito social. Entretanto, a partir do momento que o autor resolve não abordar a dimensão de classe, bem como as disputas existentes entre os grupos sociais no processo citado por Hobsbawn (2009) como “dupla revolução” (Revolução industrial e Revolução Francesa), assim como, a partir de outros processos de lutas que contribuíram para a consolidação dos direitos é assumida a uma interpretação da cidadania a partir da ótica do Estado, ou seja, de cima para baixo, que não considera a diversidade de posições políticas e posturas presentes na sociedade.

Desse modo, compreendemos que, para interpretar a construção da cidadania dentro de uma dimensão histórica real é extremamente relevante levar em conta os pontos de vistas dos diferentes grupos sociais, para que se possa ter um apanhado das diferentes relações de poder que constituem o emaranhado social. Sendo assim, quando pensamos sobre a atualização das teorias de T. H. Marshall para uma leitura da cidadania na contemporaneidade precisamos considerar alguns aspectos que o autor não valorizou, mas que, na nossa compreensão são bastante relevantes.

Não é nossa ideia questionar as escolhas teóricas do autor, nem a validade da sua sequência histórica e evolutiva, que na verdade é bastante útil para nosso trabalho e relevante para o campo da teoria social em geral. No entanto, acreditamos que o diálogo com determinada perspectiva marxista a partir de alguns conceitos presentes na obra de Antônio Gramsci, por exemplo, pode nos amparar para compreender qual o papel das classes subalternas nesse processo, na perspectiva de que a construção da cidadania teve inúmeros lados além da visão conservadora de que ela foi resultado apenas da proposição das elites políticas (GRAMSCI, 1989; COUTINHO, 1999).

Nesse sentido, é preciso deixar claro que nossa proposta não é realizar um confronto de paradigmas entre o liberalismo e o marxismo, mas a possibilidade de diálogo no sentido de demonstrar a existência das disputas de poder entre as classes e grupos sociais para a aquisição de seus objetivos específicos através dos processos de luta e reivindicações, levando em conta como nos orienta Turner (1990), que “as lutas sociais são o motor central da unidade para cidadania”.

Quando falamos em termos mais amplos sobre a perspectiva gramsciana nos referimos a um conjunto de teorias que tem como objetivo a emancipação das classes subalternas, o que está condicionado a uma mudança da estrutura vigente, já que assim como Marx, o autor acreditava que isso seria concretizado a partir da ação e organização do proletariado, para Gramsci a partir da formação do “bloco histórico” (Silva, 2010). No entanto, se estamos falando de cidadania que é, grosso modo, a garantia de igualdade social dentro do sistema capitalista, e se o objetivo final de Gramsci assim como Marx era a derrubada do sistema social através da revolução, de que maneira suas teorias podem colaborar para o entendimento da ideia de cidadania?

Sabemos que Antônio Gramsci não se concentrou nos seus escritos em debater cidadania dentro de uma perspectiva liberal porque o que era mais interessante para esse autor no contexto de sua época era discutir as possibilidades de um horizonte revolucionário e crítica ao capitalismo a partir de uma visão marxista. No entanto, o que é importante para o nosso trabalho é o processo de sofisticação que esse autor realiza em torno de alguns conceitos marxistas que nos mostram uma variedade de classes e grupos subalternos com ideologias diferentes, mostrando a existência de várias disputas de “hegemonia” num movimento contínuo de disputa com as classes dominantes dentro da sociedade capitalista (GRAMSCI, 1989; PORTELLI, 2002). A sua reformulação do conceito de “hegemonia” que enfatiza a força da sociedade civil e importância das lutas culturais, reforça a atualidade das suas ideias, assim como, nos mostra o quanto é imprescindível pensar a questão da cidadania tendo como base e consideração seus apontamentos sobre a presença das disputas entre capitalistas e trabalhadores para a obtenção de direitos.

A partir dessa fundamentação teórica, destacamos que, a nosso ver, a linha evolutiva proposta por T. H. Marshall não deu conta de demonstrar que existiram muito mais idas e vindas nos processos de consolidação de cidadania do que foi evidenciado, já que muitos direitos só foram garantidos em função da conquista das classes trabalhadoras que durante inúmeros episódios históricos permaneceram em longos processos de luta por melhores condições de trabalho, pela flexibilização das regras de participação no mercado, pela igualdade de participação política, pela asseguuração de direitos sociais, entre outros. Ao mesmo tempo em que, as classes dominantes realizaram ações de recuos quando perceberam que os direitos de cidadania poderiam afetar seus lucros e sua posição hegemônica de poder, a conquista dos direitos políticos é um grande exemplo disso.

Em termos de demarcação histórica, segundo T. H. Marshall, podemos dizer que a formação dos direitos políticos ocorre durante o século XIX, quando os direitos civis já haviam sido conquistados, é claro, considerando as limitações já citadas para sua total efetivação. Entre os direitos políticos podemos considerar a possibilidade de votar e de ser votado, assim como o direito de associação em torno de um grupo ou organização política (COUTINHO, 1999).

De acordo com T. H. Marshall a proposta não era a criação de novos direitos, mas a doação de velhos direitos a novos setores da população. No século XVIII os direitos políticos eram deficientes não em conteúdos, mas na distribuição. O direito de voto foi aprovado em 1832, mas a população votante ainda somava apenas um quinto da população adulta masculina, representante de uma classe econômica determinada. Com a lei do sufrágio universal em 1918, podemos dizer que a igualdade política estabelecida, mas não em todos os termos (MARSHALL, 1967). De acordo com Coutinho (1999):

“A transformação do direito universal ao sufrágio em um direito positivo só se completou na Europa no século XX. (E, no Brasil, só em 1988, quando a Constituição em vigor suprimiu a proibição de voto aos analfabetos.) Em muitos países europeus, os trabalhadores tiveram de promover amplos movimentos sociais, como greves gerais, para conquistarem esse direito. Isso já indica um fato fundamental: a generalização dos direitos políticos, até mesmo nesse nível do sufrágio, é resultado da luta da classe trabalhadora. Não me parece casual que o primeiro movimento operário de massa, o cartismo inglês, que atuou na primeira metade do século XIX, tivesse fixado como sua principal bandeira de luta - ao lado da redução legal da jornada de trabalho - precisamente o sufrágio universal. Foi assim em luta contra o liberalismo burguês, contra suas teorias e práticas, que os trabalhadores (e as mulheres) transformaram em direitos positivos da cidadania moderna os chamados direitos políticos”. (Coutinho, 1999, p.08)

As questões abordadas pelo autor são bastante pertinentes, seja do ponto de vista histórico, a partir de uma leitura das ações e principais reivindicações das classes subalternas daquele período, seja em torno da dimensão teórica que valoriza o aspecto de disputa de poder existente entre as classes e frações de classe na sociedade. O que fica claro para nós, é que à medida que os direitos de cidadania foram avançando e ficando mais claras as posições específicas dos determinados grupos para a manutenção dos seus privilégios por um lado e para a obtenção de espaços de poder por outros.

Em outras palavras, apesar de serem estabelecidas medidas para democratizar a cidadania política e incorporar a participação das classes menos abastadas, as elites políticas continuavam impedindo a participação desses setores e monopolizando os espaços formais no jogo político, a fim de garantir a manutenção dos seus interesses

econômicos. Baseados nos princípios teóricos que formam as visões mais tradicionais do liberalismo clássico, existia a ideia de que para exercer direitos, no caso de votar e ser votado, seria necessário uma capacitação civil para tal que estaria ligada ao status econômico e cultural exclusivamente pertencente às elites (Rêgo, 2008).

Nesse sentido, observamos que este foi um argumento recorrente na valorização das elites como representantes do povo, pois estas estariam mais aptas ao exercício de cargos de liderança nos espaços políticos, o que foi justificado pelo fato de que estas haviam recebido uma formação e educação voltada para tal fim. A defesa dessa proposição reducionista e enviesada foi responsável por uma cultura política da exclusão em relação à participação dos setores populares e minorias como mulheres, negros, analfabetos, entre outros grupos minoritários, sob o pretexto de que eles não teriam autonomia decisória suficiente para a participação política (Rêgo, 2008). Sobre esse tema, nos orienta ainda Walquíria Leão Rêgo (2008):

“No Ocidente, no geral, estes conjuntos de privilégios e prerrogativas que garantiram as antigas ordens foram sendo paulatinamente cancelados pelas lutas por direitos democráticos. Muitas vezes isto ocorreu no bojo de movimentos nacionalistas de tipo cívico e de outros movimentos reivindicatórios de paridade social. Assim, na cena pública, compareciam novos sujeitos demandantes de direitos de igualdade e de liberdade. Na maioria dos casos, a detonação destes processos, após longa germinação, deu-se durante e depois da Primeira Grande Guerra. Assim, surgiram importantes experiências democráticas, como as democracias participativas dos conselhos de soldados, de mulheres e de operários, etc., tanto no bojo da República de Weimar, como no início da revolução russa, na revolução húngara de 1919, nos conselhos de fábrica de Turim, e ainda, na experiência da Viena Vermelha de 1919-1934” (Rêgo, 2008, p. 151).

A autora nos apresenta uma série de experiências históricas nas quais as classes subalternas realizaram processos de luta em defesa dos direitos políticos e da democracia como sistema político que pode incluir e conciliar as diferenças sociais presentes nas sociedades capitalistas ocidentais. Nesse sentido, mais uma vez podemos perceber que o longo processo de efetivação da cidadania política só foi possível em virtude das lutas sociais, como um processo que ocorreu de “baixo para cima”, em função da organização da sociedade civil e da sua ação direta sobre o Estado (COUTINHO, 1999).

Há quem acredite que a cidadania e as políticas sociais são estratégias das classes dominantes para frear os processos revolucionários de organização dos trabalhadores, a exemplo de alguns representantes do marxismo ortodoxo. A nosso ver essa é uma visão mecanicista e reducionista sobre a realidade social. Diferentemente desse ponto de vista, o que Gramsci percebeu foi que a formação social e a situação ideológica é sempre mais

complexa do que a dicotomia burguesia-proletariado como sinalizava Marx (Gramsci, 2000).

Nessa perspectiva, acreditamos que sua ‘teoria do estado ampliado’ pode ser bastante útil para explicar a diversidade de movimentos contemporâneos e sua relação de disputa e construção das demandas junto aos segmentos do Estado. Diferentemente da visão marxista que acreditava que o estado era o “comitê executivo da burguesia”, Gramsci defendeu que o Estado seria a junção ao mesmo tempo da sociedade política e da sociedade civil. Sua perspectiva sobre sociedade civil se difere da visão marxiana assumindo uma conotação positiva, que considera as diferentes ideologias dos diferentes grupos que compõem a sociedade. O autor apresenta uma visão tripartite de sociedade civil, como uma arena de luta pela disputa de “hegemonia” no diálogo com o estado e com o mercado. Algumas vezes ela é parte do estado e em outras se coloca como oposição que disputa posições na construção da agenda estatal (COUTINHO, 1999).

A nosso ver existe uma relação fundamental entre a concepção de “Estado ampliado” gramsciana e os processos de desenvolvimento da cidadania. Assim, antes de tudo, é importante citar que embora existam limitações em determinada visão “etapista” marshalliana que divide os direitos em séculos de maneira sequencial e progressiva, o que nem sempre pode ser aplicável de maneira similar em outros países, no entanto existe um sentido lógico nessa divisão em formato evolutivo, já que de acordo com seu modelo cada direito fornece os parâmetros básicos para a constituição do direito seguinte.

Assim, observamos que para ocorrer o desenvolvimento dos direitos sociais como terceiro elemento fundamental dos direitos de cidadania, foi necessário que os direitos políticos estivessem num certo grau de progresso. Nesse contexto, apenas quando ocorreu um avanço na discussão em torno da ampliação da participação política formal, em instâncias oficiais, como também a partir do direito à livre organização em torno de movimentos associativos que agora faziam parte da ampla e diversificada esfera pública, é que foi possível discutir mais profundamente como o Estado poderia atuar no fortalecimento de políticas voltadas para a igualdade como princípio de justiça social (MARSHALL, 1967).

Como podemos ver, a ampliação dos direitos políticos favoreceu a organização dos trabalhadores e de outros grupos representantes de minorias através de sindicatos e associações que lutaram em intensos processos revolucionários por transformações que proporcionassem o estabelecimento dos direitos sociais como garantia universal dentro

do sistema capitalista. Nesse sentido, como T. H. Marshall (1967) nos indica: “(...) embora a cidadania, mesmo no final do século XIX, pouco tivesse feito para reduzir a desigualdade social, ajudara a guiar o progresso para o caminho que conduzia diretamente às políticas igualitárias do século XX” (MARSHALL, 1967, p. 84).

No que se refere ao século vinte, podemos dizer que a sua primeira metade foi caracterizada por uma fase imperialista do capitalismo, na qual as potências europeias se enfrentaram através da primeira guerra mundial, que teve como objetivo expandir seus territórios e consolidar sua hegemonia econômica e política mundial. No entanto, como é próprio do capitalismo, o ciclo de progresso desenfreado deu lugar a uma intensa crise econômica e a necessidade de reestruturação das suas formas de organização. Assim, guiados pela perspectiva de corrigir os problemas econômicos criados pelo estado liberal, mas também, por um interesse latente em discutir a igualdade e os direitos humanos como um princípio de justiça social, que foi intensificado nas discussões pós-segunda guerra, foi criado o estado de “bem-estar social” e como consequência dele, o desenvolvimento dos direitos sociais de cidadania.

Observamos que em toda sua discussão sobre cidadania, T. H. Marshall destaca o fato de os direitos sociais ocuparem uma posição central em comparação com os outros tipos de direitos. O percurso realizado sobre a evolução dos tipos de direitos funcionando como uma preparação para o momento mais complexo a ser analisado: o impacto do desenvolvimento dos direitos sociais sob as classes sociais (MARSHALL, 1967); Percebemos que até o momento nem os direitos civis nem os direitos políticos haviam questionado de forma mais incisiva o domínio social e político estabelecido pelos detentores da propriedade privada.

A constituição dos direitos sociais funcionou como um momento de maior equiparação das desigualdades de classe funcionando como uma contradição, em termos, ao funcionamento do capitalismo enquanto sistema econômico, uma vez que, a implementação de políticas sociais nesse sentido poderia influenciar consideravelmente nas posições de classe da sociedade (Turner, 1990). Como expõe o próprio autor:

“O objetivo dos direitos sociais constitui ainda, a redução das diferenças de classe, mas adquiriu um novo sentido. Não é mais a mera tentativa de eliminar o ônus evidente que representa a pobreza nos níveis mais baixos da sociedade. Assumiu o aspecto de ação modificando o padrão total da desigualdade social. Já não se contenta mais em elevar o nível do piso do porão do edifício social, deixando a superestrutura como se encontrava antes. Começou a remodelar o edifício inteiro e poderia até acabar transformando um arranha-céu num bangalô. É, portanto, importante considerar-se se tal objetivo final se encontra implícito na natureza desse desenvolvimento ou se, como assinali acima, há

limites naturais a tendência contemporânea para uma maior igualdade social e econômica”. (Marshall, 1967, p. 88-89).

O que notamos a partir dessa citação é que as contradições presentes na relação entre cidadania e capitalismo como princípios opostos ficam cada vez mais evidentes a partir do desenvolvimento dos direitos sociais. Apesar de o autor deixar claro que não iria se aprofundar no debate sobre classe em seu texto e de demonstrar sua ênfase em torno da igualdade através do *status* e não das rendas, em alguns momentos sua postura se torna ambivalente, afirmando que a cidadania pode interferir na questão de classe mais do que ele mesmo havia previsto. Como já salientamos anteriormente, a postura de não levar em conta as diferenciações de classe acabam por prejudicar não só a leitura de como ocorrem os processos de conquista dos direitos de cidadania, como também uma interpretação mais ampla da realidade a qual estamos inseridos.

Se já havíamos considerado que nos outros tipos de direitos existiram disputas entre as classes, o que dizer sobre um momento no qual o estado privilegia abertamente muito mais o direito coletivo em contraponto ao direito individual já preconizado? Nesse caso, se passa a investir em saúde, educação e assistência social como um direito universal e dever do estado, processo que é fundamental para assegurar uma maior equidade social e melhores condições de bem-estar social da população, o que favorece principalmente os segmentos menos privilegiados da sociedade.

É fato que houve uma insatisfação muito grande das classes dominantes, alegando que o investimento em políticas sociais estaria onerando o estado, estimulando a preguiça (numa visão baseada em estigmas sociais) e limitando o direito individual e as leis do mercado (Coutinho, 1999); A grande preocupação das elites foi que as horizontalização das políticas de cidadania pudessem interferir a ponto de modificar a estrutura social hegemônica, da qual eles eram signatários e beneficiários.

A partir de questões por eles mesmos problematizadas, T. H. Marshall elabora respostas e uma conclusão que para nosso trabalho parece ser relevante. Sua conclusão final sobre os dilemas que envolvem o relacionamento da cidadania e classe social irá considerar que o enriquecimento do status de cidadania teve um impacto direto sobre a diminuição da desigualdade de classe na sociedade capitalista. Um dos pontos importantes a serem ainda considerados no debate do autor é o tema do acesso à educação como um direito de cidadania que colaboraria para um leque mais amplo de ocupações. Isso seria fundamental para operar mudanças nas relações de estratificação social (Marshall, 1967).

Embora concordemos com o autor, no que se refere ao fortalecimento do status de cidadania frente a desigualdade de classe, que pôde ser visto principalmente no início da segunda metade do século vinte até os anos setenta, discordamos que esse processo seja irreversível como o autor prenunciava. Isso porque, se analisamos os diferentes processos de luta contemporânea pelos direitos de cidadania, percebemos que vem existindo uma nova disputa na balança de classe na qual as elites e a direita internacionalmente vêm se afirmando e modificando a legislação já garantida em torno dos direitos sociais para os trabalhadores, ao mesmo tempo em que ocorre uma concentração maior da renda entre os mais ricos, aumentando o abismo da desigualdade social em vários países do mundo. No que se refere a esse ponto, Décio Saes (2000) nos orienta:

Sabemos que, em todos os países capitalistas (mormente na Inglaterra de Marshall), as classes dominantes movem neste momento, com intensidade variável, um ataque aos direitos sociais. Também não ignoramos que esse ataque tem sido mais bem-sucedido nos países capitalistas periféricos que em muitos países europeus; e isso porque, na periferia do capitalismo, o leque de direitos sociais é invariavelmente bem menos amplo e a capacidade de resistência das classes trabalhadoras às políticas neoliberais é regularmente bem inferior. De qualquer modo, (a operação em curso de destruição dos direitos sociais sugere que nem *todos* os direitos se tornam, uma vez implantados, irreversíveis) (Saes, 2000, p. 14).

De certa forma, o que podemos perceber é que houve certa rigidez do autor em não considerar o conflito social como uma categoria relevante para a compreensão do desenvolvimento dos direitos de cidadania, para ele, a concepção de cidadania estaria muito mais ligada a um processo institucional jurídico-político a ser concedido à população por meio das ações do Estado (Giddens, 2003). No entanto, apesar de discordarmos de alguns pontos de abordagem do autor, consideramos que realizadas algumas adaptações a base da sua explicação sobre cidadania continua sendo relevante e atual.

No intuito de revisitar os seus conceitos e aplicá-los à realidade atual, precisamos considerar primeiramente as transformações históricas ocorridas desde o fim do século vinte até os dias atuais. Nesse sentido, é importante considerar que a expansão do capital colocou em cheque a centralidade dos Estados-nações e o debate sobre classe, existindo um discurso recorrente na teoria social sobre a crise dos paradigmas e o surgimento da pós-modernidade.

É verdade que há um longo debate acadêmico sobre diferentes perspectivas teóricas se estaríamos vivendo um momento pós-moderno ou uma continuação da modernidade, no entanto, não é nosso objetivo aqui nos debruçar sobre as minúcias dessa controvérsia (Berman, 1987; Giddens, 1991). Todavia, o que é essencial para fins desse trabalho é a compreensão de que a realidade contemporânea excedeu as barreiras de classe e de territórios, sendo caracterizada por uma variedade de dimensões identitárias e simbólicas decorrentes por um lado pela interculturalidade proporcionada pela globalização, e do outro, pela ação dos novos movimentos sociais que disputam um conceito mais amplo de cidadania que aprofunde a ideia tradicional de “status legal” universal para o reconhecimento das “diferenças”. De acordo com Adrián Gurza Lavalle:

“Por sua vez tais identidades firmam-se como portadoras de necessidades específicas e de reclamos diferenciados, cuja satisfação não é passível de equacionamento nos marcos de um status universal caracterizado desde suas origens por pressupostos normativos que alicerçam simbolicamente o reconhecimento de direitos iguais para os membros da comunidade política em detrimento do direito à diferença”. (Lavalle, 2003, p. 08)

O que compreendemos a partir da leitura da obra desse autor é que, existiram “forças desestabilizadoras” que atuaram pela ampliação do conceito tradicional e normativo de cidadania que anteriormente era voltado exclusivamente para a ideia de universalismo. Assim, em virtude da existência de complexas dinâmicas de diferenciações culturais contemporâneas, ocorre uma ressignificação da cidadania que passa a incorporar outros tipos de direitos para além da tríade marshalliana, a fim de apontar a preservação da equidade, e ao mesmo tempo, representar as diferentes demandas identitárias. Nesse sentido, o nosso objetivo nesse trabalho é seguir o percurso indicado por alguns autores que falam sobre a necessidade de estender o esquema linear de T. H. Marshall para outros campos além dos direitos sociais, como por exemplo, os direitos humanos e os direitos culturais, respectivamente (Turner, 2002; Kymlicka, 1995). Dessa forma, sob um novo contexto de capitalismo global e desenvolvimento do multiculturalismo, concordamos que seja necessário expandir os tipos de direitos de cidadania, para que representem um tipo de cidadania diferenciada. É notório que os direitos humanos ocuparam grande relevância no debate sobre a teoria social nos últimos anos, principalmente, por existirem orientações de organismos internacionais e cooperação de países membros para a construção de um mundo menos desigual a partir do cumprimento de resoluções e diretrizes que estiveram voltadas para a valorização da pessoa humana. É a partir dessa proposta, que acreditamos que pode ser relevante para

esse trabalho considerar a expansão da proposta de T. H. Marshall para uma quarta etapa dos direitos de cidadania, voltada agora para os direitos culturais como um tipo de direito humano específico que pode representar a diversidade presente na realidade contemporânea.

Nossa ideia não é construir um modelo evolutivo, mecânico e linear, que não pode ser confrontado ou modificado de acordo com cada realidade específica, mas apenas considerar o fato de que há uma tendência de maior desenvolvimento dos direitos culturais em sociedades que já institucionalizaram os direitos sociais. Desse modo, tecer considerações sobre os direitos culturais como um ramo da cidadania e os seus impasses de aplicação seja no Brasil ou no mundo, nos permite colaborar para o preenchimento de uma lacuna de estudos que é bastante atual e que carece de debate sobre as políticas culturais, principalmente no que diz respeito à consideração de um conceito mais aprofundado de cidadania cultural, o que é de suma importância para esse trabalho como veremos mais adiante.

2. Globalização, Cidadania cultural e direitos culturais

Para alguns representantes dos estudos culturais, apesar de estarmos diante de uma conjuntura social bastante propícia ao desenvolvimento da cidadania cultural, observamos que ainda existem poucos trabalhos que abordam a inter-relação entre essas duas áreas (STEVENSON, 2003). É notória a existência de uma vasta produção teórica sobre esses temas de maneira separada, enquanto categorias-chaves que fazem parte das ciências humanas e sociais. No entanto, sobre cidadania cultural em si, percebemos que os debates estão mais próximos da discussão sobre o multiculturalismo e os problemas enfrentados pelos diversos grupos identitários, entre eles, os imigrantes, as mulheres, os negros, os indígenas, entre outras minorias (ROSALDO, 2000; MILLER, 2007a;) No que se refere à discussão atrelada às políticas culturais, notamos que o debate ainda é recente; Todavia, os autores estudados aqui nos fornecem as ferramentas necessárias para interpretar as questões fundamentais sobre o tema e sua influência na construção de políticas públicas de cultura mais democráticas e com foco na cidadania cultural.

Pensando sobre como contribuir para o debate em torno desse tema enquanto categoria normativa do campo sociológico, acreditamos ser importante demonstrar a ampliação da concepção tradicional de cidadania para uma concepção contemporânea que

leve em conta as transformações ocorridas na sociedade, bem como, a relevância dos direitos culturais, como quarta etapa na sequência de direitos de cidadania.

Desse modo, a partir da discussão em torno do termo cidadania no singular, acreditamos que ficou claro que uma das principais referências sobre a discussão foi à concepção liberal abordada por T. H. Marshall. O pioneirismo do autor com a sua proposta de sequência de direitos de cidadania lhe rendeu uma reconhecida posição de destaque na literatura acadêmica sobre o tema. Por outro lado, existiram e existem até hoje muitas críticas ao trabalho do autor sob diferentes abordagens, algumas pertinentes e outras nem tanto.

Concordamos com os pressupostos marshallianos de que os direitos de cidadania funcionariam como um elo de harmonização entre os princípios opostos da igualdade social e da desigualdade de classe, no entanto, se faz necessário atualizar essa discussão levando em conta o processo de globalização e a reconfiguração transnacional do capital, que entre outras coisas nos apresenta um cenário de questionamento dos universalismos, manifestações de identidades plurais e novas reivindicações que vão além da exclusão fundamentada na questão de classe.

A globalização econômica mundial como uma ofensiva econômico-política neoliberal vem sendo desenvolvida desde meados dos anos setenta e tem como um dos seus resultados a expansão do capital e das fronteiras nacionais. Com intenção de dar continuidade ao processo de internacionalização do capital e estimulados pelos avanços científicos e tecnológicos, foram criados mecanismos que facilitaram o deslocamento do capital e a solidificação de empresas transnacionais em diversos oligopólios estendidos pelo mundo, estes, encontraram na exploração das desigualdades nacionais sua principal forma de aquisição de lucros.

Esse processo de integração dos mercados em nível mundial foi visto por muitos autores inicialmente com grande otimismo, já que proporcionaria uma livre circulação de capital, rapidez na circulação de informações, queda das barreiras comerciais, e novas possibilidades de desenvolvimento econômico, social, tecnológico, entre outros. No entanto, do outro lado podemos observar também inúmeras visões pessimistas sobre como esse processo tem contribuído para o desemprego estrutural, redução de salários e aumento das desigualdades sociais em níveis globais, implementados pelo neoliberalismo como seu modelo de estado (HARVEY, 1996).

Sem aprofundar a discussão em torno da celeuma existente sobre esse tema, mas destacando o que podemos compreender desse processo para sua relação com a cidadania,

é que, à medida que o capitalismo global vai se expandindo, as fronteiras dos estados-nações e seu poder começam a ser questionados, já que uma economia global exige uma política global que possa pautar a equidade social para além das fronteiras nacionais. De forma sobreposta aos estados nacionais, existe uma política internacional organizada a partir dos organismos internacionais e de blocos econômicos de poder que se formam e dão prosseguimento a uma política neoliberal que substitui o estado de “bem-estar social”, levando em conta o fato de que ele já não é capaz de mediar a relação entre as grandes propriedades privadas e os trabalhadores.

Desse modo, como forma de substituir o modelo de Estado que tinha como objetivo garantir os direitos sociais, por não ser mais viável para o sistema financeiro, surge o Estado neoliberal como um “estado mínimo” e cada vez menos interventor, com seus interesses voltados para a liberdade econômica e diminuição das garantias sociais.

Assim, vale a pena destacar as contradições presentes na globalização, na qual percebemos de um lado a defesa de um projeto homogeneizante para o mundo que visa um mercado em comum, e do outro, um ambiente de disputa no qual diferentes grupos e movimentos passam a afirmar questões locais e culturais e, ao mesmo tempo, se organizando como forma de resistência a esse modelo. Como nos auxilia Boaventura de Sousa Santos (2001), é preciso perceber a globalização como um processo complexo e multifacetado que se apoia numa lógica hegemônica que busca justificar a desigualdade social. Segundo Boaventura (2001): “globalização (...) é um vasto e intenso campo de conflitos entre os grupos sociais, Estado e interesses hegemônicos, por um lado, e grupos sociais, Estados e interesses subalternos por outros” (Santos, 2001, p. 33).

No campo da teoria social, foi perceptível nas últimas décadas, principalmente nos anos noventa para cá, um deslocamento de sentido nos estudos sobre cidadania em relação a concepção tradicional ligada a *status* e comunidade política. Passa a ser fundamental que as abordagens sobre cidadania trabalhem numa nova chave, que esteja baseada na inclusão das reivindicações dos ‘novos movimentos sociais’ que se articulam em torno de diferentes identidades e que assumem um espaço de importância central sobre um contexto de reorganização da economia e da cultura na condição atual definida por ‘capitalismo tardio’ (Jameson, 2001)

Dessa forma, não é possível falar em globalização sem falar no aprofundamento e/ou fim da modernidade e advento da pós-modernidade. Momento caracterizado pelo questionamento das “metanarrativas” e da reprodução dos universalismos, mas também pela afirmação da pluralidade de identidades e de grupos que lutam por novas bandeiras

representativas que vão além da exclusão fundamentada tradicionalmente na questão de classe.

Ao mesmo tempo vale a pena destacar a existência do debate recorrente na teoria social contemporânea, sobre como o ambiente da globalização tem proporcionado novos processos de reivindicação política. Nitidamente, ocorre uma transferência do foco da ‘redistribuição’ para o ‘reconhecimento’, baseados numa concepção de ‘justiça social’ alargada, que passa a levar em conta a questão da representação social. Na era globalizada e multicultural, são valorizados muito mais os valores individuais dos agentes políticos, as lutas por reconhecimento se sobrepondo aos conflitos de classe, que são característicos das lutas por redistribuição (Fraser, 2006).

Entre os principais representantes do debate teórico sobre os novos padrões de justiça social, destacamos a discussão entre Axel Honneth e Nancy Fraser como bastante elucidativa para o tema. Fraser se propõe a desenvolver uma teoria crítica do reconhecimento partindo do pressuposto de que a justiça social hoje exige tanto redistribuição como reconhecimento, de acordo com a autora: “Em suma, só quando o status e classe são considerados em conjunto é que nossas dissociações políticas atuais podem ser superadas” (Fraser, 2006; Honneth, 2003 p. 66). Honneth (2003) aceita os termos do debate da autora sobre como os padrões universais de redistribuição pautaram uma visão universalista de justiça social, concordando com a necessidade de incorporar os reclames pela diferença; No entanto, resgata o conceito hegeliano compreendendo que todas as lutas na história estiveram baseadas em reconhecimento, inclusive o debate sobre a questão de classe.

Compreendendo a importância de ambos os autores e dos seus modelos, acreditamos que a visão de Fraser (2006) seja mais representativa de uma proposta que concordamos, já que demonstra o entrelaçamento entre as questões de classe e de identidade, ao mesmo tempo em que problematiza os limites das políticas de reconhecimento, o que pode nos ser útil como fundamento teórico que contribui para a compreensão da relação entre políticas culturais, cidadania cultural e direitos culturais.

Muitos autores falam em cidadania pós-nacional, outros em cidadania cosmopolita, entre outros termos. Na nossa concepção, acreditamos que a ideia de estado-nação não deixou de ser importante, mas que é preciso ser atualizada para um contexto que possa incorporar a pluralidade de identidades existente de forma mais ampla. Bryan Turner nos traz apontamentos relevantes sobre cidadania que pretende expandir a sequência de direitos propostos por T. H. Marshall, na qual os direitos humanos

corresponderiam a uma quarta etapa de direitos de cidadania (Turner, 2002). Para o autor, o campo dos direitos humanos deve ser o fundamento principal para a integração social, principalmente num momento em que precisamos discutir e atuar na solução de questões internacionais que dizem respeito a todos, como é o caso da situação atual dos refugiados. A proposta do autor compreende a cidadania contemporânea como uma luta política pelo reconhecimento das diferenças.

Em concordância com o modelo proposto por Bryan S. Turner, e ao mesmo tempo, realizando algumas adaptações necessárias à discussão presente aqui no nosso trabalho, acreditamos que seja importante dentro dos direitos humanos, se concentrar de maneira especial nos direitos culturais, como um tipo de direito humano específico que expressa toda a preocupação recente com a ampliação da necessidade de justiça social e do reconhecimento dos diferentes grupos culturais, assim como, com demais questões ligadas à constituição da cidadania cultural.

Feito esses apontamentos iniciais, nos propomos agora a adentrar no debate que tem ganhado fôlego internacionalmente sobre o tema da cidadania cultural e de como esse assunto se relaciona com o debate sobre “multiculturalismo”, sobre “reconhecimento” e sobre os diversos grupos identitários que reivindicam seu espaço lutando pela valorização das suas bandeiras específicas num contexto social mais amplo.

Os avanços das lutas pela cidadania passam a questionar a ideia de cidadania universal como um conceito que também é excludente, considerando que muitos direitos são garantidos apenas de maneira formal, mas não substancialmente, ocorrendo diferentes lógicas de marginalização social e de subordinação de inúmeros grupos.

Fazendo um apanhado sobre o tema podemos dizer que García - Canclini foi um dos principais autores da década de noventa a problematizar as transformações da cidadania cultural na sua relação com a globalização, principalmente, a partir do consumo. O autor se preocupou em retirar o estigma sobre a compreensão da globalização como um processo homogeneizante interpretando-a como um reordenamento de igualdades e diferenças. Assim, cidadania cultural teria a ver com a apropriação dos bens de consumo, os sujeitos respondendo a várias questões de pertencimento a partir do consumo privado, assim como, da relação estabelecida com os meios de comunicação de massa. Essas mudanças através do crescimento da atuação do mercado e das novas formas de consumo afetaram as possibilidades e as formas de exercício da cidadania (García - Canclini, 2006). No que se refere à América Latina, García- Canclini nos explica que houve uma identificação muito maior desses países com a cultura de consumo estadunidense, do que

com a cultura dos países colonizadores da Europa. Sua obra tem a função de reformular o debate que até então compreendia as práticas de consumo a partir de uma ótica pessimista em que o sujeito era passivo. Na sua compreensão, essas práticas não só podem ser consideradas práticas cidadãs, como acabam por ressignificar as novas formas de participação da sociedade civil (GARCÍA-CANCLINI, 2006).

No entanto, ao mesmo tempo em que defende uma relação mais flexível de negociação cultural entre consumidor e mercado, também aponta que não se sabe o caminho ao certo da relação entre participação e consumo, e que o que está ocorrendo atualmente é que o mercado vem atuando na construção num reordenamento global, o qual, as instituições públicas e o Estado em geral não têm força suficiente para se contrapor, sendo mais do que urgente que o Estado revitalize o seu papel enquanto representante do interesse público na prática de um multiculturalismo democrático que respeite às identidades e diferenças (GARCÍA-CANCLINI, 2006).

Numa posição mais ferrenha na crítica ao mercado, George Yúdice (2006) nos apresenta uma visão de cidadania cultural como um conceito que vem sendo utilizado pelas gestões públicas como uma “ferramenta” à serviço do mercado. Entre alguns representantes desse debate estão Renato Rosaldo (2000) e Will Kymlicka (1995). Para esses autores, a cidadania cultural tem um papel fundamental de discutir as aspirações legítimas dos grupos subordinados, assim como, os direitos das minorias, pois são justamente os processos de exclusão social que provocam as lutas pela afirmação de direitos.

Em consonância com esse novo contexto global das últimas décadas, vale a pena salientar que as políticas da UNESCO se encontram bastante alinhadas a perspectiva teórica de debate sobre pluralidade cultural, atuando como forte incentivadora no debate acerca da cidadania cultural, direitos culturais e reconhecimento das identidades e das diferenças, em relação à cultura e as políticas culturais. Isso pode ser acompanhado a partir das discussões temáticas apresentadas em suas reuniões internacionais, e em alguns documentos e proposições que referenciamos ao longo do capítulo. Essas resoluções servem de parâmetro e influência para os estados e para a sociedade civil em geral, no que diz respeito à construção de políticas culturais mais democráticas. É claro que vale a pena debater até que ponto o que é deliberado nesses fóruns de debates representam os reais anseios da comunidade internacional, assim como, os limites reais das propostas e decisões tomadas nesses espaços, mas isso é assunto para outro momento.

No Brasil, o debate sobre cidadania cultural carece ainda de um desenvolvimento mais alinhado a perspectiva multicultural. É verdade que na Europa e nos Estados Unidos os movimentos migratórios são mais intensos do que nas sociedades de capitalismo periférico, nesse sentido, existem mais casos a serem explorados no que diz respeito à luta pela afirmação cultural dos grupos e os seus conflitos com os grupos hegemônicos. No entanto, é importante também discutir outros pontos de vistas sobre o tema problematizando a cidadania cultural a partir de questões representativas de outras realidades, no caso do Brasil, o debate sobre multiculturalismo está mais ligado a questão indígena, herança da escravidão e desigualdade social. É necessário, pois, pautar o debate sobre o tema na academia trazendo os pontos relevantes para além da discussão hegemônica realizada na América do Norte e Europa, que gira em torno do conflito com os imigrantes.

Na nossa concepção sobre a **institucionalização dos direitos culturais no país**, notamos que um dos empecilhos existentes ao desenvolvimento desse processo está relacionado ao fato de que ainda não avançamos o suficiente na implantação dos direitos sociais, a desigualdade social sendo uma das grandes marcas de nossa sociedade. Existe uma dificuldade maior em pensar os direitos culturais, em sociedades, nas quais, os direitos sociais ainda não foram garantidos.

No que se refere ao desenvolvimento da ideia de cidadania cultural no Brasil a visão mais consolidada é o debate realizado por Marilena Chauí no seu livro **“Cidadania cultural: o direito à cultura”**. Nesta obra a autora se debruça sobre uma discussão gramsciana de cultura ligada à contestação e à valorização da cultura popular, apresentando também uma teorização que discute as diferenças de abordagens em torno do “nacional-popular” e a sua importância como resposta contra hegemônica, mas também sua postura como prática social pedagógica.

Entretanto no que se refere às políticas culturais voltadas para a cidadania cultural, ela se concentra muito mais num relato de experiência-institucional sobre a sua gestão à frente da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo de 1989 a 1992, na qual propôs implementar uma política pública de cidadania cultural. É importante reconhecer que o seu relato é extremamente rico, do ponto de vista que nos possibilita a compreensão de uma das experiências mais democráticas e inovadoras ocorridas no Brasil, sobre participação popular na construção de políticas culturais estatais no Brasil. Contudo, a nosso ver, a conceituação da autora sobre o tema carrega uma forte dimensão política e

de institucionalização de direitos como meio de garantir o desenvolvimento da cidadania cultural.

Concordamos em parte com os seus argumentos, sobre a necessidade de formalização dos direitos culturais como pontapé inicial ao seu desenvolvimento, mas acreditamos também que apenas a dimensão legal não resolve o problema, sendo necessária a elaboração de estratégias pelo Estado que estimulem a sociedade civil e fomentem a participação política na vida cultural de todos os cidadãos.

Como um resumo das perspectivas que podem colaborar para caracterizar a ideia de cidadania cultural levada a cabo na gestão da referida SMC, bem como, no que seria o seu modelo de cidadania cultural para outras gestões de cultura, a autora separa 4 (quatro) definições principais que podem ser úteis para o entendimento do seu conceito proposto:

- “(1) – uma definição alargada de cultura, que não a identificasse com as belas-artes, mas a apanhasse em seu miolo antropológico de elaboração coletiva e socialmente diferenciada de símbolos, valores, ideias, objetos, práticas e comportamentos pelos quais uma sociedade, internamente dividida e sob hegemonia de uma classe social, define para si mesma as relações com o espaço, o tempo, a natureza e os humanos;
- (2)- uma definição política da cultura pelo prisma democrático e, portanto, como direito de todos os cidadãos, sem privilégios e sem exclusões;
- (3)- uma definição conceitual da cultura como trabalho da criação: trabalho da sensibilidade, da imaginação e da inteligência na criação das obras de arte; trabalho de reflexão, da memória e da crítica na criação de obras de pensamento. Trabalho no sentido dialético de negação das condições e dos significados imediatos da experiência por meio de práticas e descobertas de novas significações e da abertura do tempo para o novo, cuja primeira expressão é a obra de arte ou a obra de pensamento enraizado na mudança do que está dado e cristalizado;
- (4)- uma definição dos sujeitos sociais como sujeitos históricos, articulando o trabalho cultural e o trabalho da memória social, particularmente como combate à memória social una, indivisa, linear e contínua, e como afirmação das contradições, das lutas e dos conflitos que constituem a história de uma sociedade;” (Chauí, 2006, p. 72)

Na explanação do resumo dos critérios que compõem sua concepção de **cidadania cultural** a autora nos apresenta diferentes preocupações que pretendem colidir com as visões até então presentes na gestão pública de cultura no Brasil, e até mesmo, nas posições políticas da esquerda sobre cultura, que foram concebidas na maioria das vezes sob três aspectos: “como saber de especialistas, como campo de belas-artes e como instrumento de agitação política” (Chauí, 2006). Sua proposta pretendeu se diferenciar dessa tradição apostando na construção das políticas culturais a partir da dimensão crítica e participativa, numa proposta que entre outras coisas, se propôs a compreender a política

cultural como um campo democrático, fomentando e estimulando o direito à cultura e as suas diferentes formas de expressões por diversos grupos até então excluídos das políticas culturais estatais.

Se analisarmos a história das políticas culturais estatais desenvolvidas no Brasil, sem sombra de dúvidas percebemos que a gestão de Chauí à frente da SMC foi um marco para a gestão cultural focada na participação democrática, seja essa participação dentro de diversos setores da própria secretaria ou na incorporação das demandas dos artistas e da população por meio de conferências, orçamentos participativos, fóruns, entre outros instrumentos participativos junto aos diferentes segmentos da sociedade.

No entanto, a própria autora nos expõe os limites enfrentados para materializar seu projeto de cidadania cultural, uma vez que a ausência de um campo democrático mais constituído no Brasil foi uma das principais barreiras a serem enfrentadas (Chauí, 2006). A disparidade social entre as classes, característica da formação histórica do país, se manifestou na gestão de cultura através de processos díspares de “carência” por alguns grupos que enxergavam o Estado como provedor, e de “privilégios” por outros, que estavam acostumados com a cultura do “clientelismo”, compreendendo o poder público como um balcão de serviços e atendimento dos seus interesses particulares (Chauí, 2006). Esses fatores aliados aos empecilhos da complicada conciliação entre as estruturas burocráticas e um projeto de democracia cultural, deram a tônica das dificuldades enfrentadas no curso da proposta de gestão da SMC. Em outras palavras, a autora nos explica (2006):

“... a política cultural de Cidadania Cultural, longe de ser uma proposta imediatamente praticável, revelou-se um lento e difícil processo político-cultural. Por não ser óbvia ou evidente e por não encontrar raízes já assentadas na tradição cultural da cidade, implementá-la significou explicá-la, explicitá-la continuamente para os cidadãos e para os funcionários da SMC, a fim de torná-la parte de um trabalho mais amplo de cultura política. Pudemos ver seu resultado inúmeras vezes e particularmente, em 1992, nas audiências públicas para discussão do orçamento de 1993, quando mais de mil pessoas, do centro e da periferia, das instituições consagradas e dos movimentos populares, das entidades de categoria e dos movimentos sociais, discutiram, juntas, uma política cultural, enfatizando o modo de distribuir os recursos em todas as regiões da cidade, as prioridades dos serviços sobre os espetáculos e a prioridade das ações culturais sobre a edificação de novos equipamentos” (CHAUÍ, 2006, p. 75-76)

Num panorama mais amplo, notamos que a proposta de cidadania cultural implementada na SMC de São Paulo foi uma referência para várias outras instituições que trabalham com cultura e educação no Brasil, na tentativa de repercutir a ideia de

cultura como direito, dentre eles o direito à participação como mecanismo que auxilia o avanço da democracia, não apenas no sentido formal, mas de forma substantiva. Todavia, seria de se esperar que essa perspectiva esbarrasse em dificuldades decorrentes da longa tradição oligárquica, autoritária e clientelista que o Estado brasileiro mantém com a cultura no país.

Em outro artigo, a autora explica que é preciso compreender como a construção de uma política cultural democrática e participativa no país está diretamente relacionada a uma reinvenção da nossa cultura política. Sua proposta compreendeu a cultura como um espaço de contestação, e ao mesmo tempo optou por uma visão alargada do tema, no sentido antropológico, que procurou valorizar a invenção, a criatividade, e os saberes e fazeres culturais dos diversos grupos. No seu modelo o Estado não seria mais um produtor de cultura, mas teria o papel de estimular e fomentar a produção cultural da sociedade.

Nesse interim, a partir do momento em que compreendemos a cultura como direito dos cidadãos contribuimos para a realização de uma política cultural democrática baseada na cidadania cultural. Para Chauí (2006) a institucionalização dos direitos culturais entre eles: ‘o direito à fruição, direito à experimentação, direito à informação, direito à memória e direito à participação’, seria um avanço fundamental para a constituição de uma sociedade mais democrática já que potencializaria que os indivíduos se percebessem como sujeitos sociais e políticos que podem interagir e construir os processos culturais, mas não apenas eles, também outras formas de participação política em outras esferas.

Levando em conta os principais argumentos da autora, como também o debate recente sobre reconhecimento das diferenças, assim como, a valorização da diversidade cultural acreditamos ser importante nos debruçar em torno do debate sobre direitos culturais e vida cultural, como propostas que estão aliadas ao debate sobre cidadania cultural, já que é através da consideração desses dois temas, que pode ser possível construir propostas mais sólidas de políticas públicas de cultura baseadas no respeito e na valorização da diferença, da igualdade e dignidade da pessoa humana, que compreenda a cultura como dimensão constitutiva da vida social e geradora de sentidos simbólicos que incluem a participação na política.

1.3 Direitos culturais e “vida cultural” como pressupostos da cidadania cultural

É verdade que o campo de aportações teóricas em torno dos direitos culturais enquanto área sistematizada ainda é bastante recente. Sua importância já vinha sendo

debatida em diferentes informes e declarações internacionais dentro da UNESCO, sempre primando pelas mesmas perspectivas de defesa da dignidade humana, dos direitos humanos. No entanto, mesmo sendo considerado como parte integrante dos direitos humanos, vale frisar que não existiu um reconhecimento no mesmo nível que as outras categorias de direitos: civis, econômicos, sociais e políticos (Martinell, 2013).

Observada essa problemática, a UNESCO solicitou a um conjunto de *experts* a realização de uma Declaração específica sobre o tema, a fim de proporcionar uma equidade maior ao debate, nesse sentido foi produzida a **Declaração de Friburgo sobre os Direitos Culturais** em (1998) e atualizada em (2007). A proposta dessa declaração foi colocar em pauta a centralidade da cultura e o seu papel no fomento da diversidade cultural, como definido posteriormente também no artigo 5º da **Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural** de (2001) intitulada: “direitos culturais como um ambiente que possibilita a prática da diversidade cultural”.

Desse modo, a partir de um mapeamento dos documentos internacionais que são referência para essa discussão, podemos citar o artigo 27 da **Declaração sobre os Direitos Humanos** (1948), o Artigo 15 do **Pacto Internacional sobre os direitos econômicos, sociais e culturais** (1966), e mais recentemente, a **Observação geral Nº 21**(2009), como principais documentos que discutem como os direitos culturais são pautados a partir da sua atuação para o fomento da participação na vida cultural.

Nessa perspectiva, e de acordo com as orientações de Teixeira Coelho (2014), compreendemos que os direitos culturais têm como objetivo proteger os direitos dos indivíduos, em contraposição ao estado e ao coletivo; Isso não significa estar contra as posições macro, mas assegurar os interesses individuais que funcionam dentro da lógica mais ampla da sociedade. Isso pode ser feito seja através de ações individuais, quanto de ações coletivas para com determinados grupos (Coelho, 2014).

Assim, partimos da compreensão de que existem inúmeras lógicas culturais que funcionam e coexistem dentro dos estados-nações e que devido as suas particularidades, nem sempre encontram representação nas posturas universais. Considerando o contexto multicultural que vivemos, se faz necessário reconhecer a importância de instrumentos específicos para assegurar as mais variadas formas de expressão e manifestação cultural dos diferentes povos e grupos identitários.

Para que esses direitos sejam realmente cumpridos e valorizados na prática, se faz necessário que os governos e os organismos internacionais trabalhem em conjunto no

sentido de facilitar e garantir o acesso dos indivíduos em sua diversidade, aos bens culturais e a “vida cultural” nas suas mais diversas formas de manifestação.

No que se refere às deliberações tomadas internacionalmente, consideramos que não ocorreu uma sistematização precisa, nem encaminhamentos e cumprimentos das resoluções sobre direitos culturais pelos órgãos internacionais em conjunto com os estados-membros. Entre os motivos responsáveis por certo descaso com a área, está certa preocupação dos estados em defender ou valorizar determinada cultura, e posteriormente, causar impedimentos para seu relacionamento econômico com países que porventura tenham posições divergentes das defendidas (Martinell, 2013).

Jesus Prieto de Pedro (2012) nos explica como a elaboração dos direitos culturais na contemporaneidade ainda é insuficiente, e que apesar da imensa importância de incorporá-los aos direitos fundamentais, ainda são considerados como “o parente pobre” dos direitos humanos. Muitos autores compreendem que a dificuldade em sistematizar essa área através de critérios “jurídicos-políticos” diz respeito a própria complexidade do conceito de “cultura”, o que têm influenciado consideravelmente a garantia da sua efetividade (Donders, 2011; Martinell, 2013). Sobre uma definição mais aproximada sobre direitos culturais, recorreremos aos apontamentos de Martinell (2013):

“Ainda que existam múltiplas definições, neste trabalho, consideramos direitos culturais os que garantem a dignidade humana através da participação na vida cultural de um indivíduo, uma comunidade cultural ou uma sociedade e o reconhecimento de suas formas de expressões culturais” (Martinell, 2013, p. 17-18).

Observamos que existe uma dupla atuação dos direitos culturais, na garantia das expressões individuais ou coletivas e é justamente em função dessa dubiedade de reconhecimento que ocorrem as principais divergências, sobretudo, se estes direitos devem ter caráter universal ou individual, já que, por um lado, defendem os interesses das minorias e dos grupos identitários preservando diversas culturas, e por outro, postulam normas que têm importância de cumprimento geral e universal (Martinell, 2013).

Sabemos que, para que os postulados da diversidade cultural possam se realizar na prática, para além de uma simples categoria semântica discursiva, se faz necessário que os estados e governos se comprometam atuando como facilitadores para a efetividade dos direitos culturais. Para isso, é de extrema importância a consolidação desses direitos como fundamentais tendo em vista políticas culturais em longo prazo. Conforme salientado na Declaração de Friburgo: “a diversidade cultural não pode proteger-se sem uma proposta prática eficaz dos direitos culturais”.

Acreditamos que para pensar o pleno desenvolvimento dos direitos culturais como forma de proteger as identidades e pluralidades culturais, se torna importante antes de tudo a compreensão do conceito de **vida cultural**, que está diretamente ligado aos direitos culturais, já que a maioria dos documentos internacionais destaca a construção desses direitos a partir da participação do indivíduo na “vida cultural”, muito mais do que trabalham a ideia de cultura ou de políticas culturais, mais especificamente.

Se faz importante destacar que a análise histórica das experiências de realização de políticas culturais pelos estados no mundo, quase sempre estiveram pautadas, numa concepção de “cultura nacional” como expressão política oficial dos estados-nações. Muitas vezes essas concepções de cultura, defendidas pelos Estados, não consideram ou mesmo diferem dos processos de vida cultural presentes e realizados pelas comunidades e grupos que fazem parte das nações (Martinell, 2013).

No que se refere ao debate sobre políticas culturais, podemos dizer que, principalmente na América Latina, com destaque para o Brasil existe até hoje uma tendência em compreender a ideia de políticas culturais como políticas estatais, isso em função dos estados atuarem como órgãos centralizadores e mantenedores do desenvolvimento da maioria dessas políticas (Miceli, 1983).

Barbalho (1998) nos orienta sobre como é importante que o conceito de políticas culturais seja compreendido levando em consideração as mais diversas ações culturais promovidas de forma sistemática ou não pela sociedade civil e seus grupos representantes.

Propõe um conceito de política cultural alargado. No entanto, o centralismo e a forte tradição do controle estatal nesses países remetem a uma associação quase automática entre políticas culturais e políticas do Estado. Além do que, percebemos que a proposta de política cultural não dá conta de todas as dimensões culturais existentes na sociedade.

Tendo em vista as diferentes apropriações da concepção de cultura pelas gestões de governo, que por vezes impõe uma concepção que não leva em conta o fazer cultural dos diferentes grupos da sociedade para a construção dos seus modelos de políticas culturais. Acreditamos que o conceito de vida cultural pode contribuir como solução tanto para o debate normativo, quanto na ampliação da discussão teórica na área de gestão cultural.

Este conceito está pautado a partir do direito internacional, como tentativa de fundamentar processos de desenvolvimento e garantias jurídicas realizadas por outras áreas, a exemplo da educação e da saúde, na cultura. Foram realizadas releituras teóricas com um cunho mais político, que pretenderam se colocar como alternativa às leituras

mais academicistas que por vezes, enquadram a cultura em sistemas fechados, muitas vezes não sendo possível expressar todo seu potencial.

Ocorre nesse sentido, uma proposta mais ampla que incorpora as noções de cultura e de políticas culturais, já que se apresenta como primeiro nível de funcionamento social, ou seja, a dimensão da expressão coletiva dos indivíduos em seus grupos na realização das suas práticas culturais. Seria então uma esfera anterior a construção das políticas culturais, porque existindo ou não políticas culturais, a vida cultural já existiria, através das práticas culturais individuais ou coletivas realizadas pelos indivíduos e seus grupos. Esse conceito se diferencia do conceito de cultura no sentido de que é menos manipulável, e pelo fato de ter uma perspectiva mais voltada para a construção de processos de cidadania política e social (Martinell, 2013).

Para uma definição mais precisa do conceito de **vida cultural** recorremos ao Professor Alfons Martinell (2010):

“La vida cultural puede entenderse como el resultado de una interacción entre individuos, grupos sociales e instituciones para satisfacer sus necesidades culturales. La libertad y la autonomía para satisfacer, decidir u optar por sus necesidades culturales es un primer nivel de desarrollo de una comunidad o una sociedad”. (Martinell, 2010, p. 30)

Percebemos assim, que é impossível controlar a vida cultural, já que ela se realiza de diferentes formas, seja no espaço privado ou no espaço público. É papel da gestão cultural, assim como dos órgãos estatais facilitar e impulsionar as suas diferentes formas de realização no espaço público, no sentido de fomentar o exercício da liberdade cultural e, conseqüentemente, a participação política (Martinell, 2013). Compreendemos dessa forma a dimensão transcendental do conceito de vida cultural, que incorpora os indivíduos, coletivos, movimentos e sociedade civil organizada que desenvolve práticas culturais, expresso a partir do gráfico na sua relação com as políticas culturais, o sistema cultural e o setor cultural. A partir dessa definição, compreendemos que as **políticas culturais** têm uma característica mais departamental de organizar de forma institucional a cultura. O **sistema cultural**, que é a composição de diversos parceiros entre si, a exemplo das relações estabelecidas entre municípios, estados e governo federal no processo de construção da federalização da cultura. O **setor cultural** que representa a parte das organizações privadas, ou seja, o setor econômico cultural constituído pelas indústrias culturais e diversos financiadores privados que investem em políticas culturais.

O ramo conhecido como direitos culturais têm sua derivação nos direitos humanos e suas deliberações em torno do conjunto de direitos reconhecidos como tal, formulados em diferentes documentos produzidos pela ONU e UNESCO. Teixeira Coelho (2011) define entre os vários direitos que compõem essa área, uma sequência de três como seus principais representantes, são eles: O direito de participar das conquistas científicas e tecnológicas, o direito moral e material à propriedade intelectual e o principal, o direito de participar da vida cultural, e salienta ainda, o direito de se recusar a participar da vida cultural (Coelho, 2011);

Sobre a temática que trata do avanço e da consolidação dos direitos culturais, como medida que visa garantir o melhor desempenho de políticas e ações práticas na área para com os países membros, o conselho de direitos humanos da ONU nomeou em 2009a experta independente Farida Shaheed para avançar na consolidação dessa área e na avaliação das problemáticas que envolvem a relação entre direitos culturais e diversidade cultural nos países- membros.

A escolha por uma relatora especial teve uma posição muito importante na definição de uma dimensão cultural dos direitos humanos, pois colaborou para contribuir no estabelecimento de padrões claros pelos quais os direitos culturais de grupos marginalizados podem ser exercidos investigando e buscando atuar na perspectiva de resguardar através de dispositivos legais, o cumprimento das normas culturais e as reparações de possíveis violações, desses direitos pelos países (COELHO, 2011). Além disso, contribuiu bastante na compreensão de que a participação na vida cultural é um critério fundamental que deve ser assegurado pelos direitos culturais

Mesmo reconhecendo alguns avanços, que acreditamos estiveram relacionados diretamente com as demandas requeridas pela comunidade internacional, ainda há muito a se fazer sobre a perspectiva de valorização da importância de um “enfoque cultural para o desenvolvimento”, já que a observação das políticas culturais internacionais muito pouco trabalham de forma explícita com a ideia de “participação na vida cultural” (Martinell, 2013).

É verdade que, durante determinado período dentro dos organismos internacionais houve um trabalho e um direcionamento para a valorização da cultura e da sua função transcendental com outras áreas como: desenvolvimento e direito humano. Existiram notórios avanços que podem ser vistos por meio da análise das deliberações e resoluções criadas em conjunto entre a UNESCO e os responsáveis técnicos pela política que visava planos e metas para a cultura como fator de desenvolvimento das nações.

Entretanto, a última versão aprovada na Assembléia das Nações Unidas dos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável – ODS com agenda para 2015-2030, não incorporou nenhum objetivo ligado a relação entre cultura e desenvolvimento. De acordo com Martinell (2015):

“Não podemos entender a finalidade tão ampla de transformar nosso marco de vida e convivência a nível internacional sem ter em conta a cultura ou as culturas que estão incidindo enormemente em nossos problemas globais. Consideramos que os ODM, com oito objetivos, era um pouco difícil de selecionar ou prescindir de um ou outro, mas em nos ODS, com dezessete objetivos, era mais fácil pela via de substituição ou agregação de um deles. Por esta razão temos de analisar criticamente esta agenda, a fim de propor linhas de ação para trabalhar a dimensão cultural nos planos de ação que se derivam desse documento”. (Martinell, 2015, p. 02)

Nesse sentido, observamos que houve um retrocesso no que diz respeito às posições dos organismos internacionais em dar continuidade ao debate sobre a importância da cultura na agenda do desenvolvimento das nações. Apesar disso, se faz necessário que ocorra uma organização dos grupos e movimentos a fim de pensar estratégias que incorporem um trabalho conjunto dessas duas áreas, já que não é possível pensar o desenvolvimento do mundo contemporâneo sem levar em conta a cultura como um fator central nesse processo.

No que diz respeito aos direitos culturais, importante também que além dos países-membros, os estados e municípios assim como a sociedade civil organizada cobrem das instâncias pactuadas com os organismos internacionais, o investimento financeiro, assim como, a preocupação com o cumprimento desses direitos, a fim de que todos os indivíduos possam usufruir desses benefícios que têm impactos representativos para a participação política e a construção da cidadania cultural. Muitos governos têm melhorado o seu investimento em cultura e em políticas culturais, no entanto, paralelamente, encontramos lógicas de negação ou violação dos direitos culturais convivendo paralelamente.

A partir disso, chegamos à conclusão de que, não há como pensar em políticas culturais, sem ter em conta a relação da cultura com o desenvolvimento, sem considerar os apontamentos sobre “vida cultural” como uma dimensão mais ampla desse processo, e muito menos, sem ter claro um marco definido e aplicável de direitos culturais, como fundamental para a dimensão da cidadania voltada para a inclusão social e o reconhecimento da diferença, assim como, para a construção da dignidade da pessoa humana.

Podemos dizer que os Pontos de cultura implementados pelo Ministério da Cultura durante a gestão de Gilberto Gil como ministro, e do presidente Lula na sua primeira gestão do governo federal, são clássicos representantes do conceito de “vida cultural” na perspectiva de que, estamos falando de fazedores culturais de diferentes áreas oriundos de diversas regiões do país de norte a sul, pelas capitais e interiores, nos quais já produziam arte e cultura muito antes da política pública, assim como, estavam engajados nos diversos aspectos que constituem a vida cultural, entre eles, também as dimensões políticas de participação social na cultura. Sendo a estruturação da política pública de cultura um momento extremamente importante para o estímulo aos direitos culturais e fortalecimento das suas experiências. Nessa perspectiva, consideramos que a sistematicidade da política estatal dos Pontos de cultura, naquele período, resultou num papel representativo no que se refere a alargar a capacidade e poder de atuação desses atores envolvidos nos processos que constituem sua dinâmica cultural.

1.4 “Pontos de Cultura”: A política cultural num contexto de cidadania precarizada

1.4.1 A dialética do patrimonialismo e a da democratização na sociedade brasileira

Este tópico tem como objetivo central situar as dificuldades existentes para a institucionalização de uma política pública de cultura num contexto de uma sociedade fortemente marcada pela herança arcaica da escravidão, do autoritarismo e “patrimonialismo” como nos explicam Lilia Schwarcz (2019), Raimundo Faoro (2008), entre outros autores. Nosso objetivo é sob esse pano de fundo perceber os particularismos envolvidos na colaboração entre o MinC e os representantes dos “Pontos de cultura” e os dilemas enfrentados no estabelecimento de uma política cultural com foco na cidadania cultural e nos direitos culturais perante o contexto brasileiro de uma cidadania “incompleta” (Carvalho, 2002) ou “precarizada”, na qual não ocorre a garantia do pleno exercício dos direitos a todos.

O debate sobre a existência de uma sociedade patrimonial no Brasil seja ligado as instituições sociais ou ao comportamento político dos indivíduos, faz parte de uma discussão abundante no cenário acadêmico nacional. Entre os vários autores que relacionam a formação do Estado brasileiro com o patrimonialismo, (cuja matriz teórica está ligada a concepção weberiana, mas que no Brasil assume determinadas peculiaridades e diversas interpretações) podemos citar: Sérgio Buarque de HOLLANDA, Raimundo Faoro, Oliveira Vianna, Maria Sílvia de Carvalho Franco, José Murilo de Carvalho, Florestan Fernandes, Simon Schwartzman, Jessé Souza, entre outros. Pode ser definido, grosso modo, como uma ideia de que “o Estado é bem pessoal, “patrimônio” de quem detém o poder” (Schwarcz, 2019).

De acordo com Schwarcz (2019) as práticas de mandonismo, clientelismo e patrimonialismo no Brasil aludem a nossa formação histórica de passado colonial que mais tarde se amplia para o império e a constituição de uma “frágil” república, na qual determinado tipo de corporativismo político sempre favoreceu alguns cidadãos em detrimento de outros contribuindo para um déficit republicano na compreensão do coletivo e do bem comum.

A respeito de o quão antigas são as práticas patrimonialistas entre nós, e apesar disso, ainda se manter bastante atual (Schwarcz, 2019), Caio Prado Júnior (2012) já nos situava no seu livro *Evolução política do Brasil* e outros estudos, o poder de autoridade pública dos proprietários de terras enquanto “delegados locais” atribuição conferida pela coroa portuguesa mediante sua presença ocasional no país. Concentrava assim o exercício do poder, seu mando pessoal sendo confundido com ação do próprio “Estado”, ocasionando assim uma forma de resolução de conflitos em nível pessoal, que diverge das concepções republicanas de fortalecimento da confiança nas instituições públicas (Schwarcz, 2019).

Raymundo Faoro em sua obra “Os Donos do Poder” considerou que o patrimonialismo seria a característica mais marcante do desenvolvimento do Estado brasileiro ao longo do tempo. Ele analisou a estrutura de poder patrimonialista brasileiro investigando as raízes históricas adquirida do “Estado português” percebendo a peculiaridade na qual a sua forma de organização do bem público se integrava com o patrimônio da esfera dos bens privados do governante. Ou seja, tudo estava assimilado como um conjunto de posses que estava abrigada sob o despacho do príncipe. É claro, que, diversos países desenvolvidos da Europa na formação dos Estados nacionais passaram por uma predominância de uma esfera particularista ou familiar, próprio da transição de um sistema feudal para a ordem capitalista.

Entretanto, existiram distinções no que se refere à realidade brasileira. Um fato relevante é que, o Brasil já era um país capitalista desde a abolição e a proclamação da república, que vale salientar o caráter da sua modernização “pelo alto” num tipo específico de revolução burguesa no sentido de uma “revolução passiva” como nos explica Coutinho (2006), o que potencializou uma enorme desigualdade social, contexto que contribuiu para a falibilidade de um projeto de cidadania de maneira plena.

Outra questão que Faoro aponta sobre singularidade do patrimonialismo brasileiro é o seu forte papel centralizador, melhor dizendo, nas nossas origens institucionais era comum perceber a presença do Estado (representado pela coroa portuguesa) em praticamente todas as esferas da vida social. O autor argumenta que os latifundiários não tinham autonomia para agir sem que suas atividades estivessem de acordo com os apontamentos da coroa portuguesa. Verificamos assim, um contexto de importação da estrutura administrativa da época para a colônia, esse modelo se transformando em padrão

que estruturou a independência, o império e a República no Brasil (Faoro, 1958).

É claro que, esse caráter centralizador do patrimonialismo brasileiro colaborou para a diminuição da força de resistência da sociedade civil a esse mandonismo estatal. Existe um longo debate sobre a “passividade”, “cordialidade” do indivíduo brasileiro em função disso, o próprio Faoro (2008) se referindo a uma inatividade política do povo para se organizar na esfera pública e se contrapor aos propósitos autoritários dos representantes do Estado. No entanto, o que cabe a nós aqui, é sua colaboração para um diagnóstico do patrimonialismo a partir da atuação das instituições sociais e sua crítica a um projeto de modernização fundamentado em um Estado avesso à democracia e à separação das esferas do público e do privado, para que possamos compreender de que forma a preservação desses mecanismos afetam o avanço da cidadania e da democracia no nosso país.

É importante que fique claro que a compreensão da permanência de determinados padrões históricos cristalizados na sociedade brasileira que estão ligados a nossa formação histórica e cultural, não desconsideram as tendências democratizantes na vida brasileira que reclamam e exigem que os valores republicanos sejam efetutados (Avritzer, 2004)). No entanto, nunca foi uma tarefa fácil executar modelos de propostas que pensam bem comum e na coletividade, ao mesmo tempo, na convivência com lógicas de troca de favores, práticas de compadrio e uso do Estado com fins privados. Assim, mesmo nos dias atuais, é possível perceber o surgimento de “novos coronéis” e o fortalecimento de uma política corporativa que demonstra a luta pelo benefício privado em primeiro lugar, o que repercute numa precarização da cidadania e na segregação de sujeitos, principalmente, representantes das classes subalternas.

No que diz respeito ao desenvolvimento dos direitos de cidadania no país, concordamos que ainda vivenciamos um processo de cidadania “incompleta”, já que a sociedade brasileira ainda é fortemente marcada pela exclusão social, desigualdade de rendas, pobreza e violência (Carvalho, 2002). É visível a influência da tradição colonial e escravocrata mesmo nos dias de hoje, sob inúmeros aspectos de nossa cultura política, entre eles, a falta de comprometimento social das elites políticas para com um projeto coletivista de “nação” para o país.

É possível presenciar ao longo da história política brasileira, inúmeros processos de revoluções “pelo alto”, no qual, as elites políticas se anteciparam garantindo determinados direitos à população, assegurando-se de que não fosse necessária a realização de conflitos mais abertos entre as classes. No entanto, sempre ocorreram movimentos de resistências em diferentes períodos políticos. Isso foi intensificado durante a ditadura militar no país com as conhecidas ações de censura, repressão, tortura e cerceamento político dos direitos da população.

Durante a década de setenta e oitenta os movimentos sociais retomaram a questão da democratização do Estado transformando suas demandas em garantia de direitos por

meio da construção da “Carta Magna” brasileira, a Constituição cidadã de 1988, que elaborou um novo conceito de cidadania. Vale salientar, que a luta dos representantes do campo popular e democrático, iria mais além, promovendo a criação de um “sistema descentralizado e participativo” no qual, os representantes da sociedade civil realizariam o controle social das políticas sociais incorporando as seguintes dimensões: “formulação, deliberação, monitoramento, avaliação e financiamento das políticas públicas” (Moroni, 2006).

Nessa perspectiva, foram elaboradas “diretrizes constitucionais” que garantiram a instauração de espaços públicos institucionais como conselhos, conferências, orçamentos participativos, entre outras instâncias, que permitiram a participação popular na construção das políticas públicas em diversas áreas.

Dentre as bandeiras levantadas pelos movimentos sociais se destacou à luta pela educação, que garantiu a reforma da Lei de diretrizes e bases, o Movimento da Reforma Sanitária na saúde que fortaleceu as conferências e estruturou a formulação do Sistema Único de Saúde – SUS, (referência de política para a saúde no mundo), além das políticas públicas para a assistência social, a questão urbana e o meio ambiente (Avritzer, 2009). É durante esse cenário de efervescência política que surgem de maneira mais organizada, diversos movimentos identitários, entre eles o Movimento de Mulheres, Movimento Negro, Movimento indígena, Movimento LGBT, entre outros.

Em se tratando do campo cultural, tivemos um avanço importante com a inclusão do artigo 215 na Constituição de 1988, que dizia: “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”. Sabemos que na prática, ainda há muito por fazer em termos de reconhecimento da diversidade cultural brasileira, mas observamos que a preocupação em criar mecanismos legais que favoreçam o fortalecimento da cultura brasileira na sua pluralidade, é algo presente desde a década de oitenta.

Todavia, o que percebemos é que naquele período, as referências dos movimentos culturais brasileiros estavam mais voltadas para questões estéticas de vanguarda, podemos notar a partir das experiências dos movimentos como a Tropicália, Bossa Nova, e posteriormente, o Manguebeat. Assim, até onde conhecemos, não era uma tônica dos movimentos culturais a reivindicação de direitos, assim como, o era realizado pelos representantes dos movimentos de educação, saúde e assistência social.

Leonardo Avritzer (2016) nos explica como a democracia brasileira dos últimos trinta anos no qual houve uma diminuição significativa da pobreza, crescimento da renda

dos mais pobres e queda da desigualdade social contribuiu para que o Brasil fosse considerado internacionalmente como uma nação de democracia forte. Quando acompanhamos o histórico de participação institucionalizada percebemos uma explosão de participação local nos anos noventa, principalmente, nas áreas de saúde e política urbana que tiveram como grande marco de referência as experiências realizadas em Porto Alegre com os orçamentos participativos.

1.4.1 Políticas culturais participativas e os “Pontos de cultura”

Nos inícios dos anos 2000, com a sequência das gestões em nível federal do Partido dos Trabalhadores - PT temos uma retomada de uma organização democrática e diálogo com a sociedade civil no desenvolvimento de políticas participativas e descentralizadas em diversas áreas, entre elas a cultura, como uma esfera que até então não havia sido estruturada enquanto área que dialoga com os processos de construção da cidadania e participação social. A gestão de Gil no MinC em 2004 realizou um processo de estruturar a cultura e os direitos culturais num modelo institucional de participação social que foi iniciado na década de oitenta para outras áreas.

Existe então, um processo de reivindicação de garantia de direitos para a cultura. Para isso, são criados diversos mecanismos participativos pelo MINC para a estruturação da política pública de cultura e do diálogo com a sociedade civil. Entre as experiências de participação social na cultura podemos citar a realização de 3 (três) **Conferências Nacionais de Cultura** com inúmeras etapas estaduais e municipais; A formação do **Conselho Nacional de Políticas Culturais (CNPC)**, dos **Fóruns Nacionais Setoriais do (CNPC)**, das **Câmaras Setoriais de Cultura** que mais tarde deram lugar aos **Colegiados Setoriais, do Sistema Nacional de Cultura (SNC)** que conta com a participação da União, dos estados e municípios, e que tem estimulado a criação de planose fundos municipais e estaduais de cultura, o **Plano Nacional de Cultura (PNC)** como proposta estruturante, entre outros.

De forma geral, essas são algumas das principais instâncias e mecanismos de participação criados pela gestão do MINC durante esse período. Para fins de nosso trabalho, escolhemos realizar uma análise da participação social realizada pelos representantes dos “Pontos de cultura” que integraram a **Comissão Nacional dos “Pontos de Cultura” (CNPDC)** na sua correspondência com o MinC.

Dentro do “Programa Cultura Viva” a política cultural dos “Pontos de cultura” foi a que recebeu mais relevância e destaque, tanto em termos do quantitativo de recursos financeiros aportados a ela, quanto em relação ao fato de ser uma política pública que abrangeu todas as regiões do Brasil, de norte a sul e do interior à capital, em todo território nacional, nos mais diferentes rincões, numa proposta de fortalecimento da cidadania cultural e da participação cidadã, sendo mais tarde um modelo de política pública internacional referenciada por gestões de governos e estudos acadêmicos especializados na área de políticas culturais em todo mundo.

Podemos perceber um dualismo de forças complementares na relação entre cidadania e cultura. No campo da cidadania, nos encontramos dentro de uma sociedade marcada pela desigualdade social e por uma cidadania precarizada que não incorpora todos os grupos sociais. Por outro lado, no campo da cultura, identificamos um alargamento do conceito de cultura que incorpora a pluralidade de classes, raças e etnias existentes no Brasil, como realizadores artísticos e atores políticos, e no mesmo momento em que, na contemporaneidade, a cultura transborda os limites do seu campo específico num desafio de institucionalizar políticas culturais democráticas e participativas. Juarez Guimarães no seu artigo “As culturas brasileiras da participação democrática” em coletânea organizada por Leonardo Avritzer sobre “A Participação em São Paulo”, nos explica um pouco dessa relação entre cidadania e cultura quando fala da importância da cultura popular como fonte vital da civilização brasileira, compreendendo esse papel da cultura e identidade nacional como um momento de vida associativa, “celebrativa”, porém também, participativa. De acordo com o autor:

“Excluído da comunidade política, não tendo reconhecida a dignidade do seu trabalho, o povo brasileiro refez-se por meio da cultura. Ali ele foi, ao longo do tempo, republicanizando o país, cindido pela escravidão, pela diferença social e pelo mercado. Conformou, assim, uma espécie de casa comum dos brasileiros, para além da descrição de raça, origem, credo, classe, sexo ou ideologia”. (AVRITZER, 2004, p.209)

Guimarães traz ainda outra contribuição relevante ao contexto de compreender a importância de uma política cultural que seja representativa de um contexto de intensa diversidade cultural, o qual, é a marca da sociedade brasileira desde a sua formação.

“Essa matriz formadora da cultura popular deveria ser entendida como o leito do grande rio para onde podem convergir as tradições participativas brasileiras, conformando uma identidade civilizatória original, ao mesmo tempo comunitarista, plural e inovadora, não redutível aos padrões do liberalismo anglo-saxão”. (p.210)

Nessa chave, falar sobre a política cultural dos “Pontos de cultura” é justamente compreender que à cultura deve ser compreendida numa “dimensão antropológica”, que compreende que todo indivíduo produz cultura e/ou é capaz de produzi-la. Isso alarga não só a diversidade de expressões culturais já existentes no Brasil de um lado ao outro do mapa geográfico, mas insere atores sociais nesse processo de construção da cidadania cultural, que inclusive, a partir da participação na cultura ampliam a sua atuação na política como um todo.

Sobre a gestão de Gilberto Gil no Ministério da Cultura em 2003, é possível notar que houve uma consonância com a aceção de uma proposta de políticas culturais voltada para as orientações que caracterizamos em três níveis. **Primeiro**, o seu alinhamento com a proposta dos organismos internacionais, como ONU e UNESCO, pautando os conceitos do programa de governo na caracterização do papel da cultura como desenvolvimento humano e econômico. **Segundo**, a predisposição em aplicar as assertivas da Constituição Cidadã de 1988 do país, que responsabiliza o Estado pelo fomento aos direitos culturais e o cultivo de uma participação da sociedade civil no processo de uma gestão pactuada. **E terceiro**, um alinhamento com as Concepções e Diretrizes do Programa de Governo do PT para o Brasil, que defendeu a cultura como direito social básico e como elemento fundamental para a consolidação de uma sociedade democrática. As marcas dessas influências estiveram presentes nos discursos do Presidente Lula e do Ministro Gilberto Gil na ocasião da sua posse e ao longo do seu mandato no MinC, bem como, nos documentos que fundamentaram a política pública da sua gestão.

Foi baseado nessa perspectiva mais ampla de interpretação da cultura que foi pensado o “Programa Cultura Viva”, e dentro dele a política dos “Pontos de Cultura”, com o objetivo de promover a inclusão social e cultural “dos mais pobres e fragilizados a esfera pública”. Podemos dizer que **duas** características guiaram a atuação dos Pontos de cultura, **a primeira** foi uma ação corretiva através de políticas compensatórias que beneficiassem a diversidade de propostas culturais existentes nos setores marginalizados da sociedade, o programa do governo se referindo aos “Pontos de Cultura” como “amplificadores das expressões culturais de suas comunidades”⁷. A **segunda** característica foi uma atualização global do debate político-cultural que valoriza a cultura enquanto ativo econômico que colabora para o aumento da renda e do desenvolvimento

⁷ Citação retirada da Cartilha do Programa Cultura viva que pode ser encontrado no sítio: www.cultura.gov.br

sustentável, com seu caráter transversal que incorpora a atuação em várias áreas, teve um papel de destaque nessa política, principalmente no que diz respeito ao apoio à cultura produzida por grupos e comunidades que estão à margem do mercado e dos padrões hegemônicos ditados pela “indústria cultural”.

O MinC na sua plataforma de gestão teve a intenção de colocar em prática uma proposta de cultura que tem como base uma concepção ampliada do termo seguindo a vertente do sentido antropológico e uma visão de políticas culturais pautada na sua importância para o desenvolvimento humano e valorização da diversidade cultural do país. Esse modelo de gestão está em consonância com a discussão fundamentada pelas agências multilaterais entre elas e a UNESCO, que também leva em conta nos seus documentos e deliberações, a importância da cultura para a diminuição da pobreza e da desigualdade, a cultura como desenvolvimento humano e cultural e a valorização dos direitos culturais como um tipo específico de direito humano que ainda é pouco valorizado, mas que precisa ser cada vez mais reconhecido na contemporaneidade.

É verdade que, a abordagem realizada pelo “Programa Cultura Viva” esteve em consonância com todos esses valores acima seguindo os direcionamentos da **Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (2015)** da UNESCO, assim como, realizando uma política cultural em sintonia com a promoção da cidadania cultural e dos direitos culturais no Brasil (Barros, 2011).

Se podemos resumir o objetivo da gestão ministerial do MinC (2004-2014) podemos dizer que foi realizar uma política cultural voltada para a cidadania cultural e para a participação cidadã, como eles mesmos apontam nos documentos e cartilhas do programa. Nesse processo, houve um novo papel ativo do Estado através do fomento e ampliação das instâncias de diálogo com a sociedade civil para a construção de uma política pública de cultura democrática.

O Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania - **Cultura Viva** foi implementado se fundamentando no reconhecimento do papel estratégico da cultura para a preservação da identidade cultural brasileira, priorizando o financiamento público e a contemplação de projetos culturais representantes de comunidades menos favorecidas, como mecanismo de superação da exclusão social e fortalecimento da autoestima da população, no entendimento de que a conquista plena da cidadania passa pelo acesso à cultura (BRASIL, 2006).

Os “Pontos de Cultura” foram de longe a ação prioritária do “Programa Cultura Viva”, que funcionou como uma política de “inclusão cultural”, baseada no repasse

financeiro do Estado para iniciativas culturais já existentes, com finalidades de proporcionar a acessibilidade cultural e a continuidade do desenvolvimento de suas produções.

Foi estabelecido um pacto de direitos e responsabilidades numa proposta definida pelo Programa de “Gestão compartilhada e transformadora”. Essa concepção entendeu que a “cidadania cultural” não deve se pautar apenas em proporcionar o acesso aos bens de consumo produzidos, mas principalmente o acesso aos “meios” de “formação, criação, difusão e fruição cultural”. Além disso, o estímulo ao exercício político dos cidadãos, e consequentemente, a ampliação dos canais de participação, tem demonstrado uma responsabilidade importante do Estado, em algum nível, para com a efetivação dos direitos culturais

Sabemos que, historicamente no Brasil, com raras exceções, uma das características marcantes na gestão das políticas culturais estatais foi a compreensão do conceito de cultura em contraposição a uma chave elitista, que elegia o termo a uma proposta de erudição intelectual e artística, ou seja, uma manifestação “superior”, num sentido de “alta” cultura, se comparado à cultura produzida e realizada por segmentos sociais menos abastados. É claro que, em cultura, não podemos realizar esse tipo de comparação entre o que seria superior/inferior. No entanto, durante muitas décadas podemos dizer que não houve espaços institucionais para circulação nem fomento como algo institucionalizado à cultura produzida pelos representantes das classes subalternas no país. Esta ausência nos fala muito sobre como existe uma disputa de classe também no campo cultural. Nos informa também sobre um tipo de padrão estabelecido na sociedade brasileira em relação ao lugar dos pobres como grupo marginalizado socialmente, como podemos ver, é um tema que pode ser notado também no campo cultural.

Sob esse panorama, pensar a possibilidade de uma política cultural que busca evitar a reprodução da cultura num sentido elitista e pretende reconhecer e valorizar pela primeira vez na gestão estatal às produções culturais realizadas por populações que sempre estiveram às margens desse processo seja ele estatal ou de mercado é contribuir para a cidadania cultural.

A célebre frase de Gilberto Gil sobre os Pontos de cultura como a realização de uma espécie de “*do in antropológico*” no tecido social, ele fala sobre massagear pontos no Brasil, que seriam as organizações sociais, por meio de investimento financeiro não só no urbano, mas no rural, não só no que está no centro, mas do que tem expressão forte e atuação no interior, em construir um processo a partir das pessoas e de suas experiências

já concretas, assim como, a criação de uma Rede (virtual e presencial) de trocas estéticas e políticas, nos traz a possibilidade de compreender que o Estado brasileiro pode ser mais democrático, menos centralizador e autoritário, realizando uma interlocução mais horizontal, para que possam existir assim mais garantias no que diz respeito ao que seria um processo de permanência dessas ações estruturadas por meio de uma política pública efetiva.

Tendo realizado o que para nós funciona como certa justificativa na concordância apurada de que existiu um caráter “revolucionário”, no sentido de se contrapor a política cultural vigente até então, no Programa Cultura Viva. Podemos falar agora como se dá o seu surgimento em termos oficiais.

O Programa Cultura Viva surge no dia 06 de julho de 2004, o Ministério da Cultura, por meio da Portaria nº 156, criou o Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva. Trata-se, como veremos, da iniciativa mais importante encetada pelo Ministério na gestão de Gilberto Gil – sendo, vale ressaltar, apontada enquanto tal pelo próprio MinC, em documentos, bem como no discurso de membros do governo. Podemos dizer, em linhas muito gerais, que o Programa se destinou basicamente a: Fomentar as manifestações culturais da sociedade promovidas por agentes que não têm acesso ou o têm de maneira entendida como deficiente, ao mercado cultural – seja no momento da produção, seja no da difusão do que foi produzido, seja no do consumo de bens culturais considerados necessários ao próprio estabelecimento de canais entre estas práticas e o conjunto de manifestações no campo da cultura.

Como explicamos acima, a conjunção de fatores em nível federal com Lula no governo federal e Gilberto Gil no Ministério da Cultura, entre outras coisas, possibilitaram a construção de uma gestão bastante inovadora e diferenciada para a cultura e para as políticas culturais no geral. De acordo com Gil, essa era sua visão sobre cultura:

“E o que entendo por cultura vai muito além do âmbito restrito e restritivo das concepções acadêmicas, ou dos ritos e da liturgia de uma suposta “classe artística e intelectual”. Cultura, como alguém já disse, não é apenas “uma espécie de ignorância que distingue os estudiosos”. Nem somente o que se produz no âmbito das formas canonizadas pelos códigos ocidentais, com as suas hierarquias suspeitas. Do mesmo modo, ninguém aqui vai me ouvir pronunciar a palavra “folclore”. Os vínculos entre o conceito erudito de “folclore” e a discriminação cultural são mais do que estreitos. São íntimos. “Folclore” é tudo aquilo que não se enquadrando, por sua antiguidade, no panorama da cultura de massa é produzido por gente inculta, por “primitivos contemporâneos”, como uma espécie de enclave simbólico, historicamente atrasado, no mundo atual. Os ensinamentos de Lina Bo Bardi me preveniram definitivamente contra essa armadilha. Não existe “folclore” o que existe é cultura. Cultura como tudo aquilo que, no uso de qualquer coisa, se manifesta para além do mero valor de uso. Cultura como aquilo que, em cada objeto que

produzimos, transcende o meramente técnico. Cultura como usina de símbolos de um povo. Cultura como conjunto de signos de cada comunidade e de toda a nação. Cultura como o sentido de nossos atos, a soma de nossos gestos, o senso de nossos jeitos”. (GIL, 2004, Discurso de posse).

Ocorreu uma ruptura com a proposta, até então, oficial, que privilegiava determinadas expressões artísticas e uma concepção de cultura voltada para a “alta cultura”. Sob esse ponto de vista, houve um destaque importante nas ações e programas do MinC voltados para o fortalecimento das comunidades locais e para a valorização da diversidade cultural.

Houve uma inquietação em torno da ideia de “Descobrir o Brasil profundo”, caracterizado pela multiplicidade de culturas que marcam as diferentes regiões que o compõem, e que, em função das distâncias territoriais e das dificuldades na percepção dos gestores sobre essa concepção mais ampla, que incluía as sociedades ribeirinhas, os indígenas, a cultura popular tradicional, as pessoas portadoras de deficiência, os ciganos, os quilombolas, os representantes das religiões-afro, os LGBTs, entre outros grupos.

Nessa perspectiva, de dar visibilidade aos diferentes grupos que representam nosso território, foram realizados os **“Seminários Cultura para Todos”** que consistiu num calendário de visitas das equipes do Ministério a diversos municípios do interior do país, em todas as suas regiões. Naquela oportunidade, foram convidados para debater os diversos segmentos da sociedade civil, gestores públicos locais, setores do empresariado, entre outras partes, o MinC sendo o órgão responsável por operar um novo modelo de políticas culturais no país (Calabre, 2019)

Este objetivo do Programa Cultura Viva se relaciona a duas outras motivações iniciais: ele pretende atuar tanto em termos de um projeto de democratização da cultura – no sentido de uma distribuição mais equitativa dos bens culturais – quanto no da consolidação de uma “democracia cultural” – no sentido da valorização das diferenças e especificidades culturais. Por meio do Programa “Cultura Viva”, o MinC vem apoiando projetos “desenvolvidos em comunidades que se encontram em situação de pobreza ou de vulnerabilidade social”.

Os “Pontos de Cultura” e os “Pontões” são a principal ação do programa, que, “nada mais são que a certificação ou reconhecimento pelo Estado da importância” de manifestações culturais que estão fora do mercado de “bens culturais”. Nesse sentido, compreendemos que, a proposta do MinC foi de criar projetos de “inclusão”, contemplando as iniciativas já existentes. “Uma vez transformadas em Pontos, essas iniciativas passam a contar com recursos públicos regularmente, ampliando o alcance de

seus trabalhos e incrementando suas ações em favor das comunidades em que estão inseridas”. Estes projetos, que não são criados pelo governo, mas previamente existentes, tornam-se Pontos de Cultura, considerados o “carro-chefe balizador de todas as ações do programa” (CGU, 2005).

De acordo com a cartilha original do Programa Cultura Viva:

“O papel da coordenação do programa é o de localizar e formar mediadores na relação entre Estado e sociedade, aproximando as diferentes formas de expressão e representação artística, bem como diferentes visões de mundo. O Programa Cultura Viva ainda não tem uma resposta acabada a todo esse processo que apenas se inicia, mas tenta identificar caminhos. Ou, pelo menos, identificar aqueles caminhos que não devem ser trilhados. Na partida, evitamos uma estrutura fortemente institucionalizada e hierarquizada, pesada na forma de gestão e controle, muito comum na burocracia pública. Menos consensos fabricados (e sonhos roubados) e mais conexões de trabalho que respeitem a diversidade e a busca do micro soluções para o fortalecimento de redes sociais. Para sedimentar a rede, Os Pontos de cultura” (Cultura Viva, 2004).

Este reconhecimento pelo Estado se dá mediante repasses de recursos ao Ponto de Cultura, que pode ser encarado, então, como uma iniciativa cultural de pequeno porte reconhecida como tal e estimulada pelo Estado brasileiro através do MinC, em torno de R\$ 180 mil reais, divididos em 3 (três) a 5 (cinco) parcelas, para investir conforme projeto apresentado. Parte do incentivo recebido na primeira parcela, no valor mínimo de R\$ 20 mil (vinte mil reais), deve ser utilizada “para aquisição de equipamento multimídia em software livre (...), composto por microcomputador, mini-estúdio para gravar CD, câmera digital, ilha de edição e o que for importante para o Ponto de Cultura”. O acesso ao programa acontece por meio de edital que convida “organizações não governamentais de caráter cultural e social, legalmente constituídas a apresentarem propostas para participação e parceria nas diferentes ações do mesmo”.

Até nossa última pesquisa no ano de 2014 existiam cerca de cinco mil espaços culturais nesse formato, distribuídas pelas cinco regiões brasileiras. A escolha por investir em áreas culturais até então excluídas pelo poder público e pelo mercado, parece indicar certo avanço e a tentativa de contribuir, através das políticas culturais, para o desenvolvimento de cidadania cultural. Nosso objetivo nesse trabalho é perceber como se deu à organização a participação dos representantes políticos dos Pontos de cultura integrantes da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura (CNPDC) nesse diálogo e disputas com o MinC para construção da política cultural considerando que mesmo ocorrendo um aumento da participação social na cultura, ao mesmo tempo, convivemos com alguns problemas estruturais do elitismo e de uma cidadania precarizada na sociedade brasileira que dificultam o alcance dos objetivos no que se refere ao avanço de mecanismos para o desenvolvimento da cidadania cultural.

Capítulo 2 – Políticas culturais internacionais: trajetórias e percursos

Introdução:

Tendo apresentado a problemática teórica que fundamenta nosso problema de pesquisa no que diz respeito a perceber os processos de cidadania cultural envolvidos na política cultural dos “Pontos de cultura”, ao mesmo tempo, percebendo a herança arcaica do patrimonialismo e clientelismo presente na realidade brasileira, seja nos processos de desenvolvimento da cidadania, seja na trajetória da políticas culturais brasileiras, seguimos o percurso desse trabalho, apresentando um panorama da discussão internacional sobre políticas culturais com o objetivo de perceber por meio dessas experiências como se deu a atuação do Estado e da sociedade civil na construção de processos de cidadania cultural e na formulação e execução dos direitos culturais.

Como nos ensina Albino Rubim (2000), as políticas culturais no Brasil são marcadas por três tristes tradições: “ausências”, “autoritarismos” e “instabilidades”, existindo um histórico de centralização das políticas culturais pelo Estado. Um contraponto a essa tradição histórica ocorreu a partir da gestão do governo Lula e do ministro Gilberto Gil em 2003, quando pela primeira vez foi incorporada na gestão cultural uma concepção antropológica de cultura na formulação da política cultural. Nessa ocasião, foi pensado e criado entre outras ações o Programa “Cultura Viva”, que teve como cargo chefe a política dos “Pontos de cultura”.

Sabemos que um dos principais problemas que afetam o investimento em cultura no país diz respeito a uma concepção mais ampla, principalmente da gestão pública, sobre a importância dessa área para o desenvolvimento do país. Cultura na maioria das vezes no Brasil não tem sido vista como uma necessidade básica, mas como prescindível quando comparamos com outras áreas como educação e saúde, por exemplo. Isso está relacionado com os problemas decorrentes de uma construção da cidadania “pelo alto” na qual foi construída uma noção de cidadania deficitária. Em outros países nos quais foi estabelecido o “estado de bem estar social” as experiências e a valorização da cultura como expressão de primeira grandeza junto das áreas consideradas essenciais é um ponto que merece destaque na nossa leitura em comparação ao itinerário brasileiro

Ainda no Brasil temos a fala de José Murilo de Carvalho (2002) e outros autores argumentam sobre o problema da “cidadania limitada” no Brasil, em virtude de um processo histórico de um Estado assistencialista, paternalista e com caráter excludente, no qual a própria garantia dos direitos sociais é deficitária e não ocorre de maneira plena à maioria da população. Esse panorama tem colaborado para uma subutilização da cultura como estratégia política das gestões de governo e como área de menor investimento

financeiro e simbólico, em comparação com outras áreas como educação, saúde e assistência social.

Para tanto, consideramos importante antes de tudo, fazer um apanhado sobre a discussão das políticas culturais internacionais nos debruçaremos agora sobre a trajetória das políticas culturais internacionais, a partir dos denominados “marcos iniciais”, os exemplos da França, Espanha e Reino Unido, na sequência aprofundando o debate sobre a influência das agências de cooperação internacional como ONU, UNESCO e o BID na formação de uma agenda internacional para os países, voltada para o “desenvolvimento” e o “direito humano”.

2.1 Políticas culturais internacionais: Do marco inicial à influência das Agências de Cooperação Internacional

Na perspectiva de compreender os desdobramentos contemporâneos sobre o tema, acreditamos ser importante realizar uma contextualização histórica sobre o surgimento do debate em torno das políticas culturais no mundo ou pelo menos no Ocidente. Albino Rubim (2012) nos orienta para o fato de que, na literatura acadêmica existem diferentes posições sobre qual seria o momento inaugural das políticas culturais. No entanto, a maioria dos autores se refere a 3 (três) experiências marcantes nesse processo, a saber: A experiência dos anos 1930 na segunda república espanhola, a institucionalização do *Arts Council* na Inglaterra na década de 1940 e a criação do Ministério dos Assuntos internacionais na França em 1959 (Rubim, 2012).

É importante esclarecer que não é nosso objetivo selecionar dentre essas experiências culturais qual delas é a pioneira, nem muito menos realizar um resgate exaustivo sobre cada uma delas, nosso intuito, é apenas de localizar historicamente o papel que essas políticas culturais tiveram para sua época como precursoras e geradoras de sentido para o futuro. De acordo com Xan Fernandez (2007), no hall dessas iniciativas a contribuição espanhola foi um tanto pormenorizada em função de um privilégio de destaque para as experiências da Inglaterra e da França. Seguindo a ordem cronológica, começaremos com a iniciativa ocorrida na Espanha.

A experiência política cultural da Segunda república espanhola durou um curto espaço de tempo, delimitado pelo período de 1931 a 1936, mas os seus ideais consolidaram as bases da política cultural naquele país. Seu propósito esteve voltado para uma missão educativa e de extensão cultural que permitisse uma equalização do nível cívico e cultural do povo espanhol, com o foco voltado para a população campesina. Percebemos que, existiu uma responsabilidade social do estado, na intenção de equilibrar

as desigualdades culturais para a compreensão da arte e da cultura, aos diferentes contextos do campo e da cidade. Desse modo, num processo que esteve pautado na educação popular foram criadas instituições responsáveis pela difusão e circulação do conhecimento cultural, em iniciativas como universidades populares e missões pedagógicas (Fernandez, 2007).

É importante frisar que a década de trinta foi marcada por um contexto de acirrada disputa política, entre a passagem da monarquia para a segunda república, e posteriormente um período constante de instabilidade que resultou na ascensão dos militares a partir de um golpe de estado, e posteriormente, na guerra civil espanhola.

Apesar de um horizonte político marcado por fortes instabilidades, a segunda república foi um período de muitos avanços culturais, as missões pedagógicas foram políticas transformadoras que chegaram aos locais mais distantes e a uma grande parcela da população excluída social e culturalmente na Espanha. De acordo com Fernandez (2007): “La metodología de las Misiones consistía en desplazar a un grupo de artistas, intelectuales y promotores culturales hasta los lugares más alejados y marginales de la geografía española para acercar les el aliento de las artes y la cultura”. (Fernandez, 2007). Nessa proposta, foram realizadas ações de difusão da arte e da cultura nas zonas mais excluídas daquele país, com projetos como o “teatro do pueblo”, “museu do pueblo”, difusão de bibliotecas populares, projeções cinematográficas ao ar livre, entre outras ações culturais que foram responsáveis por um processo de democratização do acesso à cultura e a circulação do conhecimento cultural, ao mesmo tempo, proteção do patrimônio cultural e artístico da Espanha.

Assim como, em todas as outras experiências pioneiras da Europa, na Inglaterra também existiu uma influência das políticas dos séculos anteriores, como acúmulo para a consolidação das políticas culturais do século XX. Entre essas influências estão o projeto “Educação para todos”, que como nos recorda Fernandez (2007), obrigava os alunos das escolas a visitarem os museus, principalmente com ênfase em história natural.

Dessa forma, a partir da sua forte tradição em torno da política dos museus, foi criado na Inglaterra o Arts Council of Great Britain em 1945 com base no antigo Council for Encouragement of the Music and Arts, incentivado por John Maynard Keynes. Keynes fazia parte do conhecido Grupo de Bloomsbury, junto com outros intelectuais, repercutiu os ideais de contraposição a sociedade vitoriana da época, à autonomia do setor artístico e anti-burocratismo. Uma das principais críticas do grupo se referia ao papel do estado na gestão da política para as artes, no que diz respeito ao seu papel de instrumentalizar as

massas conformando suas visões e a frequente utilização da gestão em cultura como propaganda dos governos (Fernandez, 2007).

Desse modo, sob essa perspectiva crítica e de apoio aos artistas, defesa da liberdade cultural e investimento em equipamentos culturais, o Arts Council surge com missão de desenvolvimento e financiamento das artes naquele país. Mais tarde se expande, sendo criados outros Arts Councils na Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte. (Fernandez, 2007; Saravia, 1999). Ainda de acordo com Fernandez:

“Em resumen, La propuesta inglesa de política del arte tenía como soportes fundamentales valores tales como El antiburocratismo y la independencia respecto del poder político, El despliegue de recursos garantizadores de la libre expresión y de la capacidad creativa de los artistas, la relevancia otorgada al papel de la alta cultura, así como El apoyo a los creadores para El mejor desempeño de su labor innovadora y fecundadora de la cultura em su múltiple cometido civilizatorio y cultural así como de desarrollo ciudadano y educativo”. (Fernandez, 2007, p. 12)

Muito embora a proposta inglesa se configurasse como um avanço para as políticas culturais no mundo, durante esse primeiro período a ênfase continuou sendo a “alta cultura”. Foi somente a partir dos anos sessenta, que ocorreu uma descentralização das políticas culturais no Reino Unido e uma abertura de perspectiva para a visão mais ampla sobre cultura (Fernandez, 2007).

De todas as experiências pioneiras em políticas culturais, a da França foi a mais duradoura, e talvez, a mais difundida como modelo que passou a influenciar outros países no mundo. Entretanto, sua política de democratização cultural recebeu muitas críticas de especialistas em gestão cultural, por expressar um viés centralizador e elitista do Estado, na sua forma de compreender a cultura.

Albino Rubim (2007) nos explica que a escolha da França em valorizar a cultura como um fim e a política como um meio, diferentemente de outras gestões de cultura, esteve diretamente relacionada ao contexto político da época, de retomada do poderio cultural francês no ocidente pós-segunda guerra mundial. De acordo com Philippe Poirrier (2012), a política cultural foi colocada à frente durante a República Gaullista, inaugurando o primeiro Ministério de cultura na Europa em 1959, dirigido por André Malraux, o Ministério de Assuntos Culturais da França. Essa experiência fez parte da política do “estado de bem-estar social” francês, que tinha como objetivo uma forte intervenção estatal para garantir a igualdade de acesso cultural a todos os cidadãos daquele país.

André Malraux foi o ministro que deu prosseguimento ao modelo de democratização cultural, principalmente a partir do seu projeto de “casas de cultura”, que foi iniciado com a participação de diferentes grupos sociais, entre eles defensores da educação popular, mas que, posteriormente, teve uma postura bastante centralizadora do estado, não existindo sob o seu comando nenhuma abertura para participação e debate sobre as mudanças a serem incluídas na política (Poirrier, 2012).

A principal missão desse projeto foi realizar a preservação e difusão do patrimônio cultural francês, como principal representante da cultura ocidental e da civilização européia. A política da democratização cultural estava baseada na ideia de que, ampliando o acesso das classes populares à cultura erudita e aos equipamentos culturais seria possível formar uma maior consciência crítica e estética em torno dessas obras. Os artistas também eram estimulados pelo estado a reproduzir obras de arte baseadas nos principais cânones da cultura francesa como representante da cultural mundial (Poirrier, 2012).

Entretanto, percebemos que esse tipo de política só colaborou para realizar um processo de hierarquização cultural, que teve como resultado a reprodução e difusão de uma cultura homogênea, a cultura erudita. A perspectiva francesa tinha a ideia ilustrada de que se poderia realizar um tipo de “missão civilizatória” levando o que consideravam ser “cultura” para as classes populares.

Assim, no final da década de sessenta, as pesquisas sociológicas de Pierre Bourdieu sobre os museus e o consumo cultural na França, em que ele traça os conceitos de “habitus” e de “capital cultural”, demonstraram a limitação da proposta de democratização cultural francesa, já que os frequentadores dos espaços culturais continuavam sendo os mesmos representantes da elite econômica que detinham, entre outras coisas, o capital cultural necessário para tal. Sendo assim, como nos explica Botelho (2001) a proposta de corrigir as diferenças econômicas para um maior acesso cultural das classes populares foi limitada, não atingindo os objetivos propostos pela política.

Dessa forma, apesar das divergências existentes dentro do próprio contexto artístico e intelectual francês, marcado por diferentes opiniões sobre o desenvolvimento das políticas culturais pelo estado, é inegável a precedência de algumas discussões que existiram na França e sua influência para o resto do mundo. Teixeira Coelho (2007) nos explica um pouco sobre as inovações da política cultural naquele país:

“(...) a França inovou em vários aspectos, desde a criação do Ministério da Cultura em 1959 até o conceito de desenvolvimento com cultura ainda nos anos 1960; e do lugar da cultura na educação, também na década de 1960, às questões da indústria cultural nos anos 1970; ou das relações entre cultura e economia no início dos anos 1980 ao tema da “exceção cultural”, nessa mesma década e que levaria ainda algum tempo para ser conhecido universalmente pelo atual rótulo da diversidade cultural que a UNESCO iria consagrar numa declaração já no século XXI”(COELHO, 2007, p. 11-12).

Entendido isso, se faz importante dar um destaque especial ao debate sobre o termo “*exception culturelle*”, desencadeado a partir da década de noventa, numa rodada de negociações com a União Europeia e a OCDE. Naquele momento, a França expôs a sua posição sobre a necessidade da Europa atuar na preservação de suas identidades nacionais, em função do crescimento e desenvolvimento da “*indústria cultural*” e dos problemas da influência do mercado na cultura, a exemplo do que estava ocorrendo nos Estados Unidos e Inglaterra. No caso específico, os franceses defendiam sua produção cinematográfica e a necessidade de intervenção estatal para proteger o pleno desenvolvimento da sua criatividade. Por outro lado, também se referiam a outras formas de arte e cultura que poderiam sofrer influências dos ditames do mercado (Poirrier, 2012). Desse modo, a discussão sobre a influência do mercado na cultura, em função das rápidas mudanças provocadas pelo avanço do sistema econômico, fez com que a discussão sobre a proteção da diversidade cultural e a autonomia dos estados-nações fosse uma pauta importante na agenda do debate de algumas entidades internacionais, a exemplo da OMC e da UNESCO.

Principalmente, depois da Declaração pela Diversidade Cultural em 2001, a UNESCO passa a assumir a agenda pública internacional da cultura substituindo o conceito de “*exception culturelle*” sugerido pela França, por diversidade cultural e atuando no fortalecimento da soberania dos países para a construção de políticas culturais nacionais (Poirrier, 2012). Fernandez nos apresenta um resumo das principais características presentes nas políticas culturais pioneiras:

“Em congruência com lo dicho, podríamos añadir aquí que mientras el modelo español de la Segunda República enfatizaba la responsabilidad social y educativo popular de los artistas e intelectuales, El inglés, desde una mirada de talante pequeño-burgués, propendía a hacer hincapié en La libertad creativa de los artistas mientras que, por su parte, el francés tuvo como preocupación central la del papel del arte como referente catártico y simbólico de La legitimidad e identidad nacional, asignando al artista un rol ejecutor privilegiado. (Fernandez, 2007, p. 21)

Desse modo, observamos que essas experiências consideradas como fundadoras da discussão sobre política cultural no mundo foram de extrema importância para fundamentar o debate na área, mas, sobretudo, para compreender a mudança posterior que irá ocorrer no debate mundial sobre cultura, operada pela atuação das agências de cooperação internacional, como ONU, UNESCO E BID, entre outros, na realização de conferências e congressos internacionais, que vão ser responsáveis pela construção de acordos e documentos propositivos para a atuação na gestão de políticas culturais democráticas dos países membros em todo o mundo.

2.2 O papel da UNESCO na construção da agenda do debate sobre Políticas Culturais no mundo: cultura como desenvolvimento e diversidade cultural

É sabido que o desenvolvimento do sistema capitalista provocou desigualdades e exclusões sociais das mais variadas em função dos antagonismos presentes na relação capital-trabalho. Numa esfera mais ampla, a organização dos países em blocos que disputam a hegemonia política, econômica e ideológica no mundo resultou num quadro de exploração e desigualdade social que foi responsável por grandes guerras e massacres humanos da sociedade. Nesse sentido, se fez importante discutir os rumos futuros, sobretudo depois das experiências desastrosas do Nazismo e Fascismo e da Segunda guerra mundial.

Muitos teóricos, entre eles os representantes da Escola de Frankfurt, já haviam criticado a expansão do capitalismo e a concepção iluminista de esclarecimento, que em vez de promover a construção de “um mundo inteiramente outro” foi utilizado como “racionalidade técnica”, ou seja, como uma ferramenta eficaz voltada ao “progresso” da civilização. Nesse sentido, percebemos que a ideia iluminista fracassou na construção de sua hipótese inicial de que o esclarecimento promoveria liberdade e emancipação humana, ao mesmo tempo em que, como “razão instrumental” contribuiu para o fortalecimento dos grandes sistemas de opressão e “barbárie”.

O debate sobre a necessidade de uma “cooperação internacional” entre os países surge num contexto de um mundo cindido pela segunda guerra mundial, conflito que gerou inúmeras mortes e destruições, além de uma conjuntura política de desgaste entre as nações, em função de uma divisão geopolítica bipolar do mundo (Ayllón, 2007).

Nesse pano de fundo, a ideia de criar agências multilaterais de cooperação internacional teve como objetivo primeiro evitar a guerra e depois promover negociações

para a atuação coletiva no fortalecimento da democracia, na luta pela paz e na garantia dos direitos humanos. Sob essa perspectiva, surge a ONU – Organização das Nações Unidas, como uma agência intergovernamental para atuar na construção da coesão social, paz e harmonia entre os países.

Como uma das agências que fazem parte das Nações Unidas e que trabalham com temas específicos foi criada a constituição da UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura em 1945 em Londres (Gruman, 2008). No seu período fundacional a UNESCO estava direcionada para atuar na cooperação multilateral internacional a partir da educação, da ciência e da cultura como valores fundamentais que asseguravam a paz e a solidariedade das nações.

A ONU adota em seu surgimento a **Declaração Universal dos Direitos Humanos** construída em dezembro de (1948) que foi um documento construído por inúmeros países como um instrumento de diálogo importante entre as nações para a promoção de uma convivência pacífica entre elas. Sem dúvida, esta declaração é uma das principais referências para o direito internacional, para estudiosos e para representantes políticos de diferentes países, que ao longo das décadas continuam tentando garantir os objetivos ali pactuados. Importante salientar que nesse documento já estava apontada a importância do debate sobre a garantia da vida cultural e seu fortalecimento através dos direitos culturais, o que vamos debater mais à frente.

É verdade que desde o seu surgimento, até hoje, devido a sua função estratégica e global, a UNESCO teve um papel importante na construção de uma agenda internacional no debate sobre cultura e políticas culturais no mundo. Os marcos regulatórios firmados a partir das suas convenções, congressos, declarações e recomendações, orientam a formulação de políticas culturais estatais de diversos países-membros, tendo impacto também em diversos movimentos e agentes da sociedade civil.

Apesar disso, sabemos que a cultura é algo impossível de definir de uma maneira objetiva, existindo mais de centenas de definições diferentes a partir das mais variadas disciplinas (Williams, 1969). Mariella Pitombo Vieira (2009) nos explica como dentro da UNESCO também ocorreu uma variação na concepção de cultura adotada ao longo dos anos.

A ideia inicial era trabalhar com a cultura como um caminho para a cooperação internacional e o diálogo entre as nações. Marcadamente na década de sessenta este tema é uma discussão prioritária. Nesse primeiro momento, a visão sobre cultura da UNESCO

está voltada para uma concepção de “alta cultura”, numa perspectiva iluminista de valorização do campo artístico e literário.

Um dos documentos que iniciou o debate sobre uma visão de cultura ampliada que mais tarde se tornou uma constante na UNESCO foi o **Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966)**. Esse documento teve extrema relevância para o debate internacional na discussão sobre pluralismo cultural como formade respeito e tolerância as identidades étnicas, religiosas, entre outras; Algo extremamente relevante para a diminuição dos conflitos e manutenção da paz entre os países, ressaltandoo direito de todos os indivíduos de participar da vida cultural (UNESCO, 1966).

A partir daí notamos que da década de sessenta em diante, suas convenções, instruções, normativas, fóruns e declarações vão orientar o debate da agenda internacional sobre políticas culturais para os países. Algumas vezes como orientação, outras através de documentos que estabelecem os compromissos pactuados com os países membros.

Em relação ao destaque sobre o tema das políticas culturais, notamos essa presença de debate a partir da década de setenta e oitenta. Houve um estímulo para realização de conferências regionais em todos os continentes. Principalmente, depois da realização da **Conferência intergovernamental sobre os aspectos administrativos, institucionais e financeiros das políticas culturais** em (1970) realizada em Veneza, se deriva inúmeras outras conferências que pautam esse tema específico.

Importante destacar que entre as conferências realizadas que indicaram novos caminhos pelos quais a gestão cultural poderia atuar nos países, a **Conferência do México de (1982)** foi uma das referências mais importantes. É nesse momento que se firma a ampliação do conceito de cultura na UNESCO em contraponto a visão iluminista anterior, a valorização do debate sobre diversidade cultural, assim como, o aprofundamento da discussão em torno do binômio “cultura e desenvolvimento”.

Notamos que a agência multilateral internacional passa a incorporar a ideia que os antropólogos já estavam debatendo a algumas décadas, em torno da valorização das identidades e das diferenças. Sua perspectiva atua na concepção de que a cultura é um componente fundamental para o diálogo e a manutenção da paz entre as nações.

A Mondialcult teve um papel como conferência marco e gerou um acúmulo de discussão no debate junto a outros organismos internacionais, sobre o estreito e pertinente diálogo entre “cultura e desenvolvimento”. Dessa forma, foram planejadas ações conjuntas com outros organismos intergovernamentais, a exemplo do PNUD e Banco

mundial, na perspectiva de assimilação da cultura como dimensão estratégica para o desenvolvimento das nações.

Nesse ínterim, foi lançado no final da década de oitenta, o projeto **“Década mundial de desenvolvimento cultural (1988-1997)”**, que teve como resultado um “Relatório mundial sobre cultura e desenvolvimento”, intitulado **“Nossa Diversidade Criadora”** realizado em 1997 e que estabeleceu a necessidade de se pensar as bases culturais do desenvolvimento humano.

Em seguida na década de noventa, o PNUD lança o **Informe mundial sobre cultura** (1998), e dentro dos **“Objetivos para o Desenvolvimento do milênio”** (2000) foi aprovada uma resolução sobre “cultura e desenvolvimento” na Assembléia Geral das Nações Unidas. Assim, baseada em um grande número de documentos, observamos que ao longo das últimas décadas do século vinte, foi uma tendência da UNESCO em conjunto com outras agências internacionais multilaterais, aliar a discussão sobre cultura e políticas culturais ao debate sobre desenvolvimento, e posteriormente, a temática da diversidade cultural.

Concordamos que essa proposição já estava sendo plantada principalmente a partir de uma deliberação da ONU no projeto “Nova ordem econômica mundial”, para que as suas agências multilaterais de cooperação trabalhassem junto aos países em desenvolvimento; O pressuposto era que a cultura seria uma área potencial para a garantia da autonomia dos países no campo econômico e político, sobretudo, no melhoramento de inúmeros índices sociais e na garantia da qualidade de vida da população (Pitombo, 2009).

Influenciados por essa perspectiva, muitos países passam a cumprir as suas deliberações colaborando para um contexto de maior investimento na economia da cultura de setores até então excluídos, como forma de valorizar as diferenças e de diminuir a desigualdade social. Entretanto, ao mesmo tempo, também ocorre certa resistência de outros em acreditar que a cultura possa ser uma esfera potencialmente importante para o desenvolvimento das nações. Em relação a esse último ponto, é importante frisar que essa visão ocorre na maioria das vezes em virtude de uma concepção de desenvolvimento economicista, assim como, por um descaso sobre o impacto real do setor cultural no PIB mundial.

Dessa maneira, no que se refere à dimensão econômica, a cultura vai se transformando numa área bastante importante para o investimento público e privado. Isso ocorre em função, principalmente, das mudanças ocorridas no campo de trabalho fordista na década de 70, nas quais ela passa a apresentar grandes taxas de crescimento (Harvey,

1996). O impacto da cultura na economia em muitos países pode ser observado pela grande distribuição de bens simbólicos no comércio mundial, como filmes, música, programas de televisão, entre outros; Muitos estudos e estatísticas nos fornecem a explicação de que a cultura tem sido responsável por uma parcela considerável do crescimento econômico e do aumento do PIB dos países nas últimas décadas.

Entretanto, é importante refletir mais profundamente sobre as relações estabelecidas de cooperação da cultura com as diferentes áreas. Yúdice (2006) traz uma problematização pertinente explicando que a combinação desses fatores de valorização simbólica e material da cultura na época atual, demonstra que: “a cultura se tornou um pretexto para a melhoria sociopolítica e do crescimento econômico” (Yúdice, 2006, p. 26). Essa crítica nos faz refletir sobre duas questões em potencial: A **primeira** delas é a ideia de que a cultura pode estar sendo utilizada como ferramenta política para resolução de problemas sociais, perdendo o seu papel criativo e de inovação para funcionar como coadjuvante de outras áreas;

A **segunda** aponta o fato da centralidade da cultura na época atual; Percebemos que a gestão pública passa a utilizar a cultura como elo essencial no diálogo com outras áreas, a fim de atingir objetivos em comum. Existindo assim, uma valorização do seu papel pelos órgãos e instituições governamentais locais e internacionais.

É bem verdade que é próprio da cultura expressar seu potencial de criatividade e dimensão subjetiva de maneira intangível, ou seja, impossível de ser avaliada sistematicamente. Acreditamos que é justamente nesse potencial que reside sua peculiaridade. Desse modo, é imprescindível que, no diálogo com outras áreas, seja a gestão pública, a administração, as indústrias culturais, entre outros, possam existir um equilíbrio de forças em que o potencial próprio da cultura não seja suprimido.

Todavia, apesar do longo debate da UNESCO sobre a importância de relacionar “cultura e desenvolvimento”, notamos que alguns países ainda atuam com bastante receio em incorporar à cultura a sua agenda de desenvolvimento nacional. Alfons Martinell nos explica um pouco sobre a convivência de diferentes pontos de vistas sobre a relação entre desenvolvimento e cultura:

“Os conceitos e as políticas sobre o desenvolvimento e os direitos culturais também procedem de uma relação muito distintiva, que vai desde algumas posições que consideram certas formas culturais como um freio a um tipo de desenvolvimento, a outras que entendem que a dimensão cultural é imprescindível para um desenvolvimento humano e sustentável”. (Martinell, 2013, p.17)

A variação que ocorre na interpretação de como a cultura pode ser um impulso para o desenvolvimento dos países, entre outras coisas, sofre influência da visão ocidental e hegemônica que o conceito adquiriu ao longo do tempo, integrado a concepção de crescimento econômico e de progresso. É verdade que muitas nações ainda carregam essa postura economicista e reducionista no trato com a cultura, o que tem prejudicado um maior avanço da agenda internacional de colaboração mútua em torno das diferentes áreas. Entretanto, a partir da segunda metade do século XX, este conceito vai se transformando, em função das próprias mudanças do capitalismo, assim como pelo surgimento de outras potências e da contribuição de programas internacionais.

No campo acadêmico, se aprofunda o debate em torno da ideia de desenvolvimento humano como uma dimensão mais ampla que a anterior. Os trabalhos de Amartya Sen trazem uma contribuição fundamental sobre esse tema, servindo de referência inclusive para o debate das agências multilaterais internacionais que incorporam a proposta de expansão das liberdades fundamentais, entre elas a liberdade de participar da vida cultural (Sen, 2000).

Importante salientar que Celso Furtado anteriormente, nos seus escritos, já havia salientado a importância da existência de um relacionamento dialógico entre cultura e desenvolvimento, ressaltando, sobretudo que “a política de desenvolvimento deve ser posta a serviço do processo de enriquecimento cultural” (Furtado, 1983). O relatório “Nossa diversidade Criadora” de Javier Cuéllar, figura como documento base que apresenta avanços na concepção de que a cultura deve ser o fim último do desenvolvimento, promovendo as chaves essenciais para a qualidade de vida e o bem-estar da população. Assim, de acordo com Cuéllar:

“o papel da cultura também deve ser considerado como um fim desejável em si mesmo, que é o de conferir sentido à nossa existência (...) Cultura, pois, não significa apenas um elemento do progresso material: ela é a finalidade última do ‘desenvolvimento’ definido como florescimento da existência humana em seu conjunto em todas as formas (Cuéllar, 1997, p.32-33).

Percebemos que aos poucos a agenda internacional assume a concepção de desenvolvimento humano na compreensão de que “todas as formas de desenvolvimento inclusive o desenvolvimento humano está determinado em última instância por fatores culturais” (Cuéllar, 1997). Este relatório nos apresenta também a perspectiva do desenvolvimento cultural como conceito transdisciplinar, que dialoga com outras áreas a fim de demonstrar o papel da cultura no desenvolvimento econômico e social. Sendo

assim, para além da dimensão quantitativa, outros fatores são levados em consideração, que dizem respeito ao impacto da cultura na promoção de uma vida mais digna e virtuosa. Nesse sentido, ainda de acordo com Javier Cuéllar:

“(…) O desenvolvimento é um processo cultural que não pode ser imposto de fora ou generosamente produzido por instituições bilaterais ou multilaterais de assistência; deve ao contrário nascer do âmago de cada sociedade (...) A cultura é, por conseguinte, um fator indispensável do desenvolvimento: na realidade deveria ser o ponto de partida de todo programa de desenvolvimento autónomo. Tomar a cultura como ponto de partida da transformação de cada comunidade é fundar o desenvolvimento sobre a identidade e os valores de cada povo” (Cuéllar, 1997)

Sobre a ênfase no campo das políticas culturais e sua relação com o desenvolvimento, foi oficialmente a partir da **Conferência intergovernamental sobre Políticas Culturais para o desenvolvimento (1998)**, em Estocolmo, que foi deliberado fazer da política cultural elemento-chave para o desenvolvimento, assim como, a promoção da participação na vida cultural.

No plano da Ibero - américa, a formulação dos **Planos Diretores da Cooperação Espanhola** (2005-2008) e (2009- 2012) e da **Estratégia Setorial de Cultura e Desenvolvimento** em (2006), reverberaram internacionalmente como documentos de extrema relevância para a cooperação cultural dos países. Foi ressaltado nesses textos, a importância de um “enfoque do desenvolvimento” voltado para a dimensão humana e sustentável, com peso similar para a cultura. Além disso, se priorizou o fomento a diversidade cultural de maneira horizontal, pautados na geração das capacidades culturais como ferramentas para o desenvolvimento. A partir de todas essas orientações, percebemos que se passa a conceber a cultura como um elemento que estimula a coesão social e a estruturação da vida coletiva e cidadã (Martinell, 2010).

No que se refere a ampla discussão sobre a problemática que envolve os processos de troca entre cultura, mercado e gestão pública, existem algumas posições que defendem que a cultura está sendo manejada como recurso por instituições supranacionais, a exemplo das agências multilaterais como a UNESCO, com o objetivo de melhorar a dimensão sociopolítica e econômica dos países (Yúdice, 2006). No entanto, acreditamos que é necessário perceber os nuances e processos de disputas e “lutas simbólicas” que ocorrem no contato da cultura e dos agentes culturais com outras áreas. Isso precisa ser levado em conta, pois são esses processos que são responsáveis por mudanças nas configurações societárias mais amplas. De acordo com Alfons Martinell (2010):

“La prioridad horizontal no excluy otras formas de incorporación de la cultura em La cooperación al desarrollo. Igual que em otros ámbitos (educación, gobernanza, género, derechos humanos...) es necesario establecer estrategias propias para canalizar el potencial de la cultura o la prioridad política que em un momento dado se quiera incorporar. No podemos olvidar que la cultura tiene una análisis como sector específico con unas características económicas (empleo, comercio, mercado, etc.) que también se ha de considerar con impactos más tangibles al desarrollo...” (Martinell, 2010, p. 22)

Compreendemos que as culturas têm sua dimensão própria de representação e singularidade, todavia, isso não impede que se leve em conta o seu caráter aberto e transcendental de elaboração junto a outras áreas, na geração de maior participação política e cidadã na sociedade, assim como, na colaboração para a melhoria de diversos índices sociais e econômicos.

Como nos aponta Martín-Barbero (2010), a redefinição de desenvolvimento que compreende a cultura como dimensão endógena do processo, propõe que a cultura e a comunicação deixem de ser “meros objetos de política” para funcionarem como dimensões constitutivas próprias do campo político. Assim, para Martín-Barbero (2010):

“Los proyectos de desarrollo con sectores pobres empiezan a dejar atrás su carácter asistencial para encontrar caminos de autogestión y participación comunitaria. El tema del desarrollo, como el de las políticas culturales, solo puede ser pensado entonces como imaginación de la democracia, fortalecimiento de las instituciones políticas (más ágiles y eficientes) y constitución de nuevas formas de la ciudadanía”. (Martín-Barbero, 2010, p. 29).

Desse modo, as intersecções contemporâneas entre cultura e desenvolvimento, apontam para o seu papel fundamental na construção de processos de cidadania e participação da sociedade, assim como, na garantia do respeito e da valorização das identidades e das diferenças dentro de uma sociedade multicultural.

Por último, mas não menos importante, no *hall* das diferentes áreas trabalhadas pela UNESCO se encontra a perspectiva de relacionamento da cultura com os direitos humanos como uma constante expressa desde o surgimento da organização, a partir da **Declaração dos Direitos do Homem** de (1948), até o momento atual, agora levando em consideração também a dimensão específica dos **direitos culturais** como uma parte constitutiva dos direitos humanos a ser debatida.

Machado (2007) nos explica como existiram críticas frequentes a relevância das declarações universais de direitos, pautadas em duas perspectivas: Que a concepção de “homem” abordada não estava conectada com a realidade e que defendiam unicamente os interesses de uma classe social específica, a burguesia. Em contraponto a essa visão, o

autor faz questão de salientar que esses documentos surgem justamente em processos históricos de luta contra opressões, guerras e violações de direitos de todos os tipos.

Obviamente que todos os objetivos propostos nunca são totalmente alcançados, devido a inúmeros fatores, entre eles, os pressupostos de concentração de capital pelas nações, que na maioria das vezes estão acima de outros valores, como também, a falta de um instrumento internacional que tenha maior poder de exigir o cumprimento das deliberações ali pactuadas.

Em função das mudanças ocorridas no mundo como resultado da sofisticação do capital, observamos que ocorreu a coexistência de diferentes contextos particulares na sociedade. Nesse sentido, uma das críticas sobre a ênfase da política centrada nos direitos humanos interdependentes e universais, é que essa visão já não é suficiente para dar conta das diferentes dinâmicas locais e culturais específicas (Machado, 2007).

Dessa maneira, se torna importante discutir um novo tipo de direito humano, o direito cultural, que pretende dar conta da discussão em torno dos particularismos e localismos que quando violados, sejam através de ações individuais ou coletivas, são responsáveis pelos mais tenros conflitos entre os grupos sociais.

Nesse sentido, acreditamos que a institucionalização dos direitos culturais pelo estado pode ser um começo de empreitada, a fim de estipular parâmetros formais e legais, que possam influenciar a construção de políticas culturais mais democráticas entre estado e sociedade civil, numa perspectiva voltada para a cidadania cultural como proposta que pode aliar o fazer cultural à participação política.

CAPÍTULO 3 – Trajetória e desenvolvimento da política cultural brasileira: Das artes consagradas à democratização cultural.

INTRODUÇÃO:

O objetivo desse capítulo é se debruçar sobre a trajetória das políticas culturais estatais brasileiras a partir da sua relação com o desenvolvimento do Estado brasileiro em diferentes momentos políticos, compreendendo seus avanços e retrocessos, assim como, os dilemas enfrentados para sua institucionalização como política pública de cultura democrática e participativa em longo prazo no país.

Sendo assim, a fim de explicar melhor o percurso que irei seguir nesse capítulo, gostaria de realizar de antemão uma delimitação precisa do recorte escolhido para o estudo de tais políticas culturais: **Primeiramente**, iniciaremos a discussão com o que Rubim (2012) e Barbalho descrevem como as políticas culturais inaugurais no Brasil, as políticas culturais realizadas durante o período do **Estado novo**, no qual ocorreu a criação do Departamento de Cultura em São Paulo em 1935 sob a chefia de Mário de Andrade e a implementação do Ministério da Educação e Saúde em 1930 com o Gustavo Capanema à frente durante o período de 1934 a 1945;

Num **segundo momento**, as políticas culturais realizadas durante a **ditadura militar**, período que afirmou as marcas de um estado autoritário, fortemente baseado na repressão e na censura como mecanismos coerção e fortalecimento da sua hegemonia. Ao mesmo tempo, também foi um período marcado pela efervescência política e cultural de artistas, intelectuais, militantes e representantes de organizações da sociedade civil e partidos de esquerda que atuavam contra o regime militar.

Num **terceiro momento**, falaremos sobre o desenvolvimento das políticas culturais durante o período da abertura democrática; Esse último tópico será dividido em dois momentos específicos. O primeiro será dedicado a observação do desenvolvimento de uma política cultural de cunho neoliberal a partir das gestões de Fernando Henrique Cardoso na Presidência da República e do Francisco Weffort a frente do Ministério da Cultura, e no segundo, tratarei do desenvolvimento de uma política cultural voltada para a participação social, que foi estabelecida a partir do Governo Lula em nível federal e do Ministro Gilberto Gil a frente da pasta da cultura, o que foi posteriormente desenvolvido ao longo do Governo Dilma Rousseff.

Concordamos com a definição de Albino Rubim (2005) que as políticas culturais brasileiras são marcadas por “tristes tradições” entre elas, “ausências”, “autoritarismos” e “instabilidades”. Quando observamos historicamente o desenvolvimento da relação do estado com a cultura podemos perceber como esses temas dão a tônica aos processos.

Entretanto, vivemos uma experiência recente bastante ousada para as políticas culturais no Brasil com o governo Lula/Dilma (2004 - 2014) que a nosso ver, vão à contramão das “tristes tradições”. Um período de institucionalização e sistematização da política cultural realizado a partir da construção de uma política pública de cultura estatal que teve entre seus objetivos estruturar e consolidar um projeto voltado para a cultura no sentido antropológico e para a valorização da diversidade cultural do país, materializada a partir da criação de leis, da estruturação de um sistema nacional de cultura, do incentivo aos estados a criarem planos e fundos públicos, e ao estabelecimento de instâncias participativas entre estado e sociedade civil para a construção de tal política.

Todavia, sabemos que apesar do plano de governo estabelecer propostas que representam avanços consideráveis para a área, é necessário avaliar criticamente se essas propostas foram realizadas na prática e quais foram os principais empecilhos para que fosse implementada a proposta de “gestão compartilhada” pautada no projeto de “cidadania cultural” da política cultural do Minc

Dessa forma, nosso objetivo nesse trabalho será investigar como se deu a relação entre Estado e sociedade civil organizada na construção de políticas culturais com ênfase na “cidadania cultural”, a partir das relações estabelecidas entre os representantes do Ministério da cultura (Minc) por um lado e da Comissão Nacional dos Pontos de cultura (CNPdC) por outro. Analisaremos as principais instâncias de participação política entre estado e sociedade civil a fim de saber até que ponto houve incorporação na política pública de cultura do Minc das propostas encaminhadas pela sociedade civil?

Escolhemos a política cultural dos “Pontos de cultura” por considerarmos que foi a ação de mais destaque e impacto na gestão do Minc do Governo Lula e Dilma. O recorte temporal escolhido foi o período de 2004 a 2014), um total de 10 (dez) anos desde o início da política pública de cultura até o momento em que ela é transformada em lei, denominada Lei Cultura Viva.

Todavia, antes de entrarmos propriamente na discussão do objeto de pesquisa se faz necessário contextualizar a trajetória histórica das políticas culturais no país, a fim de compreender a dinâmica mais ampla de discussão do tema. Explicado isso, e com o intuito de alcançar os objetivos estabelecidos aqui sobre o assunto em questão iniciaremos os trabalhos com a discussão em torno do desenvolvimento da política cultural no período estadonovista no Brasil, momento no qual são inauguradas as políticas culturais no país.

3.1 Políticas culturais no Brasil: Do Estado novo à Redemocratização

Se a proposta fosse estabelecer uma trajetória histórica fiel do desenvolvimento das políticas culturais no Brasil poderíamos falar de algumas experiências que ocorreram durante o segundo império no país, que favoreceram as linguagens artísticas da música e das artes plásticas, como foi o caso da criação do Conservatório nacional de música em 1848 e o apoio que o Imperador deu a Academia de Belas-Artes e suas Exposições gerais, essa última só começando a funcionar oficialmente a partir do Segundo império, a primeira exposição geral sendo realizada em 1879 (Barbalho, 2009). No entanto, não é o objetivo desse trabalho realizar um resgate exaustivo e detalhado sobre o tema, mas sim, situar os momentos mais relevantes a serem incluídos nessa trajetória.

É claro que é importante considerar que o caráter “tardio” da inauguração das políticas culturais no país de forma mais sistemática esteve relacionado com o modelo da colonização portuguesa no Brasil, que acreditava que para manter o seu poder e hegemonia, não seria interessante o investimento em educação através da criação das universidades e ou em órgãos de cultura, para garantir a aceitação pacífica da população as ordens da colônia (Rubim, 2012).

Nesse sentido, observamos que as políticas culturais tanto na época do Brasil-colônia como durante o período conhecido como Segunda República, não tinham uma estratégia de ação definida com foco na população, o que ocorria era um investimento em cultura de maneira esporádica através do apoio a artistas e intelectuais próximos ao governo em determinados territórios específicos (Rubim, 2012).

Dito isso, fica claro que a inauguração das políticas culturais no Brasil de forma institucionalizada e sistemática apenas ocorreu a partir da década de trinta, com a criação do “Estado novo” durante o governo Vargas. Logo após a “Revolução de trinta”, o governo estadonovista se concentrou na ideia de “nação” e no sentimento de brasilidade como forma de reunir a população em torno de um consenso de ideias em comum (Barbalho, 1998).

É preciso dizer que o Brasil vivia um momento delicado tanto econômico quanto político em função da crise internacional provocada pela quebra da Bolsa de Nova York, o que afetou consideravelmente a exportação do café. Além disso, existia um cenário de disputa política intensa entre, de um lado, os setores representantes da “política café com leite” que era representado pelas oligarquias políticas decadentes da República Velha, e do outro, os representantes de um projeto político ideológico que pretendia modernizar o país.

Representando esse último setor, Getúlio Vargas encabeçou a chapa que disputou as eleições diretas contra o candidato de São Paulo, Júlio Prestes. Todavia, mesmo perdendo as eleições, Vargas foi alçado presidente do país em 1930 através de um golpe de estado, posteriormente instituindo oficialmente o “Estado Novo” em 1937. Está claro que o “Estado novo” pretendeu romper com o monopólio das oligarquias regionais, substituindo esse modelo por uma proposta que buscava a modernização do país através da industrialização. No plano cultural, tinha como foco a construção de uma identidade cultural brasileira que forjaria a “unidade nacional”.

De acordo com Ângela de Castro Gomes houve uma tendência de diferentes regimes políticos pelo mundo em empregar políticas de comunicação e cultura para cimentar suas posições sociais perante a população. Isso foi bastante comum desde Roosevelt nos EUA até as experiências fascistas e nazistas bem conhecidas na Europa (Gomes, 2003). Getúlio implantou um estado autoritário e centralizador no Brasil, que frequentemente fez uso da força, violência e tortura para garantir sua dominação. No entanto, sabia que apenas a submissão da população não era suficiente, necessitava da sua adesão. Para isso, seria indispensável o estabelecimento de um consenso ideológico, através do qual suas ações teriam legitimação popular.

Com a intenção de estabelecer um processo de harmonização social que incorporasse toda a população num ideal comum de construção da “brasilidade” temos a primeira experiência de construção de políticas culturais por dirigentes políticos num período republicano no país. Barbalho (2007) nos explica que durante o Estado novo houve um investimento considerável na criação de instituições culturais, no apoio a artistas e intelectuais que eram considerados “artistas oficiais do estado”, assim como, na incorporação do discurso de “democracia racial” Freyreano como forma de congregar a população negra, mestiça e os trabalhadores.

É sabido que uma das marcas do governo de Getúlio Vargas foi a contradição e a ambiguidade. Como nos orienta Rubim (2007), o estado getulista ao mesmo tempo em

que atuava de maneira negativa através da opressão, repressão e censura, por outro lado, construía ações afirmativas de formulações, práticas, legislações e novas organizações da cultura; Nesse sentido, foi possível perceber um espaço de abertura estatal para os intelectuais e artistas de variadas matizes teóricas e políticas; Mesmo os que guardavam certa independência do governo, tinham um espaço na gestão. Para compreender a política cultural se faz importante entender os construtores de tal política e sua relação com o estado.

A nosso ver, de certa forma ocorreu uma convergência de interesses em comum, entre o Estado varguista e os intelectuais e artistas produtores das políticas culturais, já que desde a década de vinte, muitos intelectuais já vinham debatendo a necessidade de se pensar a questão da cultura e da identidade brasileira. Os modernistas já haviam realizado campanhas sobre a preservação do patrimônio cultural arquitetônico das cidades históricas pertencentes ao ciclo do ouro, (Calabre, 2007). Quando a ditadura varguista assume o poder, inúmeros intelectuais são convocados para o serviço público em torno do projeto de construção nacional. Estes por sua vez, veem uma oportunidade de contribuir para a sociedade, numa ideia iluminista de que são os “guardiões” do que é importante para a coletividade. Daniel Pécaut nos explica, que: “(...) apesar de suas discordâncias, convergem na reivindicação de um status de elite dirigente, em defesa da ideia de que não há outro caminho para o progresso senão o que consiste em agir de cima, e de dar forma a sociedade” (Pecáut, 1989, p, 15)

Um ponto importante a ser levado em consideração é que durante a década de trinta no Brasil ainda não existia um mercado consolidado de bens culturais, nem de profissões estabelecido para que estes profissionais pudessem atuar em outros espaços sejam eles públicos ou privados. Para Miceli (2001), pelo menos no Rio de Janeiro dos anos trinta e quarenta era praticamente impossível uma organização do campo intelectual e artístico fora do espaço institucional do Estado. As ligações fortes existentes entre as famílias desses intelectuais e o estado sendo um diferencial importante para a ocupação de posições de “homens de confiança” e consultores especializados para o governo.

A partir desse ponto de vista, é relevante destacar que apesar de se tratar de um estado autoritário, paradoxalmente, ocorria um espaço relativo de autonomia criadora para alguns intelectuais e artistas. Muitos deles trabalhando no governo, mas convivendo com as incongruências relativas às posturas centralizadoras tomadas pelo regime estadonovista (Barbalho, 2007).

É verdade também que naquele período o desenvolvimento da nossa sociedade civil era bastante débil não existindo movimentos populares organizados de grande expressão, no qual esses intelectuais e artistas pudessem somar forças. As opções eram limitadas: Aceitar um posto de trabalho no estado mesmo em discordância com as medidas autoritárias do governo, mas colaborar para a discussão sobre a cultura nacional; E do outro lado, encampar a resistência e a contravenção à ditadura varguista, vivendo na marginalidade e sendo perseguido e reprimido pelo regime.

Tendo uma ideia mais clara das particularidades desse período político, é possível compreender melhor os nuances existentes nos quadros burocráticos que faziam parte da gestão pública de cultura durante a ditadura varguista. Foi uma proposta central do seu governo estabelecer uma visão de mundo que rompesse com o poder oligárquico.

Vargas tinha compreensão que a dimensão cultural era uma esfera extremamente relevante para garantir sua hegemonia política e a continuidade do seu projeto político de defesa dos ideais da burguesia industrial. Sabia que não bastava realizar a dominação através da coerção, a luta cultural sendo um aspecto decisivo para consolidar a direção política. Nesse ínterim, não descartava as possibilidades de revoltas e processos de resistências das massas, o processo de “cooptação” dos intelectuais e artistas para trabalharem no seu governo tendo um duplo sentido, neutralizar a organização das esquerdas e tornar vigente o seu projeto de “unidade nacional”, no qual o nacional residia no estado e não no povo, já que esse não era convidado a discutir.

Como já salientamos, podemos dizer que a política pública de cultura no período Vargas se destacou primeiramente pela criação de inúmeros órgãos de cultura, entre eles, podemos citar: A Escola nacional de Belas Artes, chefiada por Lúcio Costa em 1930; O Salão nacional de Belas Artes que teve Manuel Bandeira como convidado para direção em 1931; A Superintendência de Educação musical e artística em 1936, que teve a frente Heitor Villa-Lobos; O Serviço do Patrimônio, Histórico Artístico Nacional (SPHAN), que teve como diretor Rodrigo de Mello e Franco em 1937 O Serviço de Radiodifusão Educativa, o Serviço Nacional de Teatro e o Instituto Nacional do Livro em 1937; O Conselho Nacional de Cultura em 1938, entre outros;

Esses órgãos além de garantirem o desenvolvimento das expressões culturais citadas forneceram o desenvolvimento de um campo cultural físico e simbólico de discussão e prática sobre o ‘caráter nacional’ da cultura pela comunidade artística e intelectual (Barbalho, 2007). É um período conhecido na literatura da área como a “época de ouro” das políticas culturais, em virtude da quantidade de equipamentos públicos de

cultura criados. Resolvemos dar destaque a dois experimentos específicos que são considerados “marcos institucionais” nos estudos das políticas culturais desse período no Brasil. São eles: O Ministério de Educação e Saúde pública durante a gestão do ministro Gustavo Capanema (1934-1945) que apresentou bastante inovação; E o Departamento de Cultura em São Paulo dirigido por Mário de Andrade (1935-1939) que até hoje é considerada uma das experiências mais revolucionárias na construção das políticas culturais brasileiras;

Foi o Ministério de Capanema que inaugurou a atuação sistemática do Estado na cultura através da criação dos organismos culturais elencados mais acima, assim como, da construção de legislações específicas para o cinema, a radiodifusão, as profissões culturais, entre outros. O ministério do modernista Capanema foi um espaço que concentrou diversos artistas progressistas mesmo durante a ostensiva atuação da ditadura estadonovista, assim, num mesmo ministério estavam situados Carlos Drummond de Andrade que era seu chefe de gabinete, Oscar Niemeyer, Cândido Portinari, entre outros (Rubim, 2008). Foi durante o ministério de Capanema que foi estabelecido o tombamento dos bens históricos integrantes do patrimônio cultural nacional. A criação de uma Secretaria específica para tratar do patrimônio histórico artístico nacional (SPHAN) que foi um projeto de Mário de Andrade a convite de Capanema. Entretanto, a disputa de significados e objetivos entre os intelectuais e a política o regime fez com que a preservação da cultura estivesse mais ligada aos bens materiais, do que da cultura imaterial, que era a proposta de Mário.

Em São Paulo existia uma concentração de intelectuais e artistas que já vinham discutindo desde a Semana de Arte Moderna em vinte e dois, a necessidade de construir uma arte e cultura essencialmente nacional, sem a influência do padrão de normatividade europeu, até então seguido naquela época. Nesse sentido, já existia um ambiente avançado de discussão sobre a importância de construir a ideia de brasilidade.

Em congruência com a política federal, em nível municipal, Fábio Veloso, convida o modernista Mário de Andrade para dirigir o Departamento de Cultura de São Paulo. Junto com ele, inúmeros outros intelectuais e artistas foram convidados por compor a gestão do departamento num momento político que existia uma instabilidade de empregos para sua área, e ao mesmo tempo, agarrados na proposta de que essa participação viabilizaria aos “homens de cultura” a realização dos seus projetos para a nação.

Contudo, não se pode esquecer que dentro da “margem de oposição” que se situavam os intelectuais do Departamento de Cultura, existia uma relação complexa,

carregada de ambiguidades, era necessário assim, a existência de concessões de ambos os lados (BARBATO JR, 2004). Barbato-Júnior explica:

“Mesmo que a autonomia cultural tão almejada tenha se mostrado uma ilusão, foi precisamente por meio dela que esses intelectuais acreditaram poder dar vazão aos projetos que lhes eram tão caros. A recusa política se convertia em um recurso apropriado para que pudessem interagir com a realidade do momento, assumindo seus compromissos de forma tácita. Com efeito, subjacente às atividades que desenvolviam havia, dialeticamente, a contestação da conjuntura política de então”. (BARBATO JR, 2004, p. 115).

Assim, percebemos que o Departamento de Cultura de São Paulo foi um dos precursores no entendimento de que era primordial a compreensão da realidade social a fim de transformá-la, a cultura sendo entendida como cidadania. E a partir da sua organização se inicia o debate sobre brasilidade, polemizado pelo movimento modernista. As ações dos intelectuais-gestores que atuavam no departamento estiveram voltadas para a construção de um projeto de “cultura nacional”, e ao mesmo tempo, com a democratização da cultura e da vida nacional.

A proposta de Mário de Andrade foi ampliar os estudos folclóricos e o conhecimento científico sobre as manifestações culturais populares realizadas, mapeando e construindo um catálogo sistematizado sobre as diferentes expressões culturais representantes da cultura popular brasileira, através das missões de pesquisas folclóricas realizadas ao Norte e Nordeste do país. Nesse sentido, duas intenções básicas norteavam as ações do departamento de cultura, preservar a “tradição nacional” por um lado, e por outro, a intenção consciente de levar a cultura brasileira em sua diversidade para a maioria da população, democratizando o acesso à cultura dos grupos mais marginalizados social e culturalmente à população como um todo. De acordo com Rubim (2012), essas são algumas das contribuições do Departamento de cultura para as políticas culturais brasileiras:

“1. Estabelecer uma intervenção estatal sistemática abrangendo diferentes áreas da cultura. 2. Pensar a cultura como algo “tão vital como o pão”; 3. Propor uma definição ampla de cultura que extrapola as belas artes, sem desconsiderá-las, e que abarca, dentre outras, as culturas populares; 4. Assumir o patrimônio não só como material; tangível e possuído pelas elites, mas também como algo imaterial, intangível e pertinente aos diferentes estratos da sociedade; 5. Patrocinar duas missões etnográficas às regiões amazônica e nordestina para pesquisar suas populações, deslocadas do eixo dinâmico do país e da sua jurisdição administrativa, mas possuidora de significados acervos culturais;” (Rubim, 2012, p. 31)

No entanto, devido à correlação de forças existente que o momento político propunha, e a afirmação da ditadura varguista através do advento do golpe de estado, as propostas críticas e reflexivas em torno da cultura e da arte foram paulatinamente desconstruídas, e uma das principais ações logo após o golpe foi a retirada abrupta de Mário de Andrade do seu cargo, o que interrompeu todo o avanço que vinha sendo realizado para o desenvolvimento da cultura brasileira e para as políticas culturais daquele período.

Houve um aprimoramento dos órgãos de controle estatal no regime varguista, a partir do seu modelo de administração pública centralista e controladora. Podemos perceber esse controle, repressão e censura a partir da ação do DASP, DIP e SNT. A cultura deveria ser fiscalizada e controlada para que não fomentasse resistência e contraposição ao sistema. As ações realizadas pelo governo para a cultura tendo uma dupla função, de ação cultural em si, mas também de propaganda política para o regime. Com essa intenção, houve uma apropriação do popular pelo Regime Vargas enquanto símbolo da “cultura nacional” que era pregada. Muitas expressões que eram símbolos populares, como o samba e o carnaval, foram revertidos em ícones da identidade nacional, entretanto, sob uma inclinação definida anteriormente pelo Estado. Assim, com o desenvolvimento mais em longo prazo da política realizada no regime de Vargas, é possível notar que existe uma intenção de controlar a sociedade civil e garantir a hegemonia política a partir do controle e, por conseguinte, a hegemonia cultural.

3.2 Políticas culturais durante a Ditadura militar no Brasil

Sabemos que o autoritarismo pode ser considerado uma das marcas da sociedade brasileira, que com o Regime militar iniciado a partir do golpe de 64, teve essa tendência reforçada. É informação pública e notória que esse período no Brasil consta como um capítulo amargo da nossa história, responsável por um cerceamento da liberdade de expressão, inúmeras práticas de censura aos artistas, crimes contra a humanidade que violam gravemente os direitos humanos através de torturas e mortes dos opositores ao sistema, praticados por representantes do Estado.

Dos países que sentiram na pele o impacto das ditaduras na América Latina, o Brasil é o mais atrasado na investigação e na punição dos militares que cometeram os crimes contra lesa-humanidade. A Organização das Nações Unidas – ONU e a Anistia

Internacional têm pressionado o país e o acusado de leniência durante esse processo, compreendendo que deve ser uma medida universal para toda e qualquer nação do mundo, que os representantes do Estado não fiquem impunes diante dos crimes praticados durante esse período tenebroso de violência.

Compreendemos que, para as ditaduras e os regimes totalitários conquistarem a hegemonia no sentido mais amplo, apenas o monopólio da força não é suficiente para sua manutenção no poder. Um dos primeiros autores que ampliam a concepção de “hegemonia” de domínio econômico e político, apenas, para direção cultural e ideológica foi Antônio Gramsci. Esse autor nos explica que a hegemonia é constituída do processo de coerção econômica de um grupo em relação aos demais, e ao mesmo tempo, necessita também para manter suas posições de comando e controle, da realização de um trabalho educativo de direção cultural com vias a obter o consentimento dos indivíduos (seja passivo ou ativo) em relação a determinados valores propagados.

Não fugindo à tradição comum das ditaduras no Brasil, o período militar deu prosseguimento a abordagem da época do período estadonovista, em torno da discussão sobre identidade nacional. Todavia, foi possível perceber que, as inquietações avançaram no sentido da necessidade de uma “integração” da sociedade brasileira.

Dessa maneira, fica claro então, que durante o Regime militar no Brasil, bem como, em qualquer outro modelo de estado ditatorial, a construção da dominação ideológica foi realizada através dos mecanismos representantes da “superestrutura”, que são determinantes nesse processo, entre eles podemos destacar, a cultura e os meios de comunicação de massa como principais representantes.

Contextualizando a dimensão econômica da década de sessenta no Brasil, podemos dizer que, naquele período ocorreu uma expansão do capitalismo na sua forma industrial, sendo responsável por realizar um processo de reorganização da economia brasileira. O estabelecimento do mercado de bens materiais por meio de uma conjuntura econômica favorável auxiliou e fortaleceu a instauração de um mercado de bens simbólicos culturais (livros, músicas e filmes) no país. O Estado realizou nesse período um dirigismo estatal no trato com a cultura atuando em dois sentidos: Por um lado, na construção do que seria uma cultura brasileira “autêntica”, recorrendo a um tipo de “resgate” de uma identidade nacional, e por outro, investindo no fortalecimento do mercado cultural como sistema potencialmente lucrativo financeiramente, que pretendia integrar a sociedade por meio do desenvolvimento econômico e do consumo.

Com o objetivo de desenvolver a consciência da cultura nacional, os organismos estatais passaram a promover os símbolos nacionais a partir da cultura popular tradicional, e dos elementos comunitários. Essas ações faziam parte das metas de um estado autoritário que tinha como pretensão a absorção e incorporação das manifestações populares de maneira a conter os movimentos sociais populares de oposição que pudessem surgir (CHAUÍ, 1986).

Nesse sentido, observamos que um dos principais motivos para a construção de uma política oficial de cultura foi o desgaste político da ditadura, em que os dirigentes perceberam a urgência de outras estratégias ideológicas, dado que a força e a imposição não eram suficientes para a consolidação do Regime. Como aponta Ortiz (1989), é durante o regime militar que as grandes empresas de comunicação de massa se consolidam no mercado brasileiro passando a se tornar potenciais investidores na área cultural. O estado se torna dessa maneira, mais um braço promotor da cultura.

A busca pela valorização estatal da “cultura nacional”, que escolhe dar um destaque especial às manifestações regionais, ao folclore e a proteção do patrimônio histórico, diminui o conflito entre estado e setor privado, pois as empresas privadas ficam com o setor mais lucrativo da “cultura de massa”, enquanto que o Estado promove os gêneros com dificuldades em se promover sozinhos.

Entretanto, o maior problema das políticas culturais estatais voltadas para a cultura popular produzida pelas classes populares é que, este, conceberá essas manifestações como estanques e isoladas no tempo. Existe, desse modo, uma leitura grosseira da cultura popular que expressa uma tendência “conservadora” e “patrimonialista” do estado na execução das políticas culturais (CHAUÍ, 1986).

Assim, as áreas do mercado que o estado se apropria são aquelas que precisam da sua tutela para sobreviver. O investimento que é feito na valorização da cultura popular, volta para o estado na publicização de suas ações e construção de uma imagem de protetor dos menos favorecidos.

Para isso, era imprescindível ao governo a participação dos representantes do povo no seu projeto de política cultural para o país. Assim, foi possível acompanhar muitos dos intelectuais que faziam oposição ao regime, se incorporando na gestão do conjunto de políticas culturais que teve como objetivo preservar o patrimônio nacional. Além de intelectuais próximos do povo, o regime precisou de profissionais técnicos que fossem especialistas em organização e sistematização das ações no Estado e que pudessem garantir a institucionalização de tal política (MICELI, 1983).

É verdade que durante os anos sessenta, a grande tônica do mundo ocidental, foi o fortalecimento dos movimentos de esquerda em vários países do mundo. Assim, observamos que, dentre os motivos que influenciaram a ditadura brasileira a monopolizar seu discurso de unificação das diferenças e eliminação das contradições, foi o temor do que denominavam ser a “ameaça comunista”. Esse discurso funcionou em grande medida como legitimação das ações do Regime.

Assim, embora esse período tenha sido marcado pela forte censura e repressão, institucionalizada por meio dos atos institucionais, entre eles, o AI5 (1968-1974), contraditoriamente, é importante frisar que aconteciam diversas mobilizações de movimentos com reivindicações políticas como os Centros Populares de Cultura (CPCs) da UNE e o UNE Volante, assim como, movimentos estéticos de vanguarda a exemplo dos representantes da Tropicália, Bossa Nova, Cinema novo, entre outros.

No início da atuação do movimento golpista pós-64, ainda não tinha sido estabelecida uma política cultural federal mais sistematizada. Foram criadas algumas instituições importantes, entre elas a Embratel (1965), a Embrafilme (1969) e a Telebrás (1972), que estabeleceram as bases para o que mais tarde formaria o desenvolvimento de uma potente “indústria cultural” no país. Desse modo, quando analisamos o período da ditadura militar e a sua relação com as políticas culturais brasileiras, notamos que existem diferenças em dois momentos específicos: os primeiros anos da ditadura, nos quais existiram ausências de atuação do estado para o fomento da área, em virtude da repressão e censura; E um segundo momento, de maior sistematicidade em torno do tema, que está ligado aos anos posteriores durante a década de setenta, no qual houve uma atuação mais direcionada em torno da importância do investimento nessa área para a permanência do Regime. De acordo com a autora:

Dessa estratégia tornaram-se evidentes três linhas principais de atuação: 1) a censura a um tipo de produção cultural considerada subversiva e, por outro lado, o incentivo à produção considerada, pelos governantes, “afinada com a tradição e os valores da cultura brasileira”; 2) os investimentos em infraestrutura, principalmente na área de telecomunicações, que favoreceram a consolidação da indústria cultural entre nós; 3) a criação de órgãos governamentais destinados a regulamentar e organizar a produção e a distribuição cultural pelo território brasileiro. Além disso, tais ações deveriam estar em consonância com o projeto de modernização do país. (Fernandes, Natalia, pág. 157, 2013).

Foi somente a partir da década de setenta, num contexto denominado por alguns autores como “liberalização do regime”, ou seja, num momento de preparação para a

transição democrática, que ocorreu o que Botelho (2007) define como o segundo momento mais importante na história das políticas culturais brasileiras (Chauí, 1986).

De acordo com Miceli (1983) é um período de degelo na ação do Estado para com os grupos culturais e artísticos. Inúmeras instituições culturais são criadas, entre elas, a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que é transformada em Instituto posteriormente (IPHAN) /MEC, o Departamento de Assuntos Culturais também ligado ao MEC em 1972, o Programa de Reconstrução das Cidades Históricas PCH) /Secretaria de Planejamento da Presidência da República (Seplan) em 1973, a Fundação Nacional das Artes (FUNARTE) em 1975, entre outros.

Isaura Botelho (2007) nos explica que foi na década de setenta, que o então existente Conselho Federal de Cultura (CFC) atuou na organização do documento da Política Nacional de Cultura (PNC) como uma política cultural em nível federal sistematizada, que teve a cultura como uma das suas metas políticas. Feijó concorda que a política expressa por meio da Política Nacional de Cultura de 1975, representou uma iniciativa significativa do estado brasileiro em relação à cultura, e orientou as principais diretrizes do projeto do estado para esse setor (FEIJÓ, 1983). Entretanto, a linha de atuação deste documento esteve voltada para uma concepção de cultura como consumo e difusão dos bens culturais, estabelecendo diretrizes fundamentais para o setor e fortalecendo a estruturação do mercado de bens simbólicos no país.

Em meio ao debate entre os intelectuais, artistas e gestores da época sobre a necessidade ou não da criação de um Ministério da Cultura em nível federal, durante a gestão do governo Jarbas passarinho ocorreu uma retração no avanço dessa proposta, paralelamente sendo criado um programa como substitutivo, que foi o Programa de Ação Cultural – PAC em 1973 (Fernandes, 2013). O PAC trouxe uma inovação que foi caracterizar a cultura de uma maneira mais ampla, compreendendo que não apenas os artistas produziam cultura, mas ela seria algo espontâneo que faria parte do “modo de ser” dos cidadãos comuns, sendo assim, também poderia ser produzida por eles.

Houve uma intenção da política estatal em aliar a ideia de participação e desenvolvimento, no entanto, alguns autores acreditam que essa ideia teria a ver com uma maneira de garantir a presença do estado na construção da política cultural, já que o desenvolvimento estaria voltado para uma ideia de segurança nacional. No texto “A concepção oficial de cultura”, Gabriel Cohn critica dois outros documentos criados no mesmo período as **“Diretrizes para uma política nacional de cultura”** de 1973 e a

“Política nacional de Cultura” (PNC) de 1975, como dois documentos que guardam uma grande carga de conteúdo doutrinário (Cohn, 1983).

Durante o final da década de setenta e início dos anos oitenta, ocorreu um fortalecimento e consolidação de várias instituições culturais no campo da cultura no Brasil, entre elas podemos destacar, a Funarte em 1975, responsável pelo fomento e o estímulo às políticas públicas para as artes em geral, o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) que tinha como objetivo fortalecer e preservar a identidade cultural brasileira, além do Ministério da Cultura em 1985, logo após o processo de abertura democrática, que será o principal órgão de fomento e promoção de uma política cultural em nível federal no país.

Vale à pena frisar que apesar das dificuldades encontradas por estarmos falando de um contexto de fechamento democrático no país, paralelamente as ações de repressão e censura, persistiam lógicas de resistência e oposição realizadas por movimentos da sociedade civil e pequenos partidos políticos de esquerda. Ao mesmo tempo, notamos que da década de setenta em diante, foi possível observar uma maior abertura para a participação da sociedade civil no processo de construção das políticas culturais, ainda que de forma embrionária.

Todavia, é necessário destacar que essa participação ocorreu de forma controlada pelo Estado, a partir de convites à participação de alguns representantes da sociedade civil em determinadas instâncias, como os conselhos criados para tratar das questões ligadas ao mercado e a indústria cultural, entre eles: Conselho Nacional do Direito Autoral (CNDa) e o Conselho Nacional de Cinema (Concine), não ocorrendo ainda à realização de um processo participativo entre estado e sociedade civil num sentido mais amplo (Botelho, 2007);

Seja em função do seu poder como capital simbólico que estruturava o imaginário social e mantinha a hegemonia do Regime, ou por meio da atuação de intelectuais comprometidos dentro do governo para sua expansão e difusão, a cultura passou a ocupar um espaço importante na agenda políticas dos governos desse período.

Nesse sentido, como conclusão, compreendemos que o conceito de cultura que era trabalhado nesse período pela gestão pública federal, apesar de alguns avanços, ainda estava ligado a uma necessidade de centralização e controle próprio da ditadura, voltado para uma concepção de cultura popular no sentido folclórico, que ressaltava a ideia da identidade do país no sentido nacionalista. E por outro lado, existia uma concepção de cultura voltada para o consumo com uma abertura de agenda muitas vezes determinada

pelo mercado, a exemplo do forte investimento realizado em toda infraestrutura e modernização das grandes redes de comunicação de rádio e televisão, o que mais tarde teve um papel fundamental na diminuição da consciência de classe da população, devido ao monopólio político e ideológico realizado por esses sistemas de comunicação no país.

3.3 Políticas culturais durante a abertura democrática: Caminhos e Descaminhos

Durante o início da década de oitenta no Brasil, a ditadura militar já vinha perdendo força, e os movimentos sociais organizados já tinham ganhado bastante espaço para pautar suas bandeiras políticas e sociais traçando novos rumos para o país. Sendo assim, nesse período de passagem de um regime autoritário para o processo de redemocratização, já era possível perceber um investimento público e vontade política para se pensar o desenvolvimento do país a partir da estruturação das políticas culturais, no entanto, esse processo foi marcado por idas e vindas.

É fato que um dos principais ganhos no processo de abertura política foi a liberdade de expressão conquistada pelos movimentos políticos e culturais, uma vez que as ações de censura e repressão presentes no período sombrio da ditadura, foram exterminadas. Nessa perspectiva:

“Antes disso, jamais os intelectuais haviam manifestado, em tamanha proporção, o seu engajamento político por meio da adesão a partidos políticos. A consequência que daí decorre se revela mais claramente a partir de 1980: as divisões do meio intelectual em função das preferências partidárias, o que, sem dúvida, nada mais é do que um sinal da mudança na condição dos intelectuais e nas suas atitudes com respeito à esfera política”. (PÉCAUT, 1990, p. 260).

No processo democrático, entre os grupos de oposição já não prevalece mais a utopia revolucionária de derrubada do poder. O principal empenho dos intelectuais reside em disputar a “hegemonia” na participação em instâncias do Estado. Para a maioria, essa é a única possibilidade de pleitear espaço e garantir a posição dos grupos os quais representam.

Uma das importantes medidas positivas para a cultura foi a criação da Secretaria de Cultura do governo federal, que teve na sua direção uma personalidade de grande capital político e social, Aloísio de Magalhães, durante a gestão de 1981 a 1982. Esta Secretaria esteve ligada ao MEC na época, que mesmo durante um período cronologicamente curto, foi responsável pela promoção de um debate relevante sobre a importância da valorização da cultura realizada junto a diversas instituições (Botelho, 2007).

O ambiente instaurado a partir da gestão de Aloísio de Magalhães a frente da Secretaria de Cultura, esteve pautado na diversidade cultural e na valorização da cultura produzida em diferentes regiões, o que foi fundamental para aquecer novamente o debate em torno da necessidade de criação do Ministério da cultura. Assim, foi criado o Ministério da Cultura por meio do Decreto n 91.144 de março de 1985, no governo José Sarney. A partir daí o Brasil passa a contar com um órgão exclusivo para a cultura na esfera federal. No entanto, como nos explica Lia Calabre (2007) a decisão de se ter um órgão federal responsável pelo fomento e desenvolvimento das políticas culturais e das artes é acompanhada por uma série de problemas que prejudicaram o desenvolvimento de uma política mais consolidada para a área. Entre eles podemos citar: Falta de uma linha política, clientelismo, disputa de cargos políticos, entre outros.

O período de abertura democrática foi marcado por momentos de crise econômica e o avanço da retração dos investimentos na área de cultura que já havia sido iniciada na década de oitenta. Assim, logo após a criação do Minc, temos a promulgação da Lei n° 7.505 de incentivo à cultura, mais conhecida como Lei Sarney, promulgada pelo presidente de mesmo nome, durante a gestão do Ministro Celso Furtado. Foi o início da estruturação do que se tornaria mais tarde a Lei Rouanet, construída a partir de mecanismo de renúncia fiscal, no qual as empresas que tivessem interesse em investir em cultura, teriam um abatimento no pagamento dos impostos.

Na sequência da promulgação da Constituição Federal em 1988, o artigo 215 previu a obrigação do Estado em garantir o exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional, apoiando e incentivando a valorização e difusão de suas manifestações culturais. No entanto, apesar de existir o reconhecimento na lei, a cultura não entrou nas prioridades dos debates da constituinte, não tendo espaço na obtenção de recursos e políticas públicas em geral (Botelho, 2001).

Isaura Botelho nos explica como a criação do Ministério da cultura não foi responsável naquele momento por garantir estabilidade para a área. Para a autora:

[...] a vitoriosa campanha pela criação de um ministério da cultura, ainda que bem articulado em nível político, não foi capaz de traduzir este sucesso em termos conceituais e práticos, comprovando que, para a cultura e a arte, é mais útil e eficaz estar numa estrutura maior e que tenha força política, do que ser autônoma, mas frágil e sem prestígio. (BOTELHO, 2001, p. 25).

O funcionamento do órgão mostrou a sua fragilidade quando de 1985 a 1994 passaram pelo Minc dez ministros e dois secretários. Apenas no governo Sarney foram

nomeados cinco ministros (Rubim, 2008). Durante o governo Collor o próprio Ministério e muitos de seus órgãos, a exemplo da Funarte, Embrafilme, e o Conselho Federal de Cultura foram extintos, sendo retomado no governo Itamar Franco de 1992 a 1994. Assim, percebemos que foi uma marca desse período a desregulamentação, privatização e a livre concorrência, através da postura do governo de enxugar a máquina pública (Botelho, 2001).

A literatura acadêmica que conta a história da política cultural no Brasil considera que os governos dos presidentes, Sarney, Collor, Itamar e Fernando Henrique Cardoso, tiveram uma visão de cultura baseada na lógica neoliberal, que foi radicalmente acentuada durante as duas gestões de FHC sob a gestão do Ministro Francisco Weffort no Ministério da Cultura. Seguindo a linha política do governo em várias áreas, a visão da política cultural nesse período esteve pautada no investimento privado na cultura acima e no interesse em estabelecer uma agenda de trabalho com os representantes do mercado.

Sabemos que os anos noventa no Brasil foram marcados pelo aumento das privatizações dos serviços públicos e pela diminuição da atuação do Estado no campo da cultura. Houve uma redução na promulgação de leis de incentivo fiscais e as escolhas sobre o financiamento da cultura foram transferidas para setores privados empresariais, existindo uma diminuição até mesmo na busca de recursos do seu orçamento próprio.

Se vamos escolher algo que pode ser alçado como o auge da política neoliberal para a cultura durante as duas gestões FHC/ Weffort, sem dúvida, podemos destacar a política de incentivos fiscais, que foi aprimorada e passou a ser acolhida como “a política cultural do Estado” durante esse período. Para, Rubim:

“A combinação entre escassez de recursos estatais e a afinidade desta lógica de financiamento com os imaginários neoliberais então vivenciados no mundo e no país, faz com que boa parcela dos criadores e produtores culturais passe a identificar política de financiamento e, pior, políticas culturais tão somente com as leis de incentivo”. (RUBIM, 2007a, p. 25).

A concepção de cultura estava totalmente orientada para uma perspectiva voltada para o mercado, sendo uma das plataformas do MINC nessa época, a proposta que compreendia a “cultura como um bom negócio”, presente em uma de suas cartilhas. Na concepção e na prática estando bem distante de um conceito de democracia cultural, o qual estava igualmente presente no discurso da gestão.

Fazendo essa leitura dos diferentes momentos políticos em que ocorreram políticas culturais produzidas pela gestão pública podemos afirmar que até bem pouco tempo o estado brasileiro não tinha uma política cultural substantiva e robusta. Sendo

habitual que a política do Estado reproduzisse o projeto de mercado, não existindo regulação das suas ações ou promoção da autonomia cultural. Não estamos supondo que seja possível estar totalmente fora do mercado, no entanto, concordamos com (Miceli, 1983) sobre o fato de que a política do Estado para a área cultural na maioria das vezes foi marcada por duas características fundamentais: clientelismo pluralista no atendimento a demanda artística e assistencialismo as camadas menos favorecidas da população.

Como podemos perceber, essa política repercutia numa valorização das Belas Artes e no direcionamento do recurso público para certa elite cultural de artistas consagrados e no apoio a atividades de artistas e grupos que tinham dificuldades em sobreviver no mercado da indústria cultural e na permanência de determinado grupo de intelectuais que defendiam os interesses do estado. Aliado a isso, centralização das ações, orçamentos parcos que demonstravam pouca prioridade com a área eram alguns dos atributos que colaboraram para a “instabilidade” das políticas culturais tão apregoadas a todo o momento como uma das características na história das políticas culturais brasileiras (Rubim, 2008). Muito embora possamos encontrar um contraponto para essas “tristes tradições” durante o período em que ocorre a eleição do primeiro governo de esquerda no país. Mas, isso é assunto para o próximo tópico.

3.4 Políticas culturais nos anos 2000: Concepções da Era Lula e Dilma

O mandato do Presidente Lula iniciado em 2003, demarcou um capítulo importante da história política do país, **em primeiro lugar**, porque foi a primeira vez durante o curto período de abertura democrática, desde a década de oitenta, que tivemos um representante de um partido popular da esquerda eleito para a Presidência da República no Brasil. **Em segundo lugar**, porque essa escolha representava um anseio coletivo de mudança da população do país, que optou por uma proposta de governo mais democrática e participativa, diferentemente do que esteve em vigor durante quase toda a década de noventa com Fernando Henrique Cardoso e a implantação do projeto neoliberal.

“(...) foi para isso que o povo brasileiro me elegeu Presidente da República: para mudar. Este foi o sentido de cada voto dado a mim e ao meu bravo companheiro José Alencar. E eu estou aqui, neste dia sonhado por tantas gerações de lutadores que vieram antes de nós, para reafirmar os meus compromissos mais profundos e essenciais, para reiterar a todo cidadão e cidadã do meu País o significado de cada palavra dita na campanha, para imprimir à mudança um caráter de intensidade prática, para dizer que chegou a hora de transformar o Brasil naquela nação com a qual a gente sempre

sonhou: uma nação soberana, digna, consciente da própria importância no cenário internacional e, ao mesmo tempo, capaz de abrigar, acolher e tratar com justiça todos os seus filhos”. (Discurso de posse do Presidente Lula, 2003).

Durante os dois mandatos consecutivos do presidente FHC foi colocado em prática o modelo neoliberal de Estado pautado num estado mínimo e centralizador voltado ao interesse privado em primeiro lugar; Entre outros fatores, tais medidas foram responsáveis por um aprofundamento da desigualdade social no país. O governo Lula se baseava num contraponto a esse modelo. Representava um projeto de nação que tinha como norte construir um modelo de desenvolvimento que levasse em conta não só o desenvolvimento econômico, mas a justiça social, a distribuição de renda, a inclusão social e cultural, à redução das desigualdades sociais e regionais, assim como, o fortalecimento da democracia e das instâncias de participação social da sociedade civil em diálogo com o Estado. Nesse sentido, percebemos um Estado mais ativo na construção de políticas públicas em geral e na diminuição dos índices de desigualdade social da população em várias áreas.

No que se refere à discussão sobre políticas culturais no Brasil, sabemos que o fardo das “tristes tradições” tem prejudicado bastante o desenvolvimento de políticas culturais mais democráticas. Entretanto, as experiências dos governos de esquerda com a cultura nos tem mostrado uma maior capacidade para o pensamento crítico, reconhecimento das experiências e memórias da população como um todo. Além disso, observamos que existe um objetivo de realizar um processo de transformação social. De acordo com Marilena Chauí:

“O laço que une a esquerda e cultura é indissolúvel porque é próprio da esquerda a posição crítica, visando à ruptura das condições estabelecidas, nas quais se reproduzem a exploração e a dominação, assim como lhe é próprio afirmar a possibilidade da justiça e da liberdade, isto é, da emancipação, por meio da prática social e política” (Chauí, 2006, p. 08)

Mesmo fazendo essa leitura, a autora pontua a ocorrência de uma questão paradoxal sobre a dificuldade dos dirigentes petistas em conceberem a cultura como elemento central para a prática social e política da esquerda. Na maioria das vezes, concebem a cultura sob três aspectos: “como saber de especialistas, como o campo das belas-artes e como instrumento de agitação-política” (Chauí, 2006, p. 09). É verdade que desde a fundação do Partido dos trabalhadores - PT existiu uma preocupação em construir propostas de diretrizes voltadas para a cultura, ao longo do tempo inúmeros materiais

foram escritos e aprimorados por militantes, intelectuais, artistas, no que se refere ao papel da esquerda na relação com a cultura;

Para o programa de governo de 2002 foi realizado ao longo da campanha para o governo em 2001, uma agenda de encontros e reuniões a fim de trocar diálogo e aprendizado com as experiências administrativas em cultura das gestões municipais e estaduais do partido espalhadas pelo país, com estudiosos e pesquisadores da área e com representantes de grupos culturais. Esses encontros e reuniões tiveram como resultado o documento “**A imaginação a serviço do Brasil: Programa de políticas públicas de cultura**”, no qual foram pontuadas várias questões, entre elas, a importância de se pensar a cultura como um direito social básico com o objetivo de efetivar um processo de democratização social no qual a cultura estivesse incluída.

Esse modelo construído agora como uma proposta de política cultural em nível federal, buscou incorporar algumas das experiências realizadas pelo Partido dos Trabalhadores no âmbito das gestões municipais de cultura. Uma delas foi o caso da experiência de Marilena Chauí a frente da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, que realizou um projeto de gestão voltado para a cidadania cultural e participação da população, durante a gestão da Prefeita Luíza Erundina pelo PT, que ocorreu de 1989 a 1992.

Percebemos que dois aspectos foram fundamentalmente importantes para a construção da proposta de política cultural em nível federal, implantada durante a gestão do governo do PT. Uma delas foi determinado acúmulo com experiências políticas de gestão em nível municipal com foco na valorização da cultura e das políticas culturais e, por outro, uma tendência em seguir as orientações das agências multilaterais internacionais para a gestão cultural dos países, notamos a materialização de uma proposta de política pública de cultura em nível federal, focada na preocupação em contemplar às diferenças presentes na diversidade cultural brasileira e realizar a inclusão cultural de diversos grupos produtores e realizadores de cultura, muitos dos quais durante muito tempo eram invisíveis perante as políticas públicas realizadas pelo Estado. Essa atitude além de fortalecer a identidade cultural brasileira pretendeu estar em consonância com as orientações internacionais da UNESCO para a construção de políticas culturais mais democráticas, a partir das deliberações realizadas nos seus congressos e convenções internacionais.

No contexto mais amplo de todas essas ideias apresentadas, foi apresentado um documento base com propostas específicas para a construção de políticas públicas de

cultura, dentro da proposta mais ampla apresentada pela “Coligação Lula Presidente” em 2002. Este documento foi intitulado “**A imaginação a serviço do Brasil: Programa de Políticas Públicas de Cultura**”. Tratou de definir qual a visão de cultura e de política cultural que fundamentariam a política da gestão do Governo Federal e do Ministério da Cultura durante os 4 (quatro) primeiros anos pelo menos.

A nosso ver um dos pontos fundamentais da proposta se baseou na compreensão da “cultura como um direito social básico”, tal qual a saúde, a educação e a assistência social, que necessitava ser garantido de maneira efetiva através de uma política de estado, o que foi um dos eixos que nortearam a proposta do documento. Como podemos observar na tabela abaixo:

Eixos norteadores de Propostas do Documento “A imaginação a serviço do Brasil”
1. Cultura como Política de Estado
2. Economia da Cultura
3. Gestão Democrática
4. Direito à Memória
5. Cultura e Comunicação
6. Transversalidades das Políticas Públicas de Cultura

Fonte: Elaboração própria.

O debate sobre política cultural como necessidade social básica é bastante recente. Em nível internacional, essa discussão vem sendo fundamentada pelas agências multilaterais entre elas a UNESCO que também leva em conta nos seus documentos e deliberações a importância da cultura para a diminuição da pobreza e da desigualdade, a cultura como desenvolvimento humano e cultural e a valorização dos direitos culturais como um tipo específico de direito humano que precisa ser cada vez mais reconhecido nos tempos atuais. No Brasil, foi com a gestão do Governo Federal em 2002 que ocorreu pela primeira vez essa concepção que compreendeu a importância que a cultura vem adquirindo no mundo.

Sob essa perspectiva, observamos que uma das preocupações fundamentais do programa de cultura utilizado pelo Ministério da Cultura a partir de 2003 foi a concepção da sociedade brasileira reconhecida como uma sociedade fraturada pela exclusão social, pela desigualdade de rendas e pela violência, a cultura na sua transversalidade funcionando entre outras coisas, como um “recurso” para a inclusão social da população.

Assim, partindo da compreensão do seu caráter transversal, que incorpora a atuação em diferentes áreas, devemos considerar a sua importância enquanto ativo econômico que colabora para o aumento da renda e do desenvolvimento sustentável, principalmente quando estamos falando da cultura produzida por grupos e comunidades que estão à margem do mercado e dos padrões hegemônicos da “indústria cultural”.

Dessa maneira, podemos perceber que foi uma preocupação importante das políticas culturais realizadas durante esse período, se pautar pela igualdade de acesso aos bens culturais para toda a população, e por outro lado, num plano inverso da cidadania como direito à igualdade, no qual passou a levar em conta a questão do direito à diferença e do reconhecimento, no sentido de fomentar a afirmação das mais diversas identidades culturais existentes no país e de se pensar políticas culturais que pudessem colaborar para a inclusão cultural.

Com a intenção de colocar em prática, no Ministério da Cultura, uma proposta de cultura que tinha como base uma “concepção ampliada de cultura” no sentido antropológico e uma visão sobre políticas culturais pautada na sua importância para o desenvolvimento humano e valorização da diversidade cultural do país que esteve em consonância com a política discutida internacionalmente, era importante a indicação de um nome para a direção do Ministério da Cultura que estivesse afinado com esses propósitos. O Presidente Lula escolheu o músico e compositor Gilberto Gil para ocupar o cargo. Dentro do PT, existiram divisões em relação à nomeação de Gil, já que alguns setores acreditavam que deveria ser escolhido um intelectual e gestor integrante do grupo que já vinha construindo as propostas de políticas culturais para o partido, e que era mais afinado ao PT. Gilberto Gil era naquela época filiado ao Partido Verde- PV, que não integrava nem a coalização de partidos nos quais o PT fazia parte (Costa, 2011).

A parte disso, dentro da sua experiência política, podemos remeter o seu engajamento político e cultural desde a época do Tropicalismo até o momento mais recente quando esteve representando o Brasil nas discussões sobre os rumos da cultura e da política cultural nas recentes conferências da UNESCO. Em termos de experiência de gestão política, esteve na direção da Fundação Gregório de Mattos, que atualmente é virtual Secretaria Municipal de Cultura de Salvador em 1986. E seguida, foi eleito como o vereador mais votado de Salvador em 1989.

O modelo de gestão de Gilberto Gil no MinC sugeriu uma ideia de “gestão compartilhada”, “transformadora” e “participação-cidadã” estabelecido a partir das

cartilhas e documentos produzidos pelo MinC. Assim, no que se refere à tradição das políticas culturais brasileiras, podemos dizer que essa gestão do Ministério inaugurou um modelo de elaboração e criação de instâncias participativas para a construção das políticas públicas de cultura. Dessa maneira, inovou, abrindo e potencializando a participação do conjunto da sociedade civil através de canais de participação coletiva, como: conferências de cultura, seminários de participação, fóruns, conselhos, câmaras setoriais, entre outras instâncias de participação.

Gilberto Gil realizou também algumas mudanças administrativas no organograma do MinC com o objetivo de que o Ministério pudesse atender melhor a nova proposta conceitual, diferentemente, do formato anterior que esteve mais orientado para as atividades relacionadas com a Lei Rouanet. No total, foram realizadas 4 (quatro) reformas administrativas por meio de decretos. A primeira delas foi pelo **Decreto nº 4.805, de 12 de agosto de 2003**, quando foi criada a SDPPC (Secretaria de Desenvolvimento Programas e Projetos) que teve suas principais competências descritas no Art. 10, são elas:

- I - elaborar, executar e avaliar programas e projetos estratégicos necessários à efetiva implementação da política cultural;
- II - formular e implementar os instrumentos necessários para a execução dos programas e projetos aprovados, estabelecendo modelo de gestão, de financiamento e de acompanhamento da referida execução, em articulação com a Diretoria de Gestão Estratégica;
- III - gerar informações que possibilitem subsidiar o monitoramento e acompanhamento dos programas e projetos culturais;
- IV - realizar estudos e pesquisas aplicadas à elaboração, execução e avaliação de programas e projetos culturais.

De acordo com Sophia Rocha (2011) o principal objetivo da reforma era definir melhor a atuação do Ministério. Para Gil (203, p. 53): “procedemos a uma reforma possível, dentro das limitações e dificuldades financeira que nos defrontamos. Não é a reforma ideal. É a reforma que poderá dar ao MinC, como dissemos, um mínimo de condições para desemperrar a máquina – e atuar”. (Gil, apud, Rocha, p. 48).

A segunda reforma administrativa foi realizada em 2004 o por meio do Decreto nº 5.036, que realizou algumas alterações transformando diretorias em secretarias e algumas mudanças de nomes nas secretarias, entre elas, a SDPPC passou a se chamar Secretaria de Programas e Projetos Culturais (SPPC). O Decreto nº 5.711, de 24 de

fevereiro de 2006, foi publicado logo após a criação do Programa Cultura Viva, alterando algumas competências da SPPC. E a quarta mudança, ocorreu em 2009, durante a gestão de Juca Ferreira, por meio do Decreto nº 6.835, de 30 de abril de 2009, quando a SPPC passou a se chamar Secretaria de Cidadania Cultural (SCC), a cidadania cultural passando a ser o centro da Secretaria. De acordo com as competências descritas no Art. 12 temos o seguinte:

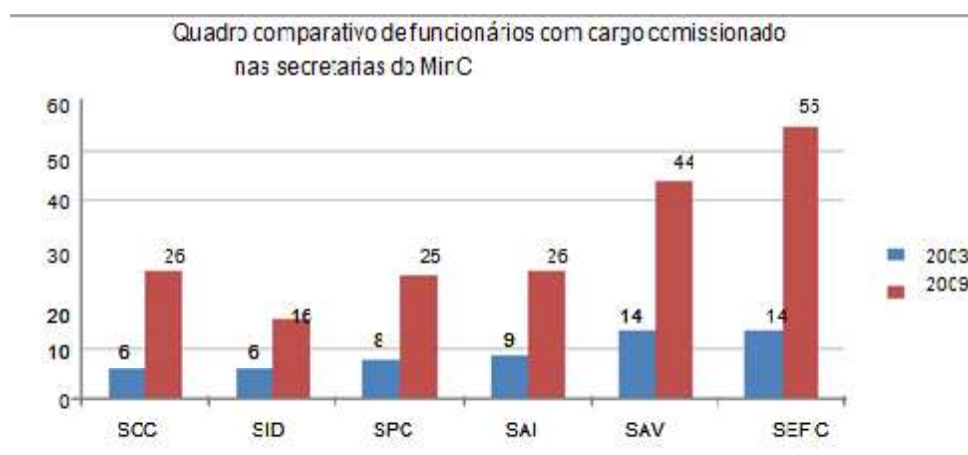
I - elaborar, instituir, executar e avaliar programas, projetos e ações estratégicos necessários à **promoção da cidadania cultural** (grifo nosso) e à renovação da política cultural;

II - planejar, coordenar e executar as atividades relativas à recepção, análise, controle, aprovação, acompanhamento e avaliação de projetos culturais estratégicos necessários à **renovação da cidadania cultural** (grifo nosso);

III - executar as atividades relativas à celebração e à prestação de contas dos convênios, acordos e outros instrumentos congêneres, que envolvam a transferência de recursos do Orçamento Geral da União, no âmbito de sua área de atuação; e

IV - gerar informações que possibilitem subsidiar o monitoramento e acompanhamento dos programas, projetos e ações culturais.

Rocha (2011) nos ensina a partir da observação por meio dos decretos de que a robustez do Programa Cultura Viva no MinC orientou não apenas a mudança de nome e competência da secretaria, mas também, um maior investimento financeiro no corpo técnico que seria responsável por gerir um programa de tamanha imensidão com atuação em todo território brasileiro.



Elaboração: Sophia Rocha, 2011.

Nessa perspectiva, o gráfico elaborado pela autora, nos mostra o aumento do número de cargos comissionados de 237% por cento em comparação a outras secretarias, o que, em grande medida, se realizou em função da necessidade de um quantitativo de funcionários que pudesse dar conta das ações realizadas em consequência do crescimento do Programa Cultura Viva de 2004 a 2009.

Durante a gestão do governo Dilma (2010-2014), candidata à sucessão de Lula pelo PT, tivemos a continuidade de uma mesma perspectiva mais geral na qual se baseava a política pública de cultura no governo Lula, porém, com outros direcionamentos, mais voltados para os setores da economia da cultura e da economia criativa, durante as gestões de Ana de Hollanda (2010-2012) e Marta Suplicy (2012-2014).

No que se refere às políticas referência da gestão do Minc, no Programa Cultura Viva observamos um processo de retraimento das ações que eram desenvolvidas nos ciclos anteriores dos mandatos do governo do PT em nível federal. No que seria o terceiro ciclo e primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff, foi observado desde o início uma dificuldade na escolha do responsável pela pasta. Depois de algum debate, foi escolhida a cantora Ana de Hollanda. No decorrer da sua gestão, ocorreram muitos protestos e oposição da sociedade civil organizada, em função de uma mudança abrupta de visão e direcionamento dos rumos e investimentos realizados até então na política pública de cultura.

Nitidamente, durante o período de gestão da Ana de Hollanda no MinC, houve uma diminuição da valorização da política dos “Pontos de cultura”, assim como, muitos editais e prêmios estavam em atraso, dificultando o andamento das atividades dos mais de 1500 Pontos espalhados pelo Brasil naquela época. Em meados de 2010 já se discutia

a necessidade de reformulação do programa, por meio de um grupo de trabalho (GT) criado, responsável pela elaboração de propostas para o “Redesenho” do Programa Cultura Viva, que só foi realizado em 2012, momento marcado por inúmeros embates e divergências entre o MinC e os representantes dos “Pontos de cultura”.

Levando em conta esses fatores foi natural a saída da ministra do cargo, pois além do parco investimento e diálogo nulo com os representantes do “Programa Cultura Viva”, também existiam alinhamentos políticos em várias temáticas, que divergiam da construção até então realizada pelo Ministério nos últimos anos. Podemos perceber isso através da sua posição de apoio e defesa dos direitos autorais e da propriedade intelectual, como pôde ser visto através da sua fala na Audiência pública do Senado realizada em 27 de abril de 2012. Segue o trecho:

"Acompanhei as lutas dos anos 60 e 70 de toda a vanguarda cultural a favor do direito à dignidade do artista como profissional e ser humano. Fico assustada quando vejo essa campanha pelo retrocesso. O autor não vive de vento, vive de seu trabalho. Não sou presa ao passado, sou presa aos direitos conquistados com muita dificuldade", afirmou a ministra.

(...) se existem visões que acham que o direito autoral está atrapalhando, eu quero lembrar, que, para uma grande parte da população e para a cultura brasileira, o Ministério da Cultura vai sempre defender os direitos autorais e a nossa produção cultural brasileira. É o grande patrimônio que o Brasil é conhecido no mundo inteiro, é pela riqueza da sua criação. (Ana de Hollanda, 2012).

Após a saída de Ana de Hollanda, ocorreu a substituição da pasta por Marta Suplicy, que apesar do seu capital político, não trouxe grandes garantias de transformações nem melhoria na perspectiva do que vinha sendo desenvolvido nos dois primeiros ciclos petistas. Na gestão de Marta Suplicy, foi realizada a Teia dos Pontos de Cultura em Natal em 2013, evento que não ocorria há 3 (três) anos, houve a inserção da moda como área representativa de investimento do campo cultural, foram criados os Centros Educacionais Unificados - CEUs (Centros, que era uma política pensada para o estado de São Paulo, que foi expandida).

Assim, paralelamente a esse processo de idas e vindas, podemos dizer que ocorreu um processo maior de descentralização da política realizada em nível federal para os estados e municípios de maneira vinculada, através da construção de uma proposta de Sistema Nacional de Cultura (SNC). O propósito do SNC foi promover a participação e o empoderamento dos gestores e sociedade civil dos estados e municípios de todas as regiões do Brasil, a fim de que pudesse ser realizada uma política pública de cultura estruturada em nível nacional. Nessa perspectiva, o governo federal buscou fomentar e incentivar a criação de conselhos, elaboração de planos e de fundos estaduais e

municipais, no modelo que corresponde a ideia básica e necessária, a existência de um “CPF” da cultura.

No que se refere ao avanço da política dos “Pontos de cultura”, depois de muitas discussões e um trâmite de 3 (três) anos em várias instâncias foi aprovada em junho de 2014 a Lei Cultura Viva, passando a vigorar plenamente em abril de 2015. Considerando todos estes aspectos situados, de maneira geral, num processo de avanços e recuos, podemos dizer que, esse ciclos de gestões do MinC durante o governo do PT em nível federal se diferenciou de todas as dos períodos anteriores no sentido, de que, foi adotado um conceito antropológico de cultura, que percebeu a cultura de uma forma mais ampla, foi fomentado um processo de descentralização das políticas públicas de cultura em conjunto com estados e municípios, houve uma tentativa de construção de uma gestão voltada para a promoção da democratização da cultura, cidadania cultural e participação da sociedade civil nas instâncias participativas e no debate sobre política cultural em geral.

Entretanto, nos resta avaliar de que maneira ocorreu essa participação, quais as disputas envolvidas entre estado e sociedade civil? De que forma a ideia de cidadania cultural proposta pelo Minc fortaleceu a participação dos diversos grupos da sociedade civil nas esferas de tomada de decisão? Entre outras questões que só poderão ser aprofundadas e solucionadas a partir de uma imersão mais profunda no campo da pesquisa.

CAPÍTULO IV

A convergência de trajetórias pessoais e políticas no surgimento da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura

INTRODUÇÃO

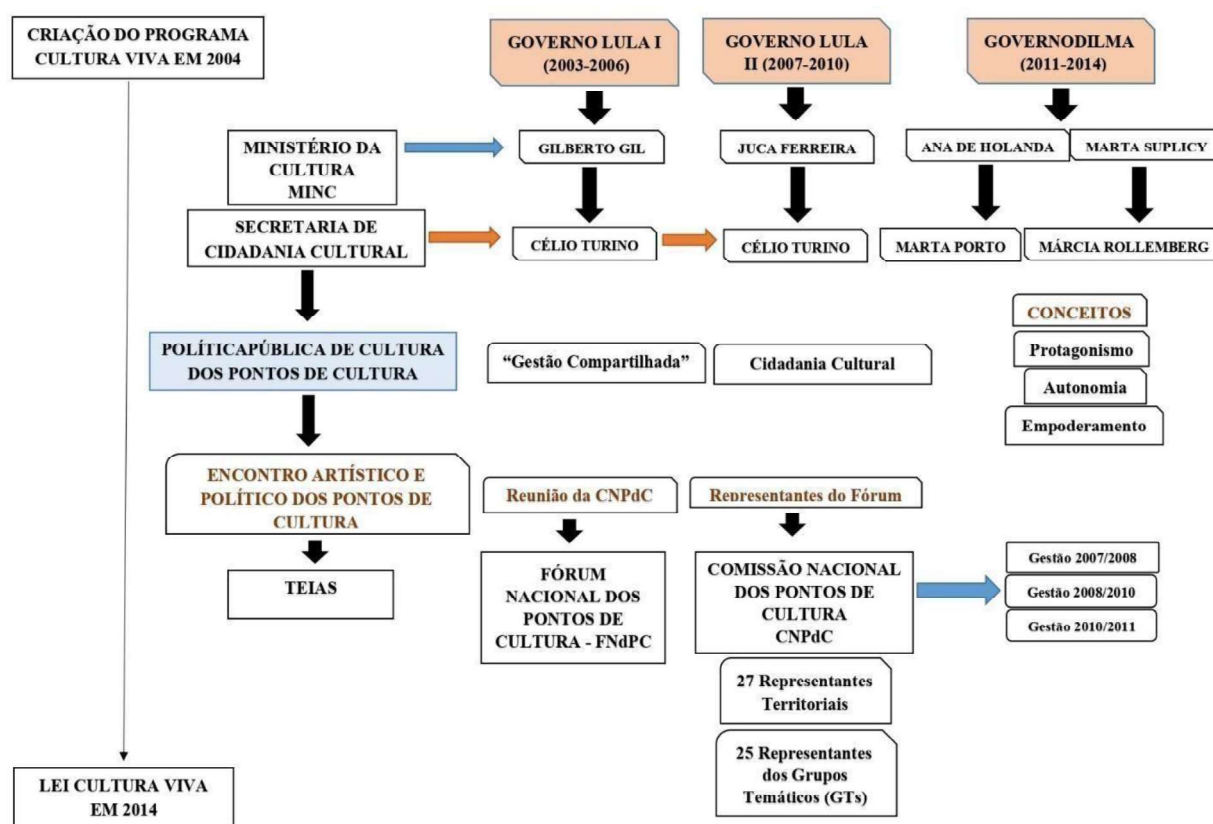
Este capítulo tem por objetivo apresentar a trajetória de pesquisa eo percurso metodológico realizado nesta tese de doutorado. No eixo teórico da pesquisa realizamos uma investigação crítica no que diz respeito a compreender até que ponto ocorreu a cidadania cultural pressuposta pelo MinC na relação com a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura (CNPdC) na construção de políticas públicas de cultura, percebendo qual a efetividade das formas de participação definidas de antemão e os seus impactos na agenda da política cultural estatal. Levamos em consideração também as dificuldades para implementar um processo de democratização cultural no Brasil relacionado aconquista precária da cidadania em outras áreas, assim como, o papel histórico do Estadobrasileiro alicerçado numa tradição patrimonial e centralizadora.

No campo da metodologia mantemos uma abordagem crítica que tem suas bases na pesquisa qualitativa numa crítica da etnografia tradicional com seus pressupostos de separação entre ciência e senso comum. Buscamos aqui pensar num processo etnográfico no qual houve um esforço em não reproduzir uma relação hierárquica (sujeito-objeto), na compreensão da importância de um paradigma dialógico (sujeito-sujeito) de valorização dos saberes dos interlocutores e do conhecimento aportado no compartilhamento de experiências vivenciadas seja por meio da “observação participante”, seja através da realização de entrevistas semiestruturadas com os representantes da CNPdC, gestores do MinC e demais integrantes do Movimento Nacional dos Pontos de Cultura.

É fato que quando foi iniciada a tese ainda existia pouca literatura sobre Políticas Públicas de Cultura no Brasil, sobretudo a respeito das relações entre Estado e sociedade civil organizada na elaboração de processos participativos na área da cultura. Essa situação reforçou para nós a importância da escolha do caminho percorrido com ênfase no registro oral como ferramenta fundamental para nos trazer informações necessárias à pesquisa, além é claro, da pesquisa documental.

Dessa forma, um dos nossos objetivos foi relatar esse contexto de efervescência de participação social na cultura, compreendendo por meio das visões de mundo dos sujeitos participantes na construção da política cultural, quais as disputas, resistências,

incorporações e impactos realizados na agenda da política estatal, assim como, que avanços e dificuldades ocorreram para a implementação de processos de cidadania cultural. A fim de demonstrar melhor a organização institucional do MinC e como se inseria a CNPdC e o FNPC nesse processo participativo fizemos um fluxograma geral da Gestão do MinC, no período estudado, e sua relação com a organização política dos Pontos de cultura, segue abaixo:



Fonte: Elaboração própria.

4.1 Trajetória da Pesquisa

Durante a nossa trajetória acadêmica de pesquisa na Sociologia, sempre tivemos uma atuação pautada na pesquisa qualitativa e nas ferramentas metodológicas que integram essa vertente metodológica dentro das Ciências Sociais entre elas a “observação participante” e a realização de entrevistas semiestruturadas com os interlocutores participantes das pesquisas realizadas. É verdade que a Sociologia se utiliza de uma variedade de métodos e técnicas para a pesquisa social. E no campo da pesquisa qualitativa, os estudos desenvolvidos pela Escola de Chicago nas análises dos grupos sociais urbanos e na complexidade de suas relações tiveram um papel e contribuição bastante relevante para a disciplina e os pesquisadores das gerações posteriores (BECKER, 1999).

Nossas experiências com o “fazer” pesquisa social desde a graduação, estiveram pautados em textos metodológicos de antropólogos e sociólogos que defendiam a pesquisa etnográfica como um processo capaz de estudar a cultura, os costumes, crenças e tradições de grupos da sociedade. Na ocasião da nossa monografia, estudamos o processo de “espetacularização” da cultura popular a partir da participação de mestres e grupos da cultura popular no calendário de eventos culturais da Fundação de Cultura de João Pessoa. Trabalhamos com uma visão gramsciana de cultura que pautava a cultura popular como dinâmica, em constante reelaboração e com práticas de “resistências” frente as concepções tradicionais e visões folcloristas sobre o tema.

Em outras jornadas de pesquisa que atuamos a todo o momento houve um empenho em construir um processo dialógico numa relação sujeito-sujeito em contraponto a abordagens que compreendiam o interlocutor como “objeto” e o pesquisador enquanto intérprete da realidade social que guardava determinada “autoridade” numa posição distanciada e de superioridade. Concentramo-nos, ao contrário, em construir uma etnografia e metodologia de pesquisa que procurou estimar o papel do interlocutor, que deixa de figurar como informante e passa a se tornar copartícipe no processo de investigação, muitas vezes orientando os melhores caminhos para o desenvolvimento da pesquisa (BECKER, 1999).

Torna-se necessário, assim, conceber a etnografia não como a experiência e a interpretação de uma “outra” realidade circunscrita, mas sim como uma negociação construtiva envolvendo pelo menos dois, e muitas vezes mais, sujeitos conscientes e

politicamente significativos. Paradigmas de experiência e interpretação dando lugar a paradigmas discursivos de diálogos e polifonia. (CLIFFORD, 2002, p. 43).

Durante a oportunidade do mestrado tivemos a chance de pela primeira vez realizar uma pesquisa com interlocutores que mesmo sendo em sua maioria intelectuais e artistas de esquerda, naquele momento, se encontravam na condição de gestores públicos integrantes de uma gestão de cultura da Fundação de Cultura de João Pessoa, ocorrida durante os anos de 2005 a 2008, numa experiência na qual houve um destaque importante para a valorização da cultura popular e das expressões culturais durante a política cultural desenvolvida na FUNJOPE daquele período.

Foi presente um choque de realidade com as experiências anteriores que abrangiam participantes integrantes da sociedade civil, devido a determinadas posturas de representantes do poder público em resguardar informações, opiniões, documentos, entre outras considerações, que pudessem interferir na garantia dos seus cargos públicos e da continuidade nas posições de poder.

No que se refere ao momento atual da tese de doutorado que aqui apresentamos, o interesse pela pesquisa surgiu em função de perceber um movimento diferenciado de investimento e mudança de olhar para as políticas culturais estatais durante o ciclo político das gestões do PT no governo federal. Logo após o mestrado tivemos a oportunidade de trabalhar numa Organização Social que na época era um Pontão de Cultura da Paraíba que atuava na área do Audiovisual e Educação. Durante essa vivência tivemos a chance de representar a entidade e receber um prêmio do MinC no Rio de Janeiro referente a atuação do Paraiwa.multivisual.net na área cultural, o Prêmio “EscolaViva”. Ali em 2008 se iniciava um interesse por se dedicar em profundidade ao estudo dessa política pública de cultura.

Naquele momento, estiveram presentes diversos representantes de Pontos de Cultura, ao passo que, foi possível estabelecer uma rede de contatos e troca de experiências com outros grupos, assim como, perceber como se dava ainda que de maneira primária, o funcionamento da política cultural in loco, já que, também ocorriam reuniões entre os representantes da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura, entre outros espaços de diálogo e reivindicações dos agentes culturais em torno da política cultural.

Nosso foco nos estudos anteriores foi correntemente dedicado a temáticas ligadas a Sociologia da Cultura, é claro, não deixando de lado as implicações políticas envolvidas em todos os contextos. Entretanto, nesse trabalho de tese, tivemos um aprofundamento

maior na relação entre Sociologia Política e Sociologia da Cultura a partir da compreensão de que a cidadania cultural atua numa convergência dessas suas áreas demonstrando por um lado que a cultura tem uma dimensão política, ao mesmo tempo, em que, ocorre uma dimensão cultural no processo de democratização do poder.

Na compreensão desses conceitos, em 2012 submetemos um projeto de doutorado ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFPB que tinha como objetivo desde o início analisar a relação entre os gestores do MinC e a sociedade civil organizada por meio da CNPdC, na construção de Políticas Culturais voltadas para a cidadania cultural. Essa análise não poderia deixar de levar em conta, o histórico do desenvolvimento da cidadania brasileira e as suas dificuldades no que se refere às tradições arraigadas de ‘patrimonialismo’ e ‘centralismo estatal’ presentes no país.

Devido a alguns percalços pessoais não conseguimos finalizar a escrita da tese naquela primeira ocasião. Submetemos mais uma vez o projeto de doutorado no final de 2017 a uma nova seleção no mesmo programa de pós-graduação, na qual fomos aprovados, e reiniciamos as disciplinas, créditos e demais requisitos para o término do doutorado, iniciado pela segunda vez em 2018 e com o objetivo de concluir mais essa etapa agora durante o ano 2022. Com a transparência desses argumentos a respeito do nosso itinerário até aqui, adentramos agora as primeiras ocasiões nas quais enquanto pesquisadora nos encontramos nas circunstâncias e vivências das situações de pesquisa e realização de entrevistas com os interlocutores.

Em 2013, me mudei para o Rio de Janeiro onde passamos 8 (oito) meses fazendo residência, a fim de ter um contato mais próximo ali com os eventos nacionais que porventura fossem ocorrer ali e nas cidades adjacentes, e que envolvesse os representantes da CNPdC. Naquela oportunidade, nos aproximamos de um Pontão de Cultura existente dentro da UFRJ, o Pontão de Cultura digital da ECO/ UFRJ, mais conhecido como Laboratório Cultura Viva. Pudemos ali vivenciar de perto o desenvolvimento das suas ações e acompanhar os integrantes, entre eles um dos entrevistados que foi um dos fundadores da CNPdC, sendo uma das grandes referências do Movimento Nacional dos Pontos de Cultura.

O primeiro evento presencial que participamos na realização da pesquisa de campo para essa tese aconteceu durante a **Teia Paulista de 2013** e o **III Fórum dos Pontos de Cultura** que ocorreram em agosto de 2013 em São Paulo. Apesar de ser um encontro da Teia Paulista, estiveram presentes diversas outras lideranças integrantes da CNPdC de outros estados, como também, naquela ocasião houve uma mesa na qual

participou o MinC através da Secretária Márcia Rollemberg, representantes da comissão paulista dos Pontos de Cultura e da CNPdC, momento em que ocorreu uma apresentação da Secretária sobre o Redesenho dos Pontos de Cultura. Importante destacar que houve um intenso enfrentamento dos representantes e ponteiros presentes ao formato de Redesenho do Programa Cultura Viva colocado na reunião aberta com os Pontos de Cultura, gerando um contexto de muita divergência entre Estado e sociedade civil organizada.

Com base nos primeiros contatos realizados ainda enquanto participante de Ponto de Cultura na Paraíba, exploramos junto a alguns informantes-chaves, a indicação de alguns nomes de representantes atuais ou anteriores da CNPdC para realizar algumas entrevistas e conduzir nosso percurso metodológico. A princípio houveram algumas indicações de ex-representantes da CNPdC, sendo a maioria deles, muito críticos ao formato da Comissão, as posturas das lideranças, e a falta de transparência das informações do que estava sendo feito. Ocorria também um sentimento desses primeiros entrevistados de que a Comissão estava se distanciando da representação das bases numa aproximação com os interesses do MinC em muitos momentos.

Durante o percurso da pesquisa, em determinado momento pudemos notar que houve um ponto de saturação das entrevistas nas visões apresentadas pelos perfis escolhidos até aquele momento, sendo assim, decidimos percorrer outro caminho, agora de maneira individual, na busca de entrevistados que eram representantes atuais da CNPdC da gestão vigente naquele momento, para assim, encontrarmos um parâmetro de compreensão diferenciado do que até então estava sendo conhecido por nós nas entrevistas, para assim conseguir exercer uma comparação e ter além de outros pontos de vistas, uma visão mais ampla das questões colocadas como problemáticas apresentadas.

Nesse caminho, entrevistamos algumas lideranças integrantes da CNPdC que integravam a gestão daqueles anos em 2013, trocamos contatos, na promessa de ter acesso a alguns materiais que infelizmente após enviado alguns e-mails não tivemos retorno posterior a respeito disso. No entanto, tivemos acesso a algumas informações virtuais encontradas no blog que a CNPdC postava as informações de ofícios, cartas, manifestos, entre outros materiais que eram feitos para pressionar o MinC a respeito das suas reivindicações.

Durante os dias 01 a 06 de outubro ocorreu no SESC Itaquera em São Paulo, o **Encontro de Culturas Populares e Tradicionais**. Em virtude da participação de uma grande quantidade de Pontos de Cultura, foi agendado concomitante ao evento uma

reunião da CNPdC. Participamos do evento realizando “observação participante” e registrando informações ali coletadas. Tentamos participar da reunião da CNPdC enquanto pesquisadora e acadêmica que realizava estudos sobre o tema, entretanto, nossa participação não foi aceita, sendo barrada na entrada, a reunião ocorrendo as portas fechadas somente com os representantes da CNPdC. Naquela ocasião existiam mestras da cultura popular também que queriam participar da reunião, pois eram suplentes e não foram aceitas por existir ali outros conflitos internos que infelizmente não damos conta de compreender suas complexidades. Apenas acreditamos que, não deveria ser um problema a participação de integrantes da sociedade civil organizada que tem afinidade com os Pontos de Cultura, sejam eles participantes ou ex-participantes de Pontos de Cultura ou pesquisadores do tema, sendo uma situação extremamente delicada e antidemocrática para uma elaboração coletiva e participativa de integrantes de Pontos de Cultura de todo o Brasil e da construção dessa política pública de cultura.

Entre os outros eventos presenciais que participamos que reuniram os Pontos de cultura e seus representantes políticos, participamos ainda, da **3ª Teia Estadual da Paraíba** realizada em abril de 2014 na qual realizamos algumas entrevistas com representantes da CNPdC da Paraíba. E a Teia Nacional da Diversidade ocorrida em maio na cidade de Natal – Rio Grande do Norte, que foi a última Teia nacional a ser realizada pelo MinC, até os dias atuais.

No momento da Teia nacional da Diversidade em Natal havíamos agendado uma entrevista que seria bastante relevante para nossa pesquisa com a Secretária de Cidadania Cultural da época, Márcia Rollemberg, no entanto, durante alguns dias do evento passamos a tentar realizar a entrevista com ela, que em virtude de outros compromissos no final não conseguiu nos conceder a entrevista. É verdade que durante a realização do Programa Cultura Viva como um todo existiram inúmeros momentos de tensão entre o MinC e o Movimento nacional dos Pontos de Cultura.

Se faz importante também citar que houve uma enorme dificuldade em acessar os dados e informações sobre a Política Pública de Cultura dos Pontos de cultura, assim como, sobre as reuniões que ocorriam da CNPdC e durante os FÓRUNS nas Teias. Nem do lado da sociedade civil organizada, nem do lado do MinC conseguimos obter sucesso

em ter acesso as documentações sistematizadas a respeito do que era discutido, deliberado e registrado a respeito dessas discussões. O registro e sistematização da política pública de cultura do MinC foi um problema citado não só por nós, mas por vários outros pesquisadores da área, e por entrevistados sejam eles do MinC ou a sociedade civil organizada. Nesse sentido, existiu uma dificuldade de ambos os lados em proporcionar uma organização e sistematização das memórias das discussões e dos processos deliberativos, o que traria uma maior clareza e transparência para o desenvolvimento da política pública de cultura dos Pontos de Cultura.

4.2 Por uma Etnografia Colaborativa

Tendo em conta essas dificuldades, e ao mesmo tempo, nossa experiência com pesquisa qualitativa, de certa forma, esses fatores nos orientaram a escolher um percurso muito mais baseado nos registros orais enquanto documentos que guardavam a memória oral das vivências participativas da sociedade civil organizada e que não estavam em sua maioria sistematizada. Essa escolha nos permitiu pensar também enquanto colaboração para elaboração de uma “história oficial” que possa valorizar os acontecimentos que envolvam personagens representantes das classes subalternas, que era o foco dos integrantes dos Pontos de Cultura.

Nessa costura de participar dos espaços de debates e trocas culturais fomos mapeando o campo e buscando informações para o desenvolvimento de entrevistas exploratórias que contribuíssem para a coleta de informações gerais que poderiam ser úteis nos passos seguintes de escolher e entrevistar em profundidade alguns interlocutores representantes da CNPdc e do MinC.

Clifford Geertz foi um dos autores que teve como papel afirmar a etnografia numa posição científica que pretendeu se distanciar do paradigma positivista, compreendendo a pesquisa de campo como algo a mais do que apenas uma seleção de informantes e métodos. Na sua visão, era preciso considerar o grau de “esforço intelectual” do pesquisador, em outras palavras, é dada uma ênfase à condição de pesquisador numa posição “superior” aos interlocutores na ideia de interpretação da realidade.

Do outro lado, James Clifford critica o entendimento do pesquisador como um tradutor da realidade social. Para ele essa é uma posição hierárquica que o distancia, e consequentemente seus escritos da visão do interlocutor. É com os posicionamentos de Clifford que nos identificamos mais, no sentido da sua crítica a ideia de uma “autoridade”

etnográfica do pesquisador a partir desse ponto de vista de uma hierarquia. Desse modo, a nosso ver, é necessário que os textos do etnógrafo sejam mais que uma descrição densa da realidade, mas, que possa compreendê-la de forma ampla e fazendo uma autorreflexão a partir da “desintegração” da autoridade etnográfica.

Alberto Melucci nos orienta a respeito da compreensão da relação entre pesquisador e objeto de pesquisa entendendo que não deve ser uma relação como uma “coisa”, ao contrário, deve ser um tipo de relação que possa comportar toda interação e trocas possíveis, permitindo inclusive que na construção textual, o etnógrafo exerça uma mediação capaz de colaborar para uma visão mais próxima possível do mundo do outro a começar pela consideração da sua função na pesquisa.

O ator social não tem uma função neutra de informações colocadas à disposição do pesquisador, mas desenvolve um papel ativo que condiciona o papel cognoscitivo. Ele assume, no curso de uma pesquisa empírica, um duplo papel: de um lado é parte de um objeto de estudo do pesquisador, e de outro, enquanto sujeito discursivo age também como *médium* entre o pesquisador e a realidade social mais ampla que ele está investigando. (RANCI, APUD, MELUCCI, 2005, p. 43)

Considerando essas informações, creio que o maior objetivo da nossa pesquisa residiu na constituição de um paradigma menos segregador em relação aos interlocutores, estabelecendo vínculos efetivos de participação e cumplicidade entre pesquisadora e interlocutores. Tais vínculos procuraram respeitar os diferentes saberes, e incorporação do discurso de ambas as partes, para uma pesquisa mais dialógica que buscou contribuir não só para um arcabouço teórico acadêmico de pesquisa, mas para uma troca de saberes, o que eu chamo etnografia colaborativa, mesmo considerando que essa relação híbrida é permeada por relações de poder, que muitas vezes esbarram nos propósitos de efetivação da dialogicidade de maneira mais ampla.

No que se refere ainda a pesquisa documental, foi bastante importante para nós, aliar aos métodos qualitativos escolhidos, também, nos apoiando sobre os registros escritos de relatórios de gestão do MinC, relatórios de pesquisa sobre a construção participativa da política cultural e avaliações da política pública feitas pelo IPEA, assim como, registros documentais guardados pela CNPq que trouxeram em diferentes momentos, quais as reivindicações e frentes escolhidas a serem pautadas pela sociedade civil organizada a fim de elaborar, fiscalizar e construir em conjunto a política cultural dos Pontos de Cultura.

Tivemos ainda um representante da CNPdC da Paraíba que nos cedeu um material dos seus registros pessoais ao longo dos anos atuando como representante político, que foi de muita generosidade e bastante útil para nosso trabalho. Foram realizadas um total de 15 (quinze) entrevistas entre englobaram gestores do MinC e representantes da sociedade civil organizada de diferentes estados do país.

4.3 Percurso de surgimento da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura

É verdade que existe uma tradição na esquerda brasileira em elaborar propostas para a cultura a partir da compreensão de que esta é uma área fundante de um projeto de nação emancipatório. Mesmo antes da eleição do Presidente Lula em 2002, se iniciou um processo de construção coletiva de um documento base para a cultura. A escolha de um nome de referência para o Ministério da Cultura como foi o de Gilberto Gil, com uma farta experiência artística, de militância cultural e engajamento nas concepções traçadas pelos organismos internacionais como a ONU e UNESCO nas orientações das gestões de governo para à cultura favoreceram o direcionamento de uma gestão mais aberta, democrática e participativa.

Estava na proposta inicial dos Pontos de cultura a ideia de uma “Gestão compartilhada e transformadora” que tinha como tripé o “empoderamento, a autonomia e o protagonismo social” (Cartilha Cultura Viva, 2004). Essa era a pactuação existente entre Estado e sociedade. Nosso argumento aqui nesta tese acerca da cidadania cultural brasileira gira em torno no que chamamos a “dialética de democratização” que é um convívio de participação e ativismo na sociedade civil organizada com a tradição histórica no país de “patrimonialismo”, “autoritarismo” e “centralismo estatal”.

Para perceber isso nos concentramos em compreender como se deu o papel e atuação da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura (CNPdC) como representação política da sociedade civil na relação com o MinC e de que maneira foi possível ou não interferir na agenda da política pública de cultura durante o período de 2004 a 2014, nos concentraremos agora em acompanhar a trajetória de como ocorreu o surgimento dessa representação da sociedade civil organizada na construção da política cultural dos Pontos de Cultura.

Inicialmente antes de adentrar no tema creio que seja relevante uma abertura preliminar sobre de que momento político específico na história do Brasil estamos

falando. Não é nada novo que existe arraigada na nossa história uma forte tradição de autoritarismos no Brasil. Fomos os últimos na América Latina a eliminar a escravidão. Tivemos um longo período do Regime Militar no país em que vivemos barbáries e atrocidades cometidas sem uma posterior abertura dos arquivos da ditadura com punição dos envolvidos ao nível do que ocorreu em outros países como a Argentina, por exemplo. Em 2022 ainda convivemos com um imaginário que perdura na população e atualmente encontra eco nesse passado e num presente de ausências de ações para defesa de minorias sociais e reprodução social de posturas racistas, fascistas e homofóbicas que vem devastando nossa população.

Quando nos debruçamos sobre a política dos Pontos de Cultura e toda ideia de participação e cidadania cultural que vem junto com esse tema, estamos nos referindo ao período específico de inícios dos anos 2000, mais precisamente quando houve a eleição presidencial de 2002 e foi eleito o primeiro governo da tradição de esquerda no país pós-democratização. Na ocasião, ocorreram ao todo uma sequência de 4 (quatro) eleições populares consecutivas em que o Partido dos Trabalhadores – PT venceu os votos populares nas urnas. O Presidente Lula foi eleito por dois mandatos: primeiro mandato (2003 a 2006) e segundo mandato (2007 a 2010). E a Presidenta Dilma Rousseff foi eleita no primeiro mandato de 2011 a 2014, e para o segundo mandato nas eleições de 2014 tomando posse em 1 de janeiro de 2015 e sofrendo um “golpe parlamentar-jurídico-midiático” em 17 abril de 2016 pela oposição e aliados que tinham como objetivo a implantação de uma agenda neoliberal no país e utilização da máquina pública para fins privados.

De volta ao ciclo político do PT no governo federal estamos falando de uma atmosfera política de incentivo e fomento estatal à participação social como tônica do governo realizada nas diversas áreas e diferentes ministérios. Sendo assim, nessa experiência ocorreu um processo de envolvimento da sociedade civil por meio de instâncias participativas e descentralização do governo das decisões que, pelo menos em teoria, se procurava levar em conta os anseios e demandas da sociedade.

As mudanças no MinC foram muitas no que se refere as gestões e modelos implementados anteriormente. Duas questões são importantes de serem destacadas entre essas mudanças: a primeira delas é a **abertura da ideia de cultura**, que trouxe uma pluralidade de atores integrantes das mais diferentes expressões culturais constituintes no país. Ampliou-se também a participação com um recorte de pessoas da periferia e classes

populares, sincretismo religioso, diversidade de gênero, raça, indígenas, povos originários, quilombolas, ou seja, um verdadeiro Brasil plural.

A **segunda é o fomento à participação social**, que como nos orienta Rocha e Silva (2013) sobre os marcos normativos da política nacional daquele período e as convergências com o nível estadual, no caso específico, no estado de Pernambuco:

“(...) a primeira marca desta convergência é o aumento da participação da sociedade civil organizada. Ela está na origem do modelo “CPF” (Conselho, Plano e Fundo) que tem marcado a gestão cultural no Brasil desde a ascensão de Lula à presidência. Na base deste modelo, estão as conferências e os fóruns, espaços em que representantes do estado e de diversos setores da sociedade civil traçam as diretrizes que deveriam prevalecer na condução das políticas naqueles três níveis: a representação no conselho, as metas presentes no plano e a distribuição dos recursos do fundo. (Rocha e Silva, 2013, p. 131)

Nesse sentido, quando nos referimos à política cultural do Ministério da Cultura poderíamos nos debruçar por uma série de instâncias participativas criadas e sistematizadas ao longo desse ciclo político. No entanto, nosso recorte para análise partiu da escolha do Programa de maior referência do MinC, o Programa Cultura Viva, o eixo considerado de maior relevância a política cultural dos “Pontos de cultura”.

É verdade que, a grande tentativa que ocorria na gestão do ministro Gilberto Gil era a criação de um programa que tivesse um formato aberto e ao mesmo tempo fosse capaz de realizar uma inclusão cultural dos realizadores culturais que estavam atuando de maneira isolada apenas em guetos e comunidades sem apoio institucional. A princípio Gil chegou a citar um programa chamado “Refavela” em uma fala pública.

Em outra ocasião, ainda em 2003, dessa vez realmente instituiu o “Programa Cidade Aberta” (Portaria nº 525 de 18 de dezembro de 2003) que trabalharia em espaços a serem construídos como infraestruturas adequadas para o desenvolvimento do Programa, esses espaços nos quais seriam desenvolvidas as atividades culturais foram denominados de Bases de Apoio à Cultura (BACs) (Rocha, 2011).

Para coordenar a elaboração do projeto arquitetônico das chamadas BACs, Gil convidou um profissional e amigo de longa data para assumir a secretaria no MinC, Roberto Pinho, que o acompanhava desde o movimento tropicalista e que ficou à frente da Secretaria para Desenvolvimento de Programas e Projetos. Entretanto, de acordo com relatos presentes em outras teses e dissertações sobre o tema, houve uma série de problemas internos na execução do projeto seja no que se refere à irregularidade de instrumentos jurídicos, como também, a processos licitatórios, na assinatura de um Termo de Parceria com uma OSCIPs, o IBRAC (Instituto Brasil Cultural) que seria responsável

pela construção de 16 (dezesesseis) obras das BACs. Em função dessas questões ocorreu o cancelamento do Projeto das BACs e a exoneração do Roberto Pinho, assim como, a demissão de outros envolvidos na equipe executora e o aguardo do relatório da Controladoria Geral da União (CGU) (Rocha, 2011).

Apesar disso, ainda existia a ideia de manter a proposta das Bases de apoio à cultura (BACs). Foi nesse movimento das coisas que surgiu o nome de Célio Turino para dar prosseguimento ao projeto. Assim, entre as várias reuniões que estavam ocorrendo na casa do produtor Cláudio Prado, para discutir e aprimorar propostas a serem implementadas no Ministério da cultura (MinC), numa dessas reuniões, Célio Turino foi convidado e como já tecia algumas críticas ao formato do que se propunha, apresentou uma outra proposta, que denominada de **“Pontos de cultura”**. Nesse sentido, os Pontos de Cultura estariam numa perspectiva inversa a proposta das BACs, que se caracterizavam por uma concentração maior na questão da infraestrutura num primeiro momento. Nas palavras do próprio **Entrevistado 8** em uma de nossas entrevistas:

“(...) Eu era totalmente contra essa ideia de privilegiar a estrutura, aí propus inverter investir nas pessoas. Investir direto em quem faz cultura, porque quem faz cultura são as pessoas, a sociedade. Aí, nós tivemos que trabalhar com essa ideia da BAC, era um projeto que o Lula gostou da maquete, ele queria fazer. Eu tive que correr muito rápido pra mostrar que a minha tese do Ponto era mais interessante. Em paralelo eu fui demonstrando que a BAC era... Ela não atendia as necessidades da cultura. E eu fui demonstrando por outro lado que havia muita coisa e bela pra ser revelada, e foi partindo dos Pontos de Cultura. De um conceito matemático, matemático mesmo, Arquimedes: “Dê me um ponto de apoio e uma alavanca e eu moverei o mundo”. E as ações são as alavancas, é isso. Tem toda uma concepção geométrica também. E aí o programa prosperou e você já sabe como foi”. (**Entrevistado 8, 2013**)

Ainda em relação a proposta inicial que norteava essa aposta em um programa que foi inovador e teve a ousadia de atingir todo o país, **Entrevistado 8** apresenta algumas ideias presentes no Programa Cultura Viva o qual está inserido a Política Pública de Cultura dos “Pontos de Cultura”:

“A ideia em relação ao Programa Cultura Viva não era apenas um programa de cultura *strictu sensu*. Mas, de cultura política e cultura cidadã. No sentido de buscar outras formas da sociedade se apropriar do Estado. A partir de dois conceitos: Do estado “rede”, desenvolvido pelo Manuel Castells, e o do “Estado ampliado” desenvolvido pelo Antônio Gramsci. A partir daí a gente foi implementando o que eu chamei na época de “gestão compartilhada e transformadora”, hoje se tirou o transformadora é só compartilhada. Mas, não basta ser compartilhada, ele tem que ter o sentido transformador que é o sentido emancipacionista. Então, foi isso, o tripé da gestão compartilhada é a “autonomia”, o “protagonismo” e o “empoderamento social”. (**Entrevistado 8, 2013**)

Nessa perspectiva, com Célio Turino, como secretário responsável por gerir a Secretaria de Cidadania Cultural (SDCC), ocorreu no país essa experiência de estímulo à criatividade por meio da valorização e do reconhecimento das culturas das classes subalternas, ao mesmo tempo, em que foram criados e fortalecidos os mecanismos de participação da população na criação e desenvolvimento das políticas públicas de cultura por meio de diversas instâncias participativas em espaços formais, como também, um número incontável de redes e articulações paralelas entre grupos culturais representantes de diversos setores artísticos e de diferentes locais de todo Brasil.

Podemos dizer que o edital dos “Pontos de cultura” teve um papel fundamental nesse processo, pois potencializou iniciativas que já existiam e se desenvolviam no “Brasil profundo”, disponibilizando apoio financeiro para garantir a continuidade e o desenvolvimento dos seus projetos. Um dos nossos interlocutores expressou como aquele edital o tocou, assim como, o grupo que fazia parte e desenvolvia projetos com foco na cultura digital junto a comunidades do interior de São Paulo. De acordo com o interlocutor:

“Acho que foi 2005 que eu tive contato com o texto, porque a gente entra no edital de 2006. E quando eu li o texto, eu fiquei assim, maravilhado com o texto. Era uma sensação estranha, quase como se tivessem sido coisas que eu fiz também, sabe, foi muito forte para mim. Ler trechos da fala do Gil que eu concordava totalmente”. **(Entrevistado 7)**”.

Organizações sociais e culturais que trabalhavam com comunidades se identificaram com o edital dos “Pontos de Cultura” desde o momento em que foi lançado, ocorreu uma repercussão geral de afinidade com a proposta entre os fazedores culturais representantes das classes populares. Nas entrevistas coletadas, foi uma fala comum e quase unânime de muitos interlocutores, sempre que se referiam ao momento no qual o Governo Federal por meio do MinC elaborou uma iniciativa específica na qual, pela primeira vez, essas organizações culturais representante das classes populares e que já desenvolviam ações de arte e cultura junto a diversos grupos marginalizados socialmente, percebiam aquela ocasião como uma oportunidade de janela aberta para garantir o aprimoramento e melhor estruturação de suas ações.

Entretanto, de acordo com a abrangência de atuação do programa e mais tarde nos anos que se seguiram o seu crescimento em números de “Pontos de cultura” em todos os estados da federação e diferentes regiões do país, se tornou um desafio realizar um processo participativo entre Estado e sociedade civil organizada. Para a gestão pública a escolha mais lógica seria a construção de um modelo de representação, ao mesmo tempo,

para os representantes dos ‘Pontos de cultura’, também era importante ocupar esse espaço enquanto sujeitos ativos nesse processo tão novo que foi a estruturação de uma política cultural institucional de “gestão compartilhada”. Havendo essa necessidade de organização coletiva de um programa que abarcou uma dimensão fora dos planos das políticas públicas de cultura até aquele momento, surge então, a proposta da existência de uma “representação política” dos “Pontos de cultura” denominada: **Comissão Nacional dos Pontos de Cultura (CNPdC)**.

Todavia, antes de tudo, vale a pena detalhar aqui quais eram os espaços de atuação conjunta dos participantes de Pontos de Cultura, ou seja, em que ocasiões esses integrantes da política pública de cultura se reuniam para um processo de troca, compartilhamento de experiências, organização política, entre outros; Dito isso, é importante apresentar que consoante com o discurso inicial do Ministro Gilberto de Gil de apresentação da política do termo “pontos” nessa perspectiva do “*do in* antropológico” no sentido de serem massageados nessa relação de estímulo e fomento pelo Estado, se pensou também nessa denominação do encontro nacional deles como a “TEIA”, justamente por esse sentido que carrega esse tecer de pontos articulados e fortalecidos pelo processo de interligação.

Explicada essas questões, podemos definir a TEIA como o encontro nacional dos Pontos de Cultura que tinha como objetivo reunir os integrantes / participantes dessa REDE nacional que se formava ali, para essa experiência de um processo de troca e compartilhamento de experiências, apresentações artísticas, e posteriormente, com o surgimento da representação política da CNPdC, houve associado a programação da TEIA, a realização do Fórum nacional dos Pontos de Cultura - FNPC, como essa instância de organização política da CNPdC em torno do que foi denominado a posteriori como “Movimento Cultural dos Pontos de Cultura”.

Na intenção de demonstrar o percurso elaborado por esses agentes culturais e quais eram os espaços de encontro dos participantes dos Pontos de cultura, sejam eles “ponteiros” ou representantes políticos, como também, os integrantes da gestão do MinC, a fim de perceber também a linha do tempo desse processo e a regularidade dos aprendizados, discussões e construções coletivas, destacamos aqui o percurso cronológico das edições realizadas das TEIAs que a partir de 2007, ou seja, a segunda edição do evento, momento no qual a sua programação passou a incorporar, também, a realização do Fórum Nacional dos Pontos de Cultura - FNPC, sendo justamente, a ocasião a qual ocorreram às reuniões oficiais da CNPdC.

REALIZAÇÃO CRONOLÓGICA DAS TEIAS DOS PONTOS DE CULTURA 2004 A 2014		
TEMA GERADOR	LOCAL	ANO
I TEIA: “Venha se ver e ser visto”	Bienal de São Paulo	2006
II TEIA: “Tudo de todos”	Palácio das Artes, Belo Horizonte.	2007
III TEIA: “Iguais na diferença”	Esplanada dos Ministérios, Brasília.	2008
IV TEIA: “Tambores digitais	Dragão do mar, Fortaleza.	2010
V TEIA: Teia nacional da Diversidade	Natal	2014

REALIZAÇÃO DOS FÓRUMS DOS PONTOS DE CULTURA DURANTE AS TEIAS DE 2004 A 2014		
TEXTOS RESULTANTES DOS FÓRUMS:	LOCAL	ANO
I FÓRUM: “De ponto em ponto a democracia enche o papo”	Belo Horizonte	2007
II FÓRUM: “Direitos humanos: Iguais na Diferença”	Brasília	2008
III FÓRUM: “Transformando através da arte	Fortaleza	2010
IV FÓRUM: Teia da Diversidade	Natal	2014

Um dos nossos entrevistados que foi integrante de Ponto de Cultura desde a fundação do Programa e fez parte inicialmente da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura (CNPdC) como suplente, em seguida saindo e sempre elaborando questões

críticas sobre a representatividade e a relação com o MinC dentro do movimento cultural, nos explica sobre a Teia:

“A Teia me parece um momento de celebração de encontro entre os Pontos de cultura, entre essas pessoas espalhados aí pelos estados, ou espalhados pelo Brasil que a gente tem a chance de conhecer porque a gente não convive então nesses quatro ou cinco dias a gente tem a oportunidade de trocar um pouco mais, vivenciar um pouco mais essas possibilidades de troca e de parceria, mesmo que isso não seja o foco principal de quem organiza... Porque o que eu vejo hoje no programa, o foco de quem organiza é discutir a questão da representatividade e entrando nas esferas que eles chamam de democráticas, mas que pra mim são pseudodemocráticas de gestão da cultura... “Tirar delegado pra ir não sei onde, tirar delegada pra ir não sei onde, representatividade de não sei o que” o núcleo duro ainda que organiza as Teias, eles pensam nisso... Não estou dizendo que isso não é válido, isso é válido, mas eu não vejo a Teia como esse espaço, talvez fosse interessante separar fórum de teia...” (Entrevistado 1)

Esse espaço institucional organizado pelo Estado num primeiro momento, e posteriormente, em conjunto com a sociedade civil organizada foi configurado como um espaço de reunião dos integrantes de uma política pública de cultura, no qual diferentes artistas, mestres da cultura popular, brincantes, entre outros atores envolvidos nos Pontos de cultura de diferentes regiões no Brasil, se colocavam em contato de maneira presencial realizando trocas de aprendizagens, assim como, sendo uma vitrine das mais diversas expressões artísticas do país durante os dias do evento uma vez ao ano, guardado os hiatos dos eventos que não ocorreram. Em outras palavras: Um espaço de conhecimento de culturas, de simbioses artísticas, e mais tarde, de mobilização política. Segundo um dos interlocutores a respeito da atmosfera de diversidade cultural que existia nas TEIAS se referindo nesse caso a **I Teia dos Pontos de Cultura** ocorrida em São Paulo em 2006, ele relata:

(...)... E aí foi uma coisa impressionante, porque juntou índio, o pessoal da cultura hacker, tambor, economia solidária. Vários dias. Foi na Bienal de São Paulo. A única bienal Todos aqueles lugares lotados de grupos culturais, fazendo espetáculos simultâneos, e índio, xavante, o pessoal filmando, aldeia, fazendo troca, eu não participei desse primeiro momento da discussão política, daí o Instituto Paulo Freire foi contratado pra fazer a sistematização e a metodologia do encontro, tem muito material deles nessa sistematização, eu comecei a ler esse negócio, e todo encontro era a mesma ladainha e ninguém, fazia nada, e eu percebi o que faltava nesses grupos, assumir compromisso, ir pra cima, não esperar o MinC fazer. Eu comecei a participar, tinha uma ideia de fazer o I FORUM NACIONAL EM BH, e a II TEIA que era em BH ser conduzida pelos Pontos de Cultura, quem fez foi o PENSARTE... (...)” (Entrevistado 9)

Nos anos iniciais do PCV foi possível notar a regularidade das TEIAS que foram realizadas anualmente, respectivamente nos anos de: 2006, 2007 e 2008. O principal objetivo era ser um momento de grande celebração da cultura brasileira, de um lado

podemos perceber que por parte da gestão do governo existiu um aspecto ligado a um ativismo estatal naquele período, na decisão por implementar um programa institucional inovador com foco para a participação das classes populares na sua relação com a cultura, e ao mesmo tempo, observamos a atitude de contribuir para o fomento cultural e participativo, pela possibilidade do encontro e compartilhamento de saberes de tantos atores de um Brasil pouco relatado na “história oficial”, mas encontrado nos diferentes rincões e agora podendo ter espaço de atuação e trocas entre si independente das distâncias geográficas e dos problemas relacionados as desigualdades regionais do país também na cultura. Nesse sentido, foi perceptível que a existência da Rede proporcionada pelo PCV gerou um fortalecimento entre diferentes grupos de todo o Brasil e oportunizou mobilizações e ações em conjunto, o que devemos detalhar mais na frente.

Existia assim essa característica marcante de ser um encontro de enaltecimento da diversidade cultural do país, mas ao mesmo tempo, foi ganhando outros contornos a partir de 2007, como também, um espaço importante de articulação política e encontro principal da CNPdC para discutir sua organização política e relação com o Movimento Cultural dos Pontos de Cultura de forma mais ampla. No que se refere a atuação política da CNPdC, para além das reuniões ocorridas durante a realização da TEIA, importante lembrar que existia um calendário de reuniões periódicas ao longo do ano que dependia da parceria de financiamento com o MinC para a sua execução no que se refere ao traslado e a hospedagem do quantitativo dos participantes envolvidos.

Em algumas entrevistas os interlocutores relataram que existia um “Pontão” da Comissão Nacional que tinha como objetivo atuar dando suporte a articulação e a organização política do grupo. Bem, os “Pontões de Cultura” sempre estiveram no desenho do Programa Cultura Viva como fomentadores da arquitetura da rede dos Pontos de cultura promovendo esse processo de articulação entre os Pontos e diferentes estados. Era necessário se submeter ao edital público de “Pontão” de cultura e o financiamento também era maior do que o valor recebido para ser ponto devido ao fato de que era uma proposta maior. Para ser um “Pontão de cultura” era necessário existir o envolvimento de pelo menos 2 (dois) Pontos de cultura e atuação em no mínimo 3 (estados) do país.

De acordo com Patrícia Del Claro (2013), da demanda por essas reuniões constantes para organização política da Comissão, surge em 2009 a ideia de propor um Pontão, o projeto foi proposto pelo Ponto de Cultura Comunidade Educacional de Pirenópolis (COEPI), que foi conhecido também como “Pontão da Comissão Nacional”, na sequência, sendo aprovado em edital e firmado o convênio (Del Claro, 2013). O

objetivo era de que a verba recebida por eles supriria boa parte dos processos de articulação política do grupo, principalmente, o deslocamento se forms considerar a participação de integrantes de todo o Brasil. O objetivo era de que a CNPdC tivesse uma autonomia financeira do MinC, ao mesmo tempo, compreendendo que era um mecanismo dentro da elaboração da política pública, não deixando de existir vinculação com o financiamento estatal para a organização política da CNPdC.

Sobre o surgimento da CNPdC, nas entrevistas por nós realizadas, alguns interlocutores expressaram como algo que foi uma demanda da sociedade civil organizada, já outros nos relataram que essa proposta de criar uma “comissão” foi concebida em função de um estímulo provocado pelo Estado. Apesar das ambiguidades presentes nos relatos houve uma predominância sobre a iniciativa ter sido sugerida inicialmente pelo MinC, no entanto, tendo a aceitação da ideia pela sociedade civil organizada e a total concordância sobre a sua existência e importância do seu papel na articulação de demandas e organização da rede dos “Pontos de cultura”.

É verdade que muitos relatos nos explicaram que foi uma iniciativa sugerida inicialmente pelo Célio Turino, inclusive ele próprio confirma essa informação em entrevista aqui relatada, como uma motivação de perpetuar os conceitos do **Programa Cultura Viva** para além da gestão pública e de impulsionar uma organização política e de mobilização da sociedade civil organizada. No entanto, nos deparamos com algumas questões sobre: quais seriam os limites de atuação do Estado nesse processo de construção de um movimento social? Até que ponto algumas ações não estariam reproduzindo um modelo de Estado centralizador que mesmo numa perspectiva democrática estivesse com a intenção de direcionar as ações dos grupos culturais e em algumas ocasiões se colocando num processo de “cima para baixo”? Aqui podemos encontrar uma boa demonstração do que Faoro (2008) havia nos apontado sobre a singularidade do patrimonialismo brasileiro e do seu forte caráter centralizador. Ao mesmo tempo, percebemos a ideia que Gramsci (1989) desenvolve no seu conceito de “hegemonia” como o modo pelo qual a classe dirigente se organiza e realiza o processo de dominação política e cultural, ao mesmo tempo em que, também reconhece a existência de uma arena de luta de classes na qual a sociedade civil organizada a todo o momento disputa a hegemonia com a classe dirigente. De volta ao processo de surgimento da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura- CNPdC, de acordo com algumas entrevistas realizadas, bem no início da formação da CNPdC houve uma proposta do Célio Turino para que na composição da comissão estivessem presentes representantes da CUT, UNE, UJS e PCdoB, para acrescentar

experiências de movimento social à CNPdC, num modelo de 10 (dez) representantes dos Pontos de Cultura e 5 (cinco) dos Movimentos Sociais organizados e atuantes.

Nitidamente, existia um direcionamento estatal na composição do formato de como seria a organização da CNPdC. É claro que, de certa forma, existia o intuito e um ativismo estatal do MinC em estimular a formação política dos integrantes da política cultural dos Pontos de Cultura, com vistas a constituir fundamentos para além de uma política de governo. Porém, era visível um processo de intervenção ao formato de como a sociedade civil organizada deveria se estruturar.

Gramsci foi um autor marxista que trouxe conceitos fundamentais de como a luta de classes ocorre também na cultura, principalmente a partir do seu conceito de hegemonia associado a uma disputa ideológica de poder. Foi um dos autores marxistas que mais contribuiu para a compreensão da realidade social como multifacetada constituída de diversos grupos com “ideologias” diferentes. No que se refere as sociedades democráticas modernas, o autor se referiu a existência de hegemonias alternativas como momentos denominados por ele de “guerra de posição”, situação a qual os grupos sociais encontram brechas na hegemonia vigente para colocar seus posicionamentos e atitudes (Coutinho, 2007).

Assim, podemos dizer, que, o grupo social representante dos Pontos de Cultura nesse embate com o MinC sobre o formato da CNPdC demonstrou sua capacidade de resistência e num movimento de “guerra de posição” (Coutinho, 2007) com o poder público, não acatou a escolha estatal, os participantes da plenária dos ponteiros, escolhendo permanecer com o formato de representações territoriais e temáticas a partir da distribuição por estados da federação e por Grupos de Trabalho temáticos já existentes (GTs).

Outra característica que percebemos é que independente de ser Ponto de cultura ou não, muitas das organizações sociais que já tinham uma atuação política e cultural, e que se tornaram “Pontos de Cultura”, posteriormente, por meio do credenciamento e aprovação no edital do MinC, já carregavam um passado e trajetória de participação em movimentos sociais e culturais, e na tratativa com relações institucionais e parcerias estatais; Entre os representantes entrevistados por nós, percebemos pessoas ligadas ao Partido dos Trabalhadores (PT), ao PCdoB, militantes independentes, pessoas que transitaram entre sociedade civil e governo e ao Movimento que surgiu posteriormente, intitulado “Cultura Viva Comunitária” (MCVC), entre outros grupos que se caracterizam como independentes ou apartidários.

Entrando em maior detalhamento de como foi o surgimento e as motivações da criação da CNPdC e do Fórum dos Pontos de cultura (FNPC) nos explicam os interlocutores:

(...) é que apesar dele se dar a partir de uma escuta muito sensível, ele se dá a partir de uma intervenção de cima para baixo, inserção do Estado, a minha como militante, gestor, e assim, correto de pensar... A gente que fez o primeiro encontro para criar o Fórum, né. (...). **(Entrevistado 8)**

(...) Eu acho assim, como te falei, inicialmente, pelas próprias características do Programa acaba que havia uma necessidade por parte do Ministério de ter uma interlocução organizada com as redes dos Pontos de Cultura, então a criação da comissão, ela foi uma demanda da sociedade, mas também atendeu a uma demanda que o ministério tinha, meio de organizar aqueles atores ali em alguma instância que pudesse ser uma interlocução com o ministério, só que isso aí tem uma série de limites também, porque em que medida que essa ideia da “gestão compartilhada”, que é um conceito que meio que orienta e norteia a ação do programa, em que medida que ele é uma prática implementada ou um devir, um desejo, uma evocação que se faz pra que exista um processo de... No Programa Cultura Viva os Pontos de Cultura, eles abrem essa brecha, no sentido que a ação do Estado é um processo de induzir, potencializar um processo de organização da sociedade, tanto em nível comunitário quanto em rede, numa articulação mais ampla, **mas ao mesmo tempo o Estado mesmo tem seus limites para fazer valer a efetividade desses processos.** (...) **(Entrevistado 10)**

O Programa Cultura Viva se estabelece em 2004 e em fins de 2005 e início de 2006 ocorreram alguns encontros estaduais nos quais foram discutidas questões referentes ao desenvolvimento da política pública de cultura entre MinC e representantes dos Pontos de cultura, e foi eleita também uma Comissão “provisória” dos Pontos de cultura responsável por aprofundar o debate e a eleição de uma Comissão Nacional dos Pontos de Cultura, segundo informações coletadas em bibliografia acadêmica sobre o tema e a partir do Relatório analítico de uma consultoria realizada sobre a “organização e mobilização dos Pontos de Cultura”.

Esses encontros estaduais ocorreram no Rio de Janeiro, São Paulo e Alagoas, e na sequência houve a realização da **I – TEIA – Encontro Nacional dos Pontos de Cultura** em Abril de 2006, realizada em Guarulhos, São Paulo, foram momentos de gestão compartilhada em que tanto a gestão do MinC quanto os representantes dos Pontos de cultura vivenciando algumas dificuldades do PCV, entre elas, a implementação da ação do “Agente Cultura Viva” e entraves burocráticos presentes nesse processo, perceberam a necessidade da constituição de uma representação política e, conseqüentemente, um espaço de debate para essa representação, que foi o **Fórum Nacional dos Pontos de Cultura (FDPC)**. De acordo com um dos nossos entrevistados:

(...) primeiro grande problema também, porque o que aconteceu é que essas bolsas não saíram no prazo devido, atrasaram bastante, quase três ou quatro

meses sem receber, eles ficaram sem receber... Isso ao mesmo tempo foi bacana, mas gerou um problema não só pra nós, mas no Brasil todo, e o Rio de Janeiro foi o estado que mais credenciou jovens no programa, 12.000 credenciados no Brasil, o Rio de Janeiro credenciou quase 2.000, então os Pontos de cultura daqui foram os primeiros a sentir muito fortemente essa dificuldade, porque gerou um processo inclusive de desconfiança da comunidade em relação as organizações, porque acharam que pegaram o dinheiro e não pagou, aquela situação toda... E isso gerou um processo de várias reuniões dos Pontos de cultura do Rio e do Ministério aqui, que gerou inclusive a criação do Fórum Estadual dos Pontos de cultura do Rio, que existe até hoje, mas que surgiu no meio daquele contexto ali, daquela dificuldade que surgiu do não-pagamento das bolsas. E aí nesse processo, houve o primeiro Encontro nacional dos Pontos de cultura, que foi a primeira Teia nacional que foi em São Paulo, no Pavilhão do Ibirapuera e aí nós pegamos a garotada que participou dos Pontos de cultura, o Rio deve ter levado uns cinco ou seis ônibus, e foi muito legal ter ido, o tema era “venha ver e ser visto”, na verdade os Pontos de Cultura ocupando ali aquele espaço da Bienal, Pavilhão da Bienal que é um espaço dedicado as Belas-Artes, as Artes eruditas, e de repente ocupados por diversos grupos, cultura popular, tinha lá, jongos, maracatus e tal, toda a diversidade cultural do Brasil naquele espaço, e houve uma primeira reunião nacional dos Pontos de Cultura no último dia, que não chegou a ser um fórum, mas foi uma plenária nacional dos Pontos de cultura, acho que a partir daí já começou a organizar a ideia de haver um fórum nacional né, aquela reunião indicou que a próxima teia haveria um Fórum Nacional dos Pontos de Cultura, que seria constituinte da Teia. **(Entrevistado 10)**

Uma questão importante a ser percebida é de que esses impasses na gestão burocrática do Programa Cultura Viva com atrasos de bolsas no Agente Cultura Viva acabaram por gerar um efeito de mobilização entre os ponteiros distanciados inicialmente, cada um com a sua atuação no seu Ponto de Cultura local, e com certeza, gerou um fortalecimento identitário e, conseqüentemente, como foi o caso do surgimento de um Fórum Permanente no Rio de Janeiro que aconteceu antes mesmo da I TEIA, logo na sequência desses impedimentos, a fim de realizar um entendimento entre os envolvidos e a regularização do processo.

Na perspectiva daquela decisão, o ano de 2007 foi marcado pela realização dos **“ENCONTROS PREPARATÓRIOS”** anteriormente a realização da TEIA daquele ano. Esses encontros foram planejados pelos mesmos organizadores da TEIA 2007: a Secretaria de Programas e Projetos Culturais (SPPC), as representações regionais do MinC e as parcerias com o **INSTITUTO PAULO FREIRE** e o **INSTITUTO PENSARTE**. O objetivo foi aproximar os atores envolvidos, com a gestão do **Programa Cultura Viva**, de modo a refletir sobre a importância de uma instância política de organização para os Pontos. Essas etapas escolheram representantes políticos que foram levados para o Encontro Nacional: a II TEIA dos Pontos de Cultura, realizada em Belo Horizonte, momento no qual foram eleitos delegados como representantes por cada Ponto

de Cultura a participarem da plenária final, já denominada como, **I FÓRUM NACIONAL DE PONTOS DE CULTURA**.

Compreendemos que esses momentos foram importantes para fomentar a organização e mobilização dos Pontos de cultura e da sua rede, assim como, de uma aproximação da relação com a política pública e seu caráter transformador e voltado para a ideia de cidadania cultural, na nossa concepção como algo que deve ir além da abertura para processos participativos, fomentando realmente um processo pedagógico para o reconhecimento da diversidade cultural e de uma organização política contra hegemônica.

Segundo Del Claro (2013), no entanto, existiam divergências sobre a existência ou não sobre a criação de uma Comissão Nacional dos Pontos de Cultura - CNPdC. O MinC acreditava que seria positivo para o relacionamento com o Estado, além da proposta de “empoderamento que o programa previa, no entanto, parte das participantes do Fórum já instituído acreditava que a criação da Comissão dividiria o grupo produzindo determinado elitismo e distanciamento das bases, como também, poderia funcionar como um núcleo político do Ministério da Cultura representando os seus interesses em vez de representar os anseios das bases dos Pontos de Cultura (Del Claro, 2013).

Todavia, mesmo havendo opiniões conflitantes, a maioria presente na plenária em 2007 durante a **II TEIA dos Pontos de cultura** em Belo Horizonte aprovou a criação da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura (CNPdC). Naquela ocasião, foi realizada a plenária nacional como primeiro momento coletivo do **I FÓRUM NACIONAL DE PONTOS DE CULTURA** e eleitos os representantes que iriam compor a primeira gestão da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura (CNPdC). De acordo com a descrição de um dos entrevistados que participou da fundação da CNPdC e esteve presente em todas as TEIAs dos Pontos de Cultura:

(...) Mas, aí houve a TEIA, a gente participou ativamente do processo de organização do encontro, aconteceu aí o primeiro Fórum nacional dos Pontos de Cultura, e o Fórum na plenária final aprovou a indicação de criação de uma Comissão Nacional dos Pontos de cultura, que foi inclusive um debate no Fórum em se criar ou não se criar, havia resistências ao processo de se criar uma comissão, ao mesmo tempo havia um setor amplo que queria a criação dessa comissão, acabou sendo criada e a composição dela também foi definida lá, um representante por estado, que são 27 (vinte e sete), mais representantes de grupos temáticos, áreas e ações dos programas, tinha desde artes cênicas, música, artes visuais, literatura, tradição oral, cultura popular, matriz africana, capoeira, ficou meio que todo mundo podia colocar um GT, então cria, faz parte da comissão, foi um processo meio anárquico, meio caótico, mas deu certo, porque naquele momento era importante criar essa comissão com um instrumento de articulação entre os Pontos de Cultura e o Ministério. Pra o Ministério era importante a criação desse espaço como sendo um espaço

organizado de interlocução do MINC com a base, com a rede dos Pontos de Cultura, e eu passei a integrar também essa Comissão Nacional de Pontos de Cultura, (...) **(Entrevistado 10)**

Na sua primeira formação, a CNPdC foi constituída de 51 (cinquenta e um) membros, sendo 27 (vinte e sete) destes entre representantes territoriais de cada estado da federação, e os 24 (vinte e quatro) grupos de trabalhos (GTs) criados, que tiveram a intenção de abranger ao máximo possível a diversidade cultural de temas relevantes ao amplo público-alvo participante. Desse modo, de acordo ainda com o Art. 5º do REGIMENTO INTERNO da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura (CNPdC) temos a seguinte definição sobre a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura (CNPdC) é:

“um espaço de representação formal, reconhecida pela Instrução Normativa que regulamenta a Lei 13.018, deve ter garantia de estruturação executiva e realização de, no mínimo, 3 (três) encontros presenciais anuais, manutenção de plataforma para discussão virtual permanente e garantia de recursos para mobilização e articulação dos planos de trabalho dos GTs Estaduais e Temáticos, com recursos do orçamento da Política Nacional de Cultura Viva”. (Regimento da Comissão Nacional dos Pontos de cultura)

A CNPdC seria então esse corpo executivo de representação dos “Pontos de cultura”, que pretende acompanhar (fiscalizando) o desenvolvimento da política cultural, ao mesmo tempo, que, propondo caminhos que tenham mais afinidade com os anseios dos seus representados, ou seja, do Movimento Cultural dos Pontos de Cultura como um todo, na elaboração de políticas culturais e na proposição de ações que estejam em consonância com os processos de democracia cultural propostos. Foi perceptível que houve um compromisso estatal em fomentar a participação social e a organização política do grupo, no entanto, sem deixar estabelecido nessa pactuação de que maneira os debates e decisões dos representantes políticos dos Pontos de Cultura seriam incorporados na agenda da política pública que estava sendo construída pelos diversos atores sociais do Estado e da sociedade.

Para compreendermos melhor como se deu o processo de organização política da CNPdC, é significativo levar em conta o *boom* da internet do início e meados dos anos 2000, e nesse caso, rememorar o *modus operandi* específico daquele contexto no qual existia uma cultura de mobilização social e de debates *on-line*, por meio da utilização das famosas listas de discussões virtuais. Naquele período, esse recurso foi extremamente importante para a articulação e organização desses representantes na proposição de uma agenda de demandas e na construção coletiva de uma política pública participativa junto

ao MinC tendo em consideração o fato de que existiam distâncias territoriais que dificultavam uma maior regularidade de encontros presenciais entre todos os envolvidos.

Nesse sentido podemos dizer que o debate virtual favoreceu bastante a organização do grupo em torno das pautas e das discussões que eram debatidas nos grupos de trabalho temáticos (GTs) criados ao longo do ano. No entanto, não foi apenas por meio desses espaços virtuais que as reuniões ocorreram. Ao longo do ano existia uma periodicidade de reuniões presenciais dos representantes da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura (CNPdC) durante a programação do principal encontro nacional do Programa Cultura Viva, como já sabemos, é a TEIA, e ao longo do ano, coincidindo em algumas situações com outros encontros específicos ligados à cultura ou mesmo em ocasiões isoladas de reunião da própria CNPdC.

Para uma explicação mais detalhada sobre o que era o Fórum dos Pontos de Cultura (FNPC) e qual sua função recorremos ao regimento como documento base que guiou o seu surgimento. De acordo com o regimento, interpretamos que o Fórum seria:

“uma instância colegiada e representativa da Rede de Pontos e Pontões de Cultura inscritos no Cadastro Nacional de Pontos de Cultura, de caráter deliberativo, no âmbito da sociedade civil participante da Política Nacional de Cultura Viva, instituído por iniciativa dos Pontos e Pontões de Cultura e realizado com apoio da gestão pública, integrado por instâncias de caráter territorial – em âmbito nacional, estadual, do Distrito Federal, municipal ou regional, de caráter temático e/ou identitário, com o objetivo de propor diretrizes e recomendações à gestão pública e compartilhada da Política Nacional de Cultura Viva, bem como eleger representantes dos Pontos e Pontões de Cultura junto às instâncias de participação e representação da PNCV que se reúne, obrigatoriamente, de modo presencial, a cada dois anos”. (Regimento de 2014).

Nesse trecho citado, podemos ter uma ideia melhor de quais são as competências do fórum enquanto, principalmente, espaço formador de diretrizes e recomendações para a Política Nacional de Cultura junto ao MinC. No entanto, os principais temas que se fizeram presentes nas reuniões do FNPC estiveram ligados a gestão dos Pontos de Cultura pelo MinC, os impasses no pagamento dos repasses financeiros das parcelas dos Pontos de Cultura, como também, temas ligados a perspectiva de pensar mecanismos que pudessem tornar a política pública permanente. Os representantes da CNPdC através das suas reuniões no FNPC, instância política de reunião desta representação, debatiam temas concernentes a construção da política cultural e produziam documentos como resultados dessas reuniões, manifestos, abaixo-assinados, cartas com sínteses dos pontos discutidos e reivindicações de ações para a melhoria da política pública de cultura, entre outros.

Resumidamente, o papel dessas reuniões da CNPdC sendo de extrema relevância para organização das demandas do grupo maior de participantes da Política Pública dos Pontos de Cultura. É verdade que, essa construção fez parte de uma mudança de perspectiva nas políticas culturais estatais até então, dessa vez levando em conta os pressupostos presentes no tripé da **“gestão compartilhada”**: “autonomia, empoderamento e protagonismo”. Nessa visão, a intenção da política pública de cultura foi que o Estado brasileiro seria um fomentador dos processos de cidadania cultural e mobilização da sociedade civil.

É necessário reconhecer que a democracia brasileira teve um crescimento constante desde a democratização, até os Governos do PT em nível federal, como referências desses momentos de implementação de uma institucionalidade participativa em diversas áreas entre elas na cultura. No entanto, é preciso investigar a efetividade das experiências de participação em impactar colaborativamente na construção e mudanças das agendas estatais propostas. Portanto, é necessário pensar na qualidade do processo deliberativo, em outras palavras, de que maneira as deliberações acordadas entre a sociedade civil organizada irão ser incorporadas na agenda estatal pelo MinC? De outro modo podemos estar falando de uma participação democrática apenas como um processo de agregação política de opiniões organizadas de maneira descentralizada entre os atores envolvidos na política pública de cultura, mas não com verdadeira repercussão nas decisões e formulações políticas (PRZEWORSKI, 1998).

Dessa maneira, do nosso ponto de vista, para discutir de que maneira esses processos participativos ocorrem e, conseqüentemente, a elaboração da cidadania cultural proposta, de maneira mais ampla, é imprescindível uma análise mais aprofundada a respeito de determinadas características sociais e culturais da formação da sociedade brasileira. A percepção das influências de um corpo social com marcas ainda presentes de “patrimonialismo” e de “centralismo estatal” e de uma cultura de tutela estatal no que diz respeito inclusive a determinado controle da participação social e da ação das classes subalternas são alguns empecilhos que de certa forma dificultam os objetivos de avanço da cidadania cultural.

O próprio percurso histórico do desenvolvimento da cidadania brasileira, no qual, não obtivemos uma cidadania plena e igualitária para todos, em virtude da divisão de poder e dos privilégios das elites sob o manto de uma forte tradição de herança escravocrata, que contribui até os dias de hoje para a manutenção da desigualdade social no país, nos faz pensar nas dificuldades presentes em avançar na consolidação dos direitos

culturais e nos processos de cidadania cultural sob uma sociedade de cidadania incompleta, que considera outras esferas como mais fundamentais que à cultura.

Considerando ainda os membros da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura (CNPdC) gostaríamos de trazer um destaque importante que se refere a uma perspectiva mais dinâmica e representativa das suas bases que foi a opção de organização de alguns estados na definição de quem seriam seus representantes específicos. É extremamente importante ter claro que a política dos Pontos de cultura funciona articulada ao modelo de REDE. Ou seja, além da CNPdC, existem comissões estaduais e municipais nos estados, que são responsáveis por organizar as TEIAS estaduais e municipais, bem como, as reuniões dos seus representantes nos fóruns locais, o que sustenta a importância da transversalidade e da lógica de “Movimento cultural” e de uma “Rede Nacional dos Pontos de Cultura”

Na construção da ideia inicial de que houvesse uma Comissão de representantes políticos para os Pontos de Cultura, ocorreram vários questionamentos e divergências inclusive a esse formato específico definido.

(...) “quando eu já vi lá em Belo Horizonte já tinha isso, alguém propôs, não perguntaram pra mim se eu queria participar de um negócio desse, como até hoje não perguntam, como não perguntam pra ninguém, e eu não sei se as pessoas querem isso... Eu tô colocando isso, a gente tem que re-conversar, quem disse que a gente quer fórum? Vamos conversar pra saber o que a gente quer. Eu particularmente não quero mais fórum. Cara, aqui é um lugar que não tem árvore, a gente pega esse cimento aí, faz rodas e nessas rodas a gente vai conversando e sai várias propostas...” (...)

(...) Eu lembro do Alceu, um cara aqui de Campinas do Urucungus, e uma vez a gente tava num lugar... A gente é da turma que fica botecendo depois de tudo e fica conversando né, ele falou que ele achava que devia ser igual nos ancestrais dele e tal, ele é negro... E os ancestrais, meus ancestrais, nosso também porque meu avô era negro e tal, se juntava embaixo da árvore, batia tambor e ficava conversando, ficava tomando umas coisas lá, fumando outras coisas, ficando trocando ideia, as coisas eram decididas ali de uma forma mais tranquila, aqui tem esse enfrentamento, esse distanciamento de palco, microfone, plateia, plenária, sei lá esses nomes todos que eles dão, e eu não acredito nessa forma aí mais, eu acho que tem um monte de gente que não tá acreditando e essa é a crise, claro: Os Pontos de cultura estão em crise com o Fórum e a Comissão, isso é fato” (...). **(Entrevistado 1)**

Na descrição do interlocutor é possível perceber as diferentes dimensões organizativas das práticas políticas convencionais e dos processos políticos nos quais está contemplada uma diversidade de grupos culturais que não prioriza o fazer político sistemático e representativo como última e única instância possível ou mesmo prioritária de envolvimento cultural para suas comunidades.

Nesse sentido, como explicamos aqui, apesar do fato de que existiam várias dúvidas sobre se esse caminho da representação oficial seria o mais indicado ou não, dentro do Movimento Cultural dos Pontos de Cultura que ainda estava sendo “gestado”, se assim podemos dizer, em sua maioria, esse tipo de visão acabou por não ter forças suficientes no embate frente às vozes que interagiam junto às instâncias estatais e tentavam ali realizar um processo de “gestão compartilhada” com ganhos participativos e vistas a consolidar uma política de gestão numa política de Estado para os Pontos de cultura, mas para nós, se faz relevante destacar a heterogeneidade das posições do grupo.

Muitos ponteiros se referiam ao fato de que o funcionamento da cultura é diferente da política, sendo algo de caráter mais aberto e ampliado e que nem sempre se enquadra nos formatos estabelecidos. Outra questão se deu em relação a discordância de alguns estados sobre a escolha de um único representante do Estado a participar da CNPdC como foi a situação do estado de São Paulo. O interlocutor que acompanhou o processo desde o início e que foi representante “temporário” do estado de São Paulo no início, nos relata de maneira mais aprofundada a situação:

(...) E a gente de São Paulo, a gente fomos os únicos que não escolhemos representantes lá, nós tiramos que nós íamos construir um processo local pra eleger ou referendar eu, até lá eu fui um representante do estado de São Paulo, até ser feito...

(...) Sim, porque a gente não achou, as pessoas de SP. não achou que o modo correto é construir uma nacional, sem fazer uma estadual pra tirar esses representantes, como se fosse um processo de conferência mesmo, como se faz uma conferência, municipal, depois regional depois estadual, depois nacional... Não vai ter os delegados? e depois dali sai uma comissão pra nacional... Então, as pessoas como tinham essa referência de movimento, isso que a gente acreditou que era mais correto... E as pessoas não, elas saíam como candidatos lá, e é uma coisa que não construiu uma base política, não construiu uma base local pra poder representar o estado, se eu vou representar o estado eu tenho que representar a demanda do estado de SP... (...) (Entrevistado 9)
- SP)

De acordo com a sua colocação percebemos que existia uma preocupação de que a liderança política que representasse aquele estado da federação específico no formato da política nacional tivesse uma relação mais intrínseca com as suas bases representadas, para que, conseqüentemente, houvesse uma postura de cobrir as demandas locais de forma mais orgânica, a escolha do representante sendo realizada em etapas locais. Já no caso do Rio de Janeiro temos outro contexto que se manifesta com uma diferença em relação ao que foi realizado no estado de São Paulo.

Segundo o interlocutor que foi um dos fundadores da CNPdC e chegou a atuar como representante do Rio de Janeiro, nos explica:

(...) porque São Paulo constituiu uma Comissão Estadual de Pontos de Cultura, que inclusive nesse último fórum eles desconstituíram, criou uma lógica de um fórum permanente em vez de uma comissão estadual. No Rio, nunca houve uma comissão estadual, sempre houve um fórum permanente. Na última Teia lá, algumas dessas representações já se constituíram como colegiado, então em vez de ter um representante, porque como é que se elegiam as representações? **(Entrevistado 10)**

Aqui o interlocutor nos traz algumas informações importantes em relação a diferença que marca a escolha da representação dos estados citados na CNPdC. No caso do Rio de Janeiro existiu desde o início a ideia de questionar o formato de representação territorial focado na escolha de uma liderança representativa ou mesmo um grupo específico. Nesse sentido, fizeram a escolha por uma organização de um fórum permanente num formato mais de assembleias populares, em que a escolha do representante para participar das atividades estava sempre ligada a decisão do grupo numa proposta mais democrática e participativa, o que mais tarde foi também um modelo escolhido pelo estado de São Paulo.

A experiência na escolha da representação do estado da Bahia na CNPdC também guardou características que divergia do quantitativo de estados como um todo que seguia a orientação de escolher apenas um nome como representante. De acordo com o interlocutor da Bahia que foi membro da CNPdC:

“Então, essa representação do GT Bahia, nós temos um formato de colegiado, somos 8 membros eleitos nesse colegiado, e esse colegiado é representado na Comissão Nacional. A comissão nacional também tem um formato de 27 GTs estaduais com o DF, mas 29 GTs temáticos, que aí vai, matriz africana, hip hop, capoeira, cultura de paz, livro e literatura, ribeirinhos, são uma série de GTs que eu não consigo lembrar de todos...(...)” **(Entrevistado 5)**

Pelo que percebemos na organização do estado da Bahia eles tinham uma comissão estadual que assim como o modelo da comissão nacional se dividia em 27 representantes territoriais e 27 (vinte e sete) desses 26 (vinte e seis) sendo os representantes da comissão estadual, além disso, existia uma comissão executiva composta por 8 (oito) pessoas que funcionavam como um colegiado que participavam de uma maneira mais intrínseca atuando na organização e sistematização dos processos envolvidos. E era justamente entre os membros desse colegiado que se tinha uma rotatividade de quem iria representar o estado da Bahia na CNPdC nas ocasiões específicas nacionais.

Apresentamos aqui algumas lógicas de organização dos estados integrantes da CNPdC que nos chamaram a atenção nas entrevistas pelo fato de trazer à tona a discussão sobre a representatividade das lideranças escolhidas, o que vai variar também a partir do nível de maturidade e organização política entre os participantes e coletivos envolvidos de cada estado e o seu grau de adesão ou não à construção de processos democráticos e participativos mais amplos entre os grupos locais. A nosso ver, os agentes culturais envolvidos demonstraram estar elaborando novas lógicas de apropriações e construindo processos de aprendizados pedagógicos a respeito da sua mobilização e organização política. Vale reforçar a possibilidade de que além dos estados citados aqui outros tenham aderido a um formato de representação menos personalizada e mais coletivista e participativo.

CAPITULO V

5. Burocracia e contra hegemonia: Disputas e resistências na constituição da Política Pública de Cultura

INTRODUÇÃO:

Logo após ter apresentado no capítulo anterior, a trajetória de surgimento do nosso objeto de pesquisa, a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura – CNPdC, demonstrando através da pesquisa de campo realizada e de pesquisa documental, o contexto no qual ocorre o surgimento dessa representação política dos Pontos de Cultura e da sua instância participativa, o Fórum dos Pontos de cultura (FNPC). Foi possível ali já apresentar alguns elementos que nos remetem a presença de nossa tese da existência de uma **dialética do patrimonialismo versus democratização**, assim como, também a heterogeneidade do grupo e as disputas políticas que envolveram o seu surgimento e sua organização.

Nesse capítulo agora, pretendemos nos aprofundar no campo da pesquisa apresentando quais os principais conflitos que guiaram esse processo de “gestão compartilhada” entre poder público e sociedade civil organizada, percebendo de que maneira ocorreram impactos ou não na agenda da política cultural, demonstrando como ocorreram as disputas por hegemonia entre os participantes envolvidos na construção da política pública de cultura, a fim de perceber: até que ponto a partir da ampliação da participação foram construídos processos de cidadania cultural, ou de outro modo, houve um processo de incorporação da sociedade civil organizada dentro dos interesses do Estado?

Mesmo sabendo dos avanços ocorridos na política cultural dos Pontos de cultura, no que diz respeito a construção de processos de cidadania por meio da democratização do acesso cultural, da valorização da diversidade cultural e do incentivo à participação na vida cultural impulsionados pelo MinC, nossa premissa foi manter uma visão crítica a respeito de perceber de que maneira houve realmente uma preocupação em converter os processos deliberativos realizados pela sociedade civil organizada em decisões políticas, proporcionando assim, transformações significativas na construção de uma política pública conjunta, manifestada em resultados concretos e expressivos.

Há que se perceber assim as particularidades das marcas da sociedade brasileira no desenvolvimento da cidadania, para compreender, de que modo é possível avançar ou não na estruturação de direitos culturais e em processos de cidadania cultural que contemplem a vasta diversidade cultural brasileira e seus atores políticos participantes.

5.1 Nuances e disputas do MinC à CNPq

Pensar os estudos das Políticas culturais dentro das Ciências Sociais, mais precisamente, no campo da Sociologia que é a área de estudo de que trata essa tese, faz sentido na medida em que possamos superar usando a linguagem marxista, a antinomia entre perspectivas da superestrutura e infraestrutura. Seguindo o exemplo de Gramsci procuramos nesta tese entender como a própria cultura é ao mesmo tempo um produto do social, e como a cultura se torna uma força social; seja ela, uma força conservadora para reprodução social ou, seja ela, uma força radical que contribui para a mudança social. O estudo sobre a política cultural brasileira, especificamente, sobre Pontos da Cultura buscou mostrar os obstáculos enfrentados por atores que pretenderam transformar a cultura popular numa força para mudança social. Desse modo, a pesquisa veio revelar como a herança política brasileira pôde funcionar para barrar tal projeto de transformação cultural pretendida via políticas culturais estatais, em linhas gerais, pelo menos no primeiro momento de sua institucionalização pelo Estado e sociedade civil organizada.

No entanto, o que podemos acompanhar ao longo das últimas duas décadas pelo menos, é que o campo de estudos sobre as políticas culturais se ampliou bastante, ou seja, houve um fortalecimento da produção de trabalhos acadêmicos com alto grau de profundidade teórica e metodológica e, conseqüentemente, a constituição de estudos de relevância para a área. Isso demonstrou que o campo das Políticas Públicas de Cultura vem alcançando lugares e se consolidando cada vez mais sem necessitar mais de justificativas para sua legitimidade ou importância enquanto campo de estudos (Barbalho, 2019).

É claro que esse salto está intimamente relacionado com o período que correspondeu as gestões do Governo Lula em nível federal, o período de 2003 a 2010, momento no qual ocorria uma experiência de política cultural participativa de maneira mais estruturada, mesmo existindo ressalvas nesse processo. Houve um investimento não apenas financeiro, mas simbólico na perspectiva de uma visão de mundo sobre cultura e a importância de dar continuidade a uma política pública de cultura escolhida. Dessa maneira, o que percebemos é que esse contexto específico contribuiu como um momento de fomento à pesquisa acadêmica na área, e assim, inúmeros estudiosos e pesquisadores

do tema conseguiram repercutir suas análises críticas e questionamentos sobre o que era construído ali na gestão cultural do MinC, assim como, sobre os desdobramentos de outras experiências que ocorriam naquele período (Barbalho, 2019).

Mesmo sendo visível o caráter inovador e o impacto diferenciado da política cultural dos “Pontos de cultura” para a história das políticas culturais no país, acreditamos que seja importante também a compreensão do cenário no qual estavam envolvidos os intelectuais e diversos agentes político-culturais que compunham a equipe do MinC, tanto no início com Gilberto Gil, quanto depois com Juca Ferreira.

É necessário perceber também que mesmo o “Programa Cultura Viva”, e mais especificamente, a política dos “Pontos de cultura” tendo grande expressividade e sendo o orçamento de maior destaque do ministério, o apoio a continuidade do programa no interior do ministério nem sempre foi algo consensual entre os intelectuais / gestores que compunham a equipe do MinC naquele período. O que queremos dar destaque aqui é que mesmo uma gestão que se propunha a ser democrática e aberta numa leitura de um conceito de cultura mais abrangente que o habitual, a realidade era composta por uma heterogeneidade de participantes ligados a diferentes matizes de pensamentos, sendo comuns inclusive, processos de tensões e disputas entre os próprios representantes estatais na elaboração, formulação e implementação sobre os diversos sentidos da política pública de cultura participativa.

Na concepção de Gramsci (1989), os intelectuais são os principais agentes difusores da sociedade civil e sociedade política, elaborando a ideologia dominante no grupo, dando assim consciência ao grupo de seu papel, bem como, transformando em “concepção de mundo”, que a todos deve ser repassado. Esse autor trouxe uma contribuição bastante relevante sobre o tema dos intelectuais tentando conciliar a questão da autonomia das ideias com uma determinação econômica, nesse sentido, o intelectual, principalmente, o que ele chama de orgânico. Na sua concepção precisaria estar ligado aos grupos sociais e defender seus interesses. Além, é claro, de que não considerou que na ideia de intelectual existiria a divisão grande entre trabalho manual e intelectual, o que expande essa categoria a um grande número de participantes, inclusive, integrantes das classes subalternas.

No caso dos intelectuais responsáveis pela elaboração da política cultural dos Pontos de cultura no papel de gestores no MinC, foi possível notar que houve uma intenção em construir ações que colaborariam para representar os interesses das classes subalternas na área da cultura. Entretanto, esse ideal imaginado de certa forma em alguns momentos esbarrou numa tradição patrimonial e clientelista estatal, na qual a própria

máquina estatal burocrática não estava preparada para conduzir e aplicar esses reais desígnios e idealizações pretendidas.

Tendo em conta ainda esse conceito de intelectual “ampliado” de Gramsci, compreendemos que todos os artistas e representantes da CNPdC são intelectuais que construíram processos políticos, assim como, contribuíram para a reorganização e evolução da política cultural dos Pontos de cultura, por isso, para nós fez todo o sentido que nosso processo de pesquisa fosse guiado a partir da fala desses intelectuais para compreender assim, os acontecimentos e o universo a ser pesquisado como um todo.

De volta aqui ao propósito de compreender melhor como funcionavam essas disputas políticas dentro do MinC, se faz importante saber que desde o início existia uma expectativa entre os militantes do partido de que a escolha do presidente Lula para a posição de Ministro da Cultura estivesse voltada a um nome ligado ao Partido dos Trabalhadores - PT, e de preferência, um daqueles integrantes ligados às artes com uma carreira já de notoriedade nacional e que haviam participado de uma série de encontros anteriores à eleição fundamentadas na discussão em torno das experiências já desenvolvidas em gestões municipais e estaduais sob à batuta de gestores petistas. Entre os nomes cotados para o cargo segundo a indicação do grupo do PT e seus aliados estavam: Hamilton Pereira, Antônio Grassi e Sérgio Mamberti (Barbalho, 2019). Nesses encontros existia uma correlação ainda com militantes dos partidos como o Partido Comunista do Brasil – (PC do B) e o Partido Socialista Brasileiro – (PSB) como aliados. O resultado final desse processo de encontros e reuniões anteriores foi a elaboração do documento **“A imaginação a serviço do país: Programa de políticas públicas de cultura”**.

A escolha do presidente Lula por Gilberto Gil para o cargo de ministro do MinC acabou pegando todos de surpresa e causou certo descontentamento para esse grupo de intelectuais e artistas do PT, o que acabou gerando resistências e mobilizações num primeiro momento, na sequência o processo sendo apaziguado a partir do momento em que o próprio Gilberto Gil convida Pereira, Grassi e Mamberti para integrar sua equipe no ministério (Barbalho, 2019). É bem verdade que se compararmos ao histórico das gestões anteriores do MinC de investimento concentrado em expressões culturais ligadas as “Belas-Artes” e a leis de incentivo à cultura como a Lei Rouanet, a aposta da gestão do ministro Gilberto Gil em investir um alto montante orçamentário no Programa Cultura Viva, e nesse conceito alargado de cultura, essa ação por si só seria alvo de questionamento e disputas por intelectuais e artistas que acreditavam que o setor das “Belas-Artes” mereceria ser priorizado com um investimento financeiro maior.

O que estamos tentando trazer aqui é a observação de que mesmo em gestões do MinC que se propunham a elaborar uma política cultural democrática e participativa, ocorriam nuances de posições e disputas políticas existentes no interior de uma mesma gestão, apresentando internamente a variação de posições entre os intelectuais a respeito de diferentes sentidos da visão e “concepção de cultura” que cada grupo defendia. Existia, ao mesmo tempo, um padrão de gestão mais democrática com foco na importância do raciocínio voltado a categoria de “sistema” que buscava desenvolver a ideia de “rede” e compartilhamento com estados e municípios, e ao mesmo tempo, na outra ponta, posturas de outros intelectuais que traziam visões mais centralizadoras e receosas, com elementos já comuns aos já repercutidos em gestões anteriores de um formato relacionado a definição de uma gestão gerencial, burocrática, com práticas clientelistas, o que acabava gerando impasses no avanço e desenvolvimento de uma proposta de política cultural inovadora e participativa como foi a proposta dos Pontos de cultura. De acordo com um dos gestores entrevistados que faziam parte do MinC naquele período:

“(...) Essa questão do sistema de cultura se você for ler uns textos do Bauman, você vai ter uma crítica muito clara a ideia de sistema, ele é explícito, não dá pra ter sistema de cultura, a cultura é anti-sistêmica, ela é criativa, é inusitada, ela se expressa de muitas formas, é praticamente impossível você perceber o sistema. Ok. Essa crítica que é uma crítica forte e que é preciso enfrentá-la, eu acho que a gente pode enfrentar em pelo menos duas grandes direções, a primeira direção é de que diferentemente do que Bauman está imaginando como um sistema fechado, exclusivo, um sistema de cultura tem que ser pensado como um sistema aberto a multiplicidade, a participação, a sua transformação, as suas fronteiras, as fronteiras de um sistema de cultura tem que ser suficientemente permeáveis, ainda que você tenha que estabelecer delimitações, ter reconhecido que de tempos em tempos você tem que ter uma atualização das fronteiras, então veja, há tempos atrás moda não era considerado integrante da política de cultura é preciso que, houve certa atualização pra que o campo de moda seja incorporado e a fronteira do que é cultura, política cultural e sistema de cultura passa a ser alterada e expandida. Política, hip hop, não era cultura, foi preciso reconhecer e tal. Então, essa primeira questão é uma crítica contundente a ideia de sistema fechado, etc. Sistema e cultura precisa contemplar essa abertura” (...). **(Entrevistado 13)**

Para dar uma dimensão maior a situação podemos dizer que existia dentro das divisões do MinC: gestores ligados ao grupo de Gilberto Gil, gestores ligados ao grupo do PT e gestores acadêmicos de formação alguns desses funcionários de carreira concursados do MinC e / ou pesquisadores da área de cultura e políticas públicas de

cultura; Uma série de disputas e enfrentamentos e o tema da manutenção do conceito de “sistema” entre governo federal, estados e municípios foi uma questão que trouxe bastantes embates e que, lamentavelmente, acabou impactando no retrocesso ou paralisação de muitos temas. No caso da política dos Pontos de cultura, mesmo assim, houve um avanço consistente com a implantação do programa “Mais Cultura” e com uma pactuação federativa dos “Pontos de cultura” trazendo a responsabilidade da sua continuidade para governo federal, estados e municípios.

O fato de existir na nossa tradição brasileira, toda uma cultura política baseada em que, para determinadas elites políticas e intelectuais dirigentes integrantes de órgãos estatais no país, assim como, dos que formulam e executam as políticas públicas de cultura, de acordo com Schwarcz (2019) o Estado é considerado como um patrimônio pessoal de quem está no poder, às lógicas de avanço das propostas de democratização estatal e estímulo à cidadania cultural e sua consolidação ficando muitas vezes a mercê da convivência com processos políticos de avanços e recuos na institucionalização de políticas culturais mais democráticas (Miceli, 2001).

Para compreender melhor a constituição da CNPdC, assim como, que grupos e tendências políticas integraram as gestões que se sucederam ao longo do recorte metodológico analisado por nós, cabe a compreensão de que todas as entidades culturais que se tornaram Pontos de cultura, já tinham um histórico de atuação cultural, e algumas também, militância político-cultural anterior, sendo assim, os atores políticos envolvidos nesse processo, mesmo que sem a organização em rede que o Programa Cultura Viva proporcionou, em seus contextos locais tinham proximidade com a participação política na vida cultural, mesmo não se constituindo ainda um movimento social.

Quando trazemos aqui os integrantes que foram eleitos e se dispuseram a compor a CNPdC por territórios do país e por linguagens nos Grupos Temáticos - GTs, nos deparamos em sua maioria com militantes da cultura e das artes de longa data sejam eles partidários, não-partidários ou atuantes nas áreas específicas e identitárias e de diversidade cultural. No que diz respeito aos que compunham tendências partidárias fora daqueles espaços em questão notamos a presença de indivíduos engajados dentro de uma tradição partidária de esquerda e centro esquerda, como exemplos, militantes do PT e militantes do PCdoB pareciam ter destaque em relação aos demais.

Nessa perspectiva, dentro da escolha metodológica dos interlocutores que participaram da nossa pesquisa de tese e foram escolhidos para a concessão de entrevistas, não nos deteremos aqui numa classificação sobre as influências partidárias ou não de cada

um, bem como, da visão política de cada interlocutor, pelo fato, de que, até mesmo para manter a relação de confiança estabelecida entre pesquisadora e interlocutores, não realizamos perguntas diretas em relação a determinadas concepções e enquadramentos políticos de cada um dos interlocutores entrevistados. (Becker, 1999)

Para exemplificar melhor o panorama da montagem dos representantes de nossa escolha e a eleição das prioridades que consideramos relevantes para o campo, a fim de nos garantir melhores resultados para compreender o nosso problema de pesquisa, tivemos o cuidado e a apuração de, com o suporte de um “informante-chave” já estabelecido anteriormente, conseguir ter acesso a diferentes perfis de integrantes da CNPdC a fim de atingir nossos objetivos.

Para se ter mais claro nossa escolha, apresentamos aqui nossos critérios utilizados na nossa amostra de entrevistados, houve um cuidado de respeitar a seguinte variedade de entrevistados: **I** - perfis que se mantinham nas gestões da CNPdC ao longo do tempo (gestões), **II** - perfis que saíram com pouco tempo e assumiam uma postura de crítica ao grupo, **III**- perfis que militavam por questões identitárias mais fortemente nos GTs, **IV**- perfis que se tornaram gestão do MinC posteriormente, **V**- perfis mais engajados porém independentes partidariamente, **VI** - integrantes das redes estaduais de maior atuação, **VII**– perfis de gestores da política cultural que representavam o Estado e atuavam no MinC naquele período;

Levamos em consideração ainda nessas escolhas ter uma variedade de posicionamentos dos entrevistados de acordo com sua distribuição territorial entre as diferentes regiões do país; Esse ponto de vista das coisas nos possibilitou caracterizar melhor a pluralidade de visões presentes, e consequentemente, as disputas internas e externas e os conflitos presentes na constituição da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura (CNPdC) representadas nas reuniões do Fórum Nacional dos Pontos de Cultura (FNPC) e do Movimento Nacional dos Pontos de cultura (MNPdC) de maneira geral.

Feito esse esclarecimento seguimos demonstrando que existiu uma peculiaridade na organização desse “movimento social” da sociedade civil como assim foi denominado pelos seus integrantes e representantes políticos que foram membros da CNPdC, **que é o fato do seu surgimento /criação está de modo direto vinculado ao Estado brasileiro**, através de uma ideia que surgiu na elaboração da Política Pública de Cultura do MinC e pelos seus gestores, como já detalhamos no capítulo anterior.

A institucionalidade participativa no Brasil teve uma constante expansão após a Constituição de 1988. Houve um aumento das experiências participativas por meio de

conselhos, orçamentos participativos, fóruns, entre outros, com a presença e engajamento da sociedade civil organizada. Nas experiências de gestão pública de governos de esquerda foi bastante comum um aumento dos canais de participação social e um fomento à elaboração de políticas públicas em conjunto com o Estado. Nessa perspectiva, mesmo existindo um encorajamento estatal pelo MinC, para o surgimento do Movimento Social dos Pontos de Cultura, concordamos com Melucci (1996) que o que caracteriza um movimento social é um conjunto de indivíduos e/ou organizações que estão ligados entre si e se reconhecem, ao mesmo tempo que se compreendem como parte de algo maior do que podem ser isoladamente. Melucci ainda nos traz uma questão bastante relevante para compreender os movimentos sociais: “Tende-se muitas vezes a representar os movimentos como personagens, com uma estrutura definida e homogênea, enquanto na grande parte dos casos, trata-se de fenômenos heterogêneos e fragmentados que devem destinar muitos de seus recursos para gerir a complexidade e diferenciação que os constitui” (MELUCCI, 2001, p. 29).

Entendido esse ponto convém avançar na explicação ao leitor, que, apesar de nosso objetivo de pesquisa ser a análise da atuação da CNPdC na mudança ou não da agenda do MinC e dos processos de cidadania cultural envolvidos nessa relação, dentro desse modelo em que todos estão inseridos num formato ligado a um programa institucional, será comum no percurso do texto que os conflitos presentes entre a CNPdC e sua base (os Pontos de cultura), como também, com o MinC estejam associados muitas vezes a gestão das ocorrências relacionadas a própria organização e desenvolvimento da política pública de cultura em si. Isso quer dizer que, nos debruçaremos sobre os conflitos ocorridos no desenrolar da política cultural entre o MinC e a CNPdC.

Com o intuito de deixar mais claro o desdobramento dos temas a cada ano, apresentamos uma tabela na qual é demonstrado como ocorreu o desenvolvimento da política cultural do MinC relacionada ao PCV e Pontos de Cultura, de maneira cronológica, levando em consideração aqui, uma classificação recorrente utilizada por outros pesquisadores e estudiosos do tema que dividem esse período em 3 (três) etapas específicas, na qual é possível compreender as prioridades e dificuldades encontradas em cada momento específico definido. Nosso enquadre é, ao mesmo tempo perceber como na maioria das situações, às ações de intervenção da CNPdC com o MinC estiveram pautadas por esses fatores ordenadores dentro desse modelo proposto.

Etapas do Programa Cultura Viva - PCV

PERÍODO	1º ETAPA	2º ETAPA	3º ETAPA	4º ETAPA
FOCO	FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO	EXPANSÃO FEDERATIVA	REESTRUTURAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA GESTÃO	CONSOLIDAÇÃO DO PCV COMO POLÍTICA DE BASE COMUNITÁRIA DO GOVERNO
OBJETIVOS	- Promoção da produção, da pesquisa, do registro e da difusão das expressões culturais dos grupos e entidades responsáveis pelos modos de ser, pensar e fazer cultural no país, potencializando as iniciativas existentes nas comunidades; - Criação de uma nova forma de atuação do MinC, considerando a participação social e a gestão compartilhada. - Definição de focos específicos para os mecanismos de aporte de recursos além da Lei Rouanet (renúncia fiscal); - Execução direta com a sociedade civil. - Mobilização e articulação, da participação social e gestão compartilhada;	- Realização da pactuação federativa, sob a égide do Programa Mais Cultura com a descentralização do Programa, resultando em forte expansão das redes estaduais de pontos de cultura; - Ampliação da rede de parceiros federais, concretizando o Programa como transversal às mais diversas ações do Governo; - Pactuação com órgãos de controle para acompanhamento, monitoramento, avaliação e qualificação do Programa; - Expansão de editais de prêmios como política de fomento em face do término do financiamentos (Etapa híbrida); - Expansão da ação direta do MinC (Pontos e Pontões) com ações	- Redesenho do PCV considerando a junção dos Programas Cultura Viva e Brasil Plural com impacto na estrutura de gestão do Programa e os resultados da avaliação do Programa. Definição da diversidade como matriz na promoção da cidadania; - Planejamento de ações prioritárias e de saneamento de problemas para qualificar a gestão e honrar os compromissos assumidos; - Início da articulação da Rede Cultura Viva a outras	- Qualificação da pactuação federativa com a descentralização do Programa no marco do SNC e do PNC, e definição de critérios de expansão; - Fortalecimento do Programa na lógica de consolidar o PCV como uma Política de Base Comunitária do Sistema Nacional de Cultura, caracterizada como uma política de fomento; - integrada, com a participação de órgãos federais parceiros, governos estaduais, distrital e municipais e da sociedade civil. - Retomada do crescimento da rede de pontos e pontões, rumo à meta de 15 mil pontos para 2020 (Meta 23 - PNC) com a - estruturação de políticas setoriais para a diversidade; - Mobilização e articulação das redes com a estruturação da participação social.

		complementares às ações dos Pontos de Cultura (redes temáticas); • Expansão da mobilização, articulação, participação social e gestão compartilhada.		
--	--	---	--	--

Fonte: ROLLEMBERG, 2014. P.02.

Segundo Tatagiba (2011) existem poucos estudos que dão conta de perceber a análise dos impactos da inserção institucional dos movimentos sociais nesses novos arranjos de construção compartilhada de políticas públicas. Della Porta e Diani (2006) se questionam sobre o que essas novas arenas podem oferecer aos movimentos sociais, demonstrando a existência de mais riscos do que vantagens, uma vez que é necessário ter um conhecimento técnico para participar desses espaços, além de existir possibilidade de processos de cooptação e manipulação das lideranças (DELLA PORTA; DIANI, 2006, p. 237-238). É claro que, no caso específico aqui relatado, o movimento social dos Pontos de cultura representado pela CNPdc surge por dentro da institucionalidade após a criação da política pública dos Pontos de Cultura.

Devido a essa proximidade com o órgão estatal, observamos que, muitas vezes ocorreu uma confusão de competências em que a CNPdc em algumas situações se emaranhava em posturas ligadas, por um lado na identificação com “ser um movimento social”, e do outro, com ações de competência e identificação que se afinava com atividades correspondentes ao órgão estatal.

Um exemplo disso foi o acúmulo de funções realizada pelos representantes dos Pontos de Cultura durante a organização inicial dos encontros nacionais denominados como TEIAS. De acordo com Patrícia Del Claro (2013) aconteceu que os representantes dos Pontos de Cultura em razão do surgimento de vários problemas logísticos durante a TEIA como a emissão de passagens aéreas e organização da alimentação dos participantes no evento, tiveram que se dedicar para a resolução dessas atividades burocráticas. Como afirma um dos interlocutores de Del Claro (2013):

“Embora ninguém estivesse recebendo ali nem uma estrutura para trabalhar, a gente é que sabia quem estava vindo dos estados, aí o pessoal chegava no aeroporto, a passagem não tinha sido emitida, aí o pessoal chegava pra poder pegar os *vouchers*, porque comida era *voucher*, e os *vouchers* não ficaram prontos a tempo. Então teve gente que ficou sem comer, então a gente virou um grande resolvidor de problema da Teia, quando o nosso objetivo na verdade seria montar a programação a metodologia do fórum. Só que a gente acabou tendo que resolver todos os problemas, porque quem tinha o contato com a base era a gente. (Entrevistado 2)” (Del Claro, 2013, p. 82)

Podemos observar nessa citação de outro trabalho mais uma confirmação sobre esse entrelaçamento de atuações nos quais a sociedade civil organizada em alguns momentos ocupava a função do que a gestão estatal deveria cobrir, de certa maneira, enquanto sua competência específica como órgão executor da política pública. Em razão da divisão de tarefas práticas com o ministério, existia um nível de comprometimento dos atores políticos em se reunir e elaborar em grau de profundidade maior questões pertinentes e fundamentos que colaborassem para o avanço do desenvolvimento dos processos de cidadania cultural.

5.2 “Gestão compartilhada” e participativa: A dialética da democracia e do patrimonialismo

No que se refere a organização das TEIAs após a edição de 2007 foi uma posição comum entre o Movimento Cultural dos Pontos de Cultura a necessidade de que esses eventos pudessem ser organizados num modelo que contemplasse melhor a filosofia do programa, de abertura para a sociedade civil organizada e de formatos de atividades mais condizentes com a diversidade cultural presente no programa, como também, numa maior organização em relação as questões básicas de infraestrutura, alimentação e hospedagem na qual foram relatadas alguns problemas nas edições anteriores o que prejudicou os integrantes que vieram de todas as regiões do Brasil.

Gerir um evento da abrangência de uma TEIA de Pontos de Cultura com cerca de 5.000 (cinco mil) participantes envolvidos virou algo problemático considerando o fato do MinC contar com poucos funcionários concursados e uma equipe reduzida de pessoal técnico na execução de um programa da dimensão do Cultura Viva, mais especificamente, os “Pontos de Cultura”. Em relação ao contexto da sua chegada no MinC, Célio Turino

relata em seu livro **Ponto de Cultura: o Brasil de baixo para cima** que só havia 6 (seis) servidores entre a equipe técnica e a equipe administrativa da Secretaria de Programas e Projetos Culturais (SPPC). Mesmo após ajustes para obtenção de recursos humanos para a secretaria as condições ainda foram precárias com a obtenção “de 9 (nove) cargos terceirizados com salário de R\$ 500 e dois com salário de R\$ 1.100” (Turino, 20, p. 17). Com essa citação podemos observar aqui a precariedade e a falta de vontade política histórica para a constituição e a valorização de uma área tão importante para qualquer nação como é o caso da cultura.

Dessa maneira, sendo de interesse estatal, por um lado, e ao mesmo tempo, sob o pretexto de apostar nos conceitos chaves do programa de “autonomia” e “gestão compartilhada” havendo também interesse dos representantes da CNPdC em construir a organização e direcionamentos de propostas da TEIA foi definido então que as próximas edições a partir de 2008 ficariam sob a organização da CNPdC que a cada edição se tiraria uma comissão executiva para tratar dessa questão. De acordo com as falas dos nossos entrevistados que foram representantes na CNPdC:

“(...) dentro da comissão sempre se criava uma espécie de coordenação executiva que pensava a organização da próxima TEIA, no caso em 2008 ela aconteceu em Brasília, e já houve uma mudança na forma de organização porque foi escolhido um ponto de cultura para ser a entidade proponente do projeto da teia, ser a entidade organizadora, foi o ponto de cultura “Invenção brasileira”, de Taguatinga, cidade satélite de Brasília, que foi o ponto de cultura que organizou a teia de 2008, a teia de 2008 foi a mais próxima do que poderia ser um processo de organização autônoma por parte dos pontos de cultura, tanto no sentido da captação do recurso, quanto no sentido da gestão interna do evento, quando da participação da comissão, houve essa TEIA em 2008, que manteve mais ou menos o formato da comissão, elegeu uma nova composição, eu continuei; (...) (Entrevistado 10)

Nesse sentido, a representatividade política e territorial da CNPdC fazia toda a diferença para garantir um aumento do corpo de trabalhadores na parte logística do contato e confirmação dos participantes de todos os estados do Brasil, como também, da condução de programações específicas, curadorias, além da organização da parte política do evento por meio da confirmação da participação das lideranças que compunham o fórum e nos momentos específicos também a realização do processo de novas eleições para a CNPdC.

“Então assim, o que eu acho politicamente, que foi a pergunta que você tava propondo pra eu fazer, nacionalmente eu acho que sempre ficou muito a mercê do governo, mas antes fazia sentido porque tinha uma construção que era interessante, um programa novo, uma política de baixo pra cima, tinha a escuta, tinha a reunião direta, a troca de contatos enfim... Mas, eu sempre achei as comissões muito voltadas pra organização de Teias, que eu acho que não

precisa... Na lógica estudantil, ao meu ver, é a mesma coisa de você colocar o grêmio pra organizar o encontro de grêmio, ou centro acadêmico, sei lá... Acho que tem que ser além. Não acho que tem que ser só essas coisas. Tem que ser as pautas, demandas, políticas, cobranças, enfim. Nunca conseguiu dar conta de, por exemplo, de cobrir o papel (...) Sei lá, de como os conselhos deliberativos existem nos municípios ou nos estados quando é bem efetivo, a comissão nunca deu esse caráter político pra o processo próprio dela com o governo, não deu conta de fazer o papel de fiscalizar, ao meu ver não, nunca fez esse tipo de papel, que eu acho que é um dos mais importantes pra garantir mais transparência ainda nas políticas públicas, enfim. **(Entrevistado 6)**

Percebemos que em função de se tratar de uma experiência primeira de gestão de um programa inovador e com a abrangência em todo país, é verdade que existiu um descompasso entre a estrutura funcional do Ministério e a grande carga de trabalho para a execução de um programa do porte do “Programa Cultura Viva”. Isso foi ao longo dos anos sendo avaliado, inclusive, colaborando para as propostas de estadualizar e municipalizar o PCV que foi iniciado também a partir de 2008. Teve a ver com a construção da federalização da política pública, contudo, teve a ver também com a incapacidade de recursos humanos do MinC de executar uma política cultural da dimensão que ganhava os Pontos de Cultura em todo o país.

Todavia, o discurso e abertura de construção coletiva com a sociedade civil organizada, muitas vezes, fazia com que a CNPdC assumisse alguns procedimentos que, em parte, colaboravam para garantir uma TEIA (encontro) mais “orgânica” do ponto de vista do que era interessante para o Movimento Cultural dos Pontos de Cultura, no entanto, por outro lado, ocorria uma duplicidade de funções que deveriam ser realizadas por um corpo institucional estatal a nosso ver, até mesmo, a fim de que os representantes da CNPdC pudessem se concentrar nos objetivos da elaboração de propostas e transformações importantes na agenda dos Pontos de Cultura e no avanço dos processos de cidadania cultural como um todo.

Como foi citado pelo interlocutor mais acima, e como podemos perceber em outras ocasiões, existiu uma tendência estatal a compreender a importância da participação social de modo a valorizar a abertura de diálogo com a sociedade civil organizada e incentivar sua organização autônoma em torno dos seus processos deliberativos. No entanto, por outro lado, não foi definido de antemão, de que modo essas deliberações seriam implementadas efetivamente pelo MinC na agenda da política pública de cultura. Desse modo, como Avritzer (2011) orienta não basta aos governos declarar utilizar a participação apenas porque é uma ideia que tem afinidade com seu campo político, pois dessa maneira ela não terá efetividade alguma, cabendo nessa

postura um tom muito mais “celebrativo” em torno da participação, do que voltada para realizar mudanças e aprimoramentos reais, no caso específico, por meio da gestão compartilhada da política pública de cultura.

Ao longo dos anos e das diferentes gestões que estiveram à frente do MinC, o Movimento dos Pontos de Cultura (MNPdC) por meio da CNPdC enviou muitos ofícios solicitando ajustes na política pública de cultura, cobranças de questões administrativas não resolvidas, foram feitas cartas elaboradas pelas representações estaduais de todos os estados do país, como também, em cada Fórum dos Pontos de cultura e TEIAs que ocorreram, foram produzidos documentos finais que apontam redundâncias sobre uma série de mesmos temas apontados e uma dificuldade em solucionar e/ou incorporar algumas questões na agenda da política pública de cultura pelo MinC. De acordo com um dos interlocutores:

“ (...)Por um lado, a formação da comissão nacional é um passo nesse sentido, mas o processo deixa claro que existem limites muito claros pra que haja realmente uma gestão compartilhada, no sentido de que a comissão também não tinha um poder, uma capacidade deliberativa, nem mesmo assumia fora os processos de organização das teias, a comissão não assumia nenhuma responsabilidade efetiva com a condução do programa, ou com o estabelecimento de bases para a gestão, em que pese a maioria das questões que a comissão levantada, que a comissão e os fóruns nacionais levantavam, são questões, são demandas que são hoje na base de qualquer discussão sobre o programa, que tem a ver com a institucionalização do programa através de lei, construção do marco legal, da desburocratização da prestação de contas, você pega os documentos e resoluções dos fóruns de pontos de cultura e essas questões se repetem mantricamente né, em todos eles, isso faz parte da agenda do programa, então a comissão e o fórum nacional sempre levantou esses temas como parte da agenda, mas ao mesmo tempo, capacidade dela de atuar efetivamente nessa questão, é muito relativa né (...)”. **(Entrevistado 10)**

Foi observado que, obviamente, nesse processo existiram disputas e pressão da sociedade civil organizada com ganhos em algumas ocasiões, porém do outro lado, foram percebidos os limites da proposição de uma “gestão compartilhada” e participativa que não pactuou a fundo a construção de instâncias de participação mais claras e definidas como ocorre, por exemplo, nos orçamentos participativos, ou em outras instâncias de áreas mais consolidadas como educação, saúde e assistencial social, entre outras.

Concordamos que os processos deliberativos são apenas um dos momentos dentro do aprendizado da atuação em conjunta e colaborativa de Estado e sociedade civil organizada na construção de políticas públicas de cultura democráticas. Entretanto, a ausência de um acordo estabelecido sobre a real efetividade das deliberações realizadas pelos atores sociais nos Fóruns dos Pontos de Cultura, colaborou para um reforço da

relação desigual de poder com o Estado, cabendo a ele o poder de definir o que deve ser aceito ou não dentro do que é proposto pela sociedade civil organizada.

Como nos mostra o interlocutor, as observações feitas pela CNPdC ao longo de suas 3 (três) gestões pontuaram temas e dificuldades que mais tarde foram observadas também nos resultados das avaliações e pesquisas acadêmicas contratadas pelo MinC para dar novos direcionamentos e aprimoramento da política pública de cultura. Nesse sentido, as dificuldades da organização burocrática dessa experiência repercutiram num círculo vicioso gerando uma constante necessidade de mobilização em torno das garantias de cumprimento das questões burocráticas pendentes a respeito dos repasses financeiros dos convênios, entre outras questões administrativas e financeiras que envolviam a operacionalidade técnica de desenvolvimento da política cultural.

Numa entrevista que fizemos com um gestor do MinC, **Entrevistado 11**, que esteve na Secretaria do Programa Cultura Viva e acompanhando mais de perto a relação entre o MinC e a Comissão Nacional dos Pontos de cultura, ele apontou o que vivenciou de algumas dificuldades da implementação prática desse conceito que estava na constituição originária do PCV de “gestão compartilhada”. De acordo com o interlocutor, foi possível presenciar no que se refere a de um lado, posturas de diferentes gestores que passaram pelo ministério e pela secretaria específica naquele período, seja de perfis que não tinham tradição nem experiência com construções participativas terem mais dificuldades de permitir essa elaboração em conjunto nas instâncias decisórias, como também, representantes da sociedade civil que foram eleitos e ainda não tinham muita e ideia e maturidade em relação ao seu papel e atuação enquanto representação política naqueles espaços ocupados. De acordo com o interlocutor:

(...) acho que a gente assistiu diversos momentos com esse tipo de dificuldade no Programa Cultura Viva, aonde a gestão tomava decisões sem consultar a sociedade, depois a sociedade reclamava, e não concordava, mas você teve também equívocos do tipo, você ficar tentando abrir a gestão pra participação da sociedade civil e acabar privilegiando alguns tipos nesse diálogo, o que gerava uma confusão nesse conceito, porque daí quando você abre pra alguns grupos participarem e você não abre pra todos, ou você não abre pra instâncias representativas, você na verdade não está construindo gestão compartilhada, mas você tem a sensação que está construindo, então esse também foi um equívoco que foi cometido (...) (**Entrevistado 11**)

É verdade que ocorreu um processo de aprendizagem tanto do Estado quanto da sociedade civil organizada, em como executar uma política pública num formato diametralmente diferente das experiências anteriores no país. Ao passo que, ele expõe

numa autocrítica à gestão do MinC, às limitações da tradição estatal centralizadora brasileira, que ainda não era capaz de compreender melhor como conduzir um projeto participativo como foi a política pública dos Pontos de cultura na sua orientação original. De acordo ainda com o interlocutor:

“(...) E eu diria mais, Bárbara, é uma opinião pessoal minha, a gestão compartilhada ela precisa ter regras, ela precisa ter uma pactuação de funcionamento, quais são as instâncias da gestão compartilhada? Quais são as atribuições dessas instâncias? E qual o poder de decisão que essa instância a partir dessas atribuições tem? Porque se a gente fica tentando construir gestão compartilhada de qualquer jeito, em relação a qualquer tema, a gente acaba perdendo às vezes o foco das discussões centrais, então, por exemplo, a definição de orçamento, as prioridades do orçamento me parecem uma questão estratégica que deve estar sob o olhar da gestão compartilhada, a definição das diretrizes dos editais que vão sair deve estar sob o olhar da gestão compartilhada, mas nem tudo deve estar fazendo parte dessa gestão compartilhada, existem atribuições que são do Estado, e existem atribuições que são da sociedade, então não me parece que seja problemático, que o Estado tenha sim poder de decisão sob determinadas questões, e que a sociedade civil tenha o poder de decisão e de influenciar as decisões sobre outras questões, que são centrais, que são estratégicas, às vezes a gente fica tentando construir uma democracia em cima de questões que são menos importantes e a gente acaba se atrapalhando, acaba prejudicando o processo coletivo, tensionando, tornando ele desgastante por conta de coisas menores (...)” (**Entrevistado 11**).

Mais uma vez aqui encontramos um reforço da ideia apresentada anteriormente sobre a necessidade de uma elaboração mais precisa da relação entre o MinC e a sociedade civil organizada, inclusive, a partir de parâmetros claros e definições que possam ser compreensíveis a respeito de que maneira as proposições feitas pelos representantes dos Pontos de cultura poderão impactar na agenda da política cultural? Que garantias os Pontos de cultura por meio da sua representação política podem ter a respeito da incorporação das suas reivindicações no conjunto da política pública de cultura do MinC. Não é possível pensar em promoção da cidadania cultural e participação política sem compreendermos a efetividade da participação social na cultura.

5.3 Burocracia x Filosofia do Programa Cultura Viva

No que diz respeito aos descompassos entre a burocracia e a filosofia dos Pontos de Cultura, antes de tudo é importante compreender que a escolha por alargar o conceito de cultura ampliou o tipo de organização social que se relacionava com o Estado até então. O resultado dos editais do MinC passaram a trazer agora uma série de organizações culturais ligadas a cultura e a cultura tradicional popular, que não tinham sido aprovadas

em editais federais até aquele momento. Existia a exigência de que as entidades sociais tivessem o mínimo de 2 (dois) anos de atuação para consolidar o convênio junto ao MinC. Muitas tinham até muito mais do que isso, no entanto, estavam assinando um convênio estatal com o governo federal pela primeira vez com, e nessa perspectiva, ainda não tinham a experiência com os trâmites da burocracia e da parte financeira que era requerida, não só pelo Ministério da Cultura em si, mas pelo modelo gerencial burocrático que regulava a modalidade de parceria estabelecida pelos convênios geridos pela Lei 8.666/2003.

Apresentamos aqui uma tabela elaborada pelo IPEA em uma das avaliações realizadas sobre o desenvolvimento do Programa Cultura Viva sobre as principais dificuldades enfrentadas para sua operacionalização de forma mais adequada.

QUADRO – PROGRAMA CULTURA VIVA E SEUS PROBLEMAS

Componente	Descrição do Problema
Recursos Humanos	a) Fragilidades quanto à estrutura interna burocrática de fluxo e de pessoal para o acompanhamento dos editais e convênios; b) Número insuficiente de RH (funcionário estável) e alta rotatividade.
Recursos Orçamentários e Financeiros	a) Atrasos sistemáticos nos repasses de recursos; contingenciamento orçamentário/financeiro. b) Dificuldade em aprovação de relatório de prestação de contas. c) Defasagem de registro nos sistemas SICONV e SALICWEB.
Marcos Jurídico	a) Reflexão sobre a conveniência de institucionalizar o Cultura Viva por meio de uma lei, na expectativa de torna-lo uma política pública de Estado, estabilizando-o. b) Enfrentar os problemas apresentados nos Relatórios da CGU que apontam falhas no processo de gestão, prestação de contas e gargalo, nos fluxos administrativos.

Relatório Redesenho e GT Cultura Viva Pág. 33. Fonte: IPEA

Tendo em conta essas informações e considerando, como já explicamos, o déficit de pessoal existente no MinC, uma das grandes dificuldades na política pública dos Pontos de Cultura que repercutiu na organização política, foi justamente o atraso no repasse financeiro do pagamento das parcelas dos Pontos de cultura, o atraso no recebimento dos Kits Multimídias e das Antenas GSAC. Muitos dos encontros presenciais, as TEIAs, e outras ocasiões coletivas se transformaram em reuniões, nas quais, diversos Pontos de Cultura se queixavam sobre as incertezas na elaboração de suas atividades em função dos atrasos dos repasses financeiros pelo MinC.

Foi assim, quando tive contato presencial pela primeira vez nessa situação enquanto “ponteira”, representando um Pontão de Cultura da Paraíba da área do Audiovisual num evento realizado em 2008 pelo MinC no Rio de Janeiro, para recebimento de um prêmio referente a ação “Escola Viva”. Naquela oportunidade, em diferentes espaços que estavam propostos para debate e compartilhamento entre os participantes dos Pontos de Cultura de todo o Brasil, a tônica era a reivindicação de que as questões burocráticas e financeiras fossem o mais urgente possível solucionadas. Luana Vilutis (2015) nos explica sobre as dificuldades da parceria com as instituições culturais e o Estado por meio do termo convênio e suas implicações:

“A prestação de contas de convênios representa um dos principais imbróglis do Cultura Viva, e por isso também motivou grande parte das discussões acerca da regulamentação da Lei que institui a Política Nacional de Cultura Viva. As dificuldades e desafios enfrentados na gestão dos convênios são recorrentes e comuns entre os pontos de cultura e as OSCs reunidas em torno da Plataforma do MROSC. Podemos situar a origem dessas dificuldades na inadequação do instrumento jurídico de convênio utilizado para a celebrar as parcerias do poder público com as OSCs. Esse instrumento fora criado para regular as relações entre entes do governo federal com estados e municípios, mas foi estendido às OSCs e tornou-se o principal instrumento de transferência voluntária de recursos públicos. Com base legal criada para regular as relações entre entes públicos, foi adaptada para as parcerias entre órgãos públicos e entidades privadas. Segundo a Plataforma do MROSC (PLATAFORMA DA SOCIEDADE CIVIL, 2014), essa adaptação gerou uma série de normas infralegais e esparsas que variam de órgão para órgão e entre os diferentes entes federados, o que reforça a burocracia e o caráter formalista das normas para a prestação de contas, sem priorizar o planejamento, o monitoramento e a avaliação dos resultados alcançados pelas ações previstas. É desnecessário reforçar a incidência disso no processo de federalização do programa Cultura Viva. (VILUTIS, 2015, p. 170)

Devido as dificuldades com os trâmites da modalidade “convênio”, além da questão de atraso das parcelas dos Pontos de Cultura e o cancelamento de algumas ações como as bolsas do Agente Cultura Viva, de alguns editais de prêmios que nunca foram pagos porque foram cancelados devido a irregularidades jurídicas, a prestação de contas dos Pontos de Cultura se transformou num grande celeuma em virtude da maioria das organizações conveniadas, não terem experiência técnica e contábil com esse modelo, além de lidar com todas as questões administrativas que eram solicitadas.

Inclusive, em razão do recurso financeiro para os Pontos de Cultura ser dividido em 3 (três) parcelas, uma em cada ano, a liberação da última dependia do envio de relatórios e comprovações, o que gerou muitos problemas para as organizações sociais envolvidas e, conseqüentemente, o desenvolvimento das suas ações. É verdade que o MinC proporcionou algumas formações técnicas voltadas para o tema da prestação de

contas, contudo, também, não foi uma questão de fácil absorção para muitos ponteiros, em se adaptar e se enquadrar nesse formato das exigências do mundo da burocracia técnico e contábil.

Em algumas ocasiões como foi o caso da criação do Fórum permanente dos Pontos de Cultura do Rio de Janeiro, esses impasses geraram um sentimento de solidariedade e organização do grupo em torno da solução dessas pendências, porém não menos do que indignação com essa situação. Fica claro para nós, que foi uma dificuldade corrente ao longo do processo e do desenvolvimento do projeto, pois repercutia na atuação dos grupos locais e também na sustentabilidade das organizações, além de, num sentimento de desmerecimento e impactava na relação de confiança que as organizações antes de serem Pontos de Cultura já tinham com suas comunidades.

Em novembro de 2010 o “Pontão da Comissão Nacional” organizou um encontro da CNPdC em Pirenópolis, sede do Pontão, a fim de discutir a questão da transição governamental que aconteceria em breve com a posse da Presidenta Dilma Rousseff após a sua vitória por votos populares nas urnas durante as eleições em outubro de 2010. Essa mudança de gestão gerou uma preocupação com a continuidade do Programa Cultura Viva. Naquela ocasião se reuniram 49 (quarenta e nove) integrantes durante 3 (três) dias para debater questões relativas aos rumos da política pública de cultura dos “Pontos de cultura”. Foi produzido o documento: **“Carta de Sustentabilidade dos Pontos de Cultura”** ou **“Carta de Pirenópolis”**, o qual citamos um trecho abaixo:

“Mesmo tendo beneficiado mais de 8 milhões de pessoas pela Rede Nacional dos Pontos de Cultura, pouco se fez para melhorar o Marco Legal para a gestão de convênios de Pontos de Cultura regulado pela Lei 8.666/1993, pela Portaria interministerial – Inciso II § 2º art. 50 nº 127/2008, Portaria Interministerial nº 342/2008 de 5/11/2008 e IN/STN nº 01 de 15/01/1997, que até 2010, tratou a cultura popular com a mesma rigidez que se trata as grandes obras de infraestrutura do PAC”. (Carta de Pirenópolis, 2010)

“Mas por que a cultura ainda é marginalizada no Brasil? Será porque ela não é capaz de eleger seus representantes nas eleições? Talvez. O que importa é que com direito humano não se brinca. Se quem produz cultura é a sociedade e cabe aos governos identificar e fomentar tais iniciativas, jamais tal temática poderia ser negligenciada ou mesmo utilizada como moeda de troca numa transição governamental”. (Carta de Pirenópolis, 2010)



Representantes da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura - CNPdC

O contexto da época desse discurso presente na carta estava ligado a existência de uma crise de gestão que já vinha se prolongando devido as intercorrências administrativas e financeiras, ao mesmo tempo que havia um esforço sobre-humano dos ponteiros em continuar realizando suas atividades, mesmo com imensa dificuldade do acesso aos repasses. Porém, o contexto posterior da nova gestão do MinC após 2010 intensifica a crise devido ao desacordo entre a filosofia e conceitos pregados pelo PCV.

Antes da gestão da presidenta Dilma Rousseff, ainda na tentativa de solucionar esses impasses dos atrasos dos repasses das parcelas aos Pontos de Cultura, os gestores da política pública encontraram uma alternativa dentro da burocracia por meio da promoção de editais de premiações. Por meio dessas modalidades de editais, os Pontos de Cultura que estavam com parcelas em atraso poderiam dar continuidade as suas atividades, e ao mesmo tempo, por ser uma premiação, não necessitaria justificar burocraticamente os gastos decorrentes deles, sendo necessário em algumas situações, apresentar relatórios das atividades realizadas como uma prestação de contas simplificada.

Em determinado momento com a mudança de gestão do MinC e com o aumento do recurso financeiro para o Programa Cultura Viva e, conseqüentemente, para o projeto dos Pontos de Cultura, ocorreram auditorias da Controladoria Geral da União – CGU para análise de comprovantes financeiros de todos os tipos, a fim de justificar os gastos e investimentos do MinC no Programa Cultura Viva. Aqui mais uma vez foi possível perceber uma incompatibilidade entre o modelo burocrático gerencial brasileiro de fiscalização da política pública e o público-alvo do projeto dentro da sua diversidade cultural procedente, já que os parâmetros estabelecidos pela burocracia não levavam em conta às complexidades do campo cultural, com destaque para a proposta de inclusão de uma proposta de cultura ampliada que colocava em evidência representantes das classes subalternas.

É importante dizer que esse tipo de ação com caráter persecutório colaborou de certo modo para um processo de deslegitimação de todo um conjunto de atores que

passaram a ser oportunizados nas políticas culturais estatais, demonstrando que a máquina burocrática estatal precisa se adaptar a novas configurações que incluam a dinâmica cultural. Geraram desgastes entre os participantes, como por exemplo, mestres de cultura popular que tiveram o seu CPF constando como irregular devido a não aprovação da prestação de contas dos Pontos de Cultura que eram gestores, e que na verdade, se referiam a uma complexidade de detalhes que, na maioria das vezes, estava em desalinho com o cumprir as atividades ligadas ao campo cultural. Melhor dizendo, os controles estatais deveriam/devem atuar como mecanismos de controle que considerassem os aspectos da dinâmica ligados as especificidades da área cultural.

Para se ter uma ideia de alguns exemplos, era possível ter projetos representados por proponentes como organizações sociais que poderiam ser: mães/pais de santo de terreiros de religiões afro, mestres/grupos de cultura tradicional popular de determinada manifestação popular que tinham atuação em comunidades populares, população quilombola, indígenas que tinham a opção de gravar o projeto caso não pudesse ser feito na modalidade escrita, escolas comunitárias e populares, grupos de teatro, projetos de cinema em regiões do interior dos estados, entre outros;

É claro que em muitas situações a CNPdc e o MNPdc em geral a partir do desenrolar dos processos pressionavam o MinC a respeito dessas várias situações. Uma delas foi garantir que os projetos para a população quilombola pudessem ser aceitos mediante gravação de áudio, assim como, o que já acontecia com os povos indígenas, pois não fazia sentido que não fosse possível entender essa questão como uma dificuldade também de outros grupos minoritários.

Um dos interlocutores que fazia parte da CNPdc problematizava como eram presentes as disputas existentes entre Estado e sociedade civil organizada na construção da política cultural. As limitações do modelo burocrático estatal ainda atrasado, no que se refere a aposta por uma política cultural democrática, com expansão da cidadania cultural entre a população. É bom ter claro que dentro da própria gestão do MinC existiam matizes de diferentes compreensões sobre as dificuldades em encarar a situação de uma elaboração coletiva de política cultural por meio da abertura para a participação popular. De acordo com um dos entrevistados, **Entrevistado 2**:

“Então, todo processo é político. E em política não existe o mais ou menos, será que é, ingenuidade. Tanto as comissões regionais, como a comissão nacional são postos de disputa. É um processo político. Agora, você tem uma pressão do MINC, você tem uma pressão do Tribunal de Contas da União, porque muitos pontos de cultura estão inadimplentes, e não é uma lei adequada

praquele tiozinho que tem uma folia de reis e que é ponto de cultura há mais de 100 anos, não deve 30 reais na vendinha no bairro dele, mas tá devendo pra o fisco. Então, existe essa tendência política, dependendo do membro de que tendência ele é, de que partido ele é, ele vai acabar colocando as suas tendências dentro das comissões. O que é normal porque é um processo político, a pressão sempre vai existir, ou vindo da secretaria do estado, ou da secretaria municipal, ou do próprio MinC, porque é um campo político. Agora se a comissão não tiver jogo de cintura, ela é tragada, ela é manipulada, de uma forma assim, que as pessoas que estão do outro lado acabam pensando assim, poxa o pessoal tá vacilando, poxa, não era essa comissão que me representa.... É um processo político, se as pessoas dão mancada, o próprio processo irá julgá-lo, e ela vai sendo realocada pra outro, ou na liderança, ou na ex-liderança, mas é um processo político. Fazer parte das comissões é fazer parte de um processo político que tem que estar atento. Isso você tem que tá ligado, em como circula os inimigos Não dá pra ir assim de corpo aberto, vamos fazer cultura viva é tudo de bom! É tudo de bom sim, mas se for pra o âmbito político o buraco é mais embaixo ” (Entrevistado 2)

Nessa perspectiva, compreendemos que, para uma melhor execução das atividades dos Pontos de Cultura, num caminho que estivesse alinhado com os processos endógenos do ponto de vista do que se afinava mais com os interesses dos ponteiros ali reunidos, naquele projeto mais amplo, em muitos momentos foi necessário existir a pressão da CNPdc na cobrança junto ao MinC, para a regularização de diversas situações burocráticas-financeiras, como de outro tipo, que naquela ocasião impediam um funcionamento mais acertado do projeto dos Pontos de Cultura de maneira mais democrática.

O processo de estadualização que ocorreu a partir de 2008 tinha a proposta de descentralizar a política pública de cultura do MinC e, ao mesmo tempo, envolver os estados e municípios no compromisso com a garantia da continuidade da política pública para além da gestão do governo federal, como também, no gerenciamento dessa proposta que havia crescido e tomado proporções, nas quais, existiam limitações reais de infraestrutura e recursos humanos para a sua execução no MinC, entre outras razões, tendo forte impacto o seu limitado **quadro de funcionários daquele período**.

Podemos dizer que uma das questões centrais que se fez bastante presente entre os ponteiros e todo o Movimento Cultural de Pontos de Cultura (MNPdc) e a CNPdc foi pensar alternativas para a continuidade da política pública de cultura, sabendo que os processos de cidadania no Brasil ao longo da história do país foram interrompidos pelas mudanças de gestão política, em vez de funcionarem de forma duradoura a longo prazo como deveria acontecer normalmente. Essa inquietação de que essa conquista poderia ser encerrada com o fim daquele ciclo político em nível federal, foi uma indagação bastante presente entre os ponteiros, isso porque, até mesmo as mudanças de gestores ocorridas no corpo político do MinC ao longo desse período de 10 (dez) anos, de certa forma,

trouxeram inconstâncias no que já estava sendo idealizado e concebido a partir do momento inicial da política pública de cultura.

5.3.1 Redesenho dos Pontos de Cultura

Em torno dessa questão de proporcionar a **sustentabilidade** do projeto dos Pontos de Cultura havia uma discussão sobre a necessidade de um **“Marco Legal para o Programa Cultura Viva”** como uma questão frequentemente debatida nas TEIAs pelo Movimento geral dos Pontos de Cultura e como tema presente nas discussões e reuniões entre a CNPdC e o MinC. Do outro lado havia um debate e proposta do MinC de implementação de um processo denominado de **“Redesenho” do Programa Cultura Viva** que ampliaria a quantidade de Pontos de cultura, e ao mesmo tempo, contribuiria para a redução dos problemas com a prestação de contas que estava sendo um grande obstáculo ao desenvolvimento pleno dos conceitos do Programa Cultura Viva.

O MinC contratou pesquisadores do IPEA para realização de estudos sobre o assunto que foram apresentados a CNPdC, entretanto, desde o início houve bastante discordância da sociedade civil organizada em relação a implementação da proposta de “Redesenho” dos Pontos de Cultura apresentada pelo MinC. Mesmo havendo a concordância de que era necessário realizar um processo de Redesenho do Programa não havia acordo em torno daquela proposta apresentada.

Em consonância com essa ideia de manutenção de uma política pública de cultura em longo prazo, e a partir do amadurecimento das discussões entre Estado e sociedade civil organizada, foi estabelecida a importância de aprofundar esse debate por meio da criação de um Grupo de Trabalho - GT específico, o GT Cultura Viva Portaria MinC n.º 45, de 19/04/2012, para refletir sobre o Redesenho e de que maneira seria possível transformar essa política pública de cultura em algo permanente por meio da instituição de uma Lei. Esse GT teve uma colaboração intensa dos representantes da CNPdC e foi responsável por estabelecer as principais bases de formação para o caminho que mais tarde se consolidaria com a implementação da Lei Cultura Viva.

Devido as problemáticas que surgiram no gerenciamento das questões burocráticas e financeiras do Programa Cultura Viva como um todo, e em particular do projeto Pontos de Cultura, observamos as interferências que essa crise de gestão impactou no calendário de ações dos Pontos de Cultura em nível local, assim como, nas atribuições essenciais dos representantes eleitos nas gestões da CNPdC ao longo desse período.

Em função de se pensar alternativas para a resolução desse impasse, uma estratégia escolhida pelo MinC a partir de 2008 foi apostar no processo de descentralização da política pública de cultura. Isso possibilitou que estados e municípios se tornassem não só parceiros, mas proponentes de editais de Pontos de Cultura formando assim, as redes estaduais e municipais que passaram a existir independente do governo federal, o que colaborava para a elaboração de um processo de federalização das políticas culturais no país. Essa abertura, de certo modo sinalizava para um reconhecimento dos limites do MinC, no tocante a desempenhar o papel de executor de uma política cultural que ganhava uma dimensão evolutiva com maiores orçamentos a cada ano, e que passava a funcionar numa desproporção em relação ao quantitativo de profissionais atuantes no Ministério naquele momento.

Era uma conjuntura de muitas reflexões desde o lado dos gestores, ao ponto de vista de toda comunidade cultural de ponteiros e representantes políticos, que dialogavam com a gestão para se formar soluções em torno do que poderia ser feito para ocorrer uma melhor adequação da relação entre os Pontos de Cultura e a gestão pública estatal.

Como uma demonstração de que existia uma intenção mais profunda na consolidação de uma agenda duradoura para as políticas culturais foi criado o **Programa Mais Cultura**ⁱⁱ por meio do Decreto 6.226/2007. Mesmo sua criação ocorrendo em 2007, suas ações apenas tiveram maior visibilidade em 2008, a partir de um maior investimento financeiro e um alcance mais amplo na escala de ações que já ocorriam, mas que agora tinham maior sistematicidade e compartilhamento de responsabilidades (Rebello Lima, 2013).

Para que possamos ter ideia do quadro geral do crescimento do quantitativo dos Pontos de Culturas, ao longo dos anos, elaboramos a partir de algumas informações coletadas, este gráfico que mostra a quantidade de Pontos de Cultura a cada ano do recorte do período de 10 (dez) anos da política pública de cultura que escolhemos para essa tese, segue abaixo:

QUANTITATIVO DE PONTOS DE CULTURA DE 2004 A 2014										
2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
72	442	654	742	2.446	2.517	3.452	3.663	3.675	4.080	4.502

Fonte: Controladoria Geral da União –CGU e Plano Nacional de Cultura – PNC.

De acordo com esse levantamento percebemos um destaque para o aumento que acontece do ano de 2007 com 742 pontos de cultura conveniados para no ano de 2008 existindo 2.446 pontos conveniados, resultando num aumento de mais de 300% em relação ao ano anterior existindo, posteriormente, uma evolução mais discreta a cada ano. Esse impacto diz respeito justamente ao momento no qual o **Programa Mais Cultura** viabiliza essa robustez, assim como, um momento no qual ocorre um aumento do recurso financeiro do ministério por meio de articulação de emendas parlamentares com políticos ocorrendo a prioridade de investimento no projeto dos Pontos de Cultura.

Desse modo, podemos dizer que, o investimento financeiro mais amplo por meio do **Programa Mais Cultura**, a formação de redes estaduais e municipais que se aprofundou com a criação do Sistema Nacional de Cultura – SNC, tudo isso demonstrou uma tendência em construir bases mais sólidas de reconhecimento da área cultural e do seu aprimoramento, em igualdade ao que já acontecia na agenda dos programas sociais naquele período.

Sobre a proposta de Redesenho do MinC existia essa perspectiva de solucionar os obstáculos não apenas operacionais, mas também administrativos dentro das secretarias, reconhecendo é claro, os desafios e aprendizados presentes para a implantação dessa política pública de cultura. Nessa perspectiva de sempre reformular o que ainda estava sendo desenvolvido, desde 2006, o Ministério já encomendava pesquisas de alguns Laboratórios de Políticas Públicas de Universidades Federais e de Institutos como o IPEA, com o objetivo de avaliar o desenvolvimento do Programa Cultura Viva e, também, mais na frente, com a ideia de apontar um Redesenho do formato que estava em funcionamento naquele momento e que esbarrava em tantos impedimentos burocráticos para se ter um bom desenvolvimento da política estatal.

Esse assunto começou a ser debatido nas edições das TEIAs e Fóruns e demais encontros nos quais existia uma participação ampla de ponteiros e da CNPDC e gerou

muitos debates e questionamentos sobre a proposta encaminhada pelo MinC. De acordo com um dos nossos interlocutores ex-CNPdC e representante na época da Comissão Paulista dos Pontos de Cultura, durante entrevista realizada em 2013, no encontro da Teia Paulista em São Paulo, nos afirma:

“(...) O governo federal fez o Redesenho. O redesenho foi proposto na outra gestão do Ministério da Cultura, mas, pra direcionar e mostrar que assim, o Estado precisa mudar, e não essa política governamental precisa mudar, o redesenho pelo o que eu sei da história era essa, ele foi planejado e encomendado anos antes, pra que ele se dedicasse como uma proposta de o governo propusesse mudanças de garantir isso, e não na mudança da política, do Cultura Viva em si, não redesenho do Cultura Viva em si, se adaptando a burocracia existente, no caso o contrário Na Comissão Nacional foi criada um grupo de trabalho pra discutir o redesenho, e se reuniu com o Ministério, e debateu, e apresentou seus posicionamentos, mas não teve força. Foi posicionado contra, mas não teve força. Então assim, tá vindo cada vez mais como uma política governamental declaradamente, interferindo na estrutura do Fórum que é dos Pontos de Cultura, porque eles querem que os Fóruns estaduais, nas suas Teias Estaduais, elejam quem vai pra Teia e Fórum Nacional ()”. **(Entrevistado 6)**

Para o nosso interlocutor o Redesenho seria esse diagnóstico de que o governo poderia proporcionar mudanças estatais para comportar a política cultural, e não, por outro lado, uma mudança específica na política do Programa Cultura Viva. Em parte existia esse ensejo com a solicitação dessas pesquisas, no entanto, percebemos pela presença nas TEIAs, relatórios e apresentações da gestão estatal em alguns eventos, que o Redesenho era mais que isso, exigia sim, que algumas mudanças práticas fossem realizadas na estrutura do Programa e isso era o principal ponto de desacordo com a sociedade civil organizada, que não aceitava a redução do repasse financeiro dos Pontos de Cultura que na época era 180 (cento e oitenta) mil reais por convênio, divididos em 3(três) parcelas de 60 (sessenta) mil reais a cada ano.

Continuando o entrevistado relata ainda, certo incômodo com as interferências estatais e as dificuldades que a CNPdC enfrentava em ter os seus posicionamentos incorporados na agenda da política cultural. Isso nos revela a fragilidade das definições de antemão em torno dos diálogos conjuntos, e também, a queda de braço existente de interferências do Estado em âmbitos que estavam direcionados a preocupações concernente às instâncias e decisões que deveriam ser de competência da sociedade civil organizada.

No caso específico da pauta do “Redesenho” o GT Cultura Viva que discutia além da transformação do programa em lei, também a problemática da necessidade de um

Redesenho, era composto por representantes do MinC, de alguns Colegiados Setoriais, do Conselho Nacional de Cultura (CNC), alguns Grupos de Trabalhos temáticos e um total de 5 (cinco) representantes da CNPdC. De acordo com um dos nossos interlocutores que foi gestor do MinC atuando na relação direta com os Pontos de Cultura e com a CNPdC:

“(...) O redesenho, Bárbara, é importante dizer o seguinte, ele não foi totalmente aplicado, a gente fez um conjunto de sugestões, foi feito em parceria com o IPEA, teve uma participação do Ministério também, mas eu diria que uma participação um pouco tímida do Ministério na elaboração das soluções e das hipóteses que foram levantadas, e as principais polêmicas do Redesenho elas não foram aplicadas. Uma delas eu considero que era um avanço e facilitaria a ampliação da Rede de Pontos de cultura, mas a maior parte da rede vamos dizer assim, não entende dessa maneira, uma delas é a facilidade que você teria que flexibilizar os valores dos Pontos de cultura pra poder pagar através de prêmio, porque segundo também as regras dos órgãos de controle, você não pode fazer uma seleção pública, escolher cinco ou seis entidades naquele município e pagar 200 mil reais pra cada uma, isso não seria um prêmio, isso teria que ser um convênio, então nós entendíamos que seria desejável, porque às vezes você tem pequenos e médios municípios, que às vezes um valor de trinta, quarenta mil, 50 mil reais, é suficiente pra entidade desenvolver...(problema no áudio) Editais anuais através desses convênios com prefeituras e governos do estado, para premiação, pra fugir da lógica equivocada e que se mostrou ineficaz dos convênios, e que seria então, com valores escalonados e adequados a realidade (problema no áudio). Era muito simples, eles diziam que o valor de 180 mil reais já era um valor defasado que foi um valor que foi estipulado lá no início do programa, deveria ter um aumento desse valor, que 60 mil reais por ano era um valor pequeno, deveria ser um valor mais alto, e que portanto, diminuir os valores de premiação seria um retrocesso para o programa. Nós achamos que não. Isso teria permitido com que muitos municípios e muitos estados tivessem ampliado suas redes de pontos, e nós teríamos redistribuído melhor os recursos do programa (...) (Entrevistado 11)

Para o entrevistado a intenção do MinC era de realizar a flexibilização dos valores dos Pontos de Cultura por meio do Redesenho, inclusive na alegação de que em municípios menores poderia ser possível a aplicação de um recurso menor. Na visão da gestão federal, esse parecer daria suporte a continuidade dos Pontos de Cultura sem, no entanto, acarretar os impedimentos burocráticos que estavam ocorrendo com os valores atuais daquele período e a aplicação da modalidade convênio. É claro que, do lado do Movimento dos Pontos de Cultura (MPdC), a CNPdC defendia que a redução do montante original destinado as organizações seria uma postura que apresentaria uma desvalorização da proposta inicial pactuada pelo Cultura Viva, o que impactaria no que foi garantido como essencial anteriormente. Sobre as divergências de pactuação pela ótica dos representantes do Movimento Social dos Pontos de Cultura:

“(...) Eu acho que a grande falha foi ter dado muita força pra essa coisa de comissão, e não ter gerado um lugar formal de troca com o governo, paritário, metade de Ponto de cultura, metade de governo pra decidir o rumo do programa cultura viva. Era lá que ia ser discutido essa coisa do redesenho, não tinha essa coisa de o governo vem contrata os especialistas, manda pra um canto fazer redesenho, depois apresenta a proposta do redesenho pra comissão, toma um pau do caramba, não mudou nada. Você vê isso daí, apresentaram um documento de sessenta e poucas páginas na “hora h” no plenário, sobre o redesenho, tomaram um pau gigantesco, não foi aceito de forma alguma. O que mudou no MinC? O MinC continua falando de Redesenho. A Márcia Rollemberg falou de escalonamento, de um ano de contrato, tudo que nós discutimos que não queremos. Que compartilhamento, entendeu? Como não existe nenhum fórum, esse espaço formal, vira uma coisa que tá no ar. É isso aí... (...)” (Entrevistado 7)

É verdade que, no que se refere ao Redesenho do PCV e dos Pontos de Cultura, o MinC não conseguiu implementar em larga escala como foi definido de antemão, porque foi um tema que se deparou com muita resistência tanto dos representantes da CNPdC nos seus espaços de discussões com o MinC, quanto pelos ponteiros que constituíam o Movimento dos Pontos de Cultura. Ao verificar as tensões presentes entre os grupos sociais aqui implicados percebemos que se tratam de batalhas políticas e ideológicas em torno da conquista de hegemonia cultural (Portelli, 1999).

Gramsci deu uma contribuição importante ao marxismo no seu conceito de hegemonia como “direção ideológica e cultural”, ampliando o sentido da luta de classes para a esfera da cultura, compreendendo que a sociedade é muito mais complexa e dinâmica do que os marxistas ortodoxos pensava, sendo constituída por vários grupos sociais que participam de inúmeras disputas de poder, processos de resistência e construção de trincheiras, nos diferentes movimentos da sociedade seja com o intuito final de formar um “bloco histórico” das classes subalternas para substituir o Estado, seja para avançar lutas de determinados grupos sociais por hegemonia cultural com o intuito de se contrapor ao grupo dominante (GRAMSCI, 1999; SILVA, 2010; COUTINHO, 2006).

Nessa ocasião, foi possível presenciar a força de organização política do movimento que se formou em torno da oposição a um tema que geraria mudanças na política cultural como um todo e que dizia respeito diretamente aos sentidos e caminhos da política cultural e as implicações na vida de todos os participantes.

Podemos dizer que o Redesenho ocorreu melhor no nível dos estados e municípios que já tinham aderido à política cultural dos Pontos de Cultura, e na sua autonomia enquanto entes públicos, optaram por realizar editais de chamamento com o escalonamento de valores menores, assim como, o MinC já havia recomendado com a sua proposta de Redesenho do Programa Cultura Viva. Por um lado, é claro que isso, de

certo modo, gerou um processo de prestação de contas mais simplificado em comparação aos convênios em nível federal. Ao passo que, as entidades culturais passaram a trabalhar com valores bem menores do que eram os assegurados pela proposta original do PCV no intuito mínimo de garantir a execução das suas atividades culturais.

Outra questão que o projeto do Redesenho trouxe em nível federal e que foi aplicado, foi a questão da “chancela”, a ideia do reconhecimento simbólico de qualquer organização social com histórico de atuação na área cultural como Ponto de Cultura a partir da sua “autodenominação”. No Relatório do Redesenho do Programa Cultura Viva temos uma definição sobre a chancela dos Pontos de Cultura:

“É um instrumento de reconhecimento dos pontos de cultura, de grupos e instituições que tem um histórico relevante de atuação cultural na comunidade. Este tipo de edital vai auxiliar à SCDC a ganhar escala e ampliar o número de pontos e pontões sem necessidade de conveniamentos. Um aspecto importante deste tipo de edital é reconhecer as instituições que desenvolvam atividades, participem de redes e tenham estrutura e recursos para desenvolverem atividades, para além dos recursos estatais, a partir de suas filiações comunitárias. Poderão ser Chanceladas instituições que tenham atividades exemplares que possam trocar tecnologias sociais e se inserir nas redes locais dos Pontos. A chancela não impede o ponto de ser, posteriormente conveniado. Após a chancela poderão ser proponentes nos editais de prêmios e bolsas voltados para os pontos”. (ROLLEMBERG, 2012, p. 18)

Ainda naquela ocasião, o MinC realizou alguns editais de premiação nos quais Pontos de cultura por meio da “chancela” também concorreram e tiveram suas ações culturais reconhecidas com recebimento de premiações para o desenvolvimento de suas atividades. Como isso não significaria necessariamente a geração de um recurso financeiro para os Pontos chancelados, porém, ampliaria a quantidade de organizações culturais integrantes da Rede Cultura Viva, além de promover uma identificação mais ampla com a filosofia do programa, o que apresentaria caminhos para compreender que ser Ponto de Cultura é muito mais amplo do que apenas uma política estatal de repasse de recurso, trazendo um forte significado simbólico que outras entidades culturais passavam a se identificar e se sentir partícipes daquele processo de mudança cultural.

É significativo recordar dentro dessa ideia do MinC de apoiar a “chancela” ou “autodenominação” dos Pontos de Cultura e, conseqüentemente, a ampliação da Rede de Cultura Viva, por meio de Pontos de Cultura que não tivessem vínculos por meio da aprovação em editais, as implicações internas do processo de internacionalização que a política pública do Cultura Viva brasileira estava passando desde 2010, quando a Argentina realizou as primeiras reuniões que resultou no Movimento “Cultura Viva

Comunitária”, naquela ocasião, ocorrendo uma Caravana Cultural para apresentar o projeto de lei no parlamento argentino, ao passo que no Brasil o projeto de lei só foi aprovado posteriormente, passando 3 (três) anos tramitando até o momento no qual se transforma em lei apenas no ano de 2014.

Diferentemente do que ocorre no Brasil em que é o Estado que reconhece as entidades culturais como Pontos de Cultura, por meio de um programa institucional, na América Latina começou a se expandir o Movimento Cultura Viva Comunitária em diversos países, existindo redes e programas de Pontos de cultura apoiados pelos governos desses países, no entanto, essas organizações comunitárias elas mesmas se auto reconhecem pela “autodeclaração” e identificação simbólica, a experiência brasileira sendo um aprendizado e um “mimetismo institucional” que foi replicado em outros países da América Latina, porém, sob uma ótica diferenciada, em muitos aspectos no que se refere a constituição da relação de determinação e centralização estatal que ocorre na experiência brasileira.

Feito esses parênteses a respeito da internacionalização do PCV, e voltando a questão do processo de Redesenho do PCV no Brasil, consideramos um avanço para o Movimento Cultura Viva, o processo de luta e organização cultural e política para defender seus interesses e reivindicações a partir de uma forte oposição ao MinC, ao que não correspondiam a ganhos políticos que a construção coletiva estava estabelecendo e tinha gerado até ali.

É verdade que podemos concordar que durante as gestões de Gilberto Gil e Juca Ferreira existiu um esforço no MinC e dos seus gestores em tornar viável a execução dessa política pública de cultura. Para isso foram elaborados mecanismos que garantissem a continuidade da sua execução, uma prova disso foi o que já citamos sobre a solução através dos editais dos prêmios, pontuando é claro que essa solução se encontrava dentro do que era possível no formato da burocracia ali vigente. O Redesenho também guardava ainda esse sentido de garantir o prosseguimento da política pública de cultura, muito embora, a visão dos gestores desse período na gestão da presidenta Dilma Rousseff, com a ministra Ana de HOLLANDA, demonstrou notadamente um desacordo a respeito do conceito de “cultura ampliada” e mais aberto que estava sendo implementado e presente na filosofia dos Pontos de Cultura originalmente.

Nessa direção, é importante compreender que toda a proposta de Redesenho do PCV e dos Pontos de Cultura é concebida ainda, dentro de um modelo burocrático vigente

que, por sua vez, não tinha como proposta a compreensão das complexidades que constituíam a área cultural.

A nosso ver, seria a ocasião de pensar de que forma seria possível garantir direitos culturais à população a partir da democratização estatal, ou seja, por meio da elaboração de modelos de parcerias entre Estado e sociedade civil que possam incorporar uma burocracia que possua ferramentas de gerenciamento que sejam sensíveis no entendimento das dinâmicas do campo cultural, com especial destaque para a percepção da cultura produzida pelas classes subalternas, que é o que representa de maneira mais verossímil à nossa diversidade cultural da sociedade brasileira.

5.4 Perspectivas sobre uma política cultural de cidadania cultural na sociedade brasileira;

Mesmo avaliando que, durante esse ciclo de gestões do PT no MinC (2004-2014), houve um rompimento com a cultura estatal de compreensão da cultura como política de “balcão” e entretenimento, é necessário reconhecer que toda política estatal é estruturada e tem uma direção, nesse sentido, mesmo com toda abertura para a participação da sociedade civil organizada, percebemos a ação estatal de guardar determinados limites e optar por acolher ou não determinadas questões, representou muitas vezes uma disputa desigual na balança de poder junto a sociedade civil organizada. Em outros momentos, podemos ver também, a disputa de hegemonia do movimento social dos Pontos de cultura na afirmação e garantia das suas conquistas.

Ao longo das mudanças das gestões do MinC e da realização das Teias, a CNPdc sempre salientava nas cartas e documentos enviados de pressão e diálogo com a gestão do MinC, a importância de que as deliberações retiradas nas TEIAS e reuniões da comissão fossem incorporadas na agenda da política cultural do Ministério, o que nem sempre ocorria. Os reforços aos mesmos temas demonstravam uma argumentação repetitiva e circular em função da não solução de determinados problemas junto ao MinC, ou mesmo, a imprecisão em saber até que ponto as deliberações construídas coletivamente nas reuniões seriam acatadas pela gestão do MinC e incorporadas na agenda da política cultural.

Para se ter mais claro as reivindicações da CNPdc que precederam esse momento de 2011 a 2014, como a última gestão do MinC que antecede a criação da Lei Cultura Viva, elaboramos uma tabela com as reivindicações presentes no documento “**Carta de**

Sustentabilidade dos Pontos de Cultura”, que foi produzida durante o encontro da CNPdC em Pirenópolis em novembro de 2010 logo após as eleições presidenciais na qual Dilma Rousseff foi eleita presidenta do país. Logo em seguida abordaremos os conflitos que ocorreram entre a CNPdC e a gestão da ministra Ana de HOLLANDA e, também, da Ministra Marta Suplicy com as principais ações e reivindicações da CNPdC.

QUESTÕES BUROCRÁTICAS	1. Que o MinC disponibilize para a CNPDC a lista com a situação dos Pontos com pendências em prestação de contas, e juntos, busquemos contribuir com a regularização da situação desses Pontos. Para tanto, solicitamos a presença de técnicos do MinC nos estados, e nos casos necessários inicie processo de anistia fiscal e tributária para os Pontos aos quais a medida se faça necessária. 2. Que o MinC assuma nas instâncias oficiais o compromisso de pagar os editais já aprovados em 2010 e dos Pontões de 2007 e 2009 e todos os editais do Programa Mais Cultura e Cultura Viva que já em andamentos se fizerem.
QUESTÕES DE REGULAÇÃO /LEGISLAÇÃO	1. Aprovação da Lei Cultura Viva pelo Congresso Nacional e consolidação dos Pontos de Cultura como política pública de Estado; 2. Aprovação da Lei Griô pelo Congresso Nacional; 3. Garantia de um Marco Regulatório que favoreça o tratamento diferenciado para desiguais: 1. Que o novo governo – eleito com o apoio consistente do Movimento Nacional dos Pontos de Cultura – se comprometa a garantir os recursos necessários à manutenção do desenvolvimento permanente do Programa Cultura Viva – Pontos de Cultura. 2. Revisão sobre a forma como vem sendo tratada a implantação do Programa Mais Cultura nos estados da Federação. 4. Aprovação da PEC 150 pelo Congresso Nacional; 5. Aprovação do Fundo Cultural do Pré-sal, a PEC 236; 6. Aprovação do Vale Cultura pelo Congresso Nacional 7. Apoio e incentivo à modernização da Lei de Direito Autoral;
QUESTÕES ORGANIZATIVAS	1. Fazer da TEIA dos Pontos de Cultura um processo pedagógico de formação política de Agentes Culturais para a transformação Social; 2. Garantir que a TEIA Nacional e o Fórum Nacional aconteçam semente após TEIAs Regionais e/ou Estaduais e que essas por sua vez aconteçam acompanhadas do processo de cadastro único dos Pontos de Cultura e de uma consulta pública sobre o Marco Regulatório da Lei Cultura Viva dos Pontos de Cultura e toda a sua diversidade; 3. Garantir recursos para o Encontro Nacional da Ação Griô.
QUESTÕES GERAIS	1. Garantir Pontos de Cultura em todos os municípios do Brasil; 2. Fazer com que as formas e expressões culturais do povo brasileiro contribuam como instrumento de aproximação dos povos latino-americanos; 3. Criar espaços para o livre desenvolvimento das diversidades culturais; 4. Promover Ações para contribuir na consolidação do Movimento Social dos Pontos de Cultura.
QUESTÕES ESPECÍFICAS	1. Através das políticas públicas de cultura, gerar ferramentas de acesso aos brasileiro@s de matriz africana, indígenas, ciganos, entre outros; 2. Resgatar oralmente a cultura ancestral a partir do relato dos velhos mestres e Griôs; 3. Ampliar as ações de Cultura Digital para democratização de acesso aos meios e processos da comunicação virtual para ampliação do conceito e prática colaborativa do software livre e universalização da banda larga em caráter público; 4. Criar mecanismos para romper o gargalo da comunicação midiática a serviço do show biz; 5. Fortalecer os movimentos de Cultura da Paz; 6. Compreender as questões de gêneros, orientação afetivo e de orientação sexual, geração, raça, etnia, classe, como políticas estruturantes para uma nova sociedade. 7. Elaboração de políticas públicas que levem em conta a complementaridade da comunicação e da cultura; 8. Garantir a presença dos Pontos de Cultura nos mais diversos conselhos e instâncias de participação social nas políticas públicas; 9. Todas essas solicitações da CNPDC devem ser assumidas pela gestão atual da SCC e MINC e não deixadas na mão da próxima administração. 10. Assumir o —custo amazônico como uma realidade e promovê-lo como uma política necessária e afirmativa na execução de políticas públicas setoriais de cultura, tais como Programa Cultura Viva e Programa Mais Cultura 11. Garantir a preservação dos saberes e fazeres orais dos mestres griôs para a posteridade através de suporte audiovisual e impresso. 12. Que o MinC proponha ao MEC maneiras diferenciadas de acesso à Universidade de mestres, griôs e agentes culturais que trabalhem diretamente em Pontos de Cultura, e reconhecendo o seu notório saber, como contrapartida, os ingressos realizarão oficinas em parceria com entidades e coletivos que trabalhem na academia para a comunidade acadêmica. O acesso pode se dar por meio de proposta de dissertação a ser apresentada e com foco na ocupação das vagas ociosas das Instituições Públicas de Ensino Superior. 13. Garantir um encontro entre o MEC, MINC e Pontos de Cultura para desenvolver trabalhos em parceria com Escolas Públicas no intuito de avaliar e aprimorar os Programas: —Mais Educação!, —Escola Abertal, —Escola Vival e —Agente Escola Viva.

Carta de Pirenópolis.

Com a leitura desse documento elaborado coletivamente por mais de quarenta participantes representantes dos Pontos de Cultura da CNPdC de todos os estados do país, é possível perceber o quadro geral da situação em que se encontrava os Pontos de Cultura no final de 2010.

Destacamos aqui, a necessidade da regulação das pendências burocráticas das prestações de contas que inviabilizavam as entidades culturais e os gestores de se manterem ativos a participarem de outras parcerias públicas ou privadas, fora da relação com o Ministério, como também, a importância de um marco regulatório diferenciado com ênfase na complexidade dos fatores culturais existentes; Regularizar e consolidar os Pontos de Cultura por meio da Lei Cultura Viva passou a ser um dos principais objetivos para se pensar na sustentabilidade da política pública de cultura em longo prazo, e isso foi um dos avanços importantes que ocorreram com o envolvimento direto da sociedade civil organizada, e que ocorreu mais fortemente nessa última fase da nossa análise na gestão do MinC (2011-2014) e na sua relação com a CNPdC.

Durante esse período que é caracterizado por **“terceira fase”** da implementação do PCV como nos orienta (Rollemberg 2014) vide tabela anterior (p. 25-26), mesmo existindo uma perspectiva dos ponteiros e gestores do MinC como um todo de uma continuidade das políticas culturais e do projeto dos Pontos de Cultura pela eleição da presidenta Dilma Rousseff no governo federal (2010-2014) e as gestões das ministras Ana de Hollanda e Marta Suplicy. Podemos dizer que foi uma etapa marcada por inúmeros retrocessos e inconstâncias para os Pontos de Cultura se comparar com os ciclos anteriores.

Primeiramente tivemos a Ministra Ana de Hollanda numa gestão bastante conturbada que durou um total de 1 (um) ano e 8 (oito) meses envolta em intensas polêmicas que desagradava não só o Movimento Cultural dos Pontos de Cultura, com suas posturas que iam de encontro ao que estava sendo construído até o momento pelas gestões de Gilberto Gil e Juca Ferreira no MinC, como também, toda a base cultural que havia se formado nos últimos anos e que reivindicava a continuidade do alinhamento em torno do foco das políticas culturais e valorização do conceito de cultura ampliado em contraponto a cultura como sinônimo somente de “Belas-Artes”.

Na gestão de Ana de Hollanda houve uma redução considerável das ações do PCV. Numa postura contrária a todo o debate em torno da cultura digital e software livre que tinha ganhado uma dimensão bastante relevante desde a gestão de Gilberto Gil, a

ministra tomou a decisão de revogar as licenças abertas de *Creative Commons* e, ao mesmo tempo, levantou bandeiras em torno da defesa dos direitos autorais, o que destoava completamente do percurso construído de democratização digital, defesas de códigos abertos, tudo que os Pontos de Cultura trabalhavam eram baseados em repercutir a utilização de programas de software livre, portanto, essa concepção democrática para a área digital e cultural era também uma das bases do Programa Cultura Viva.

Foi perceptível um afastamento em relação a ideia de “gestão compartilhada” que estava proposta até então, com experiências de abertura a proposições e considerações da sociedade civil organizada a respeito dos caminhos da política cultural. No que se refere a CNPdC, segundo relatos de entrevistados, ocorreu um distanciamento do processo de abertura e diálogo. De acordo com a entrevista de um dos integrantes da CNPdC:

“(...) Aí acaba o mandato do TT Catalão e entra a Ana, e a gente aí tem... não sei qual a expressão, qual o adjetivo. Entra Marta Porto. Pronto, esse é o adjetivo. A Marta Porto... eu participei de várias palestras com ela e ela dizia que o social estava matando a cultura no Brasil, porque as pessoas estavam querendo... de certa forma, ela tem razão na medida em que você quer resolver o problema da sociedade com a cultura que era pra resolver com assistência social. Então você tem esse problema, mas o social nunca mata, o social só reforça. Aí a gente começa a ter um esvaziamento do Programa porque ela propõe a fusão da SCC com a SID, que era da diversidade, aí junta e fica SCDC – Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural, e nessa, o que ela faz, ela pega um Programa que era mais geral que se chamava Brasil Plural pra abarcar todo o processo e esvazia o Cultura Viva com isso. E aí a turma “cai de pau” e ela começa a travar tudo e descobrir lá problemas em editais e aí tem uma série de denúncias que eu não vou falar aqui porque eu não posso provar... O fato é que o Pontão edital 4 é suspenso, o Agente Escola Viva é suspenso, aí tudo vai sendo suspenso e o dinheiro vai acabando (...)” (Entrevistado 14)

Segundo o relato do nosso entrevistado é possível perceber determinado incômodo da gestão com a abertura da cultura no MinC para o social. Isso se revela em parte por uma tradição que privilegiou um conceito de cultura no país ligado a “alta cultura”, como também, num preconceito estrutural de classe com os produtores da diversidade cultural brasileira, que no caso dos Pontos de Cultura, sabemos que em sua maioria são pertencentes das classes subalternas. Um dos pressupostos da cidadania cultural é a democratização, e nesse sentido, se faz necessário que o Estado se democratize e abra espaço para a participação popular, para o reconhecimento da diversidade cultural, assim como, para a criação de mecanismos que possam levar em conta a “concepção de mundo e de vida” de todos os grupos sociais envolvidos nesse processo.

No que diz respeito a relação da Secretária de Cidadania Cultural por meio da Secretária Marta Porto e a CNPdC durante a gestão do MinC de Ana de HOLLANDA, nosso interlocutor continua:

“(...) Ela vai suspendendo tudo. E ela cessa totalmente o diálogo com a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura. Ela passa a visitar todos os estados brasileiros e buscar interlocuções com pessoas que não estão na Comissão ou pessoas que não tem ligação e vai criando outros espaços de poderes, paralelo com a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura, pra se legitimar nessa escalada que ela tava fazendo por conta do Programa. Ela já se defendeu várias vezes, acho que não era essa a intenção. O fato é que ela ignora a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura, cessa com as reuniões da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura, enfim, um desastre total esse processo (...)”.
(Entrevistado 14)

De acordo com a fala do representante da CNPdC é perceptível que houve um processo de inflexão no que diz respeito a pactuação que havia sido construída entre Estado e sociedade civil organizada nos anos e gestões anteriores. Ao mesmo tempo, presenciamos um aspecto que pode ser considerado uma particularidade da cidadania brasileira, por sua vez também se reproduz no desenvolvimento da cidadania cultural, que é a fragilidade institucional e a falta de garantias da continuidade das conquistas por meio das lutas sociais, o que acaba resultando em instabilidades, em virtude das mudanças eleitorais de gestão de governos.

Neste caso é importante lembrar que a política dos Pontos de Cultura foram um meio para a realização de cidadania cultural, mas não a cidadania cultural em si, já que, como nos orienta Chauí (2006) isso não seria algo imediatamente aplicável, mas que enfrentaria um processo lento e dificultoso em razão de uma longa tradição oligárquica e clientelista do estado brasileiro. A nosso ver, o processo de universalização da cidadania cultural tem a ver com uma pedagogia social mais profunda na qual, exista um compromisso entre Estado e sociedade civil organizada a respeito de fomentar e garantir: a democratização do acesso aos bens culturais a toda população, o reconhecimento e valorização da diversidade cultural como forma de constituir uma força social contra hegemônica das classes subalternas, e por último, o incentivo à participação na vida cultural, garantindo liberdade e autonomia aos atores sociais na escolha de suas necessidades culturais e participação nos processos políticos que proporcionam impacto nas decisões políticas (Martinell, 2013).

Neste sentido é importante registrar que os Pontos de cultura tiveram uma contribuição importante para o desenvolvimento da cidadania cultural, inclusive, seus representantes políticos e movimento cultural em geral adotando posturas ainda mais

combativas e de resistências frente os retrocessos realizados na política pública de cultura da gestão da Ana de HOLLANDA.

Mesmo com todos os problemas burocráticos e organizacionais, acreditamos que o mandato da ministra Ana de HOLLANDA foi o período de maior tensão para os integrantes da política cultural dos Pontos de cultura, pois a linha de atuação apontada pela ministra estava muito mais em concordância com às tradições anteriores de gestão estatal das políticas culturais, que privilegiavam determinadas áreas artísticas como representantes da “alta cultura” e beneficiava representantes das elites brasileiras. Divergiam dos conceitos propostos pelo PCV e se alinhavam mais com uma atuação que correspondia a um “centralismo estatal” que era frequente nas gestões anteriores do MinC.

Mais uma vez notamos a dialética entre os processos democráticos estabelecidos nas políticas culturais, se mesclarem com ocasiões que representavam a herança patrimonial brasileira, que pretendia perpetuar os interesses de um pequeno grupo em vez de proporcionar uma metodologia de fortalecimento dos direitos culturais e participação coletiva. Nesse sentido, os rumos que o PCV estava tomando era algo que preocupava bastante os ponteiros e o Movimento Social dos Pontos de Cultura que havia surgido justamente em contraponto ao atraso político, numa aposta de uma gestão mais dialógica e participativa.

Frente a essa situação se iniciaram articulações políticas entre os ponteiros para ir à Brasília dialogar com a ministra a respeito das divergências e questões internas do PCV a serem resolvidas pelo MinC. Em uma das regionais do interior de São Paulo um dos representantes de Ponto de Cultura que fazia parte da Comissão Paulista dos Pontos de Cultura financiou um ônibus com a premiação que o Ponto de Cultura havia recebido do Edital Tuxaua. Essa primeira ida à Brasília foi enquanto **Frente Paulista dos Pontos de Cultura** aconteceu em fevereiro de 2011, que na verdade depois incluiu ponteiros de outros estados nas proximidades do planalto central, como Distrito Federal e Goiás.

Naquela ocasião, essa organização paralela a CNPdC enquanto representação oficial dos Pontos de Cultura gerou um conflito interno dentro do Movimento dos Pontos de Cultura, o que nos demonstrava que existia uma heterogeneidade de sujeitos e lideranças que em muitos sentidos não se sentiam representados pela CNPdC e optavam por realizar ações de maneira autônoma. Todavia, poucos meses depois, de forma mais estruturada e em contato com diversos estados integrantes da Rede de Pontos de Cultura, a CNPdC organizou a Caravana Cultura Viva que nessa segunda oportunidade, mobilizou

uma expressividade maior de ponteiros de todo o Brasil. De acordo ainda com um dos interlocutores sobre a primeira ida à Brasília:

“Ela teve que abrir as portas. Tremia na hora. Mas, pouca coisa daquilo lá que foi proposto avançou. Muito pouco. Depois, logo na sequência, a gente acabou motivando pra que fosse uma Caravana Cultura Viva, e agora pra gente ir, o estado de São Paulo já gastou a sua munição, como é que a gente vai dar conta de ir essa segunda vez, foi logo na sequência a Caravana Cultura Viva, tinha principalmente a Lei Cultura Viva como uma das bandeiras, tava tendo algumas distorções, e tava sendo travado uns conflitos naquela época, tinha essa coisa também com o desgaste da coisa da Ana de Hollanda, um par de coisas. Caravana Cultura Viva, aí foi eu que banqueei o outro busão, com o meu tuxaua. Banqueei e não pude ir, pra você ter uma ideia. Eu não podia ir, não tinha jeito, eu tinha uma agenda de várias outras coisas importantes pra fazer, mas eu falei vão, então banqueei o busão e a galera foi, foi uma loucura. E aí, deu um pouco mais de avanço, primeiro porque deu uma pressão um pouco maior, porque foram outros estados e tudo mais. De certo modo, quando você falou que o que teve avanço, conseguiu depois de um tempo o pagamento, a gente disse que de fato, a nossa pressão lá acelerou o repasse da verba que tava atrasado, teve os editais cancelados, um monte de história que motivou essa Caravana Cultura Viva também né, o não-repasse dos Pontões nessa época, principalmente de cultura digital leque já tava super articulado contra a Ana, teve um monte de coisa. Eu acho que o momento do ápice do Movimento Cultura Viva, ou como rede articulada, política e tudo mais, ao meu ver foi esse momento, de lá pra cá foi se enfraquecendo cada vez mais”. **(Entrevistado 6)**

Motivados pelas posturas de falta de diálogo da gestão da ministra e que caminhavam na contramão das conquistas dos últimos 8 (oito) anos, o Movimento Nacional dos Pontos de Cultura por meio da CNPdC realizou uma articulação por meio digital com comunicação em sua maioria online, através das listas de discussão da CNPdC e mobilizaram os ponteiros integrantes da Rede dos Pontos de Cultura a se incorporar na Marcha Nacional dos Pontos de Cultura com ida à Brasília. Naquela época, houve uma organização de vários estados com ônibus saindo de diferentes estados do país. Na verdade, essa Marcha nacional foi ampliada para a ideia de ser uma Caravana Nacional dos Pontos de Cultura à Brasília que ocorreu entre os dias 24 e 27 de maio de 2011 e que requereu além de outras coisas a institucionalização do PCV pela aprovação da Lei Cultura Viva.

Foi uma decisão estratégica e uma organização autônoma do Movimento Cultural dos Pontos de Cultura realizar um cortejo cultural com os ponteiros de todo o Brasil até o Congresso Nacional, a fim de reivindicar uma reunião com a Ministra e a Secretária atual do PCV para discutir demandas internas dos Pontos de Cultura e, ao mesmo tempo, fortalecer a audiência pública que haveria naqueles mesmos dias sobre o Projeto de Lei Cultura Viva, que iniciava sua tramitação no Congresso Nacional. Uma vez aprovada,

garantiria a consolidação do Programa Cultura Viva como política estatal permanente. Importante frisar que o projeto de lei foi elaborado e formatado por membros da CNPdC e encaminhado à Câmara Federal por meio da Deputada Jandira Feghali (PCdoB –RJ) que na época era líder da Frente Parlamentar de Cultura (Del Claro, 2013). De acordo com um dos membros da CNPdC sobre a Lei Cultura Viva:

“A própria Lei Cultura Viva que tá tramitando aí, ela é feita à revelia do Ministério da Cultura, ela é feita por uma iniciativa do Movimento Social. A Jandira apresentou a Lei, mas nós que apresentamos a ela, porque a gente precisa que algum parlamentar apresente. Existe uma articulação da comissão nacional, dos movimentos sociais da cultura, que muitas vezes, não são Pontos de Cultura, mas tem um respeito pelo trabalho dos Pontos, existe um apelo social pelo Programa, e assim, o Estado diz e repete, toda vez que a gente cobra e reclama, e que a gente se reúne, toda vez que a gente se reúne, a gente reclama, o Estado fala muito que Pontos de Cultura reclama muito, nós reclamamos muito mesmo e temos do que reclamar, precisamos reclamar, o nosso papel enquanto comissão é esse, elogiar quando tiver que elogiar, mas reclamar também quando tiver que reclamar, lógico que numa postura de respeito, de parceria mesmo, pelo menos nós esperamos estabelecer parcerias com o Estado, não queremos ser amigos íntimos, mas queremos ter a parceria do estado”. **(Entrevistado 5)**

A Caravana Nacional dos Pontos de Cultura teve uma forte adesão dos ponteiros chegando a reunir cerca de 300 (trezentas) pessoas de 16 (dezesseis) estados do país em Brasília ao longo desses 3 (três) dias de mobilizações políticas e manifestações culturais dos ponteiros. Houve uma cobertura midiática expressiva que mais uma vez expôs as dificuldades de gestão da ministra que tinha a antipatia do Movimento dos Pontos de Cultura que já havia iniciado mobilizações online como a “campanha sou Min (CC)” em referência a *Creative Commons* e campanhas pedindo a saída da ministra com #foraAnadeHollanda, como também, de uma série de intelectuais e artistas que, posteriormente, em 2012 enviaram uma carta à presidenta Dilma pedindo a sua saída do Ministério expressando o descontentamento com sua linha de atuação com foco voltado para atender os anseios da elite cultural do país (Del Claro, 2013). Em razão de todas essas mobilizações e pressão da sociedade civil organizada a respeito da gestão da ministra Ana de Hollanda, a presidenta Dilma decidiu afastá-la do cargo em setembro de 2012. Essa decisão significou uma grande conquista para o movimento social dos Pontos de cultura, consequência, de seu poder de mobilização política e organização coletiva. Posteriormente, a ministra Ana de Hollanda foi substituída por Marta Suplicy.

Podemos pensar esse episódio de duas maneiras que podem ser úteis para a compreensão dos argumentos que exploramos aqui nessa tese. A primeira interpretação é que a gestão de Ana de Hollanda no MinC em descompasso com a proposta elaborada de fortalecimento da cidadania por meio da participação social revela a força da sociedade civil organizada em relação ao Estado e a potência para manter suas conquistas, já que foi a partir da pressão popular que ela foi destituída.

A segunda interpretação é de que a gestão dela refletiu a persistência de uma cultural centralizadora e elitista não somente no meio estatal, mas entre setores importantes da classe intelectual, mesmo os considerados de esquerda. A realidade provavelmente é que na política cultural brasileira, assim como em outras áreas parece que a alternância deu lugar para o lado da dimensão centralizadora e autoritária.

A gestão de Marta Suplicy no MinC se concentrou mais para a temática da Economia Criativa e deu uma ênfase ainda maior a diversidade cultural que começou a funcionar como um contraponto à cidadania cultural. Vilutis (2015) nos explica as mudanças burocráticas que a Secretaria do Programa Cultura Viva passou durante a gestão da ministra da época: “Em 2012 a Secretaria de Cidadania Cultural (SCC) responsável pela gestão do programa Cultura Viva, foi fundida à Secretaria de Identidade e Diversidade Cultural (SID), dando origem à Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural (SCDC)” (Vilutis, 2015, p.131).

Sem interferir no orçamento que era destinado ao PCV, a Ministra deu grande ênfase na sua gestão ao replicar em nível federal um projeto que havia implementado durante o seu mandato na Prefeitura de São Paulo (2001-2004): as Praças de Esporte e Cultura (PAC) que recebera agora o nome de Centros de Artes e Esportes Unificados (CEUs). Sua proposta era investir na infraestrutura desses grandes centros nas periferias do país e assim congrega esporte, lazer e cultura; Esses espaços estariam integrando ainda serviços assistenciais, qualificação para o mercado de trabalho, entre outras políticas emergenciais para as zonas de vulnerabilidade social e com altos índices de violência de diversos municípios do Brasil. Esse projeto envolvia a participação de diversos outros ministérios como parceiros para além do MinC como executor (Vilutis, 2015).

Durante a gestão de Marta Suplicy, houve uma concentração em revisar e avançar na implantação do Redesenho dos Pontos de Cultura, mesmo que, não tenha acontecido da maneira na qual tenha sido programado pela gestão em função justamente da abertura para construção coletiva e da pressão da sociedade civil organizada (HOLLANDA,

2018). Outro foco importante foi o reforço aos processos de institucionalização e aperfeiçoamento do Programa Cultura Viva e um direcionamento da gestão em encaminhar nas instâncias federais e realização de diálogo com políticos para aprovação da Lei Cultura Viva na Câmara e no Senado Federal o que somente foi ocorrer em julho de 2014.

Não só os representantes da CNPdC mas os ponteiros que faziam parte do Movimento Nacional dos Pontos de Cultura em todo Brasil participavam ativamente da construção das Conferências de Cultura nas suas etapas municipais, estaduais e nacional. É importante ressaltar que existia naquele período uma efervescência e estímulo a participação popular e uma atmosfera política que incentivava o engajamento para a elaboração coletiva entre estado e sociedade civil. Sendo assim, foi possível perceber o protagonismo do Movimento Nacional dos Pontos de Cultura em outras áreas como na construção coletiva do Sistema Nacional de Cultura (SNC) que avançava, assim como, o Plano Nacional de Cultura (PNC) e o cumprimento das suas metas (Vilutis, 2015), além de ocupação de assentos em conselhos de cultura federal, municipais e estaduais pelos ponteiros, entre outras instâncias de participação que a formação da Rede do PCV acabou potencializando.

No que se refere à abertura de diálogo com a CNdPC, diferentemente da gestão anterior da ministra Ana de Hollanda, a Secretária responsável pela (SCDC), Márcia Rollemberg, se mostrou interessada em manter a abertura de interlocução com os representantes eleitos num reconhecimento das instâncias de participação popular, mesmo havendo, em inúmeros contextos, diversos embates a respeito das pautas apresentadas pelo MinC e a posição da CNPdC e do Movimento Nacional dos Pontos de Cultura, que muitas vezes destoava das propostas do Ministério da Cultura.

“(...) Entra a Márcia que muda completamente essa história. Ela diz “eu não converso com o governo, eu converso com a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura”. Ela é muito institucionalista, a Márcia. Isso daí não significa que tô elogiando a Márcia, não tenho nenhuma relação com a Márcia, não conhecia ela, continuo não conhecendo. Ela é de Brasília, eu sou de Niterói. Minha relação com a Márcia, literalmente, é relação de ponteiro da Comissão Nacional com a Secretária de Plantão, só isso. Agora, não pode negar que ela, com uma semana, convocou uma reunião com a Comissão. Aí a história teve uma repercussão muito positiva. Dois meses depois ela convoca nova reunião com a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura e reafirma “eu só converso com os Pontos de Cultura e com a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura”(...).
(Entrevistado 14)

Mesmo existindo um reconhecimento da importância da CNPdC durante a gestão da Marta Suplicy e da Márcia Rollemberg é importante destacar que esse período que vai da entrada da gestão da Ana da Hollanda no MinC e, posteriormente, quando a Marta Suplicy assume temos aí um longo hiato de quase 4 (quatro) longos anos com ausência dos encontros nacionais dos Pontos de Cultura, já que a TEIA da Diversidade só foi ocorrer em maio de 2014. As TEIAs, assim como, os novos editais não foram lançados mais em nível Federal. O último edital dos Pontos de Cultura ocorreu em 2010 como também a última TEIA dos Pontos de Cultura. Portanto, não deixou de ser uma pauta constante da CNPdC nos ofícios, cartas abertas e manifestos escritos ao MinC a exigência pela realização dos encontros nacionais.

Após esse longo período sem realização das TEIAs, existiu uma permanência da mesma gestão da CNPdC já que as eleições só ocorriam durante os encontros nacionais e, por consequência, a realização dos fóruns. A próxima e última TEIA nacional só foi ocorrer em maio de 2014 em Natal ainda durante a gestão de Marta Suplicy. Naquela oportunidade ocorreram as novas eleições da CNPdC já em 2014 durante o Fórum realizado da Teia da Diversidade.

No entanto, as queixas em relação a permanência das mesmas lideranças na CNPdC eram bem anteriores a esse processo de ausência das TEIAs e das eleições. Muitos ponteiros inclusive entre os entrevistados que em algum momento participaram da gestão da CNPdC e saíram tinham inúmeras críticas às posturas da CNPdC em relação a centralização das informações, falta de diálogo com a base e pouca rotatividade entre os seus membros, existindo permanências de representantes mesmo após as eleições consecutivas que se seguiam, e nessa perspectiva, determinado controle do processo por algumas poucas lideranças.

Entre as entrevistas com vários interlocutores existiam recorrências de questionamentos de que a CNPdC não representava as bases dos Pontos de Cultura se distanciando numa posição de maior proximidade com o Estado, muitas vezes dando base para respaldar seus interesses, que em muitos sentidos, divergiam dos interesses do Movimento Nacional dos Pontos de Cultura. Outra situação comum foi a participação de alguns ponteiros integrando a gestão do MinC por convite de alguns gestores, ocorrendo aí um processo de incorporação estatal de alguns representantes. De acordo com um deles:

“(...) eu fui convidado pelo Célio Turino para compor a equipe do MinC, que ele também num determinado momento ele passou a considerar que ele não tinha na equipe dele, pessoas oriundas dos Pontos de Cultura e desse

movimento, que pudesse ter mais leitura e sensibilidade do que era as demandas dos pontos de cultura, então houve um processo nesse momento aí, de migração de vários ponteiros, pessoas que eram da rede de pontos, e que passaram a ser gestores do programa, isso aconteceu bastante, e isso foi o meu caso também (...)" **(Entrevistado 10)**

Não é de hoje que ocorre no Brasil desde muito tempo em diferentes gestões de governo sejam eles autoritários ou democráticos, o processo de adequação no que é definido por Antônio Gramsci como incorporação e “cooptação” de intelectuais de oposição pelo Estado (Coutinho, 2006). De certa forma temos aí uma dissonância entre o fomento a um movimento cultural e ao mesmo tempo a integração desses mesmos membros da sociedade civil organizada ao Estado.

Em muitos processos algumas falas dos representantes da sociedade civil organizada nos traziam a dúvida sobre se a escolha do formato de “comissão” seria a melhor escolha ou não para esse processo de pactuação ressurgindo a incerteza e a falta de transparência nessa relação pactuada no que se refere a de que maneira esse compartilhamento com o poder público incidiria efetivamente na agenda da política pública de cultura?

Ainda sobre a escolha pela criação da CNPdC como instância representativa e de articulação do Movimento dos Pontos de Cultura:

“A política pública como todas as outras, são políticas implementadas dentro de um governo, de um partido, de uma correlação de forças, de uma divisão de forças, então, pra mim é muito notório que quando se lança essa questão, articular esse movimento, e isso tá disseminado via governo... – Ah, então, temos que emplacar a Comissão Nacional de Pontos de Cultura, vai ser o espaço de diálogo, de debate, que a gente vai construir... Quando isso chega nesse ponto, o que se conforma é uma necessidade de se criar uma roupa de guerreiro pra um bebê. E aí o bebê quando ele entra dentro ele fica feliz, porque ele acha ela bonita, brilhante e cheia de coisa, mas quando ele entra dentro ele mal consegue mexer o braço, ele se perde lá dentro, fica folgado. Eu sinto muito assim, a metáfora pra mim é exatamente essa”. **(Entrevistado 7)**

Aqui segue uma crítica de um dos representantes, que, participou inicialmente da CNPdC mas se desligou desse espaço de representação política, na qual ele explicita sua posição no que se refere a um descompasso entre um planejamento estatal para com a aposta na criação e o fomento de um movimento social pela sociedade civil organizada, e ao mesmo tempo, as temporalidades diferentes existentes dentro da heterogeneidade de ideias e posições que marcavam os participantes da política cultural dos Pontos de Cultura.

Após esse longo período de escassez de encontros presenciais e realização das TEIAs ocorre a TEIA da Diversidade em Natal que aconteceu em julho de 2014, e poucos meses depois, finalmente acontece a aprovação e a criação da Lei nº 13.018 nas instâncias federais que institui a “Política Nacional de Cultura Viva” ou “Lei Cultura Viva”, que, no entanto, passando a vigorar somente em 2015, por meio da Instrução Normativa Nº 01, de 07 de abril de 2015. Uma conquista do Movimento Nacional dos Pontos de Cultura resultado de muitas lutas e mobilização para consolidação da Política Pública dos Pontos de Cultura em longo prazo, com o intuito de garantir a sua continuidade para além das instabilidades de mudanças de gestões de governo que eram constantes.

Podemos destacar entre os principais pontos que avançam na Política Pública do Programa Cultura Viva com a instituição da Lei nº 13.018: a criação de um **Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura**, no qual as entidades culturais poderiam por meio da “autodeclaração” se denominarem Pontos de Cultura sem, no entanto, ter acesso ao recurso público por meio da submissão aos editais, mas podendo integrar a Rede que passou a ter um aumento significativo de participantes. E o segundo tópico que avança também nesse processo é a simplificação da relação burocrática e jurídica entre Estado e sociedade civil com a inclusão do **Termo de Compromisso Cultural** – TCC que passa a ser simplificado e adaptado a percepção das peculiaridades das entidades culturais (Melo, 2016)

Notoriamente que a conquista pelo Movimento Nacional dos Pontos de Cultura e, conseqüentemente, da CNPdC como instância representativa desse grupo, da institucionalização da Lei Cultura Viva se configura como o momento máximo pelo qual suas lutas se concentravam até o momento, que era nada mais do que a sustentabilidade dessa ideia de cultura ampliada e promoção da cidadania cultural que o MinC trazia agora, por meio da transformação de um programa de governo numa política estatal brasileira.

É claro que, mesmo compreendendo os avanços desse processo para a sociedade civil organizada, sabemos também que existem diversas conjunturas na realidade brasileira na quais, nem sempre o estabelecimento de algo na lei significou o cumprimento desta pelo poder público. No entanto, não cabe ao nosso recorte nessa pesquisa analisar os anos que sucederam após a aprovação e implementação da Lei Cultura Viva e seus possíveis impactos.

Com efeito, compete a nossa pesquisa aqui reconhecer que no período estudado houve um intenso processo de politização do campo cultural brasileiro no qual os Pontos

de Cultura e a CNPdc tiveram um papel central, não só por meio da participação social, pressão ao MinC e disputas em torno da construção da agenda da política pública de cultura, mas também, por meio das articulações paralelas com outros agentes culturais de diversos estados e municípios na criação de redes e trocas culturais independentes do MinC fazendo uso da Rede Cultural do Programa Cultura Viva que nada mais fez que possibilitar o encontro de representantes de entidades culturais que já atuavam na área cultural e realizavam processos participativos na vida cultural afirmando suas necessidades culturais nas suas comunidades e contribuindo para o desenvolvimento social.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os anos de 2004 a 2014 no Brasil foram caracterizados por uma visão predominante na gestão estatal do MinC no governo federal em construir uma política pública de cultura aliada a processos participativos. Essa política pública de cultura envolveu diversos segmentos sociais e culturais da sociedade brasileira sob o intuito de promover a cidadania cultural e a participação cidadã.

Dentro desse alinhamento de processos participativos na cultura de uma maneira mais ampla tivemos a realização de conferências de cultura, elaboração de um Sistema Nacional de Cultura, mesmo com todas as suas dificuldades, em parceria com estados e municípios, participação social em diversos conselhos, fóruns setoriais, entre outros espaços de diálogo da sociedade civil organizada na relação com a gestão pública estatal. Em outras palavras, toda uma conjuntura política voltada para processos de democratização da sociedade por meio de construções conjuntas por meio de políticas públicas.

No caso específico dessa tese de doutorado, nos propomos a investigar a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura (CNPdC) como objeto de pesquisa, na sua relação com o MinC, a fim de perceber como ocorreu esse processo de “gestão compartilhada” pressuposto, no sentido de saber até que ponto os parâmetros pactuados de participação e construção de cidadania cultural garantiram efetividade e impactaram na remodelação da agenda das políticas culturais e nas decisões políticas como um todo

Temos clareza que a política pública de cultura dos Pontos de cultura como parte integrante do Programa Cultura Viva funcionou como o grande destaque dessa propositura, já que, foi através dela que ocorreu uma democratização do acesso cultural, inclusão social das classes subalternas atuantes na área cultural e incentivo à participação política desses diversos agentes, com a postura de incorporar na gestão estatal a abertura para um conceito de cultura ampliada no sentido “antropológico”.

Todavia, baseada no que discutimos até agora, podemos dizer que nossa hipótese caminhou muito mais no sentido de entender uma intencionalidade estatal, com um estímulo direcionado na formação de um movimento social cultural junto as representações políticas dos Pontos de cultura, numa intervenção que algumas vezes minava a autonomia e processos de organizações e decisões da CNPdC. Além disso, a própria relação de surgimento de um movimento social de cultura pelas vias institucionais, assim como a dependência financeira do MinC para o encontro das

lideranças políticas e os processos de reuniões e deliberações, nos apontava assim, para um processo de incorporação da sociedade civil organizada, mesmo que, sobre uma postura democrática de estímulo à participação.

Essa percepção nossa, foi guiada também, por todo um arcabouço teórico que salienta o histórico da tradição “patrimonial” e “centralizadora” do Estado brasileiro, em conduzir processos por meio de suas elites políticas e intelectuais que ocupam posições estatais de poder, existindo inúmeros conflitos na tentativa de programar e executar uma política cultural democrática e participativa por um lado, diante das reproduções e permanências de relações patrimoniais e estruturas burocráticas vigentes que se tornaram impeditivos para correlacionar a relação entre teoria e prática. Foi nosso intuito perceber de que maneira esse diálogo por meio de uma “gestão compartilhada” entre estado e sociedade civil organizada foi capaz de produzir mudanças substantivas.

No entanto, ao passo que, a pesquisa foi se desenvolvendo, percebemos que, era necessário realizar outras mediações, a fim de compreender melhor a equação na qual a CNPdc estava vinculada, já que, existia uma identificação enquanto movimento social, um engajamento e funcionamento em rede enquanto coletivo que se compreendia e compartilhava dos mesmos ideais, posturas de oposição ao que eram considerados retrocessos dentro das suas conquistas, afirmação de suas reivindicações e disputas políticas com o Estado através de ações de pressão social, no sentido de garantir suas realizações, como também, discutir a permanência e sustentabilidade dessa política pública de cultura no amparo da sua continuidade por meio de uma lei, como foi à luta e pressão do movimento e da CNPdc pela institucionalização da Lei Cultura Viva.

Nesse sentido, na consideração desses diversos fatores, observamos na política cultural dos Pontos de cultura o que chamamos de dialética do patrimonialismo e da democratização da sociedade brasileira. Uma oscilação entre movimentos democráticos e contra movimentos de tendência centralizadora e autoritária.

Posto isto, compreendemos que houve uma aposta do MinC nesse período em compreender a cidadania cultural enquanto um direito social básico e o avanço na constituição de direitos culturais, entretanto, ocorreram muitos entraves para a efetuação dessa aposta, em razão, inclusive, de processos não estruturados de cidadania na sociedade brasileira que geram uma desigualdade social e cidadania incompleta, na qual, pensar a cultura enquanto direito social básico é a todo momento um processo de reatualização e idas e vindas dentro das mudanças de cargos nas composições de gestão estatal da cultura.

Nessa perspectiva, é importante lembrar que a política cultural dos Pontos de cultura foram um meio importante para a realização de cidadania cultural, mas não a cidadania cultural em si, já que a universalização da cidadania cultural exige uma pedagogia social, é verdade, que, os Pontos da cultura tiveram um papel importante nisso, em inúmeros momentos agindo como educadores que exerceram uma pedagogia social a respeito da cultura. O processo de organização política da CNPdc em torno da sua identidade enquanto movimento social e suas construções coletivas também foram processos educativos internos que foram responsáveis por um sentimento de pertença enquanto grupo e processos de mobilizações que foi possível ver repercutidos em ocasiões posteriores ao momento do recorte estipulado nesta tese. Assim, é importante registrar que, as políticas dos Pontos de cultura tiveram sim, uma importante contribuição para o desenvolvimento da cidadania cultural. No entanto, o problema, como foi mostrado aqui é que, frequentemente o que deveria ser um meio se transformou numa finalidade em si; a reprodução do espaço institucional se transformou num objeto principal da luta. Os constantes problemas institucionais do MinC em gerenciar uma política pública de cultura da magnitude e do alcance territorial que teve a política dos Pontos de cultura, com as dificuldades geradas para a realização das transferências de recursos públicos junto às organizações sociais, para o cumprimento do calendário de suas atividades, o quadro de pessoal reduzido administrativo e financeiro do MinC, os descompassos em relação a modalidade de parceria através do convênio e as cobranças às instituições culturais a respeito de regras administrativas provocaram discordâncias entre os conceitos do Programa Cultura Viva e o que estava sendo aplicado na prática.

O que percebemos é que, a reprodução dos Pontos de cultura se tornou a preocupação principal da política cultural. As razões para isso encontram-se na história do Brasil na herança do Estado patrimonial, de uma sociedade civil fragilizada e de uma cidadania restrita. O programa político da CNPdc ficou completamente dependente do Estado, no sentido de que boa parte da sua atuação estava correlacionada a ser um elo de ligação e buscar alternativas de soluções para os problemas de gerenciamento do Programa Cultura Viva.

Mesmo ocorrendo avanços no que se refere a abertura do Estado para a implementação de uma política pública de cultura aliada a processos participativos, no que abrange os mecanismos participativos elaborados para a relação com a CNPdc houve uma ausência estatal de uma melhor estruturação a respeito dessa abertura de “gestão compartilhada” no sentido de uma definição clara e transparente do impacto das deliberações da sociedade civil organizada nas decisões políticas e na construção conjunta da agenda da política cultural. Muitas vezes acabou se confundindo o que era competência

do MinC ou o que era da CNPdC. Sem isso, não é possível garantir a efetividade da participação e dos seus mecanismos. Havendo uma disputa político e cultural constante por parte do movimento nacional dos Pontos de cultura e da CNPdC por pressionar e reivindicar suas bandeiras, com diversas lutas nas quais conseguiram afirmar suas exigências e demonstrar a sua força de resistência e de organização política na defesa dos seus interesses em diversas ocasiões.

Nesse raciocínio, pensar em políticas públicas de cultura participativas e com foco na cidadania cultural, a nosso ver, tem a ver com elaborar novas formas de democratização do Estado e definição de processos participativos, levando em conta a complexidade do campo da cultura e da diversidade cultural dos seus agentes e a promoção de liberdade cultural para a participação na vida cultural e nos processos políticos que a integram.

Na sociedade brasileira, muito temos ainda que aprender e construir no sentido de práticas colaborativas entre Estado e sociedade civil organizada na área das políticas culturais compreendemos o que ocorreu no MinC nesse período estudado como um período de avanços que precisariam de melhor estruturação, entretanto, a sociedade brasileira sempre está funcionando como um pêndulo de processos dialéticos entre um padrão autoritário versus uma perspectiva democratizante. No momento de escrita desse trabalho, nos encontramos mais uma vez tomados por um momento de grande retrocesso para as políticas culturais e para os processos participativos e democráticos desde o golpe realizado contra a presidenta eleita Dilma Rousseff. A gestão provisória do governo federal do presidente Michel Temer, e mais contemporaneamente, todos os processos de derrocadas das políticas culturais e da extinção do MinC realizados nos últimos anos durante a ascensão do fascismo em diversas esferas da sociedade e o avanço do governo do presidente Jair Bolsonaro.

Nos resta apenas almejar que os processos simbólicos mais amplos ocasionados pela cultura participativa do início dos anos 2000 possam fortalecer a sociedade civil organizada não apenas na cultura, mas também na política, a fim de que a balança do poder possa mais uma vez apontar para processos de governanças colaborativas e de valorização da participação social ainda com suas dificuldades de equilibrar as tradições arraigadas na nossa sociedade com a implementação de políticas públicas democráticas.

ⁱⁱO Programa Mais Cultura era estruturado a partir três principais ideias: a cultura relacionada à cidadania, a cultura relacionada às cidades, e a cultura relacionada à renda. Além disso, a sua proposta era priorizar áreas com baixo nível de escolaridade e desenvolvimento e locais com altos índices de violência. Sua proposta era contribuir para o acesso, tanto na qualidade de vida quanto na questão econômica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- AVRITZER, Leonardo. (org) **A participação em São Paulo**. São Paulo: Editora Unesp, 2004.
- AVRITZER, Leonardo. **Introdução**. In: Efetividade das Instituições Participativas no Brasil: Estratégias de Avaliação/organizador: Roberto Rocha C. Pires. Brasília: Ipea, 2011. V7 (372p.): gráfs., tabs. – (Diálogos para o desenvolvimento).
- ANDERSON, Perry. **Passagens da Antiguidade ao Feudalismo**. Editora Unesp, 2016.
- AYLLÓN, B. La cooperación internacional para el desarrollo: fundamentos y justificaciones em la perspectiva de la teoría de las relaciones internacionales. Carta Internacional, v. 2, n. 2, p. 32-47, out. 2007.
- BARBALHO, Alexandre. **Relações entre Estado e Cultura no Brasil**: Rio Grande do Sul: Editora Unijuí, 1998.
- BARBERO, JESÚS MARTIN. Desarrollo y cultura o la globalización desde abajo. In: MARTINELL, A. (coord.). **Cultura y Desarrollo**. Um compromiso para la libertad y el bienestar. Fundación Carolina, Ed. S. XXI, Madrid, 2010.
- MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade. Trad. Carlos F. Moisés. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1987.
- BEZERRA, Jocastra HOLLANDA. BARROS, José Márcio. O Cultura Viva e sua potência discursiva. Políticas Culturais em Revista, 2(7), p. 118-135, 2014.
- BOTELHO, Isaura. **As dimensões da cultura e o lugar das políticas públicas**. Revista São Paulo em Perspectiva. São Paulo, v. 15, n. 2, 2001.
- BOTELHO, Isaura. **A política cultural & o plano das ideias**. In: BARBALHO, Alexandre; RUBIM, Albino (Org.). Políticas culturais no Brasil. Salvador: EDUFBA, 2007.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Nação, Estado, e Estado-nação**. Artigo acessado em 20 de Fevereiro, no endereço: www.bresserpereira.org.br, versão de 18 de Março de 2008.
- CALABRE, Lia. **Escritos sobre políticas**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2019.
- CALABRE, Lia. **Políticas culturais no Brasil**: Balanço e Perspectivas. Trabalho apresentado no III ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura,

realizado entre os dias 23 a 25 de maio de 2007, na Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador-Bahia-Brasil.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. O longo Caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CLIFFORD, James. **Sobre a autoridade etnográfica**. In: A experiência Etnográfica: antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

COELHO, Teixeira. (orgs) **Cultura e Estado: A política cultural na França 1955-2005**. Introdução e organização Philippe Poirrier, Geneviève Gentil; [tradução Ana Goldberger]. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2012.

COELHO, Teixeira. **Introdução**. In: MEYER-BISCH, Patrice. Bidault, Mylène. Trad. Ana Goldberger. **Afirmar os direitos culturais: Comentário a Declaração de Friburgo**. São Paulo: Itaú cultural, Editora Iluminuras, 2014.

COELHO, Teixeira. **Direito cultural no século XXI: Expectativa e complexidade**. In: Revista Observatório Itaú Cultural / OIC – n.11(jan/abr.2011) – São Paulo, SP: Itaú Cultural, 2011.

COELHO, Teixeira. **O Novo Papel dos Direitos Culturais: Entrevista com Farida Shaheed, da ONU**. In: Revista Observatório Itaú Cultural / OIC – n.11(jan/abr.2011) – São Paulo, SP: Itaú Cultural, 2011.

COHN, Gabriel. **A concepção oficial de política cultural nos anos 70**. In: Estado e Cultura no Brasil. (org.). Sérgio Miceli. São Paulo: Difel, 1983.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Cidadania e Modernidade**. Perspectivas, São Paulo, número 22, p. 41-59, 1999.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Intervenções: o marxismo na batalha das ideias**. São Paulo: Cortez, 2006.

CUÉLLAR, Javier Pérez de. (Org.). **Nossa diversidade criadora**. Brasília: UNESCO; Campinas, SP: Papirus, 1997.

DEL CLARO, Patrícia. **Possibilidades e constrangimentos na gestão participativa: um estudo de caso do programa Cultura viva**. Dissertação de mestrado. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2013.

DE SWAAN, Abram. In care of the state. Healthcare, education and welfare in Europe and the USA in the modern era. Cambridge, Polity Press, 1988.

DELLA PORTA, D.; Diarini, M. **Social Movements: an introduction**. Malden, MA, Blackwell Publishing, 2006.

DIANI, M. **Networks and social movements: a research programme**. In: DIANI, M.; MCADAM, D. (Ed). Social movements and networks. Relational approaches to collective action. Oxford: Oxford University Press, 2003.

EVANGELISTA, Ely. **A UNESCO e o mundo da cultura**. Goiânia: Editora Universidade Federal de Goiás: UNESCO, 2003.

FERNANDEZ, Xan M. Bouzadas. **Financia acerca de la origen e Genesis de las políticas culturales occidentales**: Arqueología e Derivas. O público e o Privado n.9, Janeiro de 2007.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**: Formação do Patronato Político Brasileiro. São Paulo: Globo, 2008.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? **Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”**. cadernos de campo, São Paulo, n. 14/15, p. 1-382, 2006.

FURTADO, Celso. **Cultura e desenvolvimento em época de crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GARCÍA - CANCLINI, Nestor Garcia. **Consumidores e Cidadãos**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1989.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. 2ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GRAMSCI, Antônio. **Literatura e Vida Nacional**. 2ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1989.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 1. 4.^a Ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2006.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 2. 4.^a Ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2006.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, v. 3, 2000.

GRUMAN, Marcelo. **A UNESCO e as políticas culturais no Brasil**. In: Políticas Culturais em Revista, vol. 2, 2008.

- HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1996.
- HOBBSBORN, Eric J. **A Era das revoluções (1789-1848)**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2009.
- HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: A gramática moral dos conflitos sociais. Rio de Janeiro: Editora 34, 2003.
- JAMESON, Fredric. **A cultura do dinheiro**: ensaios sobre a globalização. Petrópolis (RJ): Vozes, 2001.
- KYMLICKA, Will. **Multicultural Citizenship**: A Liberal Theory of Minority Rights. Oxford: Oxford University Press, 1995.
- LAVALLE, Adrian Gurza. **Cidadania, igualdade e diferença**. Revista Lua Nova, N. 59, 2003.
- LIMA, Deborah Rebello **As teias de uma rede**: uma análise do Programa Cultura Viva. Dissertação de mestrado: Rio de Janeiro, CPDOC, 2013.
- LOMBARDI-SATRIANI, Luigi M. **Antropologia Cultural**: e análise da cultura subalterna. São Paulo: Editora Hucitec, 1986.
- MACHADO, Bernardo Novais da Mata. **Direitos humanos e direitos culturais**. (2007)
- MACPHERSON, Crawford Brough. **The life and times of liberal democracy**. Oxford University Press, 1977.
- MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MARTINELL, Alfons. “**Aportaciones de la Cultura al Desarrollo y a la lucha contra la pobreza**” In: MARTINELL, A. (coord.). **Cultura y Desarrollo**. Un compromiso para La libertad y El bienestar. Fundación Carolina, Ed. S. XXI, Madrid, 2010.
- MARTINELL, Alfons. **As relações entre cultura e desenvolvimento no contexto atual**. EUROAMERICANO . VIII Campus de Cooperação Cultural. Laboratório de Pesquisa e Inovação em Cultura e Desenvolvimento. Cartagena de Índias – Girona. 2012.
- MARTINELL, Alfons. OBIOLS, Urgell Funollet. “**Derechos culturales y desarrollo**: uma proposta de análisis de sus impactos” In: MARTINELL, Alfons (Coord). **Impactos de La dimensión cultural al desarrollo**. Girona: Cátedra UNESCO de Políticas Culturales y Cooperación de La Universitat de Girona: Documenta Universitaria, 2013.
- MARTINELL, Alfons. **Cultura para el Desarrollo y Educación: Ciudadanos globales**. Aportación al Encuentro de Cátedras UNESCO de España. Valencia: Novembro de 2015.

- MEDEIROS, Rogério de Souza. **Sociedade civil e Autonomia**: Um estudo sobre as atuais relações entre as ONGs da RMR e o Estado. Dissertação apresentada ao Programade Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco em 2002.
- MELO, Bruno Henrique Rodrigues de. Desenvolvimento e políticas culturais de base comunitária na América do Sul: Estudo comparado Brasil-Argentina. Dissertação de mestrado: Brasília, Universidade de Brasília, 2016.
- MELUCCI, Alberto. **Challenging codes**: collective action in the information age. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente. Movimentos sociais nas sociedades complexas**. Rio de janeiro: Vozes, 2001.
- MICELI, Sérgio. **Estado e Cultura no Brasil**. (org.). Sérgio Miceli. São Paulo: Difel, 1983.
- MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MILLER, Toby. **Cultural Citizenship**: Cosmopolitanism, Consumerism, and Television in a Neoliberal Age. Philadelphia: Temple University Press, 2007a.
- PEDRO. Jesús. Pietro de. **Direitos Culturais, o filho pródigo dos direitos humanos**. In: Revista Observatório Itaú Cultural N. 11. São Paulo, SP: Itaú Cultural, 2011.Revista Observatório Itaú Cultural / OIC – n.11(jan/abr.2011) – São Paulo, SP: Itaú Cultural, 2011. **Dossiês Direitos Culturais**: Um Novo papel.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. **A imaginação a serviço do Brasil**: Programa de Políticas Públicas de Cultura. São Paulo, PT, 2003.
- PHILIPPE POIRRIER, GENEVIÈVE GENTIL / introdução e organização. [tradução Ana Goldberger]. **Cultura e estado**: a política cultural na França, 1955-2005. - São Paulo, Iluminuras: Itaú Cultural, 2012.
- PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o Bloco Histórico**. 6ª Ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução política do Brasil**: e outros estudos / Caio Prado Jr. Entrevista Antônio Cândido; posfácio Paulo Henrique Martinez. — 1a Ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- RÊGO, Walquíria Leão. **Aspectos teóricos das políticas de cidadania**: Uma aproximação ao Bolsa-Família. Lua Nova, São Paulo, 73: 147-185, 2008.
- REIS, Elisa Pereira. **Percepções das elites sobre pobreza e desigualdade**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 15. Número 42. Dossiê Desigualdade: Fevereiro, 2000.

REIS, Elisa. **Processos e Escolhas**: Estudos de sociologia política. Rio de Janeiro: Contracapa livraria, 1998.

ROCHA, Sophia Cardoso. **Programa Cultura Viva e seu processo de estadualização na Bahia**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Comunicação, Salvador, 2011.

Relatório do Desenvolvimento Humano 2004. Liberdade cultural num mundo diversificado. Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento. Tradução José Freitas e Silva, Portugal, 2004.

ROLLEMBERG, Márcia. **Cidadania e Diversidade Cultural com Participação Social**. 2014. Trabalho apresentado no V SEMINÁRIO INTERNACIONAL – POLÍTICAS CULTURAIS – 7 a 9 de maio/2014. Setor de Políticas Culturais – Fundação Casa de Rui Barbosa – Rio de Janeiro – Brasil.

ROSALDO, Renato. **La pertenencia no es un lujo**: Procesos de ciudadanía cultural dentro de una sociedad multicultural. Saberes y razones. Desacatos n3, Mexico, 2000. Acessado em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1607-050X2000000100004.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. **Panorama das Políticas culturais no mundo**. 24 de Maio de 2012.

SANTOS, Boaventura de Souza. Os processos da globalização. In: SANTOS, B. S. (Org.). **Globalização: fatalidade ou Utopia**. Porto: Afrontamento, 2001.

SAES, Décio Azevedo Marques. **Cidadania e capitalismo**: Uma crítica a concepção liberal de cidadania. Revista Crítica Marxista, p. 09-38, 2000.

SARAVIA, Enrique. **Que financiamento para que Cultura?** O apoio do setor público para a atividade cultural. RAP. Rio de Janeiro n (I): 89-119. JAN/FEV. 1999.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Sobre o autoritarismo brasileiro. São Paulo, Companhia das Letras, 2019.

SILVA, Bárbara M.D.T.L. **Emancipação ou entretenimento?** Um estudo sobre a atuação dos intelectuais e artistas da Funjope (2005-2008) na construção de políticas de cultura. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco em 2010.

SOUZA, Alexandre Arantes. VENÂNCIO, Romero. **Políticas Culturais no Brasil**: tristes tradições, resistências e incertezas no Brasil pós-golpe. In: TELLA, Marco

Aurélio Paz Tella. Coletânea Observacult: cultura, políticas culturais, e transversalidades em tempos de incerteza. João Pessoa: Editora UFPB, 2020. 2v

SILVA, Frederico Barbosa da. LABREA, Valéria. **As múltiplas redes do Programa Cultura Viva**. Texto para discussão. Rio de Janeiro: Fevereiro, 2017.

STEVENSON, Nick. **Cultural citizenship: cosmopolitan questions**. Open University Press, 2003.

TATAGIBA, Ferreira Luciana. **A questão dos atores, seus repertórios de ação e implicações para o processo participativo**. In: Efetividade das Instituições Participativas no Brasil: Estratégias de Avaliação/organizador: Roberto Rocha C. Pires. Brasília: Ipea, 2011. V7 (372p.): gráfs., tabs. – (Diálogos para o desenvolvimento).

TURNER, Bryan. Outline of a Theory of Citizenship. **Sociology**. Vol 24, N 02, p. 189-217, Sage, 1990.

TURNER, Bryan. ISIN, F Engin. **“Citizenship Studies: An Introduction”**. In: Handbook of citizenship studies. Edited by Engin F. Isin & Bryan Turner. London: SAGE Publications, 2002.

UNESCO. **Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais**. Brasília, 2006.

_____. **Declaração universal sobre a diversidade cultural**. In: BRANDT, Leonardo (Org.) Diversidade cultural. Globalização e culturas locais: dimensões, efeitos e perspectivas. São Paulo: Escrituras: Instituto Pensarte, 2005.

VIEIRA, Mariella Pitombo. **Reinventando sentidos para a cultura**. Uma leitura do papel normativo da UNESCO através da análise da Convenção sobre proteção e promoção da diversidade das expressões culturais. 2009. Tese de Doutorado (Ciências Sociais). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia.

VILUTIS, Luana. **Cultura e Juventude: A formação dos jovens nos Pontos de Cultura**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

VILUTIS, Luana. **Economia Viva: cultura e economia solidária no trabalho em rede dos pontos de cultura**. Tese {Doutorado - Programa Multidisciplinar de Pós-graduação em Cultura e Sociedade}. Salvador, 2015. Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, 2015.

YÚDICE, George. **A conveniência da cultura: Usos da cultura na era global**. Belo Horizonte, EDITORA UFMG, 2006.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e sociedade**. Tradução de Leônidas H. B. Hegenberg, Octany Silveira da Mota e Anísio Teixeira. São Paulo: Editora Nacional, 1969.

ANEXOS

A N E X O S

A – Edital de divulgação de Nº2, de 29 de março de 2005.

B – Portaria Nº156 de 06 de julho de 2004 que constitui o Programa Cultura Viva.

C – Texto da Cartilha do Programa Cultura Viva: **Que acontece quando se liberta um pássaro?**

D – Texto da Cartilha do Programa Cultura Viva: **Desescondendo o Brasil profundo**

E – Texto da Cartilha do Programa Cultura Viva: **Ponto de cultura.**

F - Fotos de eventos dos Pontos de cultura e participação da Comissão Nacional de Pontos de Cultura.

G – Primeira gestão da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura durante a Teia dos Pontos de cultura em Belo Horizonte em 2007.

H - Regimento Interno da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura – CNPdC, 02 de setembro de 2009.

I - Lei Nº 13.018, DE 22 DE JULHO DE 2014 que **Institui a Política Nacional de Cultura Viva** e dá outras providências.

- J – **“De ponto em ponto a democracia enche o papo”**: Texto lido na abertura do I Fórum Nacional dos Pontos de Cultura, Belo Horizonte, novembro de 2007)

K - **CARTA - Viva a Cultura!** (Carta formulada no Encontro Nacional dos Pontos de Cultura, Belo Horizonte, 28 de agosto de 2007.

L - **PONTOS DE CULTURA. “O parir de um novo movimento cultural e político”**. (Texto lido na abertura do II Fórum Nacional dos Pontos de Cultura, Brasília, novembro de 2008).

M - **Carta do II Fórum Nacional de Pontos de Cultura em Brasília** que apresentou para o Ministério da Cultura ações e sugestões de políticas públicas que apontem no sentido transformação social. Brasília, 15 de novembro de 2008.

N - **Texto preparatório para o III FNPC**, Fortaleza, março de 2010. Rumo ao III Fórum Nacional dos Pontos de Cultura, transformando através da arte.

O - **Carta de Sustentabilidade dos Pontos de Cultura ou Carta de Pirenópolis**. Reunião da CNPdC em Pirenópolis em 28 de novembro de 2010.

P – **Carta de Natal**. Documento elaborado pela CNPdC durante o IV Fórum Nacional dos Pontos de Cultura (IV FNPC), realizado no período de 19 a 20 de maio de 2014 durante a TEIA em Natal / Rio grande do Norte.

Q – Lista dos nomes dos interlocutores entrevistados para pesquisa da tese e transcrições das entrevistas realizadas.

EDITAL DE DIVULGAÇÃO Nº 2, DE 29 DE MARÇO DE 2005

A União Federal, por intermédio da Secretaria de Programas e Projetos Culturais do Ministério da Cultura - SP/MinC, torna público o convite a organizações e instituições sem fins lucrativos, legalmente constituídas e que desenvolvam ações de caráter cultural na área de capoeira, para que apresentem propostas ao Programa Nacional "Cultura, Educação e Cidadania - CULTURA VIVA", nos termos da Lei nº 8.666/93, no que couber, Lei nº 8.313/91, IN/STN 01/97, e nas condições e exigências estabelecidas neste Edital.

A SP/PC, por intermédio deste instrumento, objetiva promover a instalação, como iniciativa piloto, de 10 Pontos de Cultura de Capoeira no estado da Bahia.

1 - DA AUTORIZAÇÃO

1.1 - O Programa foi criado pela Portaria nº 156, de 06 de julho de 2004, do Ministério da Cultura, publicada no Diário Oficial da União de 07 de julho de 2004.

2-DO OBJETO

2.1 - Constitui objeto do presente Edital o apoio, por meio de repasse de recursos em dinheiro e de ações do Programa Cultura Viva, a projetos de entidades sem fins lucrativos (Pontos de Cultura) cujo foco é a capoeira como instrumento de recuperação de auto-estima e de construção da

cidadania de setores sociais excluídos do exercício pleno de direitos assegurados pela constituição, como meio pedagógico e de implementação de uma cultura de paz e de camaradagem e como prática de valorização das tradições culturais e da ancestralidade relacionadas à comunidade à qual está inserida.

2.1.1 - Para um melhor conhecimento do Programa Cultura Viva, sugere-se a leitura do documento **CULTURA VIVA**, disponibilizado no Portal do Ministério da Cultura - MinC, www.cultura.gov.br/Programas_e_Acoes/Cultura_Viva.

3 - DO PRAZO, FORMA E CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 - As entidades que desejarem participar do Programa devem enviar sua proposta, acompanhada de requerimento dirigido à SP/PC, modelo anexo, e dos seguintes documentos:

- REQUERIMENTO**, solicitando ingresso no Programa;
- FORMULÁRIOS DO PROJETO**, devidamente preenchidos e assinados (identificação do projeto e do proponente, dados da instituição proponente, dados do representante da instituição proponente, outros parceiros, desenvolvimento do projeto, público alvo, parcerias,

período de execução, resumo das fontes de financiamento e termo de responsabilidade);

c) **PLANO DE TRABALHO**, devidamente preenchido e assinado (descrição do projeto, cronograma de execução, plano de aplicação, cronograma de desembolso, cadastro financeiro, declaração de adimplência e contrapartida e plano básico de divulgação);

d) **DECLARAÇÃO**, devidamente preenchida e assinada, com o compromisso de envio, no prazo máximo de 30 dias úteis a partir da notificação pela SP/PC/MinC, das certidões necessárias para a celebração do convênio, caso a Instituição seja selecionada.

e) Cópia autenticada do CNPJ da entidade;

f) Cópia autenticada do estatuto da entidade;

g) Cópia autenticada da Ata de Posse ou de Eleição da Diretoria da entidade;

h) Cópia autenticada do RG e CPF do responsável legal ou procurador nomeado (neste caso com cópia autenticada da procuração);

i) **portfólio** das atividades culturais da Instituição ou dos coordenadores do projeto (relatando datas, local de realização, matérias em jornais, revistas, cartazes, vídeo, fotografias, publicações etc.).

3.1.1 - Os documentos devem ser apresentados obedecendo à sequência acima determinada. O portfólio deve ser apresentado em separado.

3.1.2 - Os modelos dos Documentos citados no subitem 3.1, podem ser baixados do Portal do Ministério da Cultura - MinC www.cultura.gov.br/Programas_e_Acoes/Cultura_Viva.

3.2 - A falta de apresentação de qualquer dos itens elencados no subitem 3.1, ou em desacordo com o estabelecido, implicará o indeferimento do requerimento, sendo comunicado o proponente da motivação do indeferimento.

3.3 - Para participar do processo de seleção do Programa Cultura Viva, o proponente deve enviar seu projeto, no período de 30 de março a 15 de maio de 2005, fazendo constar do endereçamento:

**PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA NACIONAL
CULTURA VIVA
PONTO DE CULTURA DE CAPOEIRA- 2005**

Caixa Postal nº 8775 - SHS - Quadra 02 - Bloco B

CEP: 70.312-970 - Brasília / DF

3.4 - Para efetuar a inscrição o proponente deverá estar previamente cadastrado. O cadastramento deverá ser feito diretamente no Portal Eletrônico do Ministério da Cultura - MinC, www.cultura.gov.br. Após o cadastramento o proponente estará habilitado a realizar a inscrição de projetos diretamente no Portal.

3.5 - Efetuada a inscrição do projeto, o proponente deverá imprimir e assinar as planilhas, o termo de responsabilidade, o plano de trabalho e as declarações, anexando o portfólio e encaminhando-os ao endereço constante no item 3.3, de acordo com o subitem 3.1.1.

3.6 - O proponente que não conseguir efetuar a inscrição diretamente pelo Portal do MinC, poderá baixar os arquivos dos formulários e enviá-los, devidamente preenchidos e assinados, juntamente com toda a documentação mencionada no item 3.5.

3.7 - A proposta postada após o período estabelecido no subitem 3.3 deste Edital será automaticamente invalidada.

3.8 - Após o recebimento de toda a documentação pela SP/PC/MinC, o proponente será notificado, recebendo o número de protocolo para acompanhamento do processo.

3.9 - Instituições e Organizações de abrangência nacional, estadual, municipal ou regional, poderão apresentar propostas para assumir a gestão de mais de um Ponto de Cultura, desde que estes sejam fisicamente instalados no estado da Bahia.

3.10 - As organizações devem comprovar ação relacionada à área cultural.

3.11 - A proposta encaminhada implica prévia e integral concordância com as normas deste Edital.

4-DA SELEÇÃO E DO JULGAMENTO

4.1 - A seleção das propostas será realizada por uma Comissão de Avaliação constituída por pareceristas ad hoc, técnicos e dirigentes do MinC, designada pelo Secretário da SP/PC, a quem caberá a presidência e o voto de qualidade.

4.2 - Na avaliação dos projetos, a Comissão levará em conta propostas que comprovadamente atendam, ao menos, um dos seguintes públicos:

- adolescentes, jovens e adultos em situação de vulnerabilidade social;
- estudantes da rede pública de ensino;

PORTARIA N.º 156 DE 06 DE JULHO DE 2004 que constitui o Programa Cultura Viva

O Ministro de Estado da Cultura Interno, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Criar o Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – CULTURA VIVA, com o objetivo de promover o acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural, assim como de potencializar energias sociais e culturais, visando a construção de novos valores de cooperação e solidariedade.

Art. 2º O Programa estimulará a exploração, o uso e a apropriação dos códigos, linguagens artísticas e espaços públicos e privados que possam ser disponibilizados para a ação cultural.

Art. 3º O Programa CULTURA VIVA se destina à populações de baixa renda; estudantes da rede básica de ensino; comunidades indígenas, rurais e quilombolas; agentes culturais, artistas, professores e militantes que desenvolvem ações no combate à exclusão social e cultural.

Art. 4º A execução do Programa se procederá mediante editais convidando organizações privadas e instituições públicas, legalmente constituídas, de caráter cultural e social, sendo as não governamentais sem fins lucrativos, a apresentarem propostas para participação e parceria nas diferentes ações do mesmo.

Art. 5º Os recursos para implementação das ações do Programa serão advindos da Lei Orçamentária e de parcerias agregadas ao Programa.

Parágrafo Único - Ao Ministério da Cultura caberá o repasse de recursos, e também sob a forma de kits de cultura digital às organizações/instituições selecionadas.

Art. 6º A coordenação das ações do Programa será objeto de competência da Secretaria de Programas e Projetos Culturais.

Art. 7º Fica revogada a Portaria nº 525 de 18/12/2003.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA

Que acontece quando se liberta um pássaro?

O Ministério da Cultura lança seu programa mais abrangente e profundo do campo da cidadania cultural. Uma iniciativa de *do in antropológico* - expressão que utilizei em meu discurso de posse.

Nos primeiros dias de gestão, definimos que a ação do MinC se daria a partir de um conceito com três dimensões articuladas: cultura como usina de símbolos, cultura como direito e cidadania, cultura como economia. Este programa se inclui na primeira e na terceira dimensões, mas diz respeito sobretudo à segunda. Os **Pontos de Cultura** são intervenções agudas nas profundezas do Brasil urbano e rural, para despertar, estimular e projetar o que há de singular e mais positivo nas comunidades, nas periferias, nos quilombos, nas aldeias: a cultura local.

Não falo de dar o peixe, nem de ensinar a pescar. Falo de potencializar a "pesca" que se faz há muito tempo, em especial nas áreas de risco social, nos territórios de invisibilidade, nos grotes e nos guetos das grandes cidades brasileiras, onde pulsa uma cultura e uma arte tão fortes, mas tão fortes, que não há miséria, não há indignância, não há desasco ou violência que as façam calar. Ao

*Prontuário sobre o Programa Cultura Viva
Berlim, Alemanha, 2 de setembro de 2004.*

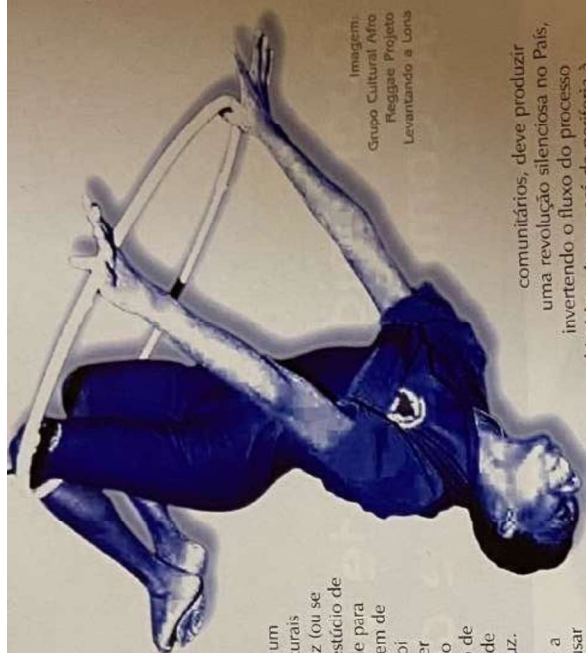


Imagem:
Grupo Cultural Afro
Reggae Projeto
Levantando a Luta

contrário, elas crescem, elas se consolidam, elas se descobrem e interagem com outras manifestações, influenciando diretamente a cultura da esfera midiática e nacional.

Cada **Ponto de Cultura** será um amplificador das expressões culturais de sua comunidade. Onde se faz (ou se quer fazer) música, haverá um estúdio de gravação digital, com capacidade para gravar, fazer uma pequena tiragem de CDs e botar na Internet o que foi gravado. Onde se faz (ou se quer fazer) vídeo, cinema ou televisão comunitária, haverá um estúdio de vídeo digital, com câmera, ilha de edição, microfones e mala de luz. E mais: dança, teatro, leitura, artes visuais, web, enfim, o que a comunidade quiser e puder, ousar e fazer, sonhar e materializar.

O Ministério da Cultura entra com os conceitos, os recursos, o acompanhamento, o treinamento dos monitores, a articulação institucional e a rede - aspecto vital do programa. Todos os **Pontos de Cultura** estarão em rede, a fim de trocar informações, experiências e realizações. Os parceiros locais, por sua vez, entram com os espaços, a gestão e um punhado de compromissos: responsabilidade, transparência, fidelidade aos conceitos, inserção comunitária, democracia, intercâmbio. Os **Pontos de Cultura** terão a cara de seus usuários.

Em alguns lugares, haverá também um **Ponto de Cultura** maior, a ser construído ou reaproveitado, o qual servirá de base para as demais intervenções em grandes regiões ou Capitais. Comunidades e criadores poderão escolher atividades, equipamentos, treinamentos. Serão, ao mesmo tempo, usuários e gestores, por intermédio de conselhos e de parceiros - ONGs ou poder público local.

Trata-se, pois, de um programa flexível, que se molda à realidade, em vez de moldar a realidade. Um programa que será não o que o governante pensa ser certo ou adequado, mas o que o cidadão deseja e consegue tocar adiante. Nada de grandioso, certamente. Mas sua multiplicação integrada, com banda larga e sites, emissoras de TV e rádio comunitárias, programas na TV pública e jornais

comunitários, deve produzir uma revolução silenciosa no País, invertendo o fluxo do processo histórico. Agora será da periferia à periferia: depots, ao centro.

Vale dizer que esperamos a adesão de parceiros empresariais - para, inclusive, viabilizar a criação de **Pontos de Cultura** no exterior, onde quer que exista expressivo número de brasileiros - e fechamos um acordo com o Ministério do Trabalho e outros parceiros, a fim de que os jovens monitores recebam uma bolsa mensal e tenham, no **Ponto**, uma referência de capacitação profissional e de formação para a cidadania.

O programa **Cultura Viva** é, sobretudo, uma política pública de mobilização e encantamento social. Mais que um conjunto de obras físicas e equipamentos, implica a potencialização das energias criadoras do povo brasileiro. Não pode ser considerado um simples "deixar fazer", pois provém de uma instigação, de uma emulação, que é o próprio *do-in antropológico*. Mas os rumos, as escolhas, as definições ao longo do processo, são livres. E os resultados, imprevisíveis. E, provavelmente, surpreendentes. Seu sucesso depende de interação, de troca de informações e de ampla distribuição de conhecimento e de realizações.

Que acontece quando se solta uma mola comprimida, quando se liberta um pássaro, quando se abrem as comportas de uma represagem? Veremos...

Gilberto Gil
Ministro da Cultura

Desescondendo o Brasil profundo

Precisamos descobrir o Brasil!¹ Precisamos desesconder o Brasil, mostrá-lo para nós mesmos e para o mundo. Precisamos entender o Brasil: em lugar de conceitos rígidos, noções líquidas; em lugar da reta, a curva. Precisamos fundir-nos com o Brasil, tomar um banho em suas águas, que são muitas.² Precisamos conhecer mais os fenômenos em ebulição e construir conceitos que se modelam em contato com a realidade viva. Para compreender o Brasil, precisamos nos transformar em poetas.³ Precisamos transformar o Brasil!

O Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – **Cultura Viva**, nasce desse desejo. Por enquanto, o **Cultura Viva** é um programa do Ministério da Cultura, do Governo do Brasil, no entanto, nosso objetivo é consolidá-lo como política de Estado, desenvolvendo ações transversais entre os Ministérios, estados e municípios. A primeira ação foi assinada com o Ministério do Trabalho e Emprego e vai garantir 50.000 bolsas anuais para jovens do Primeiro Emprego. Na sequência, parcerias com os Ministérios das Comunicações e a Empresa Brasileira de Correios e

Telegrafos: ligação por internet em Banda Larga pelo Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão (Gesac) e distribuição de produtos culturais produzidos pelas comunidades; Ministério do Meio Ambiente (Salas Verdes); Ministério da Educação (Escola Viva); Ministério do Desenvolvimento Social (erradicação do trabalho infantil e o Fome Zero); Ministério da Ciência e Tecnologia (Casa Brasil e Telecentros) e todos os outros programas e ações onde a cultura couber (e a cultura cabe em todo lugar).

Para transformar o Brasil é preciso ir além de uma política de Estado, afinal, o Estado ainda é de tão poucos. É preciso transformar o **Cultura Viva** em política pública efetivamente apropriada por seu povo. “A sociedade é produzida por nossas necessidades, o governo por nossa perversidade” (Thomas Paine, *O Bom Senso*). Mais que oferecer serviços públicos “para” o povo, é preciso compartilhar, unir alegres, promover felicidade. “A alegria é a prova dos nove” (Oswald de Andrade, *Manifesto Antropológico*). Qualidades que o povo brasileiro tem de sobra. Porém, o caminho não é fácil.

1. Verso estóico do poema Hino Nacional, de Carlos Drummond de Andrade.

2. “Águas são muitas”, da *Canta do Descobrimento*, de Pero Vaz de Caminha.

3. “O sociólogo que quiser compreender o Brasil não raro precisa transformar-se em poeta”, conclusão de Roger Bastide, sociólogo francês e um dos primeiros professores da Universidade de São Paulo, in: Prefácio ao livro *Brasil, país de contrastes*.

O **Cultura Viva** deseja contribuir para essa aproximação, em busca de um Estado ampliado. É um programa de acesso aos meios de formação, criação, difusão e fruição cultural, cujos parceiros imediatos são agentes culturais, artistas, professores e militantes sociais que percebem a cultura não somente como linguagens artísticas, mas também como direitos, comportamento e economia. Há muitas ações de combate à exclusão social, cultural e digital já acontecendo. Fala-se da criminalidade e do tráfico de drogas nas favelas do Rio de Janeiro (e em todas as outras grandes cidades), mas as pessoas envolvidas com isso são minoria. Muito mais gente se mobiliza para recuperar os morros, desenvolver música, dança, teatro... E com estética inovadora! Quem assistiu ao filme *Cidade de Deus*, se impressiona com a narrativa ágil e atores vibrantes. Gente das favelas. Na maior favela de São Paulo, Heliópolis, as casas estão sendo pintadas com cores vivas. Unindo a comunidade, um conceituado arquiteto e empresas. No campo, trabalhadores sem terra criam suas próprias escolas educando mais de 120.000

Ao mesmo tempo em que olhamos para o Brasil e encontramos criatividade e solidariedade, defrontamo-nos com iniquidade, injustiças, mais cheiros, mais traços... Milhões habitando periferias, favelas e cortiços; outros tantos em municípios desassistidos; trabalhadores sem emprego; camponeses sem terra; famílias sem teto; jovens sem perspectiva de futuro; estudantes sem ensino de qualidade; índios sem direitos; um povo mestiço mas sem igualdade racial; os esquecidos; os desvalidos... os sem Estado.

Mesmo assim, o País resiste na solidariedade popular. Mães sem emprego cuidam das crianças de mãos que encontram trabalho. Aos domingos, amigos fazem mutirão para construir casas. Ao final da jornada, churrasco, samba e cerveja. Os brasileiros são inventivos, empreendedores e alegres. “Serão os atenienses da América se não forem comprimidos e desanimados pelo despotismo” (José Bonifácio de Andrada e Silva, *Patriarca da Independência do Brasil*). Precisamos moldar o Estado brasileiro à imagem de seu povo.



Associação Casa das Artes de Educação
Projeto Oficina de Arte da Casa da

Ponto de Cultura

"Dê-me uma alavanca e um ponto de apoio, e eu moverei o mundo".
Arquimedes (matemático grego – supostamente entre 287 a.C. e 212 a.C.)

O **Ponto de Cultura** é a ação prioritária do **Programa Cultura Viva** e articula todas as suas demais ações. Ele é a referência de uma rede horizontal de articulação, recepção e disseminação de iniciativas e vontades criadoras. Uma pequena marca, um sinal, um ponto sem gradação hierárquica, um ponto de apoio, uma alavanca para um novo processo social e cultural. Como um mediador na relação entre Estado e sociedade, e dentro da rede, o **Ponto de Cultura** agrega agentes culturais que articulam e impulsionam um conjunto de ações em suas comunidades, e dessas entre si.

O **Ponto de Cultura** não tem um modelo único, nem de instalações físicas, nem de programação ou atividade. Um aspecto comum a todos é a transversalidade da cultura e a gestão compartilhada entre poder público e comunidade. Por comunidade entendemos não somente os agentes estritamente ligados à produção artística, como também usuários e agentes sociais em um sentido amplo.

A adesão à rede de **Pontos de Cultura** é voluntária e dá-se a partir de chamamento público, por edital. O Ponto pode ser instalado em uma pequena casa, ou barracão, em um grande centro cultural, ou museu... basta que os agentes da cultura viva se apresentem e se ofereçam. A partir da cultura viva se desencadeia-se um processo orgânico agregando novos agentes e parceiros e identificando novos pontos de apoio: a escola mais próxima que mantém suas instalações e recursos fechados à comunidade do entorno, o salão da igreja, a sede da sociedade amigos do bairro, a garagem de algum voluntário que sonhou com (e fez) uma biblioteca comunitária. Até – por que não? – a sombra de uma árvore.

São inúmeras as possibilidades de combinação de ações a partir das disponibilidades vinculadas à dinâmica própria de cada comunidade. A partir dessa dinâmica, serão definidas as necessidades de instalação física e de equipamentos de cada **Ponto de Cultura**. Em um deles, o eixo pode ser a capoeira; em outro, um estúdio de gravação de hip-hop; em outro ainda, uma oficina de restauração, grupo de teatro ou de mímica, oficina de produção de textos e roteiros, atividades circêncies, coral, círculo de leitura, cineclube, produção de programas para radiodifusão, balé moderno ou clássico, pólo de produção de vídeo digital, break ou danças regionais, oficina de escultura ou desenho, aula de violão ou percussão. Quem escolhe é o povo. As escolhas, o Ministério da

Cultura agregará novas ações e circuitos culturais, Pontos de diferentes matizes estarão instigando seus pares. Até que o eixo de cada Ponto passe a agregar novos eixos e a partir de um ponto surja uma espiral.

Enfim, o **Ponto de Cultura** será "uma espécie de 'do-íni' antropológico, massageando pontos vitais, mas momentaneamente desprezados ou adormecidos, do corpo cultural do País (...); "será o espaço da experimentação de rumos novos. O espaço da abertura para a criatividade popular e para as novas linguagens. O espaço de disponibilidade para a aventura e a ousadia. O espaço da memória e da invenção".

Para ser um Ponto de Cultura:

- deve-se participar do edital de divulgação do Ministério da Cultura, enviando projeto para análise da Comissão Nacional de Avaliação,

- composta por autoridades governamentais e personalidades culturais;
- havendo a inclusão por seleção, será celebrado o convênio com o Ministério da Cultura.

Após esses passos, o Ponto recebe:

- até 185 mil reais, em parcelas semestrais, para investir no prazo de dois anos e meio, conforme projeto definido pelo próprio Ponto;
- 50 bolsas do Programa Primeiro Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego, no valor de 150 reais, para jovens de 16 a 24 anos. Cada bolsa tem a duração de seis meses. Findo o prazo, outro jovem é selecionado. O jovem ganha para desenvolver o projeto do Ponto e frequentar cursos que o capacitem para gerar renda própria a partir da cultura, e melhor exercer sua cidadania;

Parte do incentivo recebido na primeira parcela, no valor mínimo de 25 mil reais, deverá ser utilizado para aquisição de equipamento multimídia em software livre (os programas serão oferecidos pela coordenação), composto por microcomputador, mini-estúdio para gravar cd, câmera digital, ilha de imagem e o que seja importante para o Ponto. Os equipamentos conectam-se por meio de internet banda larga, tecendo uma grande rede de Pontos espalhados pelo Brasil e pelo exterior, na qual circularão imagens, sons e produtos – base de um sistema de produção material e imaterial compartilhada. Para o melhor desempenho dessa ação, há conversações em andamento entre o Ministério da Cultura e o Programa Gesac, do Ministério das Comunicações.

Os Pontões

Quando em uma localidade houver certa "densidade" de Pontos de **Cultura**, o Ministério da Cultura propõe a constituição de **Pontões**. Grupos de Pontos e governos locais também poderão fazê-lo.

Os Pontões serão espaços culturais, aproveitados ou construídos, geridos em consórcio pelos



ANEXO F – FOTOS DE EVENTOS DOS PONTOS DE CULTURA E PARTICIPAÇÃO DA COMISSÃO NACIONAL DE PONTOS DE CULTURA



Foto: Bárbara Duarte.

Mesa de Debate sobre o Redesenho dos Pontos de Cultura, com representantes do MinC e CNPdc na Praça das Artes, em São Paulo, em Agosto de 2013, durante a Teia Paulista dos Pontos de Cultura e Encontro dos representantes da CNPdc.



Foto: Bárbara Duarte.

Apresentação cultural durante a TEIA paulista em Agosto de 2013 na Praça das Artes em São Paulo.

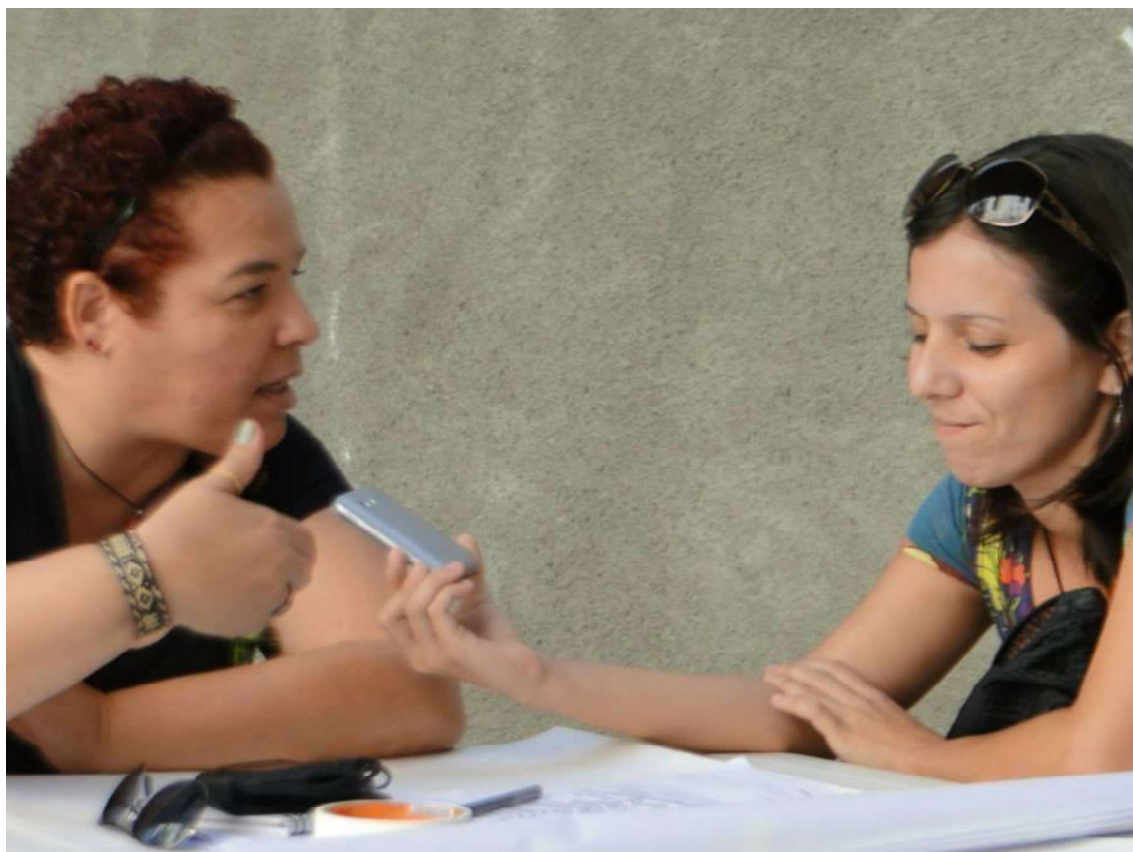


Foto: Fernando Oliveira.

Entrevista com Cláudia Borges, na Praça das Artes, Vale do Anhangabaú, representante da Comissão Paulista dos Pontos de Cultura e integrante do Ponto de Cultura Balcão das Artes de Santa fé do Sul, interior de São Paulo, durante a Teia Paulista 2013 e Encontro da CNPdC.

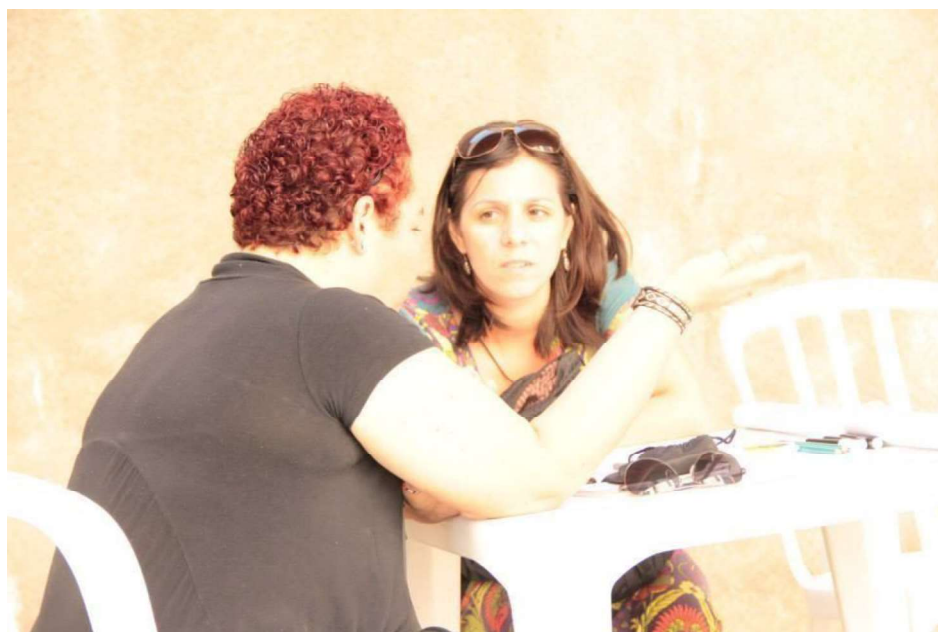


Foto: Fernando Oliveira



Foto: Bárbara Duarte.

Durante a Teia Paulista dos Pontos de Cultura em Agosto de 2013, junto aos ponteiros, Fernando que participou da fundação da CNPdC e atuou na primeira gestão e Vivian Parreira, na época integrante do Pontão de Cultura, Teia Casa de criação de São Carlos.



Foto: Bárbara Duarte.

Apresentação cultural no Vale do Anhangabaú durante a Teia Paulista dos Pontos de cultura em Agosto de 2013.



Apresentação cultural do Tambor do Boi do Seu Teodoro de Sobradinho - DF durante o Encontro de Culturas Populares em Itaquera, São Paulo, onde ocorreu também uma das reuniões da CNPDC na qual não tive autorização para entrar e acompanhar a reunião junto aos representantes.



Foto: Robson Sampaio.

Marcha Nacional dos Pontos de Cultura e Caravana Cultural à Brasília em Maio de 2011.

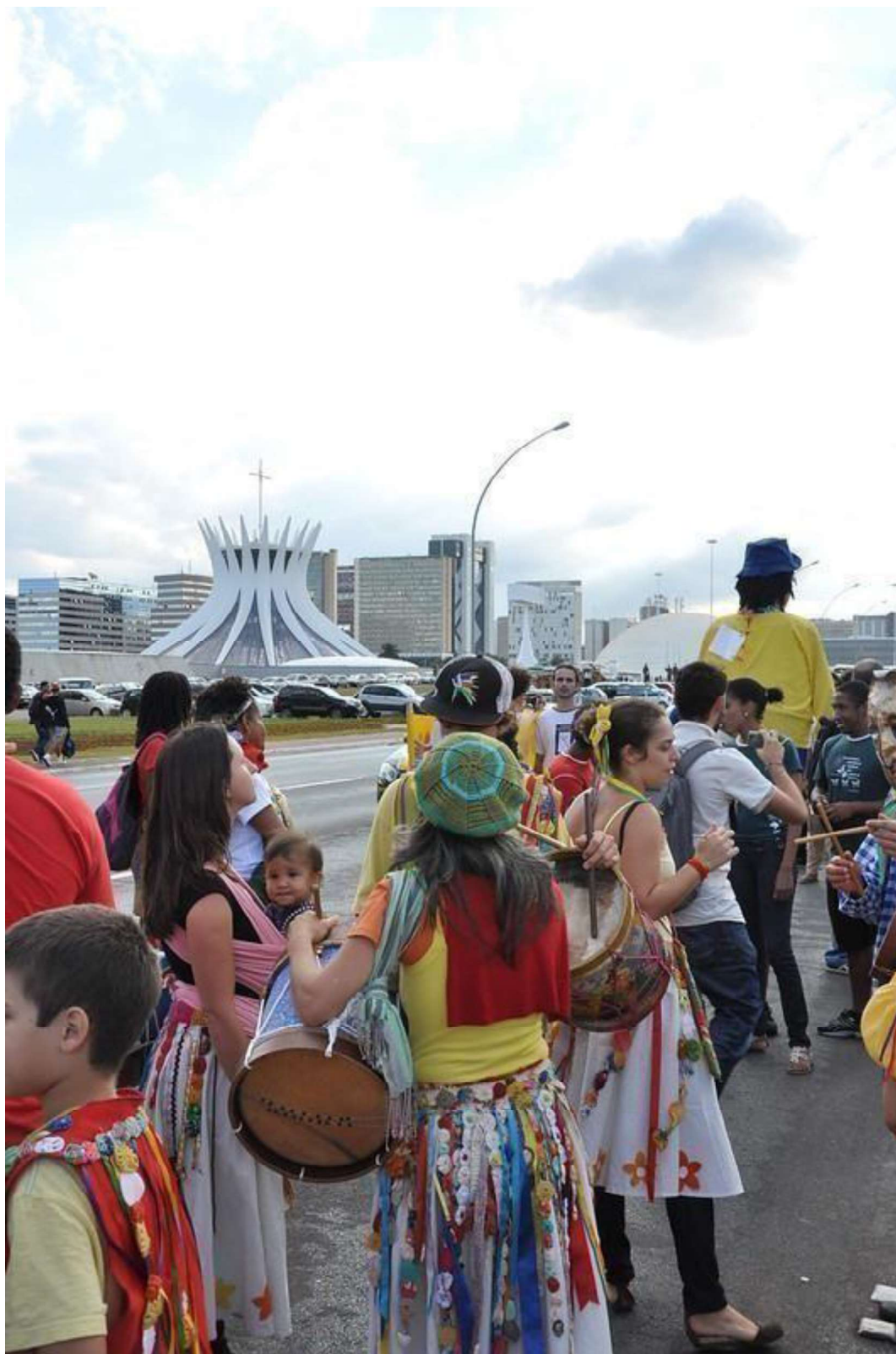


Foto: Robson Sampaio.

Cortejo Cultural dos ponteiros durante a Marcha Nacional dos Pontos de Cultura reivindicando a institucionalização da Lei Cultura Viva para os Pontos de Cultura.



Mesa da CNPdC durante a IV Teia nacional da Diversidade em Natal em Maio de 2014, com entrega da carta de deliberações e reivindicações ao MinC.



Representantes de pontos de cultura expõem suas demandas em encontros temáticos



Membro do ponto de cultura indígena Yurã Xinã Kaya-AC reclama da burocracia

Diferentes vozes debatem realidades no segundo dia

« TEIA NACIONAL » Expectativa geral dos pontos de cultura abordada nos grupos temáticos é a criação da lei Cultura Viva

ITAÉRCIO PORPINO
Repórter

Muitas vozes - de diferentes regiões, grupos sociais e sotaques - e enormes demandas para serem atendidas. Reunidos em grupos temáticos, os mais de 2 mil pontos de cultura que participam em Natal da Teia Nacional da Diversidade 2014 debatem desde segunda-feira (19/05) ações do programa federal Cultura Viva, estratégias de articulação, mobilização e comunicação. Uma discussão intensa com o objetivo de corrigir problemas, manter e dar visibilidade a suas atividades.

Cada um tem suas demandas próprias, como o ponto de cultura indígena Yurã Xinã Kaya (O corpo do pensamento), na comunidade de Rio Breu, no Acre, que aguarda por recursos para poder realizar três videodocumentários. Representando o ponto de cultura no grupo de trabalho Territórios Tradicionais, o índio Iskubu Huni Kui reclamou da burocracia que em-

perra o repasse de dinheiro e também das informações que não chegam a sua distante comunidade. Já a preocupação de outro ponto de cultura indígena era com a veiculação dos videodocumentários na televisão aberta, que poderia se dar, segundo seu representante, através do canal TV Brasil.

Delegado dos pontos de cultura da Bahia e membro da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura, Lula Dantas participou do grupo de trabalho Matriz Africana, que, segundo ele, tem como uma de suas principais pautas a manutenção da vida dos jovens de terreiros. "Nossos templos vêm sendo saqueados e a cultura só vai ser viva se tivermos jovens vivos", disse.

E, no contexto geral, a maior expectativa - de todos os pontos de cultura -, é a criação da lei Cultura Viva. "O programa Cultura Viva (que está completando dez anos) foi essencial, mas ele não está dando conta de tanta demanda da sociedade organizada. Queremos uma política cultural de verda-

de", disse Lula, lembrando que já são quatro anos sem editais de fomento.

A Teia Nacional da Diversidade, realizada depois de quatro anos, prossegue até o dia 24, com atividades em vários espaços. Diferente do que informa a programação, somente nesta quarta-feira, 21, começa a Feira de Economia Solidária e Criativa nas tendas montadas nas proximidades do anfiteatro da UFRN.

Trinta pontos de cultura, de diferentes partes do Brasil, vão estar expondo e comercializando peças artesanais no local, das 9h às 16h, horário programado para o cortejo Cultura Viva sair da Av. Rio Branco (IFRN Cidade Alta) com destino à Praça Augusto Severo (em frente ao Teatro Alberto Maranhão), onde haverá apresentações de grupos artísticos, a partir das 19h. E quinta, 22, é o dia da abertura oficial do evento, com a presença da ministra da Cultura Marta Suplicy. A solenidade está prevista para a parte da manhã, depois das 9h, na UFRN.

Matéria do jornal A Tribuna de Natal sobre a realização da IV TEIA dos Pontos de Cultura em Maio de 2014.

ANEXO G - PRIMEIRA GESTÃO DA COMISSÃO NACIONAL DOS PONTOS DE CULTURA DURANTE A TEIA DOS PONTOS DE CULTURA EM BELO HORIZONTE EM 2007

Comissão Nacional dos Pontos de Cultura:

Lu Cachoeira (Luiz Antonio Costa Araújo) - Representante Regional

(Bahia, Sergipe e Alagoas)

Afonso Oliveira - Representante Regional (Pernambuco, Rio Grande do Norte e Paraíba)

Francisco Pelle - Representante Regional (Piauí, Ceará e Maranhão)

Alexandre Santini - Representante Regional (Rio de Janeiro e Espírito Santo)

Robson Bomfim Sampaio - Representante Regional de São Paulo

Eugenio Luzardi - Representante Regional (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná)

Walter Cedro - Representante Regional Centro-Oeste (Distrito Federal, Tocantins, Mato Grosso, Goiás, Mato Grosso).

Gustavo da Rocha Jardim - Representante Regional de Minas Gerais

Raimundo Nonato Chacon - Representante Regional (Amazônia, Roraima, Amapá, Acre, Pará, Rondônia)

Grupos de Trabalho para coordenação do I FNPC:

GT de Finanças – Robson Bonfim Sampaio (SP) e Francisco Pelle (PI);

GT de Comunicação - Geo Britto (RJ) e Raimundo Chacon (RO);

GT de Infra-estrutura e logística – Walter Cedro (DF) e Alemão (RS);

GT de Memória - Afonso (PE), Gustavo da Rocha Jardim (MG) e Danúbio (RN);

GT de Metodologia e conteúdo – Alexandre Santini (RJ), Lu Cachoeira (BA) e Regina (AL)

Dados retirados do DOCUMENTO TÉCNICO No. 02. **Relatório analítico sobre a forma de organização, mobilização e articulação, temas e deliberações das três edições do Fórum Nacional dos Pontos de Cultura ocorrido no evento Teia de 2007, 2008 e 2010.** CONSULTORA: CRISTIANE APARECIDA GONÇALVES.

ANEXO – H - Regimento Interno da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura - CNPdC

Capítulo I – Da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura (CNPdC)

Artigo 1º – A **Comissão Nacional dos Pontos de Cultura (CNPdC)** é uma instância legítima e deliberativa do Fórum Nacional dos Pontos de Cultura, e sua constituição formal garante a autonomia e diversidade das formas de organização deste movimento, através das redes e fóruns estaduais e regionais, das redes temáticas, das ações nacionais, das redes articuladas pelos Pontões de Cultura e as demais formas de organização transversal dos Pontos de Cultura em nível local, regional, nacional e internacional.

Parágrafo Primeiro – Sua articulação permanente se dá através da articulação da **Rede Nacional de Pontos de Cultura**, nos grupos Estaduais, Regionais e Temáticos, que pode se dar por meio da participação dos representantes em encontros presenciais e virtuais do Fórum Nacional dos Pontos de Cultura.

Parágrafo Segundo – Entende-se como **Pontos de Cultura**, instituições da sociedade civil, sem fins lucrativos, conveniadas com o Ministério da Cultura ou premiadas direta ou indiretamente, através do Programa Cultura Viva ou do Programa Mais Cultura;

Parágrafo Terceiro: O **Fórum Nacional dos Pontos de Cultura** é uma instância deliberativa do Movimento e da Rede Nacional dos Pontos de Cultura, que se reúne presencialmente pelo menos 1 (uma) vez por ano.

Parágrafo Quarto: O Movimento e a Rede Nacional dos Pontos de Cultura são compostos por Pontos de Cultura conveniado, premiadas ou instituições que se reconheçam como parte desse movimento na busca pela construção de políticas públicas para a cultura.

Capítulo II – Dos Objetivos

Artigo 2º – A CNPdC têm como objetivo geral garantir o fortalecimento dos pontos de cultura em todo o território brasileiro, sendo instância permanente de atuação e representação político-cultural, identificação de demandas e elaboração de propostas para o desenvolvimento de políticas públicas e de ações culturais no país.

Artigo 3º – São objetivos específicos da CNPdC:

- Elaborar propostas de Políticas Públicas de Estado para a Cultura no Brasil, em especial no que se refere aos Pontos de Cultura, ao Programa Cultura Viva, Mais Cultura e ao Sistema Nacional de Cultura.
- Propor novos marcos legais que afirmem a cultura como direito de cidadania e dever do Estado, reconhecendo a autonomia e o protagonismo e a diversidade cultural da sociedade brasileira.
- Articular, mobilizar e contribuir para o fortalecimento dos fóruns, redes estaduais e regionais de Pontos de Cultura.
- Fortalecer Ações transversais em rede entre Pontos de Cultura e movimentos sociais de todo o país.
- Promover o diálogo sobre os desafios institucionais da gestão compartilhada das Políticas Públicas de Cultura entre o Estado e a sociedade civil.
- Construir uma pauta política e de uma agenda de ações do Movimento Nacional dos Pontos de Cultura, dentro e fora do Brasil.
- Elaborar modelos de gestão e avaliação de rede de pontos de cultura no Brasil, de forma a fortalecer as ações transversais entre os pontos.

Capítulo III – Do funcionamento

Artigo 4º – A CNPdC será eleita no FNPdC, a partir da eleição dos representantes dos Grupos Temáticos (GTs) e das plenárias estaduais, observando a autonomia organizativas de estados e GTs. O mandato da CNPdC terá duração até a realização do próximo FNPdC.

Parágrafo Único — Os(as) representantes titulares da CNPdC têm direito a voz e voto nas reuniões presenciais e participação virtual na lista de discussão. Os representantes suplentes terão direito à participação na lista virtual de discussão e poderão representar os titulares, em caso de ausência dos mesmos, nas reuniões presenciais, com direito a voz e voto. Em caso de afastamento temporário ou definitivo do representante titular, o suplente eleito no FNPdC deverá assumir a titularidade.

Artigo 5º – Todos os representantes, titulares e suplentes da CNPdC, terão autonomia para representar esta comissão junto a reuniões, plenárias, fóruns, eventos e instituições, sem necessidade de autorização prévia, cabendo ao representante comunicar esta participação na lista de discussão virtual e observar os objetivos da Comissão e as deliberações aprovadas no FNPdC.

Artigo 6º – Todos os representantes titulares e suplentes da CNPdC participam da lista virtual de discussão e devem zelar pelo bom funcionamento desta ferramenta, observando o regulamento específico definido e consensualizado na rede. A moderação da lista será definida em reunião presencial da CNPdC.

Artigo 7º – Tornar públicas, em espaço oficial, as ações gerais e específicas das representações dos estados e do GT's, assim como seus relatórios de atividades e documentação do debate a fim de facilitar a participação por parte da Rede Pontos de Cultura nas discussões da CNPdC.

Artigo 8º – Cada representante da Comissão deve elaborar no mínimo um plano de ação com a definição dos objetivos, atividades e metodologias, com a finalidade de avaliar o funcionamento e contribuição de sua atuação.

Capítulo IV – Dos Representantes Estaduais

Artigo 9º – Cada representante estadual deverá ter respeitada a sua autonomia com relação às decisões tomadas pelos seus respectivos fóruns e redes estaduais. Caso os representantes estaduais estejam impedidos de representar o Estado será substituído pelo suplente que tenha sido indicado e/ou referendado pela plenária estadual realizada no FNPdC.

Parágrafo Primeiro – Na eleição deverá ser indicado 1º e 2º suplentes, que no impedimento do titular será substituído pelo 1º suplente, no impedimento deste pelo 2º suplente.

Parágrafo Segundo – A representação de titulares e suplentes é intransferível e será reconhecida a partir da eleição ou referendo do FNPdC. Em caso de impossibilidade do representante ou suplente, o GT ou Comissão Estadual terão autonomia para indicar novos representantes antes do FNPdC.

Capítulo V – Sobre os Grupos de Trabalho (GTs) de Áreas Temáticas e Ações: Artigo 10
– Os representantes dos GTs da CNPdc foram constituídos na Plenária Final do II FNPdc (2008) e representam as Ações Nacionais do Programa Cultura Viva e diversas Áreas Temáticas que expressam a diversidade da rede nacional dos Pontos de Cultura. Precisamos definir critérios de criação e das dinâmicas de funcionamento dos GTs (direitos e deveres dos representantes) e instrumentos de legitimação dos representantes.

Parágrafo Único – Os GTs que compõem a CNPdc são:

1. LGBT
2. Matriz Africana
3. Cultura da Paz
4. Juventude
5. Grupo Amazônico
6. Estudantes
7. Audiovisual
8. Patrimônio Material e Imaterial
9. Rádios Comunitárias
10. Hip Hop
11. Economia Solidária
12. Artes Cênicas
13. Criança e Adolescente

14. Literatura, Livro e leitura
15. Música
16. Gênero
17. Ribeirinhos
18. Culturas Tradicionais e Indígenas
19. Rede da Terra
20. Ação Griô
21. Escola Viva
22. Cultura Digital
23. Legislação
24. Sustentabilidade
25. Pontões e articulação da rede

Artigo 11 – São Subcomissões Internas e Permanentes da CNPdC:

1. Mobilização
2. Sustentabilidade (gestão)
3. Produção
4. Articulação / Secretaria
5. Pesquisa / Memória

6. Comunicação

7. Legislação

Acrescentar texto referente ao funcionamento e acompanhamento do trabalho das subcomissões.

Artigo 12 – Os (as) representantes dos GTs terão autonomia para elaboração de pauta, programação e metodologia de ação e organização de suas redes específicas, observando os objetivos da CNPdC, e a pauta política do Movimento e da Rede Nacional dos Pontos de Cultura, expressas nas resoluções do FNPdC.

Artigo 13 – Os(as) representantes dos GTs, caso estejam impedidos de representar suas respectivas Áreas Temáticas e Ações, serão substituídos pelos suplentes que tenham sido indicados pelas Áreas Temáticas e Ações no FNPdC.

Artigo 14 – Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pela CNPdC *ad referendum* a realização do FNPdC.

Artigo 15 – Este Regimento entra em vigor na data de sua aprovação.

Brasília, 02 de setembro de 2009

ANEXO I - Lei Nº 13.018, DE 22 DE JULHO DE 2014 que Institui a Política Nacional de Cultura Viva e dá outras providências.

**Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos**

LEI Nº 13.018, DE 22 DE JULHO DE 2014.

Mensagem de veto

Institui a Política Nacional de Cultura Viva e dá outras providências.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei institui a Política Nacional de Cultura Viva, em conformidade com o [caput do art. 215 da Constituição Federal](#), tendo como base a parceria da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com a sociedade civil no campo da cultura, com o objetivo de ampliar o acesso da população brasileira às condições de exercício dos direitos culturais.

Art. 2º São objetivos da Política Nacional de Cultura Viva:

I - garantir o pleno exercício dos direitos culturais aos cidadãos brasileiros, dispondo-lhes os meios e insumos necessários para produzir, registrar, gerir e difundir iniciativas culturais;

II - estimular o protagonismo social na elaboração e na gestão das políticas públicas da cultura;

III - promover uma gestão pública compartilhada e participativa, amparada em mecanismos democráticos de diálogo com a sociedade civil;

IV - consolidar os princípios da participação social nas políticas culturais;

V - garantir o respeito à cultura como direito de cidadania e à diversidade cultural como expressão simbólica e como atividade econômica;

VI - estimular iniciativas culturais já existentes, por meio de apoio e fomento da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

VII - promover o acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural;

VIII - potencializar iniciativas culturais, visando à construção de novos valores de cooperação e solidariedade, e ampliar instrumentos de educação com educação;

IX - estimular a exploração, o uso e a apropriação dos códigos, linguagens artísticas e espaços públicos e privados disponibilizados para a ação cultural.

Art. 3º A Política Nacional de Cultura Viva tem como beneficiária a sociedade e prioritariamente os povos, grupos, comunidades e populações em situação de vulnerabilidade social e com reduzido acesso aos meios de produção, registro, fruição e difusão cultural, que requeiram maior reconhecimento de seus direitos humanos, sociais e culturais ou no caso em que estiver caracterizada ameaça a sua identidade cultural.

Art. 4º A Política Nacional de Cultura Viva compreende os seguintes instrumentos:

I - pontos de cultura: entidades jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, grupos ou coletivos sem constituição jurídica, de natureza ou finalidade cultural, que desenvolvam e articulem atividades culturais em suas comunidades;

II - pontões de cultura: entidades com constituição jurídica, de natureza/finalidade cultural e/ou educativa, que desenvolvam, acompanhem e articulem atividades culturais, em parceria com as redes regionais, identitárias e temáticas de pontos de cultura e outras redes temáticas, que se destinam à mobilização, à troca de experiências, ao desenvolvimento de ações conjuntas com governos locais e à articulação entre os diferentes pontos de cultura que poderão se agrupar em nível estadual e/ou regional ou por áreas temáticas de interesse comum, visando à capacitação, ao mapeamento e a ações conjuntas;

III - Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura: integrado pelos grupos, coletivos e pessoas jurídicas

de direito privado sem fins lucrativos que desenvolvam ações culturais e que possuam certificação simplificada concedida pelo Ministério da Cultura.

§ 1º Os pontos e pontões de cultura constituem elos entre a sociedade e o Estado, com o objetivo de desenvolver ações culturais sustentadas pelos princípios da autonomia, do protagonismo e da capacitação social das comunidades locais.

§ 2º (VETADO).

§ 3º As entidades juridicamente constituídas serão beneficiárias de premiação de iniciativas culturais ou de modalidade específica de transferência de recursos prevista nos arts. 8º e 9º desta Lei.

§ 4º Os pontos e pontões de cultura poderão estabelecer parceria e intercâmbio com as escolas e instituições da rede de educação básica, do ensino fundamental, médio e superior, do ensino técnico e com entidades de pesquisa e extensão.

§ 5º A certificação simplificada prevista no inciso III deste artigo deverá considerar a identificação das entidades e seu histórico nas áreas de cultura, educação e cidadania, conforme regulamentação do Ministério da Cultura.

§ 6º Para recebimento de recursos públicos, os pontos e pontões de cultura serão selecionados por edital público.

Art. 5º Visando ao desenvolvimento de políticas públicas integradas e à promoção da interculturalidade, são ações estruturantes da Política Nacional de Cultura Viva:

I - intercâmbio e residências artístico-culturais;

II - cultura, comunicação e mídia livre;

III - cultura e educação;

IV - cultura e saúde;

V - conhecimentos tradicionais;

VI - cultura digital;

VII - cultura e direitos humanos;

VIII - economia criativa e solidária;

IX - livro, leitura e literatura;

X - memória e patrimônio cultural;

XI - cultura e meio ambiente;

XII - cultura e juventude;

XIII - cultura, infância e adolescência;

XIV - agente cultura viva;

XV - cultura circense;

XVI - outras ações que vierem a ser definidas em regulamentação pelo órgão gestor da Política Nacional de Cultura Viva.

Art. 6º Para fins da Política Nacional de Cultura Viva, consideram-se objetivos dos:

I - pontos de cultura:

a) potencializar iniciativas culturais já desenvolvidas por comunidades, grupos e redes de colaboração;

b) promover, ampliar e garantir a criação e a produção artística e cultural;

c) incentivar a preservação da cultura brasileira;

d) estimular a exploração de espaços públicos e privados que possam ser disponibilizados para a ação cultural;

e) aumentar a visibilidade das diversas iniciativas culturais;

f) promover a diversidade cultural brasileira, garantindo diálogos interculturais;

- g) garantir acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural;
- h) assegurar a inclusão cultural da população idosa;
- i) contribuir para o fortalecimento da autonomia social das comunidades;
- j) promover o intercâmbio entre diferentes segmentos da comunidade;
- k) estimular a articulação das redes sociais e culturais e dessas com a educação;
- l) adotar princípios de gestão compartilhada entre atores culturais não governamentais e o Estado;
- m) fomentar as economias solidária e criativa;
- n) proteger o patrimônio cultural material e imaterial;
- o) apoiar e incentivar manifestações culturais populares;

II - pontões de cultura:

- a) promover a articulação entre os pontos de cultura;
- b) formar redes de capacitação e de mobilização;
- c) desenvolver programação integrada entre pontos de cultura por região;
- d) desenvolver, acompanhar e articular atividades culturais em parceria com as redes temáticas de cidadania e de diversidade cultural e/ou com os pontos de cultura;
- e) atuar em regiões com pouca densidade de pontos de cultura para reconhecimento do trabalho desenvolvido pelos grupos e instituições locais;
- f) realizar, de forma participativa, levantamento de informações sobre equipamentos, produtos e serviços culturais locais, para dinamizar atuação integrada com os circuitos culturais que os pontos de cultura mobilizam.

Art. 7º Para fins da Política Nacional de Cultura Viva, serão reconhecidos como pontos e pontões de cultura os grupos e entidades que priorizem:

- I - promoção de cidadania e de uma cultura de paz por intermédio de ações culturais nas comunidades locais;
- II - valorização da diversidade cultural e regional brasileira;
- III - democratização das ações e bens culturais;
- IV - fortalecimento de experiências culturais desenvolvidas por agentes e movimentos socioculturais que dialoguem com a comunidade local;
- V - reconhecimento dos saberes, dos fazeres, dos cultivos e dos modos de vida das populações indígenas e das comunidades rurais, tradicionais, quilombolas e itinerantes;
- VI - valorização da infância, adolescência e juventude por meio da cultura;
- VII - incorporação dos jovens ao mundo do trabalho cultural;
- VIII - inclusão cultural da população idosa por meio da promoção do acesso desse grupo às manifestações de cultura, da oferta de oportunidades para a sua participação ativa nas diversas formas de manifestação artística e do estímulo ao convívio social em ambientes culturais;
- IX - capacitação e formação continuada dos trabalhadores da cultura;
- X - promoção de programas de capacitação e qualificação do acesso às tecnologias da informação para a produção e difusão culturais;
- XI - fomento à criação de estruturas locais e assessorias técnicas para capacitação, planejamento e gestão dos pontos de cultura.

§ 1º O reconhecimento dos grupos, coletivos e núcleos sociais comunitários como pontos de cultura para efeitos desta Lei será efetuado após seleção pública, prévia e amplamente divulgada, executada por meio de edital da União, de Estado, de Município ou do Distrito Federal.

§ 2º Para realizar a avaliação e a seleção dos inscritos nos editais, será composta comissão julgadora paritária com membros do Poder Executivo e da sociedade civil, a ser designada pelo órgão competente do Ministério da

Cultura, no caso da União.

§ 3º Os pontos e pontões de cultura selecionados terão projetos aprovados por, no mínimo, 12 (doze) meses e, no máximo, 3 (três) anos, renováveis mediante avaliação pelo órgão gestor das metas e resultados, e as normas concernentes à prestação de contas que serão definidas em regulamento pelo órgão executor da Política Nacional de Cultura Viva e que terão relação com o plano de trabalho de cada entidade.

§ 4º É vedada a habilitação como pontos e pontões de cultura de pessoas físicas, instituições com fins lucrativos, fundações e institutos criados ou mantidos por empresas, grupos de empresas ou serviços sociais, exceto para a hipótese prevista no § 2º do art. 4º.

Art. 8º A Política Nacional de Cultura Viva é de responsabilidade do Ministério da Cultura, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios integrantes do Sistema Nacional de Cultura.

§ 1º Nos casos de inexistência dos fundos de cultura estaduais e municipais, o repasse será efetivado por estrutura definida pelo órgão gestor de cultura em cada esfera de governo.

§ 2º O Ministério da Cultura disporá sobre os critérios gerais de distribuição e destinação dos recursos, com atenção especial aos custos diferenciados das regiões do País, e os procedimentos operacionais para elaboração e divulgação das prestações de contas, que serão simplificadas e essencialmente fundamentadas nos resultados previstos nos editais.

§ 3º Poderão ser beneficiadas entidades integrantes do Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura, nos termos dos planos de trabalho por elas apresentados, que se enquadrem nos critérios gerais de distribuição e destinação dos recursos de que trata o § 2º deste artigo.

Art. 9º A União, por meio do Ministério da Cultura e dos entes federados parceiros, é autorizada a transferir de forma direta os recursos às entidades culturais integrantes do Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura, com a finalidade de prestar apoio financeiro à execução das ações da Política Nacional de Cultura Viva.

§ 1º A transferência dos recursos de que trata o caput ficará condicionada ao cumprimento de Termo de Compromisso Cultural, que deverá conter a identificação e a delimitação das ações a serem financiadas, as metas, o cronograma de execução físico-financeira e a previsão de início e término da execução das ações ou das fases programadas.

§ 2º No caso da transferência de recursos de que trata o caput, os recursos financeiros serão liberados mediante depósito em contas correntes específicas abertas e mantidas exclusivamente para este fim.

§ 3º Sem prejuízo da fiscalização de competência dos órgãos de controle interno e externo, o Ministério da Cultura regulamentará as regras de cumprimento do Termo de Compromisso Cultural de que trata este artigo e de prestação de contas simplificada conforme estabelecido no § 2º do art. 8º desta Lei.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 22 de julho de 2014; 193º da Independência e 126º da República.

DILMA ROUSSEFF

Ana Cristina da Cunha Wanzeler

Carlos Higino Ribeiro de Alencar

Este texto não substitui o publicado no DOU de 23.7.2014

*

ANEXO – J - “De ponto em ponto a democracia enche o papo”: Texto lido na abertura do I Fórum Nacional dos Pontos de Cultura, Belo Horizonte, novembro de 2007)

7.19. De ponto em ponto a democracia enche o papo.³⁸

((Texto lido na abertura do I Fórum Nacional dos Pontos de Cultura, Belo Horizonte, novembro de 2007)

A história pode ser contada de diversas formas, mas dentro de todas elas é impossível se excluir seus movimentos e fatos políticos, a menos que se queira deturpá-la. Nos últimos anos o Brasil tem passado por uma série de mudanças, ainda que não na velocidade desejável e necessária, mas impossíveis de negar. Aqui vamos nos prender, para fazer um corte histórico, ao período que vai do momento pouco antes do início da ditadura cívico-militar, passa pelo processo de democratização do país, e chega aos dias de hoje. Tentaremos ser breves. Os anos sessenta foram um período de grande efervescência política no Brasil e no mundo. Em nosso país, tivemos vários movimentos artísticos que mudaram e alteraram o nosso panorama político-cultural: o cinema-novo, a bossa nova, o Teatro de Arena, Oficina, Tropicália, são apenas algumas das incontáveis manifestações que explodiram de Norte a Sul do Brasil neste período. A eclosão destes movimentos tem relação direta com a grande discussão política que havia naquela época. A agenda política nacional - reformas de base, reforma agrária, movimento de educação popular - estava intrinsecamente ligada com o que acontecia no campo da cultura. O dramaturgo Oduvaldo Viana Filho, o Vianinha, dizia sentir neste momento "uma sede de pensar varrendo o Brasil". Pensar sobre a realidade e agir sobre ela, para transformá-la.

O movimento estudantil teve uma atuação fundamental na sociedade brasileira neste período, com uma intervenção organizada, sempre na defesa de bandeiras democráticas e progressistas. No entanto, o marco fundamental da participação dos estudantes na vida cultural brasileira foi sem dúvida a criação dos Centros Populares de Cultura (CPC's) da União Nacional dos Estudantes (UNE), no início da década de 60. Os CPCs foram uma experiência sem

³⁸ Documento cedido do arquivo pessoal do Sr. Geraldo Britto Lopes – membro da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura.

precedentes no Brasil e na América Latina, onde uma entidade eminentemente política - a UNE - , expressando a organização de um grupo social - os estudantes - cria uma estrutura de organização que passa a atuar como centro e rede de produção cultural, arregimentando quadros entre dramaturgos, atores, músicos e cineastas, garantindo meios de produção e distribuição de discos, filmes, peças de teatro, e realizando atividades culturais em todo o país, dentro e fora das universidades: em salas de aula, portas de fábrica, assembléias, congressos, comunidades rurais. A organização dos CPCs se fazia também de acordo com circunstâncias específicas: em Pernambuco, os estudantes se organizaram no Movimento de Cultura Popular (MCP) que, apoiado pelo governo de Miguel Arraes, realizava as ações de alfabetização popular lideradas por Paulo Freire. Por mais que tenha tido erros nos CPC, com sua centralização, não se pode desprezar o trabalho que foi realizado. Em 31 de março de 1964 esta sede de pensar que varria o Brasil foi brutalmente interrompida por um golpe militar que, como uma de suas primeiras medidas, incendiou o prédio da UNE no Rio de Janeiro e proibiu o funcionamento dos CPCs. A vida brasileira sofreu um processo de intimidação, divisão e enfraquecimento, cujas conseqüências se fazem sentir até os dias de hoje. Muito pouco ainda se sabe destes anos, mas podemos afirmar que muitos dos problemas como da violência estatal e não estatal de hoje nasceu nesta época e perdura até hoje.

Com a ditadura vieram as perseguições, prisões, torturas e mortes. A produção artística, cultural e intelectual do país passou a sofrer com a censura, a perseguição e a repressão. Peças, filmes, livros, jornais eram simplesmente proibidos ou mutilados e cortados até perderem o sentido. O atual ministro da Cultura, Gilberto Gil, foi um dos muitos artistas presos, perseguidos ou exilados porque sua atuação era considerada "subversiva" pelos generais de plantão. Muitos foram também os que permanecerem e lutaram de diversas formas, inclusive através da luta armada. Durante todo o período da ditadura cerca de 15 mil trabalhadores perderam seus empregos por perseguição política, mais de mil sindicatos sofreram intervenção, 774 parlamentares tiveram seus mandatos cassados, quase 15 mil brasileiros foram exilados ou expulsos de seu país, enquanto aproximadamente, duas centenas perderam a própria cidadania e mais de 424

pessoas perderam a vida, por ação direta ou indireta da ditadura.

No entanto, a partir do fim do regime militar, um outro cenário foi se desenhando progressivamente. Nos anos 80 surgem greves que desafiam o poder constituído, foi o chamado Novo-sindicalismo. Da mesma forma que os estudantes foram fundamentais nos anos 60, agora, novos movimentos surgiam com os sindicatos, comunidades eclesiais de base e outros movimentos sociais. A UNE se reorganiza em 1980, em 1983 é criada a CUT- Central Única dos Trabalhadores. Em 1984 um amplo movimento político, social e cultural solta o grito das Diretas Já, contido na garganta do brasileiros por 20 anos, envolvendo milhões de pessoas em todo o país. Também em 1984 acontece o primeiro encontro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST. Entre 1986 e 1988, os movimentos em torno da assembléia constituinte. Em 1989, a primeira eleição democrática para a presidência da república, onde apesar de todo o acúmulo de forças os movimentos sociais saem derrotados por frações da elite e manipulações midiáticas.

A partir da década de 90, com o fim da experiência "socialista real" no leste europeu e o avanço do neoliberalismo, os movimentos sociais continuam, mas agora em uma situação diferenciada. Acontece um refluxo das lutas. Surgem novas formas de organização que não se limitam somente ao público e ao governamental. É o surgimento do terceiro setor, são Ongs, associações e outras denominações que não cabem somente sob um partido ou sindicato. São milhares de entidades que realizam trabalhos solitários e outras que possuem uma atuação mais ampla. Algumas de forma mais democrática outras não. Mas também enriqueceram esse caldeirão nas diferentes formas de se organizar e lutar por democracia.

A correlação de forças se torna mais complexa e as formas de exploração se expandem e se diversificam não se limitando somente aos locais de trabalho. As diferenças entre os mais pobres e mais ricos aumentam ao passo que o sistema financeiro enriquece cada vez mais. *Grandes corporações passam a ter mais poder do que o próprio Estado-Nação.*

Como acontecem as relações de exploração hoje? Como se dão as relações de classe? Como as opressões raciais e de sexismo repercutem nas relações de poder da sociedade atual? Como lidar com a subjetividade do indivíduo

diante das questões coletivas? A questão da diversidade é importante? Como podemos formar rede de solidariedades e luta contra formas de opressão tão diferentes? Os opressores de hoje são os mesmos de ontem? Como os oprimidos podem se fortalecer, resistir e lutar? O que os Pontos de Cultura têm a ver com tudo isto?

Cada vez mais tem amadurecido uma compreensão do trabalho cultural, do trabalho artístico, como possibilidade concreta de transformação social. A força da cultura pode hoje ser quantificada e qualificada em todas as tabelas e mensurações de dados econômicos e sociais. Todas as atividades culturais sejam o tamanho que for, tem uma possibilidade de sustentabilidade econômica, tem uma consequência social e uma potencia constituinte no sentido de ampliar os anseios e realizações do individuo e deste em seu coletivo por mais democracia. Estes novos movimentos sociais que emergem da vida cultural, juntamente com os outros setores organizados da sociedade, começam se encontrar, se conhecer e se fortalecer, buscando o que os une e os que os especifica, compreendendo que a vitória de um pode vir a ser a vitória de todos e *que uma minoria tem o potencial de uma maioria.*

Nesta esteira borbulhante de novas iniciativas o Brasil continua seu processo lento, mas continuo de democratização. Em 2003, o Brasil elege pela primeira vez um operário nordestino para a presidência da república, com apoio dos movimentos populares e sociais, um marco fundamental e uma re-fundação histórica do país. No entanto, o fato de termos uma pessoa com esta origem e trajetória não é suficiente se os movimentos sociais não se mobilizarem, organizarem e lutarem pelo aprofundamento e radicalização da democracia. Dentre os avanços e recuos deste governo um programa em especial nos diz respeito diretamente, e é devido a ele que estamos aqui hoje reunidos. É o Programa Cultura Viva, que nasceu da inspiração do ministro Gilberto Gil - o "do-in antropológico", que pressiona e ativa pontos nevrálgicos da vida cultural do país - e vem sendo implementado pela SPPC e pelo secretario Célio Turino. O programa tem uma lógica simples de não querer inventar a roda, mas de fazer girar as rodas que já existem. Podemos dizer que muito antes do Programa existir já existiam "pontos de cultura". Eles são milhares, são milhões no Brasil. Os Pontos de Cultura nascem de um diálogo entre as iniciativas e os

movimentos culturais que já aconteciam com uma proposta do Ministério da Cultura, criando o que poderíamos chamar de um território comum entre a sociedade e o Estado. Criou-se uma possibilidade de se ampliar e potencializar o trabalho de democratização que entidades sócio-culturais já desenvolviam em todo o país, ampliando e potencializando estas ações, articulando estas iniciativas em rede e sem impor o que elas têm de fazer. *Mostrando o que antes só se supunha possível para alguns é possível para todos, se é uma ação humana todo ser humano pode realizar. Pois todo ser humano produz cultura.* Este programa representa um avanço no âmbito das políticas para cultura em nosso país. O Cultura Viva é fruto do reconhecimento, por um governo democrático, das lutas e conquistas históricas do movimento cultural popular. No entanto, como o Estado não é feito para o exercício da democracia sendo, construído e mantido durante séculos para beneficiar uma elite dominante e concentradora de dinheiro e poder, não está aberta a estas lógicas de territórios comuns e espaços de radicalidade democrática. Por isto o estado cria uma série de entraves e dificuldades para a existência e o funcionamento dos pontos de cultura. Isto é claramente demonstrado no caso da atual legislação que rege o processo de conveniamento e repasse de recursos para os pontos de cultura. A cada momento os pontos esbarram em problemas burocráticos, financeiros e legais que retardam ou inviabilizam seus trabalhos. Poderíamos ficar aqui enumerando várias dificuldades em todo o país, e segundo um ultimo levantamento cerca de 98% dos PC's enfrentam algum tipo de problema. Aqui chegamos a um ponto crucial, que esbarra justamente no limite da nossa democracia atual. O nosso desejo de avançar e de radicalizar esta experiência plural e democrática dos pontos de cultura esbarra na estrutura do Estado que não permite que esta proposta se aprofunde. Estamos diante do seguinte dilema: Democracia x Estado. Podemos nos submeter e deixar que a legislação defina dentro dos seus critérios elitistas e conservadores o que é certo e errado, ou criarmos a oportunidade de viabilizar o que tem de ser priorizado e mudado de acordo com os nossos interesses coletivos. É necessário radicalizar a proposta democrática dos pontos de cultura. Para isso, temos uma única alternativa: a mobilização dos que querem mudar a lei contra os interesses dos que não querem. A mudança, e o quanto

desta, dependerá da nossa capacidade de mobilização. Só a efetivação de um processo de organização política que já está em curso a partir da formação dos Pontos de Cultura, mas ainda não consolidado é que definirá nossa resposta.

Os Pontos de Cultura hoje somam cerca de 650 em todo o país. Pela primeira vez em nossa história teremos a oportunidade, durante estes próximos quatro dias de fórum, de dialogarmos e maturarmos nossos anseios e desejos políticos de transformar este Programa numa Política Pública democrática que não dependerá da estrutura do Estado, do Ministério da Cultura, da Presidência da República. Quem tem de fazer isto, quem sabe o que precisamos e queremos somos nós, os pontos de cultura. Isto vai depender única e exclusivamente do nosso processo de construção política, que não começa e muito menos termina nesta semana. Cada Ponto de Cultura teve, tem e terá o seu. Mas esta semana é uma oportunidade única de tentarmos chegar a alguns consensos, algumas definições, alguns objetivos, alguns desejos, necessidades e vontades que consideramos fundamentais para, mantendo nossas diversidades e identidades, ampliarmos nossas potencialidades de transformação da sociedade para garantirmos mais espaços de ação e participação cultural e, conseqüentemente, mais democracia. Onde estamos, para onde vamos e de que forma chegaremos lá? Quem vai decidir seremos nós, juntos, neste Fórum Nacional dos Pontos de Cultura.

Há grandes diferenças entre o movimento que surge a partir dos pontos de cultura e outros movimentos sociais organizados, a começar pela própria origem. Diferente dos estudantes, dos operários ou dos Sem-terra, que criaram seus movimentos a partir da demanda e das organizações de suas bases, os Pontos de Cultura nasceram da iniciativa de um programa do governo federal. Isto não quer dizer que este movimento só existe por causa do governo, muito pelo contrário. Pois estes Pontos de Cultura já existiam muito antes do Programa, como, aliás, existem outros, milhares, de Pontos de Cultura "não- oficiais" no Brasil que devemos incorporá-los de alguma forma. Nós temos a vantagem de neste primeiro momento contarmos com o apoio de um governo, mas não podemos perder nossa capacidade crítica de cobrar mudanças e criticar o que estiver errado, não podemos nos burocratizar, literalmente não podemos ser pelegos. Nós não somos só estudantes, não somos só negros, não somos só homossexuais, não somos só mulheres, nós somos uma multidão em ebulição. O Ponto de Cultura é muitos. E o nosso movimento precisa contemplar esta diversidade.

Em cada Estado e região do Brasil o movimento dos Pontos de Cultura vem tomando forma, cada um com o seu processo. Alguns promovendo encontros, realizando eventos artísticos, criando seus Fóruns Estaduais e Regionais. Não se teve um modelo pronto e aplicado de cima para baixo. As relações foram se estabelecendo de maneiras variadas. Neste ano de 2007 os 27 estados da federação, divididos em 9 regionais, fizeram seus encontros, dialogaram e debateram os avanços e os problemas do Programa Cultura Viva e elaboraram cartas onde colocavam suas questões, elogios, críticas e necessidades. Já estava em curso a organização da Teia 2007, e os Pontos de Cultura não estavam dentro do processo de construção deste evento. Foi realizada uma plenária nacional aqui em Belo Horizonte, em agosto último, com 60 representantes dos pontos de cultura das nove regionais eleitos a partir de cada encontro regional. Neste encontro avaliou-se que uma das grandes carências da última Teia foi a falta de debate e diálogo entre os Pontos sobre o Programa Cultura Viva. Neste sentido, estes 60 representantes dos pontos reunidos em BH criaram e escolheram uma comissão nacional para pensar a realização do Fórum Nacional dos Pontos de Cultura durante a TEIA 2007. A partir daí esta comissão aqui presente se organizou e se reuniu diversas vezes para definir como seria o Fórum. Dentro da comissão, criaram-se os Grupos de Trabalho de Metodologia, Comunicação, Infra-estrutura, Memória, para podermos receber da melhor forma possível os delegados e representantes de todo o Brasil.

Esta comissão vem trabalhando arduamente, pois acredita nos Pontos de Cultura como uma proposta concreta de transformação social e de ação político-cultural. Para esta proposta se concretizar, entendemos que existe a necessidade da construção de uma organização permanente dos pontos de cultura a nível nacional. A proposta deste Fórum é oferecer uma oportunidade histórica para nós definirmos melhor como seria esta organização. Criaremos uma Comissão Nacional? Teremos sub-comissões temáticas? Como funcionarão os fóruns e redes estaduais e regionais?

Quais serão nossos objetivos, desejos e metas como integrantes de um movimento nacional de Pontos de Cultura? Como desejamos que seja a Teia 2008? Estas e outras perguntas devem começar a ser colocadas e respondidas nestes quatro dias. Claro que não daremos conta de todas, pois na verdade quando este Fórum acabar é que o seu trabalho vai começar. O que cada um de nós individualmente, enquanto Pontos e enquanto delegados vamos levar daqui para os nossos

estados e regiões? Como fazer para que este nosso **movimento** continue firme, diverso, prazeroso e ao mesmo tempo transformador? Não sabemos. Estamos vivendo épocas de descobertas de novas formas de organização. Não poderemos apriori definir exatamente tudo como deve ser, temos de aprender com o passado, mas não devemos impor receitas. O fato de já sabermos o que não queremos já é em si um grande avanço. Agora é o nosso desafio, se realmente somos artistas, criadores, produtores da cultura que queremos nos afirmar diante das estruturas consolidadas de poder. Então está na hora de nós, como artistas e criadores que somos, fazermos o que de melhor um artista faz: CRIAR, INVENTAR, BRINCAR, EMBELEZAR, ENCANTAR, TRANSFORMAR.

Se nos anos 60 o movimento estudantil revolucionou, nos anos 80 foi o movimento sindical, nos anos 90 as minorias organizadas, agora nos anos 2000 é a vez dos Pontos de Cultura que não é nem um nem outro, são todos, e muitos outros milhares onde se incluem teatro, cinema, hip-hop, homossexuais, indígenas, quilombolas, Caps, música, escrita, dança e toda uma multidão desejosa de mais e mais cultura, de mais e mais democracia.

VIDA LONGA AOS PONTOS DE CULTURA!!!

ANEXO - K - CARTA - Viva a Cultura! (Carta formulada no Encontro Nacional dos Pontos de Cultura, Belo Horizonte, 28 de agosto de 2007.

7.18. CARTA - Viva a Cultura!³⁷

(Carta formulada no Encontro Nacional dos Pontos de Cultura, Belo Horizonte, 28 de agosto de 2007)

Os/As representantes reunidos na Plenária Nacional dos Pontos de Cultura, nos dias 26 e 27 de Agosto de 2007, em Belo Horizonte - Minas Gerais - Brasil, reafirmam o compromisso de participação e engajamento no programa Cultura Viva dando total apoio a ousada proposta do Ministério da Cultura, encampada desde o princípio pelo conjunto das organizações sócio-culturais. Esta representa um avanço no âmbito das políticas para cultura em nosso país. O Cultura Viva é fruto do reconhecimento por um governo democrático das lutas e conquistas históricas do movimento cultural popular.

O Cultura Viva tem beneficiado de forma inédita comunidades, municípios, diversos segmentos da sociedade antes excluídos e anteriormente não considerados produtores de cultura. O Cultura Viva ao fomentar e financiar os Pontos de Cultura esta impulsionando e fortalecendo as iniciativas culturais populares. Sendo fato inédito até mesmo no contexto internacional. O Cultura Viva trabalha de maneira transversal articulando diversos programas como: Cultura Digital, Escola-Viva, Ação Griô, Protagonismo juvenil, Economia Solidária e faz dialogo com outros programas dos demais ministérios. Compreendemos que muitos dos problemas que ocorreram na implementação do programa são resultantes de uma formulação política que enfrenta na sua materialização, entraves burocráticos e legais de um aparelho de Estado que sempre esteve a serviço das classes dominantes. Este Encontro de hoje de representantes dos Pontos de Cultura com o Poder Público e autoridades presentes reforça a necessidade de construirmos de fato uma política de Estado com participação e controle da sociedade civil. Nesse sentido, é necessário avançarmos em pontos fundamentais tais como:

1. Aprovação da PEC 150/2003, que trata da vinculação da receita da União em 2%, dos Estados em 1.5% e nos Municípios em 1%, para a Cultura;

³⁷ Documento cedido do arquivo pessoal do Sr. Geraldo Britto Lopes – membro da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura

2. Garantir a sustentabilidade do Programa Cultura Viva no PPA 2008-2011 e descontingenciamento das verbas de 2007;
3. A necessidade de construção a partir do debate com a sociedade de um novo marco regulatório e uma nova legislação que contemple as especificidades sócio-culturais do Programa Cultura Viva;
4. Democratização dos meios de comunicação através da criação de uma legislação específica a partir do debate com a sociedade que efetivamente garanta acesso das organizações socioculturais as tecnologias de Radio, TV, Internet e outras;
5. Liberação do FUST (Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações) de forma descentralizada e horizontal para ser usado na Cultura Digital garantindo, dentre outras, o acesso à banda larga e/ ou antena GESAC e novas tecnologias utilizando software livre;
6. Criação de um programa específico para a juventude que seja gerido diretamente pelos Pontos de Cultura sobre supervisão direta do Minc com ampliação e adequação de critérios para as suas diferentes demandas e especificidades;
7. Garantia de estrutura física, humana e tecnológica para a SPPC para atender a diversidade e a complexidade de demandas do Programa;
8. Maior articulação entre os Ministérios e Secretarias acolhendo de maneira transversal a cultura como fundamental na transformação da sociedade;
9. Fortalecer a diversidade do programa cultura viva na perspectiva de gênero, raça/etnia, classe social, orientação sexual e geracional;
10. Ampliar as parcerias com os municípios e Estados garantindo a concepção do Programa Cultura Viva na sua implementação.

Que o Programa Cultura Viva consiga garantir, nos próximos governos, sua permanência como política pública democrática. Nós temos a certeza que este programa é um marco na história cultural brasileira e tem como um dos objetivos e realização a democratização da cultura no Brasil.

Entendemos que os Pontos de Cultura, enquanto movimento social em processo de organização, devem assumir de forma protagônica a luta por sua continuidade.

- **ANEXO - L - PONTOS DE CULTURA. “O parir de um novo movimento cultural e político”.** (Texto lido na abertura do II Fórum Nacional dos Pontos de Cultura, Brasília, novembro de 2008).

7.20. PONTOS DE CULTURA. O parir de um novo movimento cultural e político.³⁹

(Texto lido na abertura do II Fórum Nacional dos Pontos de Cultura, Brasília, novembro de 2008)

Os Pontos de Cultura são cada vez mais uma realidade no Brasil de hoje. Este é um projeto que é referência nacional e internacional como proposta de democratização da cultura e seus meios de produção e, portanto da sociedade. Mas quais são os nossos desafios para o futuro?

Nós, reunidos, aqui no segundo Fórum Nacional de Pontos de Cultura estamos fazendo História. Na primeira Teia 2006, São Paulo, não houve um momento organizado de encontro e discussão, mas os pontos de cultura identificaram esta necessidade. Na segunda Teia 2007, em Belo Horizonte, já houve uma proposta concreta de encontro e discussão que foi feita dentro do possível e a partir da grande desorganização da produção da Teia 2007, que não foi feita pelos Pontos. Mas uma Comissão com representações estaduais foi tirada pouco tempo (setembro?) antes desta com objetivo de organizar o Fórum e se esforçou o máximo para produzir dentro dos seus limites momentos de debate e aprofundamento que com certeza não foram da maneira ideal. Mas aconteceu o Primeiro Fórum Nacional dos Pontos de Cultura que produziu e referendou vários indicativos já apresentados em encontros estaduais e regionais e se tirou representantes estaduais, de ações nacionais e temáticos e que pode ser chamada pela primeira vez de **Comissão Nacional de Pontos de Cultura - CNPC**.

Esta CNPC foi um marco e um momento importante para os Pontos de Cultura. Sabemos que cada movimento tem a sua lógica de organização, criação e implementação. Ele acontece dentro das suas possibilidades e oportunidades. O **movimento** dos Pontos de Cultura é fruto de todo um passado que se repercute no presente, mas que devemos usar este conhecimento para um futuro diferente e melhor. A CNPC está em seu processo, fará seu primeiro

³⁹ Documento cedido do arquivo pessoal do Sr. Geraldo Britto Lopes – membro da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura

aniversário agora e dentro da proposta de sua criação ainda tem muitas tarefas a cumprir, muitas que foram indicadas e que não foram possíveis de concretizar e fazem parte da própria lógica de um recém criado movimento dos Pontos de Cultura. A Comissão Nacional de Pontos de Cultura que surgiu do Fórum da Teia 2007 está engatinhando. Em nossa assembléia final indicamos que sua composição seria de 51 representantes entre Estados, Ações Temáticas e Nacionais do Programa Cultura Viva. Mas a realidade mostrou que não conseguimos 51 representantes. Como será a futura CNPC é uma discussão que deve ser aprofundada neste Fórum.

É importante aprender com o passado para mudar o futuro e não repetir os mesmos erros. Na história do Brasil tivemos vários movimentos de efervescência e luta política e cultural. É impressionante observar como a política e cultura se encontram nestes momentos, por mais que se tente negar ou camuflar, mas as criações, os conflitos estéticos e éticos se radicalizam nestes momentos seja no Brasil seja no mundo, como por exemplo, no nazi- fascismo na Europa, nos anos de 68, nas ditaduras dos países latino- americanas e nos seus respectivos processos de democratização.

Isto fica cada vez mais claro ao vermos no Brasil de hoje as influências e os debates sobre os 40 anos de 68, a bossa nova. Somos hoje filhos deste processo, mas buscamos nossa autonomia e aprender com os erros do passado de centralismos, de burocratismos e de disputas estaduais, enfim buscamos uma radicalização democrática.

Como podemos avançar nesta radicalização democrática. O que os Pontos de Cultura podem contribuir nesta teoria e prática da busca de uma transformação, de um outro mundo. Nestes poucos anos de implementação dos Pontos de Cultura foi possível perceber várias transformações locais onde cada Ponto de Cultura fez sua revolução local, foram os "do-ins antropológico", mas ao mesmo tempo muitos se isolaram ou estavam isolados incapazes de pensar na potência que tem esta rede, nesta TEIA que os pontos podem e devem ser. Se um Ponto de Cultura é localmente revolucionário como seria se toda a rede conseguisse se interagir e trocar respeitando suas linguagens e diferenças políticas e culturais mas estando aberto a ouvir e aprender. Brecht dizia "se as vacas conversasse entre si, elas não iriam tão mansamente para

o matadouro]].

Capacidade de comunicação nos temos, as vezes até muita, mas como organizar esta de maneira a canalizá-la visando uma transformação e superando nossos problemas. Pois somos recentes mas já encontramos vários, alguns relativos e dependentes de nossas próprias pernas outros que envolve diretamente a forma de relação e o tipo de vínculo jurídico que temos com o Estado.

Os problemas produzem crises, as crises produzem oportunidade e perigo. Então é nosso dever aproveitar esta oportunidade de estarmos aqui juntos e juntos debatermos e atuarmos na busca de alternativas, não sermos meros espectadores (não só ver) mas sim espectadores (ver para depois atuar e sermos protagonistas em nossas vidas). Os Pontos de Cultura praticamente em sua totalidade vivem problemas que já estão não só engessando sua ação como podem futuramente destruí-los. Perdendo seu potencial de transformação cultural ao ter de responder o irrespondível para certas burocracias ou mesmo de certos burocratas que não entendem que a lei é um indicativo, e que a realidade é que tem de regê-la e não a lei reger a realidade. Assim temos um obstáculo como se fosse "invisível" mas totalmente presente e que as vezes é mais forte que o senso-comum, que o conservadorismo e o reacionarismo cultural e político. Este obstáculo, senão fizermos nada, pode destruir todo o trabalho de diálogo e aprendizagem de passar os meios de produção cultural do teatro, da música, da dança, do vídeo enfim de todas as linguagens artísticas para o outro e com ele trocar aprender e ensinar e não somente ver o outro como mero consumidor como historicamente tem sido feito pelos governos anteriores e entidades, mesmo ditas progressistas. "Não é o produto acabado que deve ser popularizado, mas sim os meios de produção" Augusto Boal, e é isto que o Pontos de Cultura fazem ou deveriam fazer.

Vemos o mundo de hoje reforçando o que dizemos em nosso primeiro texto de 2007. "As diferenças entre os mais pobres e mais ricos aumentam ao passo que o sistema financeiro enriquece cada vez mais." Estamos à beira de uma das maiores crises da história. O que fazer? Vemos o país mais rico do mundo onde seu presidente um republicano conservador, belicista e neo-liberal, mas agora apoiando a intervenção do Estado em negócios privados, realizando o que seria impensável dias atrás. Não foi o Hugo Chavez ou Evo Morales, nem

nenhum comunista, mas George W. Bush. Quais são as diferenças hoje. Qual o papel do Estado? Afinal o que está acontecendo e para onde vamos? Qual a relação disto com o Brasil? Com os Pontos de Cultura?

Estamos num dilema histórico que irá definir o que somos e o que seremos. O que somos a partir das nossas decisões neste Fórum e o que seremos a partir de nossas ações solidárias e éticas. Não podemos nos prender a sermos corporativistas e limitados: pensarmos como os "artistas eleitos" que só nos temos a verdade, temos de dividir e aprender com os outros movimentos sociais e para ele e com eles levarmos nossas contribuições do conhecimento sensível que só a arte é capaz de produzir, não sendo melhor que o conhecimento simbólico e racional, mas diferente, e por isto único. Somando-nos multiplicamos nossa capacidade de ver, sentir e agir. "Simbiando-os" somos mais, separando-os seremos seres caolhos, de um olho só. Não podemos ser apenas locais e estaduais. Mesmo que cada Ponto, cada cidade, cada Estado, cada região tenha sua especificidade não podemos repetir o erro de transformarmos um movimento nacional numa guerra entre Estados, de Sul x Norte, esta é a lógica do mundo, do monólogo onde o hemisfério Norte não quer escutar e aprender com o Sul, não podemos cair nesta armadilha de nos dividirmos pois é isto que os opressores desejam e devemos estar atentos para não repetir esta lógica que muitas vezes é mais forte do que pensamos e acaba nos conduzindo a uma forma "colonialista estadual" de achar que um é mais importante que o outro, que um deve ter mais poder que o outro. Não podemos ser monotemáticos: o Projeto do Ponto de Cultura contempla a diversidade em sua filosofia e prática, este é um dos principais pontos de sua riqueza, lidamos com as mais diversas e novas linguagens artísticas e culturais não existe a melhor, a que produza mais beleza. Portanto devemos sim ver as especificidades de cada uma mas ao mesmo tempo vislumbrar as pontes e diálogos que cada um pode ter, um aprender com o outro, criando assim uma rede de solidariedade. Ao ponto de um Ponto ajudar em outro ponto, de trocarmos ensinamentos. Como disse Gilberto Gil certa vez "existem muitas formas de fazer música popular, eu prefiro todas" poderíamos facilmente ampliar esta frase para o fazer artístico.

Não podemos ser partidários, mesmo reconhecendo a necessidade e a importância que os partidos políticos tem numa democracia, não podemos nos

limitar a seguirmos orientações e determinações fechadas destes. Quem vier é para somar mas sabendo de que nos dias de hoje os movimentos não se limitam a partidos, mas se pode somar ou não a estes. O movimento dos Pontos de Cultura vai além deste e incorpora uma lógica cultural, artística e estética que não é compreensível a partidos. Não podemos ser governo, mesmo sabendo que o movimento dos Pontos de Cultura tem uma especificidade de surgimento diferenciada. Os Pontos de Cultura tem neste governo um parceiro que a partir de um projeto "oficialmente" criado em 2004. Mas a atuação de um "Ponto de Cultura" já é muito anterior a um programa de governo. Nós, já existimos muito antes deste e já realizamos nossas atividades com mais ou menos apoios faz tempo. O Governo acertadamente entrou numa roda que já se movia e colocou mais energia nesta, criamos um espaço que poderíamos chamar de um território comum entre a sociedade e o Estado, mas NAO SOMOS GOVERNO e nem queremos ser. O desafio persiste como continuar sendo movimento sem perder autonomia e independência mas ao mesmo tempo garantir que o projeto continue independente de governo.

No ponto de nossa relação com o governo e principalmente com o Estado estamos num dilema que nós sabemos melhor do que ninguém. Os problemas de convenio, prestação de contas, enfim a questão do marco legal e da legislação é URGENTE. Como alterar esta realidade que impede cada vez mais o nosso trabalho. Uma estrutura do Estado que impede um projeto de radicalização da democracia. Como transformá-la numa política pública e democrática? Este é um problema inclusive não só dos Pontos de Cultura que envolve vários outros movimentos sociais da forma como o Estado se impõe, tendo uma forma anti- democrática. O debate sobre possíveis mudanças no marco legal já está posto e acreditamos que o movimento dos pontos de cultura não pode perder este bonde da história.

Uma das novidades que temos para debater também é a questão da estadualização do programa que já está sendo implementada pelo Minc. Será que ela vai beneficiar ou dificultar ainda mais os problemas que já temos. Uma outra questão é a situação dos Pontos atuais se vão poder participar ou não destes editais? Vai existir alguma tipo de renovação ou não dos Pontos atuais? Acreditamos que apesar de novo nosso movimento tem capacidade e dever se de ser propositivo e ter uma participação ativa. Estamos na capital federal,

sede dos três poderes, esta é mais uma oportunidade que se apresenta para nós, o jogo já começou, depende de nós fazermos boas jogadas e de forma coletiva com um time dever ser e chegar ate o gol. Devemos propor mudanças na legislação? Quais? Como?

O espaço do Fórum tem vários debates e responsabilidades. A tarefa é grande é árdua, mas importante e estimulante. Não devemos perder nossas especificidades enquanto movimento cultural, mas ao mesmo tempo buscar o papel político que temos de ter. Acredito que mais do que nunca o papel da cultura é político e urgente. Nosso dever enquanto artista e cidadão, é urgente, temos uma responsabilidade e como diz Augusto Boal "ser cidadão não é viver em sociedade, mas sim transformá-la.

VIDA LONGA AOS PONTOS DE CULTURA!!!

ANEXO - M - Carta do II Fórum Nacional de Pontos de Cultura em Brasília que apresentou para o Ministério da Cultura ações e sugestões de políticas públicas que apontem no sentido transformação social.

Carta do II Fórum Nacional de Pontos de Cultura em Brasília que apresentou para o Ministério da Cultura ações e sugestão de políticas publicas que apontem no sentido transformação social.⁴⁶

Brasília, 15 de Novembro de 2008.

Ao Exmo. Sr Ministro Juca Ferreira

O II Fórum Nacional dos Pontos de Cultura (FNPC) realizado de 12 a 14 de novembro, como parte da programação da TEIA Brasília 2008 foi a etapa nacional de um processo de mobilização e articulação política dos Pontos de Cultura em todo o país. Ao longo do ano, foram realizados 19 encontros e fóruns estaduais, mobilizando cerca de 6000 participantes nestas etapas preparatórias. Foram inscritos cerca de 600 delegados - um representante por Ponto de Cultura conveniado com o MinC - em um universo de 850 pontos, o que evidencia o interesse e a mobilização que o II FNPC provocou na rede.

O que começou como um programa governamental, extrapolou as fronteiras institucionais e hoje os Pontos de Cultura emergem com a força de um movimento social presente e organizado em todo o país. Nos últimos três anos este movimento se (re)conheceu, se encontrou e se fortaleceu. Os Pontos de Cultura apontam para o surgimento de novas formas de relação entre o Estado e a sociedade. Reconhecem a necessidade da mobilização organizada da sociedade para um profundo debate com os poderes executivo e legislativo sobre as políticas públicas para a cultura no Brasil para a criação de novos marcos legais em que o Estado, ao invés de impor, dispõe as condições e os meios para o exercício da autonomia, protagonismo e empoderamento social.

Esse encontro em Brasília é um marco histórico do atual processo cultural brasileiro, evidenciando que a riqueza da diversidade de nosso povo se instalou no centro das Políticas Públicas.

O II FNPC é a expressão legítima e organizada deste movimento, que apresentou para o conjunto da sociedade sua produção artística, pautas políticas, práticas pedagógicas, manifestações e expressões culturais. Sua realização evidenciou a autonomia e diversidade das formas de organização do movimento nacional dos Pontos de Cultura, elegendo uma nova Comissão Nacional, composta por representantes dos 24 Grupos de Trabalho e de todos os estados do país.

⁴⁶ Documento disponível no endereço eletrônico: <http://pontoporponto.org.br/ponto-por-ponto/blog>, acesso em 07/04/2011

O Fórum reuniu 24 Grupos de Trabalho temáticos que discutiram temas transversais relacionados às diversas áreas de atuação dos Pontos de Cultura, como: legislação, culturas populares e patrimônio imaterial, matriz africana, cultura digital, juventude, artes cênicas, audiovisual, sustentabilidade, articulação em rede, entre outros. Estes grupos aprovaram um conjunto de 125 resoluções específicas de suas áreas de atuação e 90 resoluções gerais sobre políticas públicas para a cultura. Em síntese, estas resoluções apontam para as seguintes diretrizes gerais:

Garantia da permanência dos Pontos de Cultura como política de Estado, com dotação orçamentária prevista em dispositivo legal, mecanismos públicos de controle e gestão compartilhada com a sociedade civil;

Aprovação da PEC 236, que pretende acrescentar a cultura como direito social no Capítulo II, artigo 6º da Constituição Federal;

Aprovação da PEC 150 que vincula 2% do Orçamento Federal, 1,5% do Orçamento Estadual, 1% do Orçamento dos Municípios para a Cultura;

Garantia da Inclusão do Programa Cultura Viva no Plano Nacional de Cultura;

Regulamentação e implantação do Sistema Nacional de Cultura em todos os níveis da federação com definição de suas atribuições, e ampla participação da sociedade;

Revisão da legislação que rege os convênios entre a sociedade civil e o Estado, garantindo transparência, funcionalidade, e agilidade nos processos administrativos, regulamentando a transferência de recursos públicos para ações da sociedade civil com finalidades sociais e culturais;

Reconhecimento pelo Estado brasileiro dos saberes e fazeres dos mestres e griôs de tradição oral e da cultura popular, com a criação de mecanismos permanentes de apoio e incentivo às redes de transmissão oral e seus vínculos com a educação formal, bem como suas práticas nos diversos grupos étnico- culturais que formam o povo brasileiro;

Incentivo à participação da juventude nas políticas públicas de cultura, através do estímulo ao envolvimento da juventude em programas de formação, criação e atuação comunitária em atividades culturais, artísticas e de comunicação.

Por fim, reconhecemos o avanço das Políticas Públicas Culturais desse país e confiamos na sinergia de propósitos entre as resoluções do Fórum Nacional dos Pontos de Cultura e as prioridades do MINC.

Cordialmente,

Fórum Nacional dos Pontos de Cultura

Comissão Nacional dos Pontos de Cultura

ANEXO – N - Texto preparatório para o III FNPC, Fortaleza, março de 2010. Rumo ao III Fórum Nacional dos Pontos de Cultura, transformando através da arte.

7.21. Texto preparatório para o III FNPC, Fortaleza, março de 2010⁴⁰

Rumo ao III Fórum Nacional dos Pontos de Cultura, transformando através da arte.

O III FNPdC é um dos marcos do movimento social e cultural. Os Pontos de Cultura ocupam cada vez mais espaços públicos e privados no cotidiano das cidades, transformando a vida de milhões de pessoas através da arte.

Em 2006, em São Paulo, tivemos a primeira edição da Teia Brasil ocupando o “sagrado” pavilhão da Bienal com maracatu, hip-hop, capoeira; muita cultura popular. Nesta primeira Teia não houve um Fórum dos PCultura, estes então por conta própria organizaram uma reunião ao final onde se identificou a necessidade do movimento ter um espaço próprio para discutir suas questões, independente do governo. Em 2007, em Belo Horizonte, com uma série de dificuldades de organização conseguimos realizar o I FNPC com cerca de 450 delegados. Neste foi criado a Comissão Nacional de Pontos de Cultura (CNPdC) como instância permanente de articulação e organização da rede dos pontos de cultura. A criação CNPdC é um marco importante na organização política dos pontos de cultura. O desafio de criar e inventar uma estrutura articuladora desta rede, em um movimento que se propõe inovador nos métodos e nas formas de ação política. Como verticalizar sem hierarquizar? Como garantir uma representação nacional que estimule e privilegie o dialogo quebrando velhas formas de representação.

Em 2008, em Brasília, aconteceu o II FNPdC com 600 delegados. Neste se aprofundaram questões de organização temáticas como a indicação da necessidade da criação de um novo marco legal e que o Programa Cultura Viva se torna-se uma política publica permanente. Esta foi uma Teia organizada e produzida em grande parte pelos Pontos de Cultura e a CNPdC dando mostras concretas das possibilidades da gestão compartilhada. Agora em 2010, no III FNPdC serão mais de 1800 delegados e mais uma vez se reafirma a gestão compartilhada com uma Teia feita pelos Pontos de

⁴⁰ Documento cedido do arquivo pessoal do Sr. Geraldo Britto Lopes – membro da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura

Cultura/CNPdC em parceria com o Estado. É a sociedade civil se apropriando do que é dela de direito, radicalizando a democracia.

Importante frisar que Teia é um evento que vem coroar todo este processo que acontece cotidianamente nas ações sócio culturais dos mais de 2000 mil pontos de Cultura do Brasil. É um risco que traz novos desafios na forma de relação entre Estado e Sociedade, um espaço do comum que visa o dialogo respeitando as diferenças e diversidades, mas sem abafar os conflitos e divergências que são a essência da democracia. Sabemos o que não queremos, mas estamos construindo o que desejamos – o caminho se faz ao caminhar|| diria Antonio Machado. Dentro desta caminhada, sabemos que o ano de 2010 tem suas especificidades. É um ano eleitoral, isto deve ser levado em conta quando estivermos debatendo o futuro dos Pontos de Cultura. Acreditamos que esta é uma política cultural de grande sucesso e impacto no Brasil real de baixo para cima. Por isto, nos delegados e delegadas temos de ter esta clareza durante o Fórum, mas também durante processo eleitoral dos poderes executivos federal e estadual e dos legislativos federais e estaduais.

O movimento cresce e os desafios se alargam e as responsabilidades aumentam. Estes delegados e delegadas presentes neste fórum, representando pontos de cultura de todo o país, são testemunhas e protagonistas de um momento histórico na vida cultural e política do Brasil. Dentro destes princípios temos como objetivos do FNPdc:

- Elaboração de propostas de Políticas Públicas de Estado para a Cultura no Brasil, em especial no que se refere aos Pontos de Cultura, ao Programa Cultura Viva e ao Plano Nacional de Cultura;
- Proposição de novos marcos legais que afirmem a cultura como direito de cidadania e dever do Estado, reconhecendo a autonomia e o protagonismo cultural do povo brasileiro, como a Proposta da Lei Cultura Viva;
- Articulação e fortalecimento dos fóruns e redes estaduais de Pontos de Cultura;
- Articulação e fortalecimento dos fóruns e redes dos Grupos Temáticos dos Pontos de Cultura;
- Fortalecimento de ações transversais em rede entre Pontos de Cultura de todo o país;

- Diálogo sobre os desafios institucionais da gestão compartilhada das Políticas Públicas de Cultura entre o Estado e a sociedade civil;
- Eleição da nova CNPdC e construção de uma pauta política e de uma agenda de ações do movimento nacional dos Pontos de Cultura para o ano de 2010/2011.

Está aberto o debate. Que este Fórum reflita a diversidade da cultura brasileira, fortaleça a democracia, o diálogo e a participação política. Que discuta temas gerais e específicos das múltiplas redes e grupos que formam esta grande Teia que é o Movimento Nacional dos Pontos de Cultura. Que reafirme o direito à cultura não só como o acesso a bens e produtos culturais, mas sobretudo como a possibilidade de democratização dos seus meios de produção, circulação e difusão de bens e práticas culturais que formam a cultura brasileira em sua diversidade e complexidade. Os Pontos de Cultura já são importantes atores sociais que protagonizam, com alegria e encantamento, as transformações que a sociedade brasileira precisa e almeja, construindo outros mundos e sonhos possíveis.

É teatro, é batuque e é poema,
 Carnaval. bois-de-reis, frevo e baião,
 É amor, esperança, luz, paixão
 Combatendo as agruras de um sistema...
 Berimbau, mamulengo, glosa e tema
 Escultura, romance, verso e prosa;
 Essa revolução silenciosa
 Vai dar muita zoadá num futuro
 De um Brasil sem farpado, grade e muro;
 De uma gente que come, ri e... goza!

Vida Longa aos Pontos de Cultura!

(*) Trechos do Cordel "Cultura...Ganhando pontos", de Crispiniano Neto, poeta popular e Secretário de Cultura do Rio Grande do Norte.

- ANEXO - O - Carta de Sustentabilidade dos Pontos de Cultura ou Carta de Pirenópolis. Reunião da CNPdC em Pirenópolis em 28 de novembro de 2010.

7.29. Carta de Sustentabilidade dos Pontos de Cultura ou Carta de Pirenópolis

Nós, trabalhador@s da cultura, podemos finalmente celebrar, depois de séculos de completo descaso, o nosso reconhecimento como “sujeitos de direitos” para potencializar nossos saberes e fazeres. O governo do Presidente Lula plantou muitos sonhos, mas temos colhido consideráveis desilusões. A rede de pontos de cultura precisa abrir os olhos e sensibilizar as autoridades públicas, assim como aqueles que acreditaram em nossos trabalhos, para que possamos nos re-encantar neste novo governo da Presidenta Dilma.

É chegado o momento de acabar com a intolerância e, através de investimentos em ações culturais, viabilizar condições indispensáveis para o aprofundamento da democracia no Brasil, como o acesso aos bens, meios e ferramentas de reflexão e produção cultural, o fortalecimento da educação e da inclusão social, a democratização da comunicação, entre tantas outras ações que alimentam a cidadania e os direitos humanos no Brasil.

Dessa forma, nós, membros da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura (CNPdC), vimos a público nos manifestar sobre a conjuntura política e suas consequências para a política cultural brasileira. Não merecemos ser tratados como mero programa de repasse de recursos, muito menos como mercadoria ou instrumento de manipulação eletiva. A partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos, incorporou-se a cultura à política institucional e à cidadania e aos direitos culturais e, em 2002, a UNESCO promulgou a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural e sua defesa como “um imperativo ético inseparável do respeito à dignidade da pessoa humana”. Porém, mesmo assim, o Brasil precisa avançar muito nos seus investimentos no setor cultural bem como garantir a aprovação imediata da Lei Cultura Viva, da Lei Griô, da PEC 150, do Vale Cultura e do Fundo Cultural do Pré-sal.

A eleição da Presidenta Dilma, nos traz grande esperança da continuidade e consolidação destes Programas. Após 8 anos de Governo Lula, podemos dizer que diversos avanços sociais, econômicos e culturais foram alcançados com destacado reconhecimento nas comunidades abrangidas. Do ponto de vista cultural, apesar dos inúmeros avanços instituídos pelo MinC, ainda enfrentamos o desafio de garantir as Leis Sociais dos Programas Mais Cultura e Programa Cultura Viva e a modernização do Marco jurídico legal da cultura, bem como tornar a cultura tema prioritário na agenda nacional. A pauta das eleições de 2010 comprova o descrédito. A conjuntura atual atrofia a responsabilidade do MinC nos processos de conveniamentos estaduais e municipais ao mesmo tempo em que inviabiliza os CNPJs das associações civis desprovidas de adequada orientação jurídica.

Mesmo tendo beneficiado mais de 8 milhões de pessoas pela Rede Nacional dos Pontos de Cultura, pouco se fez para melhorar o Marco Legal para a gestão de convênios de Pontos de Cultura regulado pela Lei 8.666/1993, pela Portaria interministerial - Inciso II § 2º art. 50 nº 127/2008, Portaria Interministerial nº 342/2008 de 5/11/2008 e IN/STN nº 01 de 15/01/1997, que até 2010, tratou a cultura popular com a mesma rigidez que se trata as grandes obras de infraestrutura do PAC.

Mas por que a cultura ainda é marginalizada no Brasil? Será porque ela não é capaz de eleger seus representantes nas eleições? Talvez. O que importa é que com direito humano não se brinca. Se “quem produz cultura é a sociedade e cabe aos governos identificar e fomentar tais iniciativas”, jamais tal temática poderia ser negligenciada ou mesmo utilizada como moeda de troca numa transição governamental.

⁴⁹ Documento disponível no endereço eletrônico: <http://pontosdecultura.org.br/documentos/carta-de-sustentabilidade-dos-pontos-de-cultura/>, acesso em 27/04/2011

Mesmo com todos os avanços nesses últimos anos, o quadro brasileiro de exclusão cultural é assustador. Cerca de 90% da população brasileira nunca entrou num teatro; lê-se, em média, 4,7 livros por ano; somente 10% dos municípios possui um local dedicado à cultura; 92% dos brasileiros não costuma ir a museus; 80% nunca assistiu a um espetáculo de dança e apenas 13% da população vai ao cinema (IBGE, 2008).

Sendo assim, aos 28 dias do mês de novembro do ano de 2010, no coração do Brasil, no alto do Planalto Central, na histórica, bucólica e hospitaleira cidade de Pirenópolis, a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura (CNPdC), após 3 dias de intensos debates sobre o futuro dos Pontos de Cultura, encaminha a “CARTA de Sustentabilidade dos Pontos de Cultura”, dos Programas Mais Cultura e Cultura Viva que “desescondeu” o Brasil profundo, promoveu cidadania, inclusão, geração de renda e o aumento da qualidade de vida de milhares de atores e fazedores da Cultura Popular, reconhecendo o protagonismo de seu saber e fazer cultural.

Seguem abaixo as principais proposições de melhorias para a gestão cultural do Ministério da Cultura e no Brasil:

QUESTÕES BUROCRÁTICAS

Que o MinC disponibilize para a CNPdC a lista com a situação dos Pontos com pendências em prestação de contas, e juntos, busquemos contribuir com a regularização da situação desses Pontos. Para tanto, solicitamos a presença de técnicos do MinC nos estados, e nos casos necessários inicie processo de **anistia fiscal e tributária** para os Pontos aos quais a medida se faça necessária.

Que o MinC assuma nas instâncias oficiais o compromisso de pagar os editais já aprovados em 2010 e dos Pontos de 2007 e 2009 e todos os editais do Programa Mais Cultura e Cultura Viva que já em andamentos se fizerem.

QUESTÕES DE REGULAÇÃO /LEGISLAÇÃO

Concentrar esforços para o estabelecimento de um novo Marco Regulatório para reger as relações entre o Estado e as entidades da sociedade civil. Consolidação da Lei Social da Cultura Viva para torná-la uma Política Pública de Estado.

1. Aprovação da Lei Cultura Viva pelo Congresso Nacional e consolidação dos Pontos de Cultura como política pública de Estado;
2. Aprovação da Lei Griô pelo Congresso Nacional;
3. Garantia de um Marco Regulatório que favoreça o tratamento diferenciado para desiguais;
 1. Que o novo governo - eleito com o apoio consistente do Movimento Nacional dos Pontos de Cultura - se comprometa a garantir os recursos necessários à manutenção do desenvolvimento permanente do Programa Cultura Viva - Pontos de Cultura.
 2. Revisão sobre a forma como vem sendo tratada a implantação do Programa Mais Cultura nos estados da Federação.
4. Aprovação da PEC 150 pelo Congresso Nacional;
5. Aprovação do Fundo Cultural do Pré-sal, a PEC 236;
6. Aprovação do Vale Cultura pelo Congresso Nacional
7. Apoio e incentivo à modernização da Lei de Direito Autoral;

QUESTÕES ORGANIZATIVAS

1. Fazer da TEIA dos Pontos de Cultura um processo pedagógico de formação política de Agentes Culturais para a transformação Social;
2. Garantir que a TEIA Nacional e o Fórum Nacional aconteçam semente após TEIAs Regionais e/ou Estaduais e que essas por sua vez aconteçam acompanhadas do processo de cadastro único dos Pontos de Cultura e de uma consulta pública sobre o Marco Regulatório da Lei Cultura Viva dos Pontos de Cultura e toda a sua diversidade;
3. Garantir recursos para o Encontro Nacional da Ação Griô.

QUESTÕES GERAIS

1. Garantir Pontos de Cultura em todos os municípios do Brasil;
2. Fazer com que as formas e expressões culturais do povo brasileiro contribuam como instrumento de aproximação dos povos latino-americanos;
3. Criar espaços para o livre desenvolvimento das diversidades culturais;
4. Promover Ações para contribuir na consolidação do Movimento Social dos Pontos de Cultura.

QUESTÕES ESPECÍFICAS

1. Através das políticas públicas de cultura, gerar ferramentas de acesso aos *brasileir@s* de matriz africana, indígenas, ciganos, entre outros;
2. Resgatar oralmente a cultura ancestral a partir do relato dos velhos mestres e Griôs;
3. Ampliar as ações de Cultura Digital para democratização de acesso aos meios e processos da comunicação virtual para ampliação do conceito e prática colaborativa do software livre e universalização da banda larga em caráter público;
4. Criar mecanismos para romper o gargalo da comunicação midiática a serviço do show biz;
5. Fortalecer os movimentos de Cultura da Paz;
6. Compreender as questões de gêneros, orientação afetivo e de orientação sexual, geração, raça, etnia, classe, como políticas estruturantes para uma nova sociedade.
7. Elaboração de políticas públicas que levem em conta a complementaridade da comunicação e da cultura;
8. Garantir a presença dos Pontos de Cultura nos mais diversos conselhos e instâncias de participação social nas políticas públicas;
9. Todas essas solicitações da CNPdC devem ser assumidas pela gestão atual da SCC e MINC e não deixadas na mão da próxima administração.
10. Assumir o “custo amazônico” como uma realidade e promovê-lo como uma política necessária e afirmativa na execução de políticas públicas setoriais de cultura, tais como Programa Cultura Viva e Programa Mais Cultura
11. Garantir a preservação dos saberes e fazeres orais dos mestres griôs para a posteridade através de suporte audiovisual e impresso.
12. Que o MinC proponha ao MEC maneiras diferenciadas de acesso à Universidade de mestres, griôs e agentes culturais que trabalhem diretamente em Pontos de Cultura, e reconhecendo o seu notório saber, como contrapartida, os ingressos realizarão oficinas em parceria com entidades e coletivos que trabalhem na academia para a comunidade acadêmica. O acesso pode se dar por meio de proposta de dissertação a ser apresentada e com foco na ocupação das vagas ociosas das Instituições Públicas de Ensino Superior.
13. Garantir um encontro entre o MEC, MINC e Pontos de Cultura para desenvolver trabalhos em parceria com Escolas Públicas no intuito de avaliar e aprimorar os

Programas: “Mais Educação”, “Escola Aberta”, “Escola Viva” e “Agente Escola Viva”

São signatários desta “CARTA DE PIRENÓPOLIS” artistas de todas as formas de expressão artística, Gestores Culturais de todos os 27 Estados brasileiros e 25 GTs Temáticos que trabalham para a redução das desigualdades sociais, representando mais de 3000 Pontos de Cultura, que se articulam com mais de 8.000.000 de brasileiros, segundo dados do IPEA/2010.

Pirenópolis, 28 de novembro de 2010



- **ANEXO - P – Carta de Natal.** Documento elaborado pela CNPdC durante o IV Fórum Nacional dos Pontos de Cultura (IV FNPC), realizado no período de 19 a 20 de maio de 2014 durante a TEIA em Natal / Rio grande do Norte.

CARTA DE NATAL

Natal, 22 de Maio de 2014.

O IV Fórum Nacional dos Pontos de Cultura (IV FNPC), realizado no período de 19 a 20 de Maio de 2014, como parte da programação da TEIA da Diversidade 2014, foi um marco no processo de mobilização, articulação e, sobretudo, de afirmação cultural e política dos Pontos de Cultura de todo o País.

O I Fórum Nacional dos Pontos de Cultura aconteceu durante a segunda edição da TEIA, em 2007, na cidade de Belo Horizonte. No ano seguinte realizamos o II Fórum, em Brasília, e no dia 31 de março de 2010 o III Fórum, em Fortaleza. Portanto, só quatro anos depois é que, finalmente, conseguimos realizar este tão aguardado e necessário reencontro.

Nesse período, o Movimento Nacional dos Pontos de Cultura e a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura (CNPdC) não ficaram parados. A abrupta interrupção do Programa Cultura Viva e a alarmante incompreensão, por parte do governo Dilma Roussef, acerca da importância social, cultural, política e econômica dos Pontos de Cultura, contradizem a ideia original do Programa que preconiza: não somos nós que precisamos do Estado, mas o Estado que precisa de todos e todas nós. Mesmo assim, não ficamos parados.

Realizamos a Marcha Nacional dos Pontos de Cultura em 2011, ocupando a Esplanada dos Ministérios, o Ministério da Cultura e o Congresso Nacional com ponteiros e ponteiros de 16 estados brasileiros e do Distrito Federal; participamos, ativamente, da Cúpula dos Povos em 2012; integramos o 1º Congresso Latino americano Cultura Viva Comunitária em 2013. Nossa ação culminou em novembro de 2013, com a participação maciça de ponteiros e ponteiros de todo o Brasil e coma aprovação, por aclamação, de quatro entre as 20 prioridades da III Conferência Nacional de Cultura, incluindo a Lei Cultura Viva. Hoje integramos conselhos municipais, estaduais regionais e nacionais de cultura e formamos o maior colegiado de cultura que já existiu.

Para chegarmos até aqui, ao longo de 2013 e nos primeiros meses de 2014, foram realizados 27 fóruns estaduais, mobilizando cerca de 2000 participantes nas etapas preparatórias e elegendo 715 delegados para o presente Fórum Nacional. Isso

evidencia a vivacidade dessa Rede que experimenta a confluência entre memória e invenção, por meio da renovação trazida pelos novos Pontos e dos diálogos com aqueles que vivenciam essa jornada desde o início.

Foram, enfim, inúmeras mobilizações, reuniões, encontros, audiências, diálogos e celebrações que, somadas à nossa atuação cotidiana em nossos Pontos e comunidades, são provas permanentes de que o processo de encantamento e engajamento, fundamentado na autonomia, no protagonismo e no empoderamento – desencadeado há 10 anos, depois de séculos de opressão, violência e descaso – não tem retorno: avançar é o nosso inevitável e inadiável destino.

Os Pontos de Cultura representam a pluralidade, a riqueza e a diversidade do nosso povo e de nossa nação. Formamos um corpo robusto e íntegro, composto pelas diversas caras, cores, sotaques, saberes e fazeres que expressam a beleza de nossa gente. Possivelmente, somos os agentes sociais que melhor conhecem as dificuldades e as potencialidades de nosso povo e do nosso País. Esse fato, em um contexto democrático, deveria ser suficiente para que o Estado tomasse medidas imediatas e efetivas no sentido de derrubar os obstáculos que nos limitam e ampliar os espaços e canais de diálogos e de participação dos Pontos de Cultura no planejamento, na implementação e na avaliação de políticas públicas das diversas áreas.

A crise sistêmica, com a qual a humanidade se depara, revela a urgência de uma revisão civilizatória completa. As velhas fórmulas e padrões patriarcais, coloniais e capitalistas que nos trouxeram até aqui já não servem como instrumento para ultrapassarmos essa crise. Nesse contexto, o Programa Cultura Viva pode ser considerado um campo profícuo para essas revisões e ultrapassagens. Poderia, também, ser compreendido como um complexo de ações que põe em cheque essa cultura patriarcal, capitalista e colonial. Configura-se, ainda, como uma experiência que, nas palavras de Boaventura de Sousa Santos, rompe com as epistemologias do norte e cria a possibilidade de construção de epistemologias do sul com o devido reconhecimento e afirmação da alteridade.

É nesse sentido que reafirmamos a necessidade, tanto de continuidade, ampliação e avanço do Programa Cultura Viva – ressaltando e fortalecendo seus valores e princípios fundamentais – quanto da instituição definitiva de novas formas de relação entre Estado e sociedade, libertos do paradigma paternalista e da visão impositiva que caracteriza boa parte das políticas públicas. Para tanto, é primordial uma concepção de Estado que, ao invés de impor, disponha das condições e dos meios para o pleno exercício da cidadania cultural, promovendo autonomia, protagonismo e empoderamento social.

Indo além, é necessário que o poder público, em todas as instâncias, não só busque a garantia dos direitos culturais, como se empenhe em ampliar a interlocução com os agentes que constroem e mantêm viva a cultura dessa nação.

Neste IV Fórum Nacional dos Pontos de Cultura, instância legítima de organização e formulação dos Pontos de Cultura, foram eleitas e eleitos as/os representantes responsáveis pela nova gestão da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura, composta por 34 Grupos de Trabalho e 27 representações de todos os estados brasileiros e Distrito Federal.

Por fim, o IV FNPC, expressão máxima da integração dos saberes e fazeres dos Pontos de Cultura, reafirma suas convicções e faz públicas suas propostas prioritárias ao Ministério da Cultura e de modo mais amplo, ao Estado brasileiro:

- Reconhecer, por meio de portaria governamental, a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura - CNPdC como instância formal e legítima de representação dos Pontos de Cultura Brasileiros.
- Garantir a realização, com aporte do Ministério da Cultura, o mínimo de três encontros presenciais nacionais (da CNPdC) de funcionamento de uma plataforma virtual permanente de discussão e para a mobilização e articulação dos planos de trabalho dos GTs temáticos.
- Assegurar a permanência dos Pontos de Cultura como política de Estado, com dotação orçamentária prevista em dispositivo legal, mecanismos públicos de controle e gestão compartilhada com a sociedade civil, tendo como ponto fundamental para a consecução desse item a aprovação da Lei Cultura Viva e a destinação de percentuais das Leis Rouanet e do Audiovisual para o Fundo Nacional de Cultura, vinculando esse recurso ao Programa Cultura Viva;
- Garantir a existência de Pontos de Cultura em todos os municípios do Brasil e a consecução da meta de constituição de, no mínimo, 15 mil pontos de cultura até 2020;
- Revisar a legislação que rege a relação entre Pontos de Cultura e Ministério da Cultura, desenvolvendo mecanismos administrativos e jurídicos de repasse financeiro, de acompanhamento e de prestação de contas mais simples , porém rigorosos, transparentes, funcionais e ágeis, conforme orientações da portaria 118 de 30 de dezembro de 2013;
- Reconhecer e fomentar, política e financeiramente, experiências que se desenvolvem tendo como foco os saberes e fazeres dos mestres e griôs de tradição oral e da cultura popular, com a criação de mecanismos permanentes de apoio e incentivo às redes de transmissão oral e seus vínculos com o sistema educacional e suas práticas nos diversos grupos étnicos culturais que formam o povo brasileiro;

- Reconhecer e fomentar, política e financeiramente, ações permanentes e estruturantes de promoção da equidade de gênero; de afirmação das diversas identidades de gênero e orientação sexual; de valorização e afirmação de todos os recortes geracionais, étnico raciais e de crença religiosa; de afirmação e criação de mecanismos que garantam a todas e todos acessibilidade à fruição e à produção de bens culturais, sempre se orientado pela perspectiva política e econômica de ultrapassagem ou minimização das desigualdades de classe;
- Viabilizar, junto ao BNDES, um programa de fomento da desapropriação de imóveis que não cumpram a função social da propriedade, conforme previsto no Estatuto da Cidade, que também permita a construção, manutenção, adequação e reforma, garantindo o acesso às pessoas com deficiência, incapacidade temporária e/ou mobilidade reduzida e necessidades visuais, sonoras e verbais, em conformidade com a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (ONU, 2008). Que também gere portaria indicando a concessão de uso de imóveis públicos ociosos para pontos de cultura, pontos de memória e pontos de leitura que não possuem sede própria e sejam reconhecidos pelo Programa Cultura Viva. “Proposta já encaminhada pela CNPdc à Secretaria de Cidadania e da Diversidade/SCDC/MinC, Minha Sede minha vida!”

FÓRUM NACIONAL DOS PONTOS DE CULTURA DO BRASIL
COMISSÃO NACIONAL DOS PONTOS DE CULTURA

ANEXO - Q – Lista dos nomes dos entrevistados para pesquisa da tese e transcrições das entrevistas realizadas.

ANEXO Q - LISTA DOS NOMES DOS INTERLOCUTORES ENTREVISTADOS PARA PESQUISA DA TESE	
NOME	LOCALIZAÇÃO DO PONTO DE CULTURA
ENTREVISTADO 1	Ex-Representante da CNPdC (CANANÉIA – SP)
ENTREVISTADO 2	Ex-Representante da CNPdC (CAMPINAS – SP)
ENTREVISTADO 3	Representante da Comissão Paulista dos Pontos de Cultura (SANTA FÉ DO SUL – SP)
ENTREVISTADO 4	Representante da CNPdC (NATAL – RN)
ENTREVISTADO 5	Representante da CNPdC (ITABUNA – BA)
ENTREVISTADO 6	Representante da Comissão Paulista dos Pontos de Cultura e da CNPdC (RIO CLARO – SP)
ENTREVISTADO 7	Ex-representante da CNPdC (SAO CARLOS – SP)
ENTREVISTADO 8	Ex-Secretário de Programas e Projetos Culturais do MinC e Coordenador do Programa Cultura Viva.
ENTREVISTADO 9	Representante da CNPdC (CAMPINAS – SP)
ENTREVISTADO 10	Representante da CNPdC (RIO DE JANEIRO-RJ)
ENTREVISTADO 11	Ex-Diretor de Cidadania e Diversidade Cultural do MinC
ENTREVISTADO 12	Representante de Ponto de Cultura (CAMPINAS – SP)
ENTREVISTADO 13	Ex-Secretário de Articulação Institucional do MinC
ENTREVISTADO 14	Representante da CNPdC (NITERÓI – RJ)
ENTREVISTADO 15	Representante da CNPdC (TAPEROÁ – PB)
ENTREVISTADO 16	Representante da CNPdC (CAMPINA GRANDE – PB)